

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara às 18h (dezoito horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de oito Vereadores, ausente o Sr. Rômulo Elias. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura do requerimento para convocação da presente reunião subscrito pelas Vereadoras Jussara e Catarina e Vereador Marleu e o edital em deferimento ao referido requerimento, cuja ordem do dia versa sobre a deliberação dos projetos de leis nº 01/2007 que “altera redação da Lei Municipal nº 865 de 20 de abril de 2007, nº 02/2007 que “autoriza desapropriação de terrenos e dá outras providências” e nº 03/2007 que “altera anexo I da lei municipal 873 de 21 de junho de 2006”, todos encaminhados pela mensagem nº 01/2007. O Sr. Presidente consultou o Plenário acerca do aditamento dos requerimentos apresentados na reunião, sendo aprovado pelos Vereadores presentes. Dando seqüência fez-se a leitura dos projetos citados e dos requerimentos subscritos pelo Vereador João Carlos Espedito indicando, após manifestação do Plenário, que fossem enviados os seguintes expedientes: 01 – para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretária Municipal de Saúde reclamando quanto ao horário de funcionamento do Centro de Saúde que está sendo reduzido cada vez mais. 02 – para os mesmos destinatários solicitando disponibilização de mais uma ambulância para revezamento quando uma estiver transportando pacientes para Lavras. 03 – para os mesmos destinatários solicitando a criação de mais um cargo de farmacêutico para ampliar o atendimento na distribuição de medicamentos no Centro de Saúde. 04 - para a Sra. Prefeita com cópia para o Secretário Municipal de Educação solicitando informações acerca da servidora nomeada para o cargo de professor, que segundo notícias, não teria apresentado a documentação exigida pelo edital do concurso público por ocasião de sua posse. 05 – para a Sra. Prefeita solicitando a perfuração de um poço artesiano nas proximidades do Cal Andreza, visando abastecer em torno de doze famílias que ali residem. 06 – para a Sra. Prefeita solicitando a implantação de rede de esgotos na Rua Claudino Hipólito Miranda, por ser praticamente a única do centro da cidade que não possui tal serviço de infra-estrutura. 07 – para a Sra. Prefeita solicitando recapeamento de vias urbanas do centro da cidade, destacando como pontos mais críticos a Rua Elias Antonio, Rua Vigilato Vilas Boas na saída para a Serra e Praça Prefeito Elias Antonio Filho nas proximidades do Supermercado Jagelim. 08 – para a Sra. Prefeita com cópia para o Secretário de Educação solicitando a aquisição de um ônibus para a Secretaria de Administração para ser utilizado no transporte de estudantes de cursos universitários, técnicos e profissionalizantes na cidade de Lavras. 09 - para a 16ª Coordenadoria do DER/MG solicitando o recapeamento da rodovia MG 335, no trecho de Ijaci a Lavras, onde se formaram enormes buracos que dificultam o tráfego e colocam em risco a segurança de pessoas e conservação de veículos. 10 – para a Marajó Engenharia Ltda. solicitando informações quanto à data em procederá ao reparo em trechos das ruas da Praça Joaquim Correa Peniche, Rua Lindolfo de Paula Ribeiro e Rua Antonieta Ribeiro de Oliveira que se encontram danificadas, antes mesmo da inauguração. 11 – para a Viação São Cristóvão Ltda. solicitando que sejam utilizados veículos mais novos e confortáveis nas linhas de Lavras que passam por Ijaci, vez que alguns que aqui transitam estão em mau estado de conservação. Subscrito pelo Sr. Presidente foi apresentado o requerimento nº 12 endereçado à Sra. Prefeita e Sr. Valdor Lúcio de Souza, contendo moção de congratulações e agradecimento pelos serviços prestados pelo referido servidor, abalizados na presteza em atender bem às pessoas. Após fez-se a leitura de um comunicado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e sete comunicados do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Congratulações pela nova Mesa Diretora da Câmara enviada pelas Prefeituras de Bom Sucesso, Lavras e Ijaci. Comunicando composição das respectivas Mesas Diretoras, as Câmaras de Ribeirão Vermelho, Ibituruna, Carmo da Cachoeira e Três Pontas. Convite para a posse dos Deputados Estaduais eleitos para a 16ª Legislatura, que seria realizada dia 1º de fevereiro. Convite para a posse do novo Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Elmo Brás Soares que seria realizada no dia 07 de fevereiro. Ofício nº 06/2007 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhando balancete da receita e despesa referente ao mês de dezembro de 2006. Ofício nº 237, subscrito pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Maria Isabel dos Santos Nepomuceno, contendo resposta ao ofício nº 169/2006 desta Câmara encaminhado a partir de indicação do Vereador João Carlos. Apresentação de apostila contendo o relatório anual de prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao exercício de 2006. Comunicado do Vereador Fábio Mesquita de Almeida, informando que a partir de 20 de janeiro, estaria reassumindo sua cadeira de Vereador, tendo como anexo a Portaria do Chefe do Executivo nº 11 de 19 de janeiro de 2007 acerca de sua exoneração do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano. Requerimentos subscritos pelos servidores efetivos da Câmara para conversão em espécie da licença prêmio do período de 1997 a 2002 para ciência do Plenário e requerimento subscrito pela Professora Nelba Aparecida Pinheiro Elisiar para implantação de aulas de educação física especializada na educação, endossado por algumas professoras efetivas da rede municipal, acompanhado do respectivo projeto. Prosseguindo, o Sr. Presidente cumprimentando a todos comunicou que as ligações nos telefones da Câmara para celulares e interurbanos deverão ser anotados e na primeira reunião ordinária será proposto um projeto de resolução para

regulamentar tais ligações e a partir daí vai prevalecer o que for decidido pelo Plenário. Franqueado o uso da palavra, o Vereador Sebastião manifestou sua satisfação pelo retorno do Vereador Fábio à esta casa. Solicitou votação em regime de urgência para os três projetos de leis em pauta, citando que um destes dá oportunidade para contratação de mais professoras e quanto mais emprego tiver no município melhor. Mencionou o projeto de lei que incentiva os jovens a saírem das drogas e do alcoolismo para retornarem ao convívio da sociedade. Sobre a compra dos terrenos, disse que foi contra a construção da sede da Câmara, mas como se trata de desapropriação pela Prefeitura, vai deixar para que eles vejam o que for melhor. Sobre os requerimentos apresentados pelo Vereador João Carlos, disse que é a favor, é a única maneira que o Vereador tem para pedir alguma coisa e assim tem como mostrar através de documentos para os cidadãos aquilo que está sendo cobrado. Disse que requerimento não é para travar o Prefeito, simplesmente ele vai lhe dar uma explicação e se tiver bom, o povo é quem julga, pois o Vereador está aqui para cobrar quando alguma coisa estiver errado e apoiar quando se faz coisas certas e o importante é que no final o povo saia beneficiado, porque é este que elege os políticos e desta maneira tem que ter a preferência em tudo que for de bom. Prosseguindo, a Vereadora Jussara cumprimentou a todos, em especial as colegas professoras, desejou boas-vindas ao Vereador Fábio, na certeza que ele volta para somar nesta casa. Em relação ao projeto de apoio ao Esquadrão da Vida, disse que também pede votação em regime de urgência, pois foi uma coisa muito boa e que própria população de Ijaci está vendo o retorno de muitas pessoas curadas, o que traz paz, sossego e tranquilidade para as famílias, pois quem tem este tipo de problema, precisa ser tratado e quando melhora é muito bom tanto para as famílias, como para a sociedade. Também pediu votação em regime de urgência para o projeto de lei que trata das desapropriações, pois em relação à construção da sede da Câmara, foi uma luta muito grande no ano passado. O outro terreno é voltado para a construção de algo voltado para a mulher e assim a Câmara não pode amarrar este projeto, pois a verba já se encontra na Prefeitura, citando que em Ijaci, há muitos anos não consta ninguém que tenha nascido na cidade, mas em Lavras. Disse que o hospital da mulher também facilitará o acompanhamento do pré-natal, realização de exames e tudo mais se torna mais fácil se for realizado em nossa cidade. Da mesma forma pediu votação em regime de urgência para o projeto de lei que amplia o número de vagas para o cargo de professor e fica muito contente por estas nomeações ao invés de contratações e parabeniza as professoras presentes que passaram no concurso e que estão conquistando esta grande vitória. Sobre os requerimentos, disse que iria analisa-los para se manifestar na hora da votação. O Vereador Marleu disse que está contente com a nomeação das professoras e espera que haja mais vagas para outras que precisam de trabalho. O Vereador João Carlos cumprimentou a todos agradecendo pela presença e convidando para comparecerem quando puderem, pois nesta casa os Vereadores estão dispostos a ajudar no progresso do Município. Sobre os projetos, disse que o Esquadrão da Vida é muito bem estruturado e ajuda os jovens de nossa cidade que estão se perdendo nas drogas e alcoolismo, por falta de terem o que fazer, a se recuperarem. Sobre as desapropriações, disse ser contra porque existem outras prioridades em nosso Município. Disse que um hospital é fundamental, só que deveria ser uma policlínica que pudesse atender a todos, porque aqui não temos somente mulheres, disse que concorda que seja construída uma maternidade, mas os homens também precisam de um lugar para receber cuidados, pois não adianta atender somente as mulheres e deixar a metade da população sem nada. Disse que fazer o hospital da mulher, mas não dar um suporte de acordo, não vai ser justificado porque uma gravidez de risco para a mãe ou a criança, se não tiver uma UTI, vai ser em vão. Sobre o projeto das professoras, disse que é uma grande satisfação deixa-lo aprovado, pois fazem por merecer através do conhecimento adquirido em muitos anos de estudo, parabenizando-as por esta conquista e manifesta seu apoio incondicional. Sobre seus requerimentos comentou que na administração passada, mesmo não sendo muito boa como todos sabem, o posto de saúde funcionava 24 horas. Nesta administração começou fechando às vinte e duas horas, depois passou para vinte horas e agora fecha às dezenove horas. Disse que fez um requerimento contendo uma reclamação de um senhor de 77 anos e a justificativa enviada não lhe convenceu, pois quando este senhor lhe procurou faltavam cinco minutos para as dezenove horas e este senhor estava machucado, estava trabalhando em outro município, veio ao posto para fazer o curativo e a enfermeira padrão não o atendeu bem, dizendo-lhe que ele teria que ter chegado quinze ou vinte minutos mais cedo. Afirmou que mesmo não tendo médico, deveria ficar uma enfermeira para fazer estes primeiros socorros e curativos, o que seria bem melhor para a população. Sobre o pedido para disponibilização de uma ambulância para revezamento no posto de saúde, afirmou que quatro ou cinco vezes teve que levar pessoas doentes à Lavras, não que ele esteja reclamando, mas as vezes a pessoa não encontra ninguém para prestar socorro e como tem várias ambulâncias, deveria deixar uma para revezar com a outra que sai para prestar socorro por mais tempo. Sobre o pedido para contratação de mais uma farmacêutica, disse que já fez este pedido para que quando tiver plantão medico, a farmácia fique aberta, pois tem alguns medicamentos que ficam à disposição, mas outros não e acredita que isto não vai comprometer o limite de gasto com pessoal vai atender bem melhor a população. Também está solicitando cópia da documentação apresentada pela professora nomeada no início de janeiro, pois ouviu falar que a documentação não está de acordo com a que foi exigido no edital e assim gostaria de verificá-la. Sobre o pedido para construção do poço artesiano, disse que o Vereador Fábio o acompanhou e sabe que é uma necessidade, vai beneficiar várias famílias que não tem água e deveria ser feito com a maior urgência, o que ficou a cargo da Comissão de Licitação para dar andamento no processo, o que não foi feito até hoje. Em relação à Rua Claudino Hipólito Miranda, disse que é a única do centro que não possui rede de esgotos e

deveria ser feita o mais rápido possível porque atualmente só se pode perfurar fossas sépticas e isso fica muito caro para as famílias. Sobre os buracos da rua, disse que não adianta jogar muafa, pois a chuva lava tudo, deveriam ser tapados com asfalto, sabe que muito se deve às chuvas, porém alguns buracos já existiam bem antes delas começarem. Disse que quando forem jogar asfalto, deveriam fazer um serviço melhor, pois perto de sua casa jogaram o piche dentro de uma poça d'água para depois colocarem o asfalto e assim o serviço não dura nada. Sobre o ônibus, disse que deveriam adquirir um com o dinheiro da administração para transportar pessoas que estudam em faculdades, pois o custo fica muito alto e muita gente não estuda por causa disto. Sobre a situação da rodovia, disse que todos sabem o quanto é difícil trafegar e gostaria que o DER realizasse um recapeamento no mais breve espaço de tempo possível. Em relação à São Cristóvão, disse que os usuários de Ijaci pagam caro pelo transporte até Lavras e vez que não tem como reduzir o preço, pelo menos deveriam utilizar veículos decentes, porque alguns estão caindo aos pedaços e como esta é uma linha favorável para eles, deveriam utilizar veículos de acordo porque alguns não têm condições de transitar. Prosseguindo, o Vereador Fábio disse que é um prazer o regresso a esta casa. Tem certeza do dever cumprido, tem certeza que o objetivo ao sair daqui foi concretizado e concluído. Disse que a decisão de não permanecer no cargo e, por conseguinte retornar foi dele e é um prazer estar ouvindo as reivindicações, as cobranças, porque o papel do Vereador é este mesmo. Disse que não se pode esquecer que para o Executivo errar, a Câmara também tem que errar, porque quem elabora as leis são os Vereadores e afirmou ser contra um requerimento, porque tem o conhecimento do que pode e estamos aqui com o objetivo de uma união conjunta em prol do Município, ninguém é melhor que ninguém, o que a gente pretende é fazer uma Ijaci voltada para uma vida melhor para todos. Mencionou requerimentos apresentados e que são de seu conhecimento, alguns solicitando documentos, não pretende relatar, mas é provável que serão enviados. Sobre os projetos, manifestou sua concordância, se alegra com o pedido de votação em regime de urgência pelo Vereador Sebastião, qualificando que o mesmo é uma pessoa de visão e sabe do alcance destes projetos. Esclareceu sobre a maternidade, afirmando que se trata de uma unidade de saúde e não quer dizer que seja voltado simplesmente para a mulher e disse que não está aqui para defender coisas erradas, mas as certas e mais do que atender as mulheres, o objetivo da administração é atender todo o mundo. Disse que quem aprova um orçamento é a Câmara e é preciso conhecer como funciona a subdivisão de um orçamento, as emendas de um parlamentar para ajudar o crescimento do município. Parabenizou as professoras presentes, disse que pode ter havido falha por parte dos secretários, mas não por parte da Prefeita que não tem obrigação de conhecer todos os problemas, existe secretário é para isto e as vezes abrem poucas vagas. Disse que julgar em primeira instância é muito fácil, mas está no lugar é muito difícil, esteve lá e muitas coisas, como diz Tomé, tem que ver para crer como funciona e teve este prazer e se houve falha, dá tempo para corrigir, depende dos Vereadores e o que puder fazer para melhorar para o pessoal de Ijaci, com certeza estes estarão fazendo. Prosseguindo, a Vereadora Catarina deu boas-vindas ao Vereador Fábio, sabe que ele vai fazer muita falta para a Prefeitura e para a Prefeita, conforme conversou com ela, mas decidiu assim e é preciso respeitar e como passou pela administração, tem muita experiência para passar para os demais Vereadores. Sobre a Clínica da mulher, disse que estava junto à Prefeita, quando esta pediu ao Deputado e ele ajudou, manifestou seu apoio, pois isto é um sonho dela e vai ser uma coisa boa para todos de Ijaci. Sobre os outros projetos, deu parabéns para a Vereadora Jussara, porque graças a Deus e com muito esforço de todos pela nova Câmara, esse projeto vai ser realizado. Sobre as professoras, disse que dá a maior força e fica feliz por serem todas de Ijaci, citando que a Núbia também a procurou, mas ela vai ser contratada depois e finalizou afirmando que espera que tudo dê certo. Em seguida o Vereador Roosevelt deu boas-vindas ao Vereador Fábio para que juntos todos possam continuar os trabalhos na Câmara com bastante garra para melhorar nosso Município. Sobre os projetos em pauta, já foram comentados e manifestou seu apoio e concordância com todos e sempre será a favor daquilo que for melhor para a população e para o Município. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, tendo sido submetido ao Plenário o pedido de votação em regime de urgência para os projetos de leis nº 01, 02 e 03 feito pelo Vereador Sebastião e endossado pelos Vereadores pronunciantes, sendo os de nº 01 e 03 aprovados à unanimidade, e o nº 02 aprovado após obter 06 (seis) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário, vencido o Vereador João Carlos. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de lei nº 01/2007 que “altera redação da Lei Municipal nº 865 de 20 de abril de 2007” tendo sido aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação. Feita a votação do projeto de lei nº 02/2007 que “autoriza desapropriação de terrenos e dá outras providências”, este foi aprovado em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, após obter 06 (seis) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário, vencido o Vereador João Carlos. Da mesma forma o projeto de lei nº 03 que “altera anexo I da lei municipal 873 de 21 de junho de 2006” foi aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, determinando-se o envio das proposições de leis ao Executivo para fins de sanção. Após fez-se a votação dos requerimentos apresentados, decidindo-se que seriam identificados pelo número de ordem. À exceção do nº 3, todos foram aprovados pela unanimidade do Plenário. O de nº 3 obteve um voto contrário, vencida a Vereadora Jussara que se manifestou ser contra porque a criação do cargo numa época dessas é quase impossível e também a farmácia está ficando fechada somente no final de semana e mesmo assim fica uma caixa de medicamentos no posto, além de ser muito difícil encontrar uma pessoa formada para trabalhar no final de semana, tendo o Vereador João Carlos dito que tem uma e está desempregada. O Vereador Fábio disse que para criar o cargo é impossível para a Administração, mas a cobrança

para o Secretário deve ser feita sim, pois o papel do Vereador é este. Sobre o requerimento nº 6, a Vereadora Jussara manifestou-se favorável e o problema da falta da rede de esgotos na Rua Claudino Hipólito Miranda foi passado quando o Vereador Fábio era Secretário de Obras, tendo este dito que é do seu conhecimento, já está em projeto e brevemente a execução estará em andamento. Sobre o requerimento nº 8, a Vereadora Jussara disse que conversou com o Secretário de Educação, que se fazia presente na reunião, e este lhe mostrou que o transporte de alunos está encaminhado e que irão levá-los até Lavras, tendo o Vereador João Carlos dito que está pedindo para comprar mais um, tendo a Vereadora dito que se comprar, é melhor, tendo o Vereador Sebastião dito que o requerimento é para cobrar e lembrar, não está fazendo nada além do normal, requerimento não é lei e o Vereador está certo do jeito que está fazendo, ao que o Vereador Fábio disse que o requerimento está sendo feito para o chefe do Executivo, mas quando a matéria é do seu conhecimento, se ele não se manifestar, estaria sendo conivente com uma situação da qual ele está a par. Sobre o requerimento nº 11, o Vereador Fábio pediu explicação da Assessora Jurídica sobre uma forma melhor de ser cobrado veículos mais novos da empresa São Cristóvão, tendo esta dito que se ficar comprovado que o veículo não tem condições, podendo até pedir uma perícia para tal, e se a empresa não atender o pedido, pode-se entrar com uma ação cautelar no judiciário para evitar danos que possam ser causados, porém o primeiro passo é tentar uma negociação, ao que o Vereador Fábio disse que o requerimento do Vereador é de grande valia. Passando-se para a Terceira Parte, o Sr. Presidente disse que, havendo matérias, poderá haver nova convocação extraordinária e devido às festividades carnavalescas, foi decidido que a 1ª reunião ordinária será realizada na sexta-feira, dia 23 de fevereiro de 2007, às 19h30. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos da 1ª reunião extraordinária desta Câmara na Sessão Legislativa de 2007. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro de 2007, segunda-feira no salão de reuniões da Câmara às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva e Rômulo Elias. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de oito Vereadores, ausente o Sr. Sebastião dos Santos Neto. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos tendo o Sr. Presidente passado a palavra para a Assessora Jurídica, Dra. Isis que apresentou os visitantes Dr. Gilberto, Juiz de Direito titular do Juizado Especial da Comarca de Lavras que estava acompanhado do escrivão, Sr. José Marcos e do Presidente da OAB de Lavras, Dr. Edmôm que vieram tecer comentários sobre o projeto de lei que deu entrada nesta casa e que é de interesse do Judiciário. Liberado o uso da palavra aos mesmos, dela fez uso o Sr. José Marcos que mencionou que este Município pertence à Comarca de Lavras e que o Juizado Especial está situado numa casa alugada, onde as dependências são bastante acanhadas, de forma que não é possível atender a comunidade como deveria. Em vista disto, procuraram as Prefeituras jurisdicionadas pedindo uma ajuda para reformar o prédio onde funcionava o Fórum, para ali ser instalado o Juizado Especial, já devido à fusão dos Tribunais de Justiça e Alçada, as obras destinadas ao judiciário estão todas voltadas para a construção do prédio para abrigar o Tribunal de Justiça em Belo Horizonte. Disse que foram bem recebidos pela Prefeita que mandou o projeto à esta Câmara e gostariam de contar com o apoio dos Vereadores para que assim tenham condições de dar aos municípios que formam a Comarca de Lavras uma justiça rápida e séria, sendo que as pessoas que vão buscar esta justiça tenham um espaço amplo com mais condições. Disponibilizando-se para perguntas, a Dra. Isis disse que numa reunião prévia, a maior dúvida é que o projeto autoriza o Município a assinar o convenio para este repasse, só que a minuta deste convenio não foi enviada junto ao projeto para que os Vereadores pudesse tomar ciência de todo o conteúdo, tendo o Sr. José Marcos dito que pediu esta minuta no Tribunal de Justiça, porém não foi enviada ainda porque está dependendo da dotação orçamentária, pois o Tribunal se cerca de todos os aparatos legais e formais, vez que estamos mexendo com verbas públicas. O Vereador Marleu disse que se depender dele, o projeto vai ser aprovado. O Vereador João Carlos perguntou se também foram estipulados valores para os outros municípios, tendo sido respondido que não foi estipulado nenhum valor, fez-se uma planilha de custos, onde a obra está estimada em aproximadamente cinquenta mil reais e a Prefeitura de Lavras já ajuda com o pagamento mensal de três estagiários para que o atendimento seja mais eficaz. O mesmo Vereador questionou sobre quantos municípios foram procurados, sendo respondido que são os da Comarca, ou seja Lavras, Ijaci, Ribeirão Vermelho e Luminárias. O Vereador Fábio mencionou que no caso de Ijaci, o projeto de lei está propondo a ajuda de quinze mil reais e se levar em conta a estimativa de quarenta mil reais, este estaria contribuindo com trinta e sete por cento da obra, tendo o Sr. José Marcos dito que o problema maior é Lavras, porque a mais de dez anos vem arcando com o pagamento de três estagiários que servem para atender toda a Comarca. O Vereador Fábio disse que o projeto, a seu ver, tem

um tempo para ser apreciado porque como foi dito, envolve verba pública e se os Vereadores não agirem de forma legal, depois poderão ser cobrados, mas o que for possível para manter a segurança, com certeza estes estarão ajudando, tendo o pronunciante dito que é com isto que eles gostariam de contar porque o Juizado Especial de Lavras é o Juizado Especial de Ijaci, existe uma grande demanda de pessoas que as vezes não tem condições de contar com um profissional e eles são pagos para isto, porém não têm condições de oferecer comodidade para estas pessoas, não contam nem com um banheiro digno para uma pessoa deficiente e assim estão se unindo em torno de uma coisa que é para o bem da comunidade. O Vereador Fábio questionou se o prédio é municipal ou estadual, sendo respondido que é estadual. O Sr. Presidente agradeceu pela presença e disse que o projeto iria ser estudado. Prosseguindo, foi determinada a leitura da ata da 1ª reunião extraordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores presentes. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura do requerimento para convocação da presente reunião subscrito pelos Vereadores João Carlos, Rômulo, Marleu e Vereadora Jussara, bem como do edital em deferimento ao referido requerimento, cuja ordem do dia versa sobre a deliberação dos projetos de leis 04/2007 que “altera redação do inciso I do art. 4º da lei municipal nº 822 de 10 de agosto de 2005 e dá outras providências”. 05/2007 que “autoriza pagamento de indenização e dá outras providências”. 06/2007 que “autoriza assinatura de convênio de cooperação como o poder judiciário do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”. 07/2007 que “autoriza assinatura de termo aditivo com a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e dá outras providências” e 08/2007 que “amplia o número de funções de confiança a que se refere o Anexo I da Lei Municipal n.º 851 de 29 de dezembro de 2005 e dá outras providências”, todos encaminhados pela mensagem nº 02/2007. Fez-se ainda a leitura da emenda modificativa apresentada ao projeto de lei nº 08, subscrita pela Vereadora Jussara Alves Resende. O Sr. Presidente consultou o Plenário acerca do aditamento dos requerimentos apresentados na reunião, sendo aprovado pelos Vereadores presentes. Dando seqüência fez-se a leitura dos projetos citados e dos requerimentos subscritos pela Vereadora Jussara indicando, após manifestação do Plenário, envio dos seguintes expedientes: 1 - Para o Secretário Municipal de Educação e Cultura solicitando concessão de 50% a título de bolsas de estudos para os alunos que estão fazendo cursos técnicos no CAIC. 2 - Para o mesmo destinatário solicitando incentivo para o melhor aluno do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Maurício Zákha, de acordo com critérios, cujo prêmio seria a concessão de meia bolsa de estudos em curso superior. 3 - Requerimento subscrito pela Vereadora Catarina indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando verificação quanto ao vazamento de água na Rua José Messias Vilas Boas, nas proximidades da residência do Sr. Antonio Campidelli, que está danificando a calçada. Após fez-se a leitura de três comunicados do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Ofício subscrito pelo Diretor Técnico da empresa Marajó Engenharia Limitada contendo resposta ao ofício nº 12/07 desta Câmara, enviada a partir de indicação do Vereador João Carlos onde consta a justificativa que os serviços de pavimentação das ruas da Praça Joaquim Correa Peniche, Rua Lindolfo de Paula Ribeiro, Rua Antonieta Ribeiro de Oliveira e adjacências foram executados dentro do padrão da empresa e seguindo as normas técnicas do DER e DNIT e ainda seguindo determinação da Ordem de Serviço da Prefeitura. A partir do ofício, fizeram uma visita às ruas citadas juntamente ao Secretário de Obras do Município, onde constataram que os danos foram ocasionados por deficiência na base do pavimento, executada no ano anterior por ocasião da implantação da rede de drenagem pluvial por outra empreiteira. Consta ainda que mesmo ficando evidenciado a não responsabilidade da empresa nos estragos, esta se prontifica a recuperar a capa asfáltica sem ônus para o Município, tão logo a Prefeitura faça a sua parte na recuperação da base destas ruas. Por fim fez-se a apresentação do balancete da receita e despesa da Câmara Municipal referente ao mês de dezembro de 2006. Prosseguindo, por ser reunião extraordinária, o Sr. Presidente consultou o Plenário acerca da liberação da palavra para a visitante, Professora Débora Maria Borges Girardelli que se inscreveu para falar, sendo aprovado por todos. A Professora Débora cumprimentando a todos questionou se as professoras a serem nomeadas dentro da Função de Confiança seriam escolhidas a partir da lista classificatória do concurso e se não iriam abrir mais vagas para aproveitamento daquelas classificadas, pois tem conhecimento que existe a necessidade de nomeação de mais algumas professoras. A Vereadora Jussara pediu licença ao Sr. Presidente para repassar as informações que estão sendo questionadas pela professora Débora, afirmando que naquele dia depois de uma reunião com a Sra. Prefeita, alguns Vereadores e Assessores, chegaram à conclusão que houve um equívoco ao elaborar o projeto e ficou conversado que na reunião passaria a emenda que diminui cargos comissionados e estes seriam ocupados por professoras para o EJA e Telecurso, pois são cargos temporários e para os demais seria enviado um novo projeto para nomeação de acordo com a classificação do concurso. Disse que nesta reunião estavam mais três Vereadores, pedindo o testemunho dos mesmos sobre o que foi conversado, tendo a Vereadora Catarina dito que a idéia da Administração é priorizar as nomeações para as pessoas de Ijaci, pois na lista classificatória do concurso, existem várias professoras de outras cidades. O Vereador Fábio disse que o no projeto consta abertura para função de confiança, não consta nada a respeito de professora e propôs ao Sr. Presidente que liberasse a palavra para o Secretário de Educação, presente à reunião, pois o mesmo poderia ter mais informações sobre o que estava sendo debatido. Liberada a palavra, o Sr. Sebastião Wagner Mendonça disse que não participou da reunião citada pela Vereadora Jussara e não tem como falar, pois não estava à par do que foi decidido, somente requisitou o aumento do número de cargos junto à Administração, sendo que estas foram aprovadas pela Câmara na reunião

anterior. No caso do EJA e do Telecurso não tem como nomear professoras nos cargos efetivos, pois são programas do governo que podem ser paralisados e neste caso o Município teria que arcar com o custo de professoras ociosas. A respeito do que fora decidido na reunião citada, reafirmou que não tem como informar, pois não estava presente e nem a par do que foi decidido. A Professora Débora disse que fica indignada pois aumentaram sete cargos e agora estão adotando outra forma de contratação e não pode negar que as classificadas imediatas são uma cunhada e uma irmã e que acredita e confia nos Vereadores e aguarda a nomeação das próximas e questionou quando seria realizada outra reunião, sendo respondida que dia 23 de fevereiro, tendo a Vereadora Jussara dito que se enviarem o projeto para aumento de número de cargos de professor efetivo, pedirá para que seja realizada uma reunião extraordinária e agradeceu a presença da mesma e demais professoras, afirmando que está tentando ajudar, está falando o que outra pessoa falou, o que foi repassado não só para ela, mas para mais quatro pessoas. Disse que foi um erro, um equívoco e assim diminuiu o número de vagas através da emenda e pediu mais opiniões sobre a situação, inclusive na hora do intervalo, visando o que pode ser feito de melhor, porque como educadora, torce para que tudo de certo na parte de educação. Disse que se aposentou, mas seu coração continua dentro da escola e sempre traz consigo o lema que na educação não se gasta, mas se investe, ficando muito satisfeita pelo kit de material que foi distribuído para as crianças e professoras da escola municipal, mencionando ainda a implantação de aulas de inglês e informática e assim a educação em nosso Município está melhorando. Disse que está trabalhando em cima disto, agradece ao Vereador Fábio que lhe ajudou muito, bem como os demais e está confiante que tudo dê certo. A visitante Débora agradeceu por lhe terem dado a palavra e aguarda e acredita que realmente vai haver o encaminhamento das vagas existentes, tendo a Vereadora Jussara dito que também esta é a sua esperança. O Sr. Presidente agradeceu a presença de todos que em grande número estavam no salão de reuniões e espera que sempre participem acompanhando os trabalhos, pois muitas vezes acontece alguma coisa e lá fora o assunto é outro, distorcem tudo e assim a participação da população é importante para saber o que realmente acontece. Franqueada a palavra, o Vereador Fábio disse que a população precisa estar a par do que acontece e em relação ao projeto de lei nº 08, disse que não se fala na educação, não sabendo se é falha na elaboração do projeto, na mensagem está dizendo que já foi nomeado no limite e não entende porque serão chamadas mais pessoas para a educação e saúde. Disse que o Executivo deveria fazer um apanhado de todas as vagas que são realmente necessárias e mandasse tudo de uma vez e que sejam nomeados através do concurso, vez que a pessoa gastou com isso, tomou o seu tempo, pagou a taxa estudaram e é um prazer ser aprovado e se há necessidade, há vaga e mesmo sendo programa do governo, o Município está crescendo e do contrário este programa pode durar muito tempo e questiona se vai sempre ficar contratando. Disse que se o Executivo errou, tem que procurar corrigir de uma vez só, se precisam de auxiliar de serviços, operários, que façam um apanhado e mandem para a Câmara e valorize mais os servidores efetivos, que têm uma perda a ser paga, para não deixar as coisas chegarem a este ponto. Disse que estamos aqui para criar e elaborar leis e não restringir e nem ser coniventes com erros, esta é a sua posição diante deste projeto, quem quiser vir a Câmara, que venham, tem também a Prefeita e os servidores na Prefeitura e não custa nada tirarem um pouquinho de tempo para darem explicação para a Câmara e para a população, é coisa simples, é um direito da população, recebemos do dinheiro público e assim temos que prestar contas para o povo. Prosseguindo, o Vereador João Carlos disse que esta casa deveria estar sempre cheia em todas as reuniões o que é fundamental para acompanharem os trabalhos. Sobre o projeto, parabenizou a Vereadora Jussara pela diminuição no número de cargos, porque se mantivessem as dez vagas, poderia haver uma seleção política, a contratação de uma pessoa para fortalecer o grupo, citando sua irmã que está fora, não está trabalhando, mas tem convicção que nunca poderá contar com a sua cobertura, pois não pode dar esta cobertura para parente nenhum, está aqui simplesmente para honrar o juramento que fez perante a comunidade, coisa que ficou em seu coração e tem o dever de exercer isso com seriedade. Disse que sua política não é proteger nem irmão, pai e muito menos amigo, a sua política é para defender o interesse público e se por acaso, sua irmã for chamada para trabalhar, ela sabe que não terá seu aval porque nunca irá se comprometer com grupo que lhe ofereça cargo, graças a Deus sempre se viraram sem esta política e pode continuar se virando, pois está tendo uma experiência não prazerosa, onde esta política em meios termos é suja, porque não visa o interesse público, visa sempre o interesse particular. Disse que se o problema era o telecurso, está solucionado com a aprovação destas cinco contratações e é uma falha muito grande do Executivo ter lançado somente um cargo de professor no concurso, sabendo que várias pessoas já trabalhavam em anos anteriores e mesmo aprovando este projeto, ainda está deixando muito a desejar, pois não podemos esquecer que temos leis para seguir e estas estão sendo esquecidas. Disse que o concurso, a seu entender, de uma certa forma nem deveria ter sido feito, pois prejudicou o Município, não tem como dar prioridade para os nossos moradores e assim defende as contratações que dão oportunidade para pessoas daqui. A respeito do requerimento apresentado pela Vereadora Jussara, disse que não concorda, citando que o Secretário da Educação prometeu dar bolsas de estudo para todos os alunos, sabe que não depende dele, mas ele prometeu e assim não adianta beneficiar uma certa quantidade e muitos não serem beneficiados, deveria dar oportunidade para todos que necessitam, mesmo que em menor valor num percentual de acordo com a proporção da mensalidade do curso, pois através do estudo podem sair governantes que venham trazer o progresso para o nosso Município. Em seguida a Vereadora Jussara mencionou suas indicações, pois o legislativo não pode passar para o Executivo coisas que dependem de despesas, trata-se de uma sugestão que já tinha

conversado com o Secretário de Educação, afirmando que Ijaci precisa diversificar nos cursos, porque o curso de enfermagem do CENEC ficou saturado de enfermeiras e não precisa ser bolsa integral, mas cinquenta por cento seria uma ajuda justa. Disse que deu a idéia de seguir os critérios do PROUNI, a pessoa ganha a bolsa de acordo com seus rendimentos. Disse que esta idéia é para facilitar, pois sabe que tem muitos casados estudando em Lavras, tirando dinheiro de dentro de casa e um pouquinho que ajuda, já serve. O outro requerimento é um incentivo para os alunos que estão concluindo o ensino médio, aluno que teve a melhor nota acompanhada de boa frequência, também não é bolsa integral, mas cinquenta por cento para incentivar o aluno a frequentar a aula, valorizar o estudo e até comportar-se melhor dentro da sala de aula e uma vez que conseguir este incentivo, no curso superior também deve ser cobrado uma certa média para continuar recebendo a bolsa, pois assim também é no PROUNI, a pessoa recebe, mas também que oferecer alguma coisa em troca. Reafirmou que sempre está do lado da educação e das outras coisas que necessitem também, mas da educação tem mais condições de falar, pois trabalhou 25 anos e aposentou ali e apesar que as leis mudam, sempre está em contato com as professoras para ficar inteirada do assunto. Após, o Vereador Roosevelt mencionou o projeto de lei nº 06 que trata da ajuda para reforma do prédio do fórum, afirmando que temos um orçamento melhor e a Prefeita é quem vê se está em condições de ajudar, ou não. Na sua opinião este projeto é de muito interesse, pois abrange a juventude e vai ajudar não só o Município, mas toda região e assim pede que o mesmo seja votado em regime de urgência, bem como o projeto referente ao aumento da ajuda à Polícia Civil que engloba a segurança de nossa cidade. Pediu ainda votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 04 que trata dos plantões médicos no posto de saúde e será de muita utilidade, sobretudo durante o carnaval. Em relação aos cargos comissionados, comentou que a Vereadora Jussara teve até boa intenção em apresentar a emenda e como este projeto veio para cá, conforme disse no início, o prefeito tem que ver as condições de colocar ou não, fica muito difícil querer forçar o prefeito na questão destas vagas, entende que da parte dela, quer o melhor para o Município e na nossa questão, estamos aqui para aprovar. Como disse na última reunião, ele sempre está de acordo naquilo que for o melhor para a população. Na questão destas vagas excedentes, disse que não sabe se vai nomear, não participou da reunião, mas o que ela mandar, estará de pleno acordo para aprovar, mas deve aguardar a atitude da prefeita em relação às nomeações desses cargos, ela tem o amparo da lei, não podemos questionar se ela tem condições, pois ela é quem está administrando. Em seguida, a Vereadora Catarina reafirmou que naquele dia foram na Prefeitura e no que depender, ela fará o possível para ajudar as pessoas de Ijaci. Quanto a quem vai ser nomeado, ela não teve oportunidade de perguntar, porque é a Prefeita quem vai contratar, pois precisa de alguém para dar aula no telecurso e assim a gente tem que dar a maior força, pois tem muita gente se inscrevendo para as aulas, inclusive ela. Dirigindo-se à Núbliá, disse que citou seu nome na reunião passada e o que puder ser feito, os Vereadores com certeza irão fazer. Prosseguindo, o Vereador Marleu disse que podem contar com a força dos Vereadores, se passar, vamos aprovar, pois as professoras precisam mesmo dar aulas e a educação precisa estar na frente. A visitante Débora pedindo licença, parabenizou o Executivo por ter lançado somente uma vaga para o cargo de professor para que pessoas de fora não viessem fazer o concurso, entende que a redondeza toda estava interessada em trabalhar aqui, mas a gente está vendo que à medida do tempo, estão surgindo novas vagas e assim realmente precisa seguir o concurso, mas a intenção de nomear pessoas daqui, tem que ressaltar que é uma coisa válida, tem sentido e a gente espera que realmente isso aconteça. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, tendo sido submetido ao Plenário o pedido de votação em regime de urgência para os projetos de leis nº 04 feito pelo Vereador Roosevelt e Vereadora Catarina, 06 feito pelo Vereador Roosevelt, 07 feito pelo Vereador Roosevelt e Vereadora Catarina e 08 feito pelo Vereador João Carlos, sendo todos aprovados pela unanimidade dos Vereadores presentes. Após fez-se a votação da emenda modificativa apresentada pela Vereadora Jussara ao projeto de lei nº 08/2007, sendo aprovado pela unanimidade do Plenário, passando a ser parte integrante do projeto. Em seguida, fez-se a votação dos requerimentos apresentados, identificados pelo número de ordem, sendo que os de nº 1e 3 foram aprovados pela unanimidade do Plenário e o de número 2 aprovado, após obter 06 (seis) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário, vencido o Vereador João Carlos. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de lei nº 04 “altera redação do inciso I do art. 4º da lei municipal nº 822 de 10 de agosto de 2005 e dá outras providências” sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação. O projeto de lei nº 06/2007 que “autoriza assinatura de convênio de cooperação com o poder judiciário do Estado de Minas Gerais e dá outras providências” foi aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação. Da mesma forma, o projeto de lei nº 07/2007 que “autoriza assinatura de termo aditivo com a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e dá outras providências” foi aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação e por último o projeto de lei nº 08/2007 que “amplia o número de funções de confiança a que se refere o Anexo I da Lei Municipal nº 851 de 29 de dezembro de 2005 e dá outras providências” foi aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação juntamente à emenda apresentada e acatada. Por estar impedido de participar da discussão e votação do projeto de lei nº 05, o Sr. Presidente passou a condução dos trabalhos para o Vice-Presidente Roosevelt Aparecido Gomes. Inicialmente, o Sr. Presidente em exercício submeteu ao Plenário o pedido da Vereadora Catarina para votação em regime de urgência do projeto de lei nº 05, sendo aprovado pelo Plenário. Feita sua votação, o projeto de lei

nº 05/2007 que “autoriza pagamento de indenização e dá outras providências” foi aprovado pela unanimidade do plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação. Retornado à condução dos trabalhos, o Sr. Presidente Carlos determinou o envio das proposições de leis aprovadas ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a 1ª reunião ordinária será realizada na sexta-feira, dia 23 de fevereiro de 2007, às 19h30 para deliberação de projetos e assuntos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos da 2ª reunião extraordinária desta Câmara na Sessão Legislativa de 2007. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de oito Vereadores, ausente o Sr. Rômulo Elias. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 2ª reunião extraordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores presentes. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura do convite para o curso sobre Fundeb a ser ministrado pelo Professor Luciano Adiel Lopes em Eloi Mendes/MG nos dias 5 e 6 de março. Convite subscrito pela Sra. Maisa Aparecida de Aguiar Mendonça, Diretora das Escolas Municipais para os auditórios em comemoração ao aniversário da Escola Municipal Padre Emílio Luiz Lunks que seriam realizados no dia 28 de fevereiro. Ofício nº 27/2007 subscrito pela Sra. Maria Isabel dos Santos Nepomuceno, Secretária Municipal de Saúde, em resposta aos requerimentos impetrados pelo Vereador João Carlos. Ofício nº 23 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhando o balancete mensal de receita e despesa da Prefeitura Municipal referente ao mês de janeiro de 2007. Apresentação do balancete de receita e despesa da Câmara Municipal referente ao mês de janeiro de 2007. Manifesto subscrito pelos membros da direção do bloco carnavalesco “Emcima da Hora”, Srs. Luiz Gomes, Sebastião Leonardo Mesquita e Evaldo Firmino, contendo agradecimento às pessoas que ajudaram o bloco, dentre estas, alguns Vereadores e repúdio por alguns fatos ocorridos durante o carnaval envolvendo membros da administração, sendo que no último dia colocaram um cavalete e uma viatura policial no acesso à praça, além de não paralisarem o show da banda durante a apresentação do referido bloco. Requerimento nº 1, subscrito pelo Sr. Presidente pedindo aprovação do Plenário para envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando, em nome do Sr. Rafael conhecido com o nome artístico de “Palhaço Risadinha”, a possibilidade de conseguir junto ao realizador da festa do peão, sua contratação para atuar no rodeio para descontrair o público, em, especial as crianças, como vem ocorrendo nos últimos dez anos. Requerimentos subscritos pela Vereadora Catarina indicando envio de expedientes para a Sra. Prefeita, sendo o de nº 2 solicitando a instalação de um mata-burro na estrada de acesso à propriedade da Sra. Maria do Onofrinho. Nº 3 solicitando em nome dos moradores da Vila Industrial, contato com a CEMIG para verificação de lâmpadas das luminárias da Rua Maria Umbelina de Oliveira, vez que o local está muito escuro, o que vem colocando em risco a segurança das pessoas que saem ou chegam ao referido bairro e nº 4 solicitando a limpeza de um mata-burro na estrada de acesso à propriedade do Sr. Rubens do Quinha na localidade de Contendas. Requerimento nº 5 subscrito pela Vereadora Jussara indicando envio de expediente para Sra. Prefeita, solicitando em nome da Srta. Darlene Alvarenga e moradores das Ruas Francisco Luiz Vilas Boas e José Messias Vilas Boas, a lavagem das mesmas todos os dias durante a festa do peão como meio de eliminar o mau cheiro causado pela urina e fezes de pessoas que não utilizam os banheiros para fazerem suas necessidades. Relativo aos projetos, fez-se a leitura dos projetos de resolução nº 01/2007 que “regulamenta o uso dos telefones da Câmara Municipal” de autoria da presidência e nº 02/2007 que “regulamenta nomeação para o cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal”, de autoria do Vereador Sebastião dos Santos Neto. Prosseguindo, a palavra foi liberada para a visitante Débora Maria Borges Girardelli, devidamente inscrita que mencionou

o projeto para nomeação das candidatas amparadas por lei e pelo edital do concurso que, segundo comentado por alguns Vereadores na reunião passada, seria enviado questionando porque isto não aconteceu, tendo o Sr. Presidente dito que não era do seu conhecimento o motivo do não envio do projeto, não obstante terem prometido, ao que a visitante Débora citou a rapidez com que foi feito o projeto para o cargo em comissão, o que não está acontecendo em relação a uma coisa amparada por lei e que é sabido da existência das vagas. Disse que os Vereadores foram eleitos para representar o povo de Ijaci, as candidatas classificadas são da cidade e estão depositando totalmente a confiança nos Vereadores, sabendo que depende dos mesmos para resolver esta situação. A Vereadora Jussara disse que não desiste e sempre procura aquilo que acredita e o que foi prometido, o que foi conversado, ela fez contatos com o Executivo para questionar e o que lhe foi repassado é que tem mais áreas necessitando de nomeações e eles estavam fazendo um levantamento para enviarem tudo de uma vez. Disse que vai continuar nesta luta cobrando e sabe que os demais Vereadores também vão dar uma ajuda para as classificadas. A visitante Débora disse que queria dizer também que ninguém foi chamado até agora, tendo a Vereadora Catarina dito que serão chamados até o dia 5 de março, quando vai começar o telecurso e aí teremos uma posição, sendo que lhe falaram que estão estudando a situação das quatro, tem o caso da Isabel que está grávida e estão olhando para não deixá-la de fora, comentando que não repassaram mais nada, tendo a Débora questionado se eles estão olhando todas as vagas existentes para nomeação, pois foi o que deu a entender é que estão fazendo um levantamento para fazer um projeto só, tendo a Vereadora Catarina dito que o que falaram foi isto. O Vereador Fábio citou que na reunião passada disse que deveriam fazer um levantamento em todas as áreas onde havia necessidade de nomeação para mandar e o que é lei tem de ser cumprido, as nomeações devem ser feitas pelo concurso público, pois as pessoas gastaram, estudaram e é um direito, crendo que isto vai ser cumprido e no que depender dos Vereadores, estes vão estar cobrando, tendo a Débora dito que os Vereadores são os representantes do povo e por mérito as candidatas passaram, ao que a Vereadora Catarina sugeriu fosse enviado um requerimento a fim de obter respostas do Executivo, tendo o Vereador Fábio reafirmado que na reunião passada citou que aquele projeto para aumento de cargos comissionados não estava dizendo nada de nomeação de professoras, portanto não foi nomeado ninguém e a gente não sabe o que está acontecendo, só o Executivo, mas a gente pode cobrar e ver o que pode ser feito. O Vereador Sebastião disse que se quisessem seguir a lei deveria chamar quem passou no concurso para trabalhar no telecurso, independente se o cargo iria continuar seis meses ou um ano, mas o erro veio de lá e vai terminar aqui, por isso tem que prestar atenção. A Débora está certa de correr atrás dos seus direitos e ou de seus parentes, se fez o concurso e pagou por isso, por obrigação a lei tem que ser cumprida, pois a lei é maior que o vereador, que o prefeito e se for cumprida, todo mundo fica satisfeito. Na hora de ser eleito para estar aqui é o povo que elege, então as coisas devem ser feitas de maneira certa, reafirmando que a Débora tem que correr atrás de seus direitos. O Sr. Presidente solicitou que a Assessora Jurídica falasse sobre o assunto, tendo a Dra. Isis dito que em toda matéria que envolve parte financeira como estas contratações, a iniciativa do projeto é do Executivo e o que os Vereadores fizeram na última reunião foi cobrar esta possibilidade destas nomeações, da ampliação do número de vagas e como representantes do povo, foram escolhidos para a função da Câmara de fiscalizar se está havendo outra forma de contratação irregular, não cabendo a estes a parte de decisão quanto ao aumento das vagas. Falou sobre as características dos cargos comissionados que são de natureza administrativa, ao passo que cargos técnicos como professor, médico, dentre outros devem ser efetivos e reafirmou que a criação de vagas depende exclusivamente do Executivo, ainda que os Vereadores sejam representantes do povo. A visitante Débora agradeceu pela explicação, mencionando que já fez parte de cargo comissionado, mas ficou pendente uma resposta relacionada a isto e está cobrando desta Casa é que eles cobrem do Executivo, ou seja, a parceria entre os dois poderes para que não haja distorção neste sentido, todo mundo em função da comunidade e mais do que nunca em benefício da educação que é o cargo que a gente está olhando nesse momento, é a favor das classificadas que têm o amparo pelo edital do concurso nas disposições gerais, no item 7 e principalmente porque elas fazem parte também da comunidade de Ijaci. Prosseguindo, o Sr. Presidente mencionou o projeto de resolução que regulamenta o uso do telefone, afirmando que a Jussara adotou esta medida no ano passado e segundo palavras do Vereador Sebastião, quem comanda é o Plenário e assim resolveu submeter a este a decisão do que for melhor porque não quer puxar sobre si esta responsabilidade e

tirar o direito da Vereadora e nem dos outros. Franqueada a palavra, o Vereador Sebastião disse que todo o projeto que vier para a Câmara deve ter o trâmite normal para não acontecer certas fatalidades, pois em 2005 foram aprovados e retificados muitos projetos e as vezes na Prefeitura fica o mês inteiro esperando a coisa acontecer primeiro e quando a bomba estoura, a Câmara tem que aprovar em regime de urgência. Disse que não participou da última reunião, não por medo, mas por vergonha, porque quando o projeto chega, já vem aprovado sem ninguém saber o que está fazendo. Disse que não tem medo de ninguém, foi eleito para exercer o cargo até o fim e como não tem medo de sair para trabalhar, não tem medo de sair para legislar, pois está aqui para fazer o melhor para o povo. No dia que o Vereador Fábio disse que para o Executivo errar, o Legislativo erra primeiro, não concordou, mas hoje está de acordo, pois quem aprova as leis são os vereadores e o que vai valer são estas leis. Disse que a maioria dos políticos na hora de se eleger é uma coisa e na hora de legislar é outra, não sua água, mas pó de serra, pois neste meio existem muitos caras de pau, nossa política está ruim, estamos ficando desacreditados, citando o caso da Débora que está aí correndo atrás de seus direitos, afirmando que ele não pode assumir responsabilidade sem a Prefeita mandar o projeto. Disse que a gente deve trabalhar em cima da lei e não em cima do regime de urgência, mencionando que estamos doando quinze mil reais para o Estado, enquanto estamos precisando de um velório, de tapar os buracos das ruas, fazer casas, citando o caso da Vânia e não sabe como criam orçamento para ajudar o Estado e aprova esta lei em 24 horas. Disse que para receber um benefício do mesmo, as vezes demora até 40 anos ou a pessoa até morre e esta doação prejudica a saúde, pois às sete horas da noite o posto já está fechado, não tem ambulância, o médico não cumpre os horários, embora esteja recebendo para isto e a desculpa é que profissional está difícil, mas deveria arrumar outro porque o Município está pagando e arcando com as consequências e assim a coisa teria que funcionar, pois o dinheiro está saindo do bolso do povo. Sobre o projeto do telefone, disse que é a coisa mais certa do mundo, mas devemos proibir tudo, pois no mês de janeiro quase estouramos o orçamento da Câmara só com viagens, se é para economizar tem que economizar em tudo, fazer uma resolução em que o Vereador tenha uma quantia para viajar pois isto não traz nenhum recurso, os convênios são instantâneos. Disse que põe a carapuça em quem servir, já está pedindo a palavra primeiro e quem quiser questionar, que o faça, pois tem Vereador que falou que ele estaria interessado em vaga na Prefeitura para sua família ou apontasse alguém e por isso quer que saia uma comissão de Vereadores até a Prefeitura ou convide a Prefeita para vir aqui e esclarecer se ele fez esta reunião com ela e se está dependendo de vaga na Prefeitura. Se está aqui é porque foi eleito, não depende deste salário para viver, sempre sai cedo para o trabalho, não fica parado dentro de casa e sua família também não. Disse que não apontou ninguém para a Prefeitura, não está com este poder e quanto mais se desvia dinheiro errado na Prefeitura, mais se atinge a saúde, a educação, praça fica escura, buracos na ruas e assim devemos fazer a coisa certa, já que está falando coisa que não deve, vamos por as coisas em pratos limpos. Está de acordo com a resolução sobre o uso do telefone, não precisa do telefone da Câmara, pois tem em casa, vamos fiscalizar as viagens, cortar os gastos aqui dentro da Câmara e que devolva sua parte nas diárias para a Prefeitura. Prosseguindo, o Vereador Fábio agradeceu, em nome da diretoria que formou o retiro espiritual no fim de semana, a Sra. Prefeita e todos que cooperaram, eles agradaram muito e foi útil ao Município por ter tirado os jovens dessas coisas que não são benígnas para a juventude de hoje. Disse que concorda com palavras do Vereador Sebastião a respeito da resolução, citando o art. 13 do Regimento Interno, onde consta que os Vereadores são invioláveis nas suas palavras, todos têm suas opiniões, cada um tem direito e não está infringindo a lei. Sobre o projeto do telefone, parabenizou o Presidente, citando que isto é organização, porém não entendeu a expressão “ligações estranhas à Câmara Municipal” e aquilo que é de direito do Vereador tem de ser usado de maneira eficaz, consciente e de maneira honesta. Disse que é preciso fiscalizar não só a Câmara, mas todo o Município. Fez parte do grupo político da Prefeita, acredita estar como líder dela na Câmara, mas não está aqui para apoiar coisas erradas. Sobre os projetos de contratação e nomeação de cargos de confiança, foi até a favor do projeto, como os demais, mas não assumiu hora nenhuma que iria chamar professoras em cargo de confiança, não participou de reunião, esteve aqui juntamente à Jussara na elaboração da emenda, porque o número de cargos de confiança estava excessivo e a nomeação pelo concurso público cabe ao Executivo, tem que partir de lá, vai ser analisado aqui, acredita que o melhor será por meio do concurso público, mas como dito pela Assessora Jurídica, o Legislativo tem o papel de legislar e o Executivo, de executar. Disse

que aquilo que for bom para o Município, os Vereadores estarão de acordo e o que não servir para o Município, ele estará contra, não por ser líder da Prefeitura, mas por estar dentro da lei. Disse que concorda com muitas palavras do Vereador Sebastião, citou que havia sido chamado para uma situação constrangedora no posto de saúde, coisas que tem de ser questionadas, tem pessoas que ganham para isto e realmente tem que exercer. Disse que é vergonhoso uma Câmara ao lado do posto de saúde e deixa o registro para que passe ao Executivo para que tome providências, pois quinze por cento para a saúde no orçamento do Município é excessivamente valoroso. Acredita que precisa haver uma certa mudança, o quadro de funcionários do posto as vezes nem hospital tem, porém as vezes tem falhas e não custa o Secretário vir aqui para passar a situação e mesmo se a pessoa for de outro município, chegou aqui tem de ser atendido, é lei e tem de ser cumprido. Gostaria que o Secretário de Educação, Saúde ou qualquer outro Secretário viesse aqui, o que esteve sob sua alçada durante o tempo em que esteve lá, se os Srs. Vereadores quiserem saber, está à disposição, da sua secretaria ele sabe muito bem, mas da área dos outros não sabe, pois cada setor tem o seu responsável. Em seguida o Vereador João Carlos disse que não poderia deixar de falar sobre as coisas que vêm acontecendo no Município, o posto de saúde era para ser um orgulho, mas por falta as vezes de competência, é uma decepção muito grande, num horário destes estar fechado com tantos profissionais da área, mas mal distribuídos, sendo que falta de pedido não foi, citando a resposta absurda aos seus requerimentos. Repudiou o ocorrido com o pessoal que mostrou interesse em estar fazendo sua festa de carnaval, afirmando que os de fora têm privilégios, como churrasco e os daqui nem o respeito de desligar a música para que eles pudessem tocar, ainda tiveram um bobo que não faz parte do bloco para atrapalhar, o que é uma ignorância e se não apóia, pelo menos não deveria atrapalhar, citando o trabalho que o Gomes faz com os meninos na fanfarra todo 7 de setembro e no entanto no ano passado trouxeram uma fanfarra de fora para também se apresentar, questionando se o pessoal de Ijaci só serve a cada quatro anos no período eleitoral, enquanto que no período da administração são ignorados e pisoteados. Sobre esta promessa, disse que não acredita em político, pois várias vezes presenciou promessas para fazer coisas de interesse público e até hoje não lhe deram nenhuma manifestação contrária ou favorável a seu pedido. Disse que seus requerimentos são barrados, mas graças a Deus não pede nada para si, mas para o interesse de nossos moradores, jamais pediu alguma coisa particular, pois é muito satisfeito com o que tem e o cargo a ele confiado pelos eleitores, tem por obrigação exercer com muita responsabilidade. Disse que festa do peão deste porte é vergonhosa, enquanto os buracos das ruas por toda cidade estão sendo tapados com muafa, o dinheiro vai embora e Ijaci fica somente com os prejuízos, as ruas intransitáveis, no bairro da Serra não tem jeito nem de andar de carro, não tem rede de esgoto, nem asfalto e quando chove não dá nem para comentar, o mesmo acontecendo com o bairro São Mateus que é um povoado pequeno, enquanto coisas desnecessárias estão sendo feitas, citando o prédio novo da Prefeitura que está sendo construído porque não tem onde pôr mais gente lá dentro, pois o que prevalece é o interesse particular. Mencionou palavras do Vereador em relação ao caso da Vânia e afirmou que não fizeram a casa para ela porque ela não tem nome de tradição na política, ela não tem parente, mas somente quatro meninas inocentes e isso não é de interesse para um político, pois crianças não votam e isso não é interessante. Disse que deveriam tratar essas pessoas com mais respeito, pois estas lutam por uma vida mais digna e não têm oportunidade nem de trabalho, muito menos de moradia. Disse que o Vereador Fábio estava empenhado em fazer a casa, porém deixou o cargo e pelo jeito ninguém mais fala disso. Sobre o projeto de resolução para uso do telefone, disse que não é de acordo, porque este é utilizado por algumas pessoas que não têm condições de comprar nem um cartão e não adianta barrar aqui, quando na Prefeitura já se deparou com reclamações de servidor que não atendeu porque estava usando internet ou jogando paciência e isto sim deveria ter uma fiscalização, pois ao invés de estar trabalhando, está brincando, comprando na internet ou acessando coisas desnecessárias, ou usando telefone para coisas que não são de interesse do Município. Finalizou Solicitando que fosse enviado uma moção de agradecimento ao Sr. Gomes e todos os integrantes deste bloco de carnaval que foi conquistado com esforço deles e muito honra em ter ajudado, deveria ter tido mais incentivo por parte da Administração e não do jeito que fizeram, atrapalhando o desempenho deles. O Sr. Presidente disse que em relação ao uso do telefone, deixou bem claro para os servidores que as ligações para pessoas que necessitam ou que dependem de uma certa urgência não estão proibidas e pediu que a Assessora Jurídica explicasse sobre a expressão "ligações estranhas à Câmara

Municipal" constante do projeto, tendo esta dito que são aquelas ligações particulares que não têm nada a ver com os serviços da Câmara, como ligações particulares para lojas. Disse que na redação inicial o projeto era mais abrangente e por sugestão dos demais servidores, a redação ficou mais simples e qualquer outra expressão poderia impedir e proibir mais ligações, sendo que pelo projeto, a intenção é que tenha um documento que relatasse todas as ligações. Prosseguindo, a Vereadora Jussara comentou sobre o projeto de resolução nº 01, afirmando que no ano passado como Presidente foi surpreendida com uma elevação do valor do telefone, que chegou a R\$506,67 e depois que foi implantado o sistema de anotação das ligações, houve uma queda chegando a R\$286,00 e R\$228,00, uma redução de cinquenta e sete por cento. Disse que não sente vergonha de vir aqui e assinar e falar que usou, pois o telefone daqui não é para ligar para qualquer lugar e que na sua casa o telefone é controlado, não ficando escancarado para os filhos e aqui também merece ser, por isso apóia o uso do telefone neste sentido. Sobre o projeto de resolução nº 02, disse que achou boa a idéia do Vereador Sebastião, porque o Assessor Jurídico não é só para o Presidente, mas para todos os Vereadores e necessidades da Câmara, o que a Dra. Isis vem fazendo com muita garra e responsabilidade, atendendo a todos por igual e assim está de acordo. Em relação aos cursos, disse que gosta de fazer e se o Presidente permitir, irá fazer o do Fundeb, pois é a primeira vez que está como Vereadora e precisa aperfeiçoar, não pode ficar parado no tempo e nestes encontros a pessoa tem idéia do que acontece nas outras câmaras e noutras cidades, é uma integração de projetos que pode ser trazida para sua cidade. Sobre o Fundeb, disse que é parte da educação e é uma coisa nova e esta é uma oportunidade de ser repassado para a gente na integra por um excelente professor que é o Luciano Adiel Lopes e assim sente a necessidade de aperfeiçoar, melhorar e pelo menos tentar fazer o melhor. Sobre o projeto das professoras, conforme foi combinado no Executivo pela Sra. Prefeita, disse que como Vereadora continuará a cobrar, estará vigilante para que estes projetos cheguem o mais rápido possível, porque até agora a gente tem que acreditar e correr atrás. Sobre sua indicação, disse que a Darlene veio falar em nome dos moradores das ruas próximas ao local de realização da festa do peão, para que se faça a limpeza destas todos os dias, a fim de eliminar o mal cheiro provocado pelas fezes e urina nos passeios e assim concorda que as ruas precisam ser lavadas e tem que ser por conta de quem ganhou a licitação para a realização da festa e quando terminar, deve ser feita a limpeza também no local da festa e não deixar toda aquela sujeira para depois a Prefeitura limpar. Prosseguindo, a Vereadora Catarina pediu que fosse incluída a Avenida 31 de Dezembro, bem como a Praça na limpeza por ocasião da festa do peão, pois os moradores de perto pediram e não é só lavar, mas também jogar creolina. Sobre o projeto do telefone, disse que está de acordo, é uma coisa que deu certo e não custa nada usar e assinar e se alguma pessoa carente ou num caso de urgência precisar, os servidores têm todo apoio, é só anotar. Sobre a escola, como falou para a Débora, vamos bater em cima, afirmando que juntamente ao Presidente e o Vereador Rômulo estava na reunião e a Prefeita deu sua palavra e espera que até a semana seguinte tenham uma resposta, pois está passando da hora. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, sendo registrado o pedido dos Vereadores Sebastião e Fábio para votação do projeto de resolução nº 02 em regime de urgência, tendo o mesmo sido aprovado pela unanimidade do Plenário. Em seguida, fez-se a votação dos requerimentos, sendo que o de nº 1 foi aprovado após obter 6 (seis) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário, vencido o Vereador Fábio que afirmou que as despesas da Festa do Peão já foram licitadas, tendo o Sr. Presidente, autor da proposição, dito que o pedido é para contratar os serviços do palhaço Risadinha por conta do organizador do evento. Os demais requerimentos foram aprovados pela unanimidade, determinando-se seus envios, aditando-se o pedido verbal da Vereadora Catarina. Após fez-se a votação do projeto de resolução nº 02/2007 que "regulamenta nomeação para o cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal" sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, transformando-se na Resolução Legislativa nº 472. O projeto de resolução nº 01/2007 foi enviado às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental. Em seguida ficou decidido que em decorrência da Festa do Peão, a próxima reunião ordinária seria realizada na sexta-feira, dia 02 de março, a partir das 16h30 (dezesesseis horas e trinta minutos). Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a 2ª reunião ordinária que será realizada no dia e horário acima citados para deliberação de projetos em pauta e assuntos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos

da 1ª reunião ordinária desta Câmara na Sessão Legislativa de 2007. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 02 (dois) dias do mês de março de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara às 16h30 (dezesseis horas e trinta minutos) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos, tendo o Sr. Presidente determinado se fizesse um minuto de silêncio como homenagem póstuma ao Sr. Roberto de Carvalho de Souza, falecido na quarta-feira, dia 28 de fevereiro. Após fez-se a leitura da ata da 1ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura de um comunicado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e três comunicados do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Ofício nº 31/2007 subscrito pelo Engenheiro Marcus Túlio Saporetti, Coordenador Regional do DER/MG em resposta ao ofício nº 09/2007 desta Câmara enviado a partir de indicação do Vereador João Carlos Espedito. Ofício nº 13/2007 subscrito pelo Secretário Municipal de Educação, Sr. Sebastião Wagner Mendonça, solicitando indicação de um representante do Poder Legislativo para integrar o Conselho Municipal de Alimentação Escolar para o mandato de 2007/2008, membros efetivo e suplente. Dois Convites enviados pela Sra. Prefeita, sendo um para as festividades em comemoração ao 44º Aniversário de emancipação político-administrativo do Município em que seria realizada a 14ª Festa do Peão de Rodeio e outro para participação na solenidade do programa Máquinas para o Desenvolvimento que seria realizada no dia 05 de março de 2007 no estádio Mineirão em Belo Horizonte, quando o Município estaria recebendo uma motoniveladora. Prosseguindo, fêz-se a apresentação do projeto de lei nº 09/2007 que “estabelece normas de proteção do patrimônio cultural do Município de Ijaci e dá outras providências”. Leitura do projeto de lei nº 10/2007 que “dispõe sobre o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB” e leitura do projeto de lei nº 11/2007 que “altera redação do Anexo I da lei complementar nº 851/2005, alterada pela lei complementar nº 905/2007 e anexo I da lei complementar nº 873 de 21 de junho de 2006 e dá outras providências”. Dando seqüência, o Sr. Presidente cumprimentou a todos, dizendo que era uma alegria ter uma visitante do Bairro da Serra e falou para a Professora Débora que o projeto de lei está aqui para ser analisado pelos Vereadores e acredita que será aprovado. Franqueada a palavra, o Vereador Sebastião disse que se o projeto está errado ou não, vai ser aprovado, porque a Câmara já acostumou a votar errado. Disse que o secretariado da Prefeita, não sabendo se ela também tem culpa nisto, fica o mês inteiro sentado e depois manda para cá e é feito por garganta abaixo, a Câmara virou casa da Maria Joana e assim ele está decepcionado com política, pois a partir do momento que começa errado, termina errado e não tem como não aprovar o projeto das professoras, porque em vinte e quatro horas aprovou a doação de quinze mil reais para o Estado, aprovou aumento de cinco cargos comissionados e, no entanto eram nove e assim a coisa está funcionando deste jeito. Disse que culpa em parte os Vereadores porque deveriam cobrar mais da Prefeita, para que tomasse uma postura de maior organização, porque desta maneira está sem jeito até de participar de reunião, de agora para frente vai assinar seu nome e sair da reunião, os demais Vereadores é que analisem e façam o que for melhor. Solicitou que fosse enviado expediente para a Prefeita, porque algumas auxiliares de serviços gerais estão reclamando que passaram no concurso, estão excedentes e na Prefeitura estão colocando pessoas nomeadas em cargo de confiança para fazer o serviço que é delas e assim gostaria de verificar, pois se isto estiver acontecendo, ele mesmo vai tomar as providências, doe em quem doer, porque quem passou no concurso tem direito, citando o caso da Débora que correu atrás, o projeto foi enviado e acredita que será aprovado, embora os Vereadores deveriam ter mais tempo para analisar estes projetos, porque o projeto chegou na quarta-feira depois do horário de expediente, quinta-feira foi feriado e naquele dia ele teve ciência do projeto pouco antes da reunião, foi lido, mas deveria ser bem analisado para no final das contas não prejudicar ninguém. Disse que todos têm direitos, deveres, mas também limites e não está satisfeito com o que estão fazendo de lá para cá e como disseram que ele estava com medo, mas, no entanto afirma que está é com vergonha, voltando citar a aprovação do projeto para doação de quinze mil reais para o Estado, quando são quatro municípios na Comarca e Ijaci está doando a maior parte, sendo que Lavras deveria ter maior participação. Assim as coisas precisam ser analisadas para que todos saiam beneficiados. Prosseguindo, a Vereadora Jussara disse que nesta semana esteve empenhada no projeto das professoras afirmando que foi um trabalho muito grande e ficou alegre por ter sido enviado e o Executivo ter cumprido o que foi prometido, embora tenha vindo vinculado a outros cargos, mas tem para si que a educação precisa estar em primeiro lugar e acha que deveria ser votado de maneira rápida, mesmo tendo outros cargos vinculados. Disse

que entendeu o projeto e para ela a educação é prioridade e quer agradecer ao Executivo, parabenizando a Prefeita Maria Horaci que cumpriu o que prometeu e no intervalo acredita que os Vereadores vão terminar de entender o projeto para colocá-lo em votação. Em seguida o Vereador João Carlos mencionou a festa do peão, não sabe se os presentes gostam, mas ele não está satisfeito com esta elevação da festa, achando desnecessária, pouca gente de Ijaci aproveita e naquele dia ficou chateado, porque deparou com várias crianças pedindo ingressos para o parque, sendo que no primeiro ano mandaram cinquenta, no ano passado mandaram vinte, sendo que ele nem aceitou e neste ano não foi destinado nenhum ingresso à sua pessoa e alguns companheiros falaram que ele teve acesso e assim gostaria de deixar bem claro que ele não recebeu nenhum e se tivesse era para distribuir para o povo, pois não fica com ingressos para fazer agrado para sua família. Reafirmou que se tivesse, seria para dar para aquelas crianças que não tem onde tirar e seu sonho é que um dia, nem que seja fora da festa, as crianças tivessem direito e oportunidade de brincar de graça, já que é tanto dinheiro que se gasta nesta mega festa que não traz benefício nenhum para a cidade, pelo contrário, deixa só um cheiro horrível nas ruas e muita intranquilidade para os moradores que às vezes têm medo de ir à festa e deixar suas casas, porque Ijaci às vezes depara com marginais da pior qualidade. Disse que fica indignado porque enquanto o pessoal de Ijaci fica em contato com pessoas sabe lá de que categoria, atrás do palco tem um cercado para as autoridades ficarem protegidas e assim está decepcionado e desgostoso com esta festa, nem lá está indo, traz alegria só por quatro dias e depois fica o transtorno para o resto do ano, pois este dinheiro faz falta para outras coisas, citando que muita gente tem reclamado de exames que estão na fila de espera no posto de saúde porque não são pagos, dinheiro para aplicar na educação, citando que o anfiteatro ficou bonito, mas fica parado e assim acha que o dinheiro público deveria ser empregado em coisas mais úteis para a população, citando ainda rede de esgotos, asfalto, iluminação pública, casas populares e não está vendo nenhum projeto de desapropriação para construir estas casas, somente para a Câmara e construção deste hospital, que dizem será somente para mulheres, coisa que não atende todo o município. Sobre o projeto de lei nº 11, disse que aproveitando para resolver o problema da educação, injetaram várias coisas para que a gente resolva o problema político da administração, mas apesar de tudo, uma coisa compensa a outra e relativamente os cofres serão pouco afetados. Disse que concorda com a extinção de cargos com vencimentos de mil e quatrocentos reais, o que é um absurdo, se fossem preenchidos por pessoas que realmente trabalhassem, era bem empregado, mas os cargos de confiança ficam sem fazer nada, às vezes estão lá por proteção política. Disse que este projeto será proveitoso, fica bem claro que é um projeto político, porém o concurso deixou muita gente de Ijaci fora dos cargos, na sua opinião nem tinha feito este concurso, continuava com os contratos que eram ilegais, mas de interesse do Município, a gente não estaria fazendo nada de mais, estaria aprovando pessoas para trabalhar e pelo contrato tem como exigir mais das pessoas, os cargos de confiança têm proteção política e assim preferia contratações, porque se poderia cobrar mais. Dando sequência, a Vereadora Catarina disse que estava feliz pelo envio do projeto para nomeação das professoras, pois estavam lutando por isso e conseguiram, mais uma vez a palavra que a Prefeita deu para nós foi cumprida. Esclareceu ao Vereador João Carlos que foi procurada na noite anterior pela Vânia que estava com as quatro crianças. Disse para ela que ainda não havia pegado os ingressos, mas que no dia seguinte iria lhe conseguir os quatro ingressos e comentou que achava que os demais Vereadores também tinham ganhado, porque nos outros anos foi repassado para todos, perguntou para a Vereadora Jussara e Vereadores Rômulo, Carlos e Roosevelt, no entanto, se agora faltou, ela não sabe, fez a sua parte, deu os quatro ingressos para a Vânia e procurada por mais crianças na loja, fez o que pôde fazer. Disse que foi ela mesmo que falou para a Vânia procurar o Vereador João Carlos e ainda falou bem do mesmo para a Vânia, citando que ele gosta muito das crianças e se ele houvesse pegado os ingressos, com certeza guardaria para elas. Porém se o ofendeu em alguma coisa, pede-lhe desculpas, porque o interesse não foi de atingi-lo, sabe que o Vereador tem o maior carinho para com as crianças da Vânia e não só com elas, mas quem este pode ajudar, ele ajuda, mencionando ainda a Vereadora Jussara que também deveria lhe dar ingressos, pois a Vânia tem quatro crianças, o ingresso custa dois reais e quando estas entram nos brinquedos, não querem sair, como pôde presenciar e assim os Vereadores que ganharam, se puderem passar para a Vânia, ela agradece porque sabe de sua dificuldade. Em seguida o Vereador Fábio disse que queria deixar bem claro que não sabia qual é o objetivo desse ingresso e jamais quer se envolver com isso. Solicitou que fosse enviado expediente para a Sra. Prefeita solicitando um projeto de lei de incentivo ao produtor rural de nosso Município, já havia conversado neste sentido e está aguardando, pois isto é um meio de granjear mais emprego e mais qualidade de vida para os moradores de nosso Município e assim faz mais uma vez esta solicitação para a Digníssima Prefeita. O Sr. Presidente disse que a respeito dos ingressos, ele conversou com o Cláudio e este disse que os ingressos destinados aos Vereadores estavam com a Prefeita, foi simplesmente isso que aconteceu, ele pegou a sua parte, mas quanto aos demais Vereadores, ele não sabe informar. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, sendo registrado o pedido das Vereadoras Jussara e Catarina para votação do projeto de lei nº 11 em regime de urgência, tendo o mesmo sido aprovado pela unanimidade do Plenário. Anunciada a votação do projeto de resolução nº 01/2007, o Vereador Roosevelt pediu vistas ao mesmo, sendo-lhe concedido nos termos regimentais. Após fez-se a votação do projeto de lei nº 11/2007 que “altera redação do Anexo I da lei complementar nº 851/2005, alterada pela lei complementar nº 905/2007 e anexo I da lei complementar nº 873 de 21 de junho de 2006 e dá outras providências” sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação,

determinando-se o envio da proposição de lei ao Executivo para fins de sanção. Os projetos de leis nº 9 e 10 foram enviados às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental. Em atendimento ao pedido do Secretário Municipal de Educação, conforme ofício nº 13/2007, ficou decidido pela indicação da Vereadora Jussara Alves Resende para representar o Legislativo como membro titular no Conselho Municipal de Alimentação Escolar e indicado o Vereador Rômulo para suplente. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária no dia 9 de março, a partir das 19 horas para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 09 (nove) dias do mês de março de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara às 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e uma assistente. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 2ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a apresentação de um exemplar do informativo do Executivo e Legislativo de Ibituruna. Comunicado da empresa São Cristóvão em resposta ao ofício nº 10/2007 desta Câmara enviado a partir de indicação do Vereador João Carlos Espedito. Comunicado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca de liberação de recursos para manutenção de programa no Município. Convite subscrito pelo Administrador da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Padre Marcos Alexandre Pereira, para festividades da Semana Santa em nosso Município. Convite enviado pela Secretaria de Saúde de Santo Antonio do Amparo para inauguração da Unidade Básica de Saúde do Bairro Areão daquele Município. Convite subscrito pelo Sra. Nilza Maria Soares Pereira, Supervisora Pedagógica da Escola Estadual Maurício Zákhaia para solenidade em comemoração dos 70 anos daquele educandário que seria realizada no dia 13 de março. Comunicado sobre a composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Lavras para o ano de 2007. Convite subscrito pelo Chefe do Departamento de Esportes, Natal Borges de Jesus para participação nas finais do 1º campeonato municipal de verão que estavam sendo realizadas naquela data. Ofício nº 39/2007 encaminhando balancete da receita e despesa da Prefeitura Municipal referente ao mês de fevereiro de 2007. Requerimentos nº 1 subscritos pelo Vereador João Carlos Espedito indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita reclamando da propaganda enganosa acerca do curso de pré-vestibular da Ufla em parceria com a Prefeitura Municipal de Ijaci, onde era afirmado através do carro de som que não haveria custo e, no entanto as pessoas que se inscreveram foram surpreendidas com a cobrança de taxa de R\$50,00 no início e no final do curso, solicitando que futuramente sejam evitadas estas falsas notícias. Nº 2 subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita repudiando certos procedimentos adotados por ocasião da Festa do Peão, notadamente o cercado repleto de iguarias reservado às autoridades do Município e principalmente de fora, quando poderiam perfeitamente ficar junto ao povo, como acontece de quatro em quatro anos nas campanhas eleitorais e como esta festa parecer ser indispensável e inevitável, nos próximos anos, o gasto acima mencionado deveria ser revertido para a limpeza e lavagem das ruas com desinfetante como meio de evitar o mal cheiro, a limpeza do local onde é realizada a festa, pois até a quinta-feira, os moradores vizinhos foram obrigados a suportar o mal cheiro do lixo e carniça em decorrência de carnes em decomposição e ainda seja garantido que pelo menos num dia, as crianças do Município possam brincar gratuitamente no parque de diversões, pois muitas de nossas crianças só ficaram na vontade, enquanto as de outras cidades divertiam-se nos brinquedos, salientando que se tiver que fazer alguma coisa, que seja feita para nosso povo, pois o aniversário é do Município e o mais justo é que nossos moradores sejam beneficiados e não somente as autoridades. Nº 3 subscrito pelo Vereador Roosevelt Aparecido Gomes juntamente ao Sr. Presidente indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando, a pedido dos moradores do Bairro Ipiranga, que seja periodicamente jogada água nas ruas do referido bairro, como meio de apagar a poeira que a partir desta época do ano se torna muito intensa e requerimento nº 4 subscrito pela Vereadora Catarina Gonçalves de Castro indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita agradecendo e parabenizando-a pelo brilhantismo da 14ª Festa do Peão e pela animada festa de carnaval que foram momentos de alegria e descontração em nosso Município, destacando-se ainda a tranquilidade com a qual tudo transcorreu, sem nenhum incidente ou confusão. Parabeniza ainda a Sra. Prefeita pela Administração como um todo, vez que a mesma vem sendo alvo de diversas conquistas importantes como nunca visto em nosso Município. Em relação aos projetos, fez-se a leitura de emenda modificativa apresentada pela Vereadora Jussara Alves Resende ao projeto de lei nº 10/2007. Dando seqüência, o Sr. Presidente cumprimentou a todos e parabenizou as servidoras Dra, Isis, Magali, Oristéia e as

Vereadoras Catarina e Jussara, bem como a visitante Alessandra pela passagem do Dia Internacional da Mulher, salientando que em Ijaci as mulheres vêm se destacando em vários setores, dentre estes a política. Como prova disto citou a Prefeita e duas Vereadoras, uma das quais, a Vereadora Jussara, exerceu dignamente a presidência desta Câmara no ano passado. Reafirmou suas felicitações às mulheres, desejando-lhes muito sucesso e prosperidade nos diversos setores de nossa sociedade. Franqueada a palavra, o Vereador Sebastião falou sobre o trâmite normal dos projetos, vez que são poucas pessoas que hoje participam das reuniões e quando é para beneficiar a Prefeita manda os projetos e as pessoas interessadas. Disse que não planejam nada, depois mandam e a Câmara tem que se virar e das pessoas que vêm nas reuniões, boa parte são funcionários e vêm quando vão ser beneficiadas e assim o projeto é colocado em votação em regime de urgência, prejudica a sua pessoa e talvez alguns Vereadores, porque o projeto é votado rapidamente. Citou que na reunião estava presente somente a Alessandra que está sempre participando, os outros só participam quando vão ser beneficiados e se aparece um projeto errado, os Vereadores votam errado, porque votam sob pressão. Assim os projetos deveriam ser passados para as Comissões, analisados e votados de acordo com o que precisa e não de uma hora para outra como vem acontecendo. Mencionou requerimento feito anteriormente para que instalassem proteções laterais numa ponte na localidade do Passa Três e o que avisou na época acabou acontecendo, pois teve a informação que um carro caiu no local, justamente por falta desta proteção. Enquanto se gasta muito dinheiro de maneira desordenada, uma coisa que é tão barata para o Município não é feita e desta forma indicou envio de expediente para ver se fazem esta proteção ainda neste mandato ou informem que não vão fazer. Questionou o Sr. Presidente ou a Tesoureira sobre o que fazer com o Banco Credigrande, pois não está conseguindo trocar seu cheque, não tem tempo para ficar indo lá todas as vezes, conversou com a gerente e só conseguiu trocar seu cheque no Bradesco e assim gostaria de ver com os Vereadores, pois se não tiver jeito, deveria trocar de banco. Finalizou reafirmando que os projetos deveriam ser passados para as Comissões para serem analisados, evitando muitos transtornos como no ano de 2005, onde muitos projetos foram votados às pressas. Na Prefeitura deveriam fazer as coisas certas, porque têm mais tempo que os Vereadores. O Sr. Presidente disse ao Vereador que já conversou com a Gerente do Credigrande e já foi resolvida esta questão da troca de cheques. Após, cumprimentou o ex Vereador Arnaldo Lázaro da Silveira que a partir daquele momento passou a fazer parte da reunião. Dando seqüência, a Vereadora Jussara fez alusão à comemoração do Dia Internacional da Mulher, destacando alguns pontos da luta das mulheres por igualdade e respeito, citando que no dia 8 de março nos Estados unidos, tecelãs foram reprimidas e mortas dentro da fábrica e no Brasil em 1932, a mulher conquistou o direito de votar. Enfatizou que em Ijaci também não é diferente, pois a mulher tem desempenhado seu papel na política. Em 1992 foi eleita a primeira Vereadora e desde então as mulheres estão sendo representadas em todas as Legislaturas e agora temos uma mulher administrando o Município com muita seriedade e honestidade, a nossa Prefeita Maria Horaci. Disse que “nós, mulheres queremos igualdade de direitos, parcerias e oportunidades iguais entre homens e mulheres”. Mencionou que há anos foi usada a seguinte frase: “atrás de um grande homem, uma grande mulher”, porém hoje esta frase soa melhor assim: “ao lado de um grande homem, uma grande mulher”, afinal de contas o lugar de mulher é em todos os lugares. Em seguida entregou uma mensagem para a Vereadora Catarina, Servidoras Isis, Magali e Oristéia e visitante Alessandra e entregou o quadro com sua fotografia para ser afixado na galeria dos ex Presidentes da Câmara, na qualidade de primeira mulher a exercer tal cargo. Dando seqüência, o Vereador Roosevelt parabenizou as Vereadoras, servidoras e visitante pelo dia internacional da mulher. Da mesma forma, o Vereador Fábio parabenizou as Vereadoras, servidoras, visitante e todas as mulheres pela passagem do seu dia, deixando a mensagem do livro dos provérbios no capítulo 14 onde diz que “toda mulher salva e edifica sua casa, porém a insensata a derruba com suas próprias mãos”. Disse que as únicas pessoas que não fracassaram são aquelas que nunca tentaram e assim deixa registrada a sua homenagem a todas mulheres e que continuem lutando para que todos ganhem com isto. Em seguida, a Vereadora Catarina parabenizou as mulheres, de modo especial a Vereadora Jussara pela sua conquista de ser a única mulher na galeria de ex Presidentes desta Câmara e deseja que esta continue sempre nesta carreira, porque vai longe, estendendo seus cumprimentos às servidoras. Quanto ao visitante Arnaldo, cumprimentou-o sendo esta a primeira vez que ele vem na Câmara neste mandato, convidando-o a voltar sempre. Cumprimentou ainda a Prefeita Fia pela administração e agradece a todos, em especial a Deus por estarmos aqui. Por fim, o Vereador Marleu parabenizou as vereadoras e servidoras e quanto ao visitante Arnaldo, o convidou a voltar sempre. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, sendo registrado o pedido da Vereadora Catarina para votação do projeto de lei nº 09 em regime de urgência, bem como o pedido do Vereador Roosevelt para votação do projeto de lei nº 10 em regime de urgência, sendo ambos aprovados pela unanimidade do Plenário. Após, o Sr. Presidente consultou o Plenário acerca da liberação da palavra ao visitante, Sr. Arnaldo Lázaro da Silveira, sendo aprovada à sua unanimidade. O Sr. Arnaldo disse que veio trazer uma reclamação e ao mesmo tempo irá precisar de uma certidão e um parecer da Câmara para que ele possa tomar providencias para um problema que se não for resolvido em Ijaci, irá para o Ministério Público. Disse que a reclamação é em relação a uma fábrica de blocos que existe na divisa com sua casa e chegou a um ponto que não agüenta mais. Disse que no dia 03 de novembro de 2006, através de seu advogado, fez um ofício pedindo a Prefeita que tomasse as devidas providencias, foi pedida uma lista de assinaturas dos moradores contra o barulho, palavras de baixo calão, hora incerta para começarem o trabalho,

citando que naquele dia, às cinco e meia da manhã já estavam trabalhando. Na maior parte das vezes não tem como atender telefone em seu escritório, o muro treme e já pediu para eles regularizarem e não foi atendido e desta forma não ficará mendigando para ninguém porque não precisa disto. Disse que não obteve resposta quanto ao seu ofício e no dia 15 de fevereiro começaram a trabalhar por volta das quatro horas da manhã e conforme instrução do advogado, em primeiro lugar deveria procurar a Prefeita, depois a Câmara de Vereadores e depois o Ministério Público. Procurou a Prefeita que lhe mandou uma declaração e ficou o dito pelo não dito, mencionaram que estão fazendo um distrito industrial e diante disto questionou aos Vereadores sobre quando este distrito iria ficar pronto, pois não mencionaram a data. Afirmou que na sua época como Vereador, não era permitido que máquina do Município trabalhasse para firma particular e assim questionou se houve mudança na lei permitindo que máquinas trabalhem para firmas com fins lucrativos, pois às vezes está reclamando de uma coisa que agora é permitido por lei, porque muita gente precisa da máquina, mas se não houve alteração é uma injustiça muito grande. O Sr. Presidente disse que caso o Vereador Fábio, que esteve mais tempo na Prefeitura, quisesse responder que esclarecesse ao visitante, como também os demais Vereadores, tendo o Vereador Sebastião dito que a questão trazida pelo visitante é uma coisa muito boa e pelo que sabe como Vereador na Legislatura passada e nesta, não teve emenda e como trabalha e não tem tempo para ficar olhando muita coisa, cabe ao eleitor de Ijaci trazer a denuncia, onde e para quem essas máquinas estão trabalhando e caso achar que aqui não vai ter prosseguimento, que procure um órgão maior que dê respaldo. Disse que a atitude do visitante é certa, está correndo atrás de seu direito e deve trazer a denuncia fundamentada e a Câmara é obrigada a tomar uma posição. Disse que o Executivo não deu nenhuma previsão de quando vai ser construído o Distrito Industrial e assim é preciso cobrar. Quanto às máquinas, aqui não teve nenhuma emenda e se tem a lei proibindo, então não pode. O Vereador Fábio disse que até o dia 19 de janeiro, ele poderia responder como Secretário, a partir daí faz parte do Legislativo. Afirmou que isso precisa ser documentado para que possa ser respondido de forma legal e para que os Vereadores possam passar para a Prefeita, tem que ouvir as duas versões e o que tiver que ser feito em nível de Legislativo, a gente de maneira nenhuma vai fugir, mencionando ainda que dentro do Executivo também existem pessoas competentes para estar respondendo e dando respaldo sobre isto. Prosseguindo o visitante disse que sempre via uma máquina nova trabalhando na fábrica de blocos e pensava ser de uma das firmas de Ijaci, no entanto a máquina é da Prefeitura que trabalha na parte da manhã numa média de trinta a quarenta minutos, sendo que na parte da tarde, não são todos os dias. Disse que naquele dia a máquina trabalhou vinte e oito minutos, já que estava lá e marcou, mas tem dia que trabalha quarenta e cinco minutos, carrega areia e outras coisas para dentro da fábrica e isso não é de agora, até fotografou, só que por causa das chuvas a foto não saiu direito. Afirmou que os moradores da Rua João Francisco Lopes vêm a máquina trabalhando pois é difícil um dia em ela não vai e o operador é o filho do "Pequeno" que pelo sinal não gosta de sua pessoa e nem o visitante gosta dele, mas não se importa e nem está culpando quem está indo e nem quem está mandando, acha que deveria saber qual é a autorização, já que é um desrespeito muito grande, fabricam e vendem blocos e assim têm condições de pagar uma máquina para fazer o serviço. Disse que está fazendo a denuncia, se os Vereadores quiserem ver poderão ir até lá por volta das seis e meia a sete horas e verão a máquina trabalhando lá. Afirmou que é cidadão, tem uma empresa, paga ISS caro e acha uma injustiça seu menino ter que ir para a casa da namorada para estudar por causa do barulho das máquinas e pelo Plano Diretor, esta fábrica não pode funcionar no centro da cidade. Assim quer uma posição dos Vereadores, se estes podem lhe ajudar, tem tempo para isto e se não for resolvido irá para o Ministério Público, seja de Lavras, Belo Horizonte ou Brasília. Espera que dentro de trinta dias possa vir aqui para que a Câmara dê uma declaração ciente do fato. O Vereador Roosevelt pediu que a Dra. Isis esclarecesse acerca do fato, tendo esta dito que qualquer informação a respeito desse assunto tem que ter o conhecimento da causa, isso está sendo passado agora, a Câmara estará fazendo um pedido para a Prefeita, mas para fazer qualquer comentário, é preciso ver a legislação do Município, senão poderia se cometer uma injustiça e questionou se o visitante iria deixar cópia da documentação citada para que a Câmara pudesse dar um parecer, tendo o Sr. Arnaldo perguntado se havia necessidade de ser por escrito ou poderia ser de maneira verbal, tendo a Dra. Isis sugerido ao Sr. Presidente e Vereadores que toda documentação fosse protocolada, porque de maneira verbal fica difícil e ainda que juntamente aos documentos, fosse feito um requerimento pedindo providencias, pois a Câmara precisa conhecer a matéria para seguir toda legislação, tendo o Vereador Sebastião pedido ao visitante que protocolasse toda documentação pois ele não pode ficar prejudicado, ao que o visitante perguntou se a questão do uso da máquina também precisa ser feita por escrito, tendo sido respondido de maneira afirmativa pelo Vereador Sebastião, ao que a Assessora Isis disse que seria uma descrição do fato. O Visitante agradeceu e se desculpou por estar vindo fazer esta reclamação, mas assume tudo o que faz e na segunda ou terça-feira da semana seguinte entregaria os papeis nesta Câmara. Prosseguindo, passou-se para a votação dos requerimentos, sendo os de nº 1, 3 e 4 foram aprovados pela unanimidade do Plenário em discussão única, determinando-se seus encaminhamentos. O de nº 2 foi rejeitado após obter 2 (dois) votos favoráveis, sendo dos Vereadores Rômulo e Sebastião, 4 (quatro) votos contrários, sendo dos Vereadores Marleu e Roosevelt e Vereadoras Catarina e Jussara e 1 (um) voto em abstenção, sendo do Vereador Fábio, tendo a Vereadora Jussara justificado seu voto contrário, afirmando que esta cortesia não partiu da Prefeitura e sim do Cláudio Promoções. Após fez-se a votação da emenda modificativa ao projeto de lei nº 10/2007 proposta pela Vereadora Jussara sendo aprovada pela unanimidade do Plenário, passando a fazer parte integrante do mesmo.

Em seguida fez-se a votação do projeto de lei nº 09/2007 que “estabelece normas de proteção do patrimônio cultural do Município de Ijaci e dá outras providências” sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação. Após fez-se a votação do projeto de lei nº 10/2007 que “dispõe sobre o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – Conselho do Fundeb, sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação juntamente à emenda proposta e acatada, determinando-se o envio das proposições de leis ao Executivo para fins de sanção. O Vereador Roosevelt devolveu o projeto de resolução nº 01/2007 para o qual tinha pedido vistas na reunião anterior, tendo o Vereador Sebastião dito que este deveria ter sido devolvido no início da reunião para constar na pauta, questionando a Assessora Jurídica como ficaria esta situação, tendo a mesma dito que ele pode ser devolvido agora e entrar na pauta da reunião seguinte, ao que o Vereador Sebastião disse que ele está sendo devolvido para ser votado agora, questionando se há esta lei, tendo o Vereador Roosevelt dito que o Plenário é quem decide, ao que o Vereador Sebastião disse que o Plenário decide, mas tem que ter lei e se o projeto for colocado em votação, ele vai pedir vistas, tendo o Vereador Rômulo dito que também pediria. Feita consulta no Regimento Interno, foi informado que este não diz nada a respeito da devolução de projetos em período de vistas, tendo o Sr. Presidente dito que estava sendo devolvido, mas não foi alegado que seria votado, ao que o Vereador Sebastião disse que agora que foi feito, pois estava sendo devolvido para ser votado naquela reunião e pediu licença para se retirar. O Vereador Rômulo disse que o Vereador Roosevelt deveria ter pronunciado em voz alta para que não houvesse este mal entendido, ao que o Vereador Roosevelt disse que não está errado em devolver, pois não está pedindo que seja votado, tendo a Dra. Isis dito que pelo bom senso, se devolveu o projeto no final da reunião, ele será votado na seguinte. Questionado se havia pedido vistas, o Vereador Rômulo negou, justificando que pediria se o projeto fosse colocado em votação naquela reunião. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária no dia 16 de março, a partir das 19 horas para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara às 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 3ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura do ofício circular nº 060 de 2007 da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lavras remetendo cópia de proposta de lei complementar municipal para combate ao nepotismo conforme deliberação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público através do ofício circular nº 03/2007. Ofício circular nº 063 de 2007 da mesma Promotoria, contendo requisição de relação de servidores que concorreram nas últimas eleições objetivando a instrução do ofício circular nº 01/2007 do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público. Requerimentos subscrito pelo Vereador João Carlos indicando, após manifestação do Plenário, envio de expedientes, sendo o de nº 2 para a Sra. Prefeita, solicitando que sejam tomadas as devidas providências em relação aos cães que são jogados nas vias públicas causando transtornos aos moradores. Nº 3 solicitando nos termos do § 2º do art. 24 da Lei orgânica Municipal, cópias de todas as portarias de nomeação e exoneração dos cargos comissionados da Prefeitura nos últimos seis meses, contendo a relação dos nomes, bem como os endereços para que sejam repassadas à Promotoria de Justiça. Nº 4 endereçado à Sra. Prefeita e aos advogados da Comissão de Licitação da Prefeitura, solicitando informações acerca das providências que estão sendo tomadas quanto à perfuração do poço artesianos para os moradores das proximidades do Cal Andrezza, salientando que caso esta situação não seja resolvida o mais rápido possível, estará levando o fato ao conhecimento da imprensa. Nº 5 endereçado à Sra. Prefeita reiterando pedido de instalação de rede de esgoto e pavimentação das ruas do Bairro da Serra e Bairro Mateus, solicitando ainda que enquanto tal pavimentação não for concretizada, seja jogada água diariamente nas ruas dos referidos bairros como meio de apagar a poeira, solicitando por último que também seja jogada água diariamente nas ruas do Bairro Córrego Pintado. Requerimento nº 6 subscrito pelo Vereador Roosevelt Aparecido Gomes, indicando após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando em nome dos moradores da localidade de Contendas, determinação ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano para a possibilidade de instalar mais duas manilhas no acesso ao pátio da igreja da referida comunidade, vez que no local a algum tempo foram instaladas quatro manilhas, porém o espaço não está sendo suficiente para a manobra de veículos. Em relação aos projetos, fez-se a

leitura e envio às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental do projeto de lei nº 12 que “autoriza assinatura de convênios para implantação de projetos sociais e dá outras providências” e projeto de lei nº 13 que “dispõe sobre denominação de logradouro público”, ambos encaminhados através da mensagem nº 04/2007. Foi mencionado ainda o projeto de resolução nº 01 em pauta para 1ª discussão e votação. Dando seqüência, o uso da palavra foi liberado para o Sr. Higo Tadeu Alvarenga devidamente inscrito que se apresentou como funcionário do Banco Sicoob e veio à reunião para esclarecer alguns fatos, inclusive o acontecido com o Vereador Sebastião a quem pediu desculpas pelo transtorno e em relação à troca de cheques, o Banco Central envia algumas normas de segurança e o cheque nominativo só pode ser pago para a pessoa cuja denominação consta no cheque. Como Ijaci é uma cidade pequena e ele conhece todas as pessoas, não vê nenhum problema em trocar o cheque para a esposa ou filho de quem o cheque foi nominado, mas se alguém for na agência de Lavras, terá problemas a este respeito. Disse que a pedido da gerente Priscila, veio para sugerir às pessoas que não podem trocar o cheque pessoalmente, que passem uma procuração para um responsável visando evitar maiores transtornos, pois se ele tiver ausente e a pessoa que estiver no seu lugar for de fora, por não ter conhecimento dificilmente vai trocar o cheque, reafirmando a sugestão para fazerem uma procuração, colocando-se à disposição para perguntas. Não havendo nenhum questionamento a respeito, o Sr. Presidente cumprimentou a todos, afirmando ser uma grande satisfação receber o pessoal da Serra, alguns Secretários da Prefeitura convidando a todos para continuarem participando das reuniões, pois isto é muito importante. Franqueado o uso da palavra, o Vereador Sebastião cumprimentou a todos, pediu permissão para falar sentado e mencionou os projetos que chegam na Câmara para serem votados sem que o Vereador tenha tempo de analisa-los e acaba votando errado sobre pressão e se há atraso no projeto não é culpa sua, mas de quem está demorando em elabora-los. Disse que teve conhecimento de um processo seletivo no dia do término da inscrição e questionou por que não divulgaram isto, por que isso teve que ficar escondido. Questionou a forma pela qual esta firma foi contratada, se por licitação ou coleta de preços e se ainda veio para fazer somente oito inscrições. Acha que não viria somente para isto e questionou ainda se o dinheiro da inscrição teve o procedimento legal para entrar na Prefeitura. Disse que as coisas estão sendo feitas de maneira errada e não vai cansar de xingar e fica satisfeito de ter o povo da Serra na reunião, pois sempre debateu em cima disto questionando se no ano que vem vão voltar no bairro para fazer as mesmas promessas e depois largar às traças, sem fazer a rede de esgotos e captação de água. Disse que está constado em ata que a Serra é um cartão postal de político mentiroso e acha que é verdade, pois o bairro é sempre deixado por ultimo, lá são mais de oitocentos votos e na hora de votar aqueles eleitores são procurados, mas na hora que precisam, eles ficam de fora. Disse que a situação do bairro é terrível e se não fizer alguma coisa este ano, no ano que vem não tem jeito, pois é ano político, e aí vamos voltar lá, montar no palanque e fazer as mesmas promessas. Voltou a mencionar as votações às pressas, citando que em 2005 foi presidente da Câmara e muitos projetos foram devolvidos para fazer a mesma coisa, porque demoram na elaboração e depois querem enfiar garganta abaixo do Vereador, sobre pressão. Reafirmou que este processo seletivo foi ridículo, em Ijaci, na Serra e em todo lugar tinha muita gente que poderia participar e ouviu comentários que o processo seletivo já tem as pessoas indicadas, também não vai poder afirmar, porque isto é conversa, mas acha que a coisa não funciona assim, a oportunidade deve ser para todo mundo, porque na hora de votar, é o povo de Ijaci que vota. Solicitou fosse enviado um requerimento para a Prefeita para saber se houve licitação para contratar a empresa Exame, que pelo jeito está vindo a troco de oito inscrições, o valor da contratação e se não alcançou o limite, se teve cotação de preços. Disse que ficou sabendo na quarta-feira que a prova seria realizada no domingo seguinte, disseram que publicaram na internet, mas quem em Ijaci poucas pessoas têm acesso à internet, teriam que ter publicado aqui na Câmara, pois é aonde o povo vem, ou no posto de saúde, porque assim dá oportunidade para todo mundo e finalizou afirmando que é contra esse procedimento. A respeito das palavras do Vereador Sebastião, o Sr. Presidente disse que conversou com a Prefeita e esta lhe informou que está para ser começada a rede de esgoto do bairro da Serra, não está prevista a data certa, mas a rede de esgotos e o asfalto ela vai fazer, ela não esqueceu a promessa que fez. Disse que em relação à Serra, ele em parte está satisfeito com a Prefeita, afirmando que tem muita coisa para fazer no bairro, mas ela fez a quadra poliesportiva, ampliou o posto de saúde, fez o calçadão e assim ela não esqueceu da Serra, mora lá e sabe que tem muitas coisas para serem feitas, principalmente a rede de esgotos que é algo que todo mundo está precisando com urgência, assim como o asfalto, mas de um modo geral, dizer que ela esqueceu, ele acha que é até forçado, está lá a vida inteira e para ele, o trabalho dela está de parabéns. O Vereador Sebastião disse que se o Sr. Presidente vê a sua política de um jeito, ele vê de outro, se o Sr. Presidente acha hoje que a Prefeita está excelente para este ponto, ele acha o contrário e não vai se meter na palavra de ninguém, é sua palavra e acabou e a questão é que estamos discutindo o direito da sua palavra. Ele faz essa reivindicação e nada e ninguém lhe muda. O Sr. Presidente disse que está falando como cidadão da Serra e sobre as administrações anteriores, ele não tem o que reclamar delas, mas pelo trabalho que a atual vem fazendo, ele está satisfeito e acredita que ela vai cumprir com a palavra de fazer a rede de esgoto e o asfalto, tendo o Vereador Sebastião pedido licença para se retirar. Prosseguindo, o Vereador João Carlos cumprimentou a todos, pediu permissão para falar sentado, afirmando que em relação ao processo seletivo, não iria criticar, mas pedir documentação que comprove como esta firma foi contratada, como foi cobrada a taxa, acha que os valores cobrados deveriam ter passado pela Câmara e foi muito pouco divulgado, deveria ter sido publicado na Tribuna de Lavras que é um jornal com maior circulação em

nossa cidade, pois o Lavras News ninguém lê, e ainda ter sido divulgado nas farmácias, no posto de saúde, lugares que são mais freqüentados, pois na Prefeitura o povo tem vergonha de ir lá, ele tem vergonha de ir porque se depara só com pessoas à toa, muita gente sem fazer nada, não está falando para fazer média com ninguém, isso ele sempre fala que tem muita gente lá por proteção política, gosta de falar isto na Câmara porque fica comprovado e registrado e se alguém o quiser levar na justiça, que leve, não está aqui para agradar ninguém, mas sim para defender ao interesse público. A respeito de um requerimento que fez na reunião passada acerca de um cercado na festa do peão onde foi servido chope, salaminho, frutas para as autoridades, ele não perguntou quem fez ou de onde saiu o dinheiro, pois é claro que é o dinheiro pago pela festa do peão e fez este requerimento para provar uma coisa pela qual ele foi criticado nesta casa, quando fez um manifesto onde o político deveria ter mais respeito com o dinheiro público e não conforto e hoje tem a prova que não estava falando em vão. Foi registrado em ata que foi rejeitado, mas se porventura este procedimento voltar a acontecer na festa do peão, ele entrará com a imprensa para o povo ver o político no período eleitoral, porque na festa eles estão protegidos por seguranças com todas as regalias, enquanto o povo está em contato sabe lá com quem, às vezes com até marginal. Falou sobre seus requerimentos, em relação aos cães disse que Ijaci está uma vergonha, cada esquina tem um cão contaminado, teve o caso de uma pessoa que contraiu doença por estes transmitidas e até hoje nada foi resolvido e deveriam ter mais respeito com a saúde da população. Sobre a listagem dos cargos comissionados, como falou noutras reuniões, através destes estão fazendo grupo político para disputar as próximas eleições e gostaria de saber quem está trabalhando em cada área, seus respectivos salários e endereços, pois já tem gente de fora ocupando estes cargos. Disse que vai levar para a promotoria, teve gente que até o ano passado trabalhou como servente e hoje ganha novecentos e trinta reais e professoras que estão dando aula ganham quatrocentos e cinquenta reais, justificando que não protege ninguém, uma delas é sua irmã e por isso ele está sendo humilhada, ganhando este valor e ele não deixa passar nada por interesse próprio, mas para defender o interesse público. Mencionou o nepotismo, afirmando que política hoje virou meio de vida, pai, mãe, primo, irmão, às vezes marido ou mulher, mas se trabalhassem ainda concordaria, teriam todo direito de receber, mas se ficam lá somente por ser parente, isso é uma covardia. Sobre a perfuração do poço artesiano, disse que está pedindo é água potável para os moradores beber e não para encher piscinas ou lavar carros, a situação no local é precária, tinham uma bica e foi uma promessa dos membros da Comissão de licitação que só ficou no gogó e se não for cumprida, ele levará o caso para a imprensa, pois a administração olha coisas que não são de interesse urgente e deixa de fazer coisas que são mais necessárias, citando o caso do Bairro da Serra, onde a primeira obra a ser feita deveria ser a rede de esgotos, pois os moradores não têm mais espaço para perfurar fossas, sendo que o esgoto corre a céu aberto causando mal cheiro. Disse que a quadra ficou boa, mas para divertimento e que político não tem que comemorar nada, é uma obrigação deste exercer um mandato com seriedade, porque foi eleito e é pago para exercer o mandato e assim deveriam ter mais empenho e respeito e parar com estas comemorações e coquetéis. Sobre o projeto de lei, disse que é polêmico, atende muitos jovens de nossa cidade, mas questiona sobre qual a garantia que este dinheiro será gasto com seriedade, citando algumas irregularidades constatadas no início da legislatura, onde alguns gastos foram elevados e constatados através de orçamento por ele feito e a partir disto nunca mais foi enviado um balancete com as notas de empenho e notas fiscais, sendo que hoje a Câmara está fiscalizando no escuro, não sabendo o quanto é pago pela compra de materiais e assim o projeto tem que ser muito estudado, não está vendo nada nele que exige apresentação de notas fiscais, não tinha como ser votado naquela reunião, devido a um artigo no regimento, provavelmente terá algumas modificações para ter segurança se este dinheiro será gasto com seriedade, pois na maioria das vezes, este não é gasto como deveria, é totalmente desviado, citando o caso de um deputado, que foi eleito e até apoiado por esta cidade e está envolvido em um escândalo. Assim, o projeto precisa ser bem estudado para que não possamos arrepender no futuro, pois uma vez que há desvio de dinheiro, este nunca mais volta para o lugar, feliz é quem levou porque não há lei que faça devolver. Finalizou e pediu licença para se retirar. Prosseguindo, o Vereador Fábio cumprimentou a todos e falou da importância da participação dos visitantes para a conscientização popular e para os que participam pouco das reuniões, gostaria de deixar claro que o Regimento Interno no seu artigo 13 dá direito ao Vereador de falar o que pensa. Sobre o pessoal da Serra, disse que é do seu conhecimento que as obras de saneamento daquele bairro terão início, como lá já foram gastos trezentos mil reais em obras, sendo que todas elas têm o seu valor, tudo num município é preciso, seja saúde, educação, lazer, citando o posto de saúde que lá foi recuperado, o calçadão que está quase terminado e que será cumprido. Sobre o requerimento do Promotor acerca do nepotismo, disse que deve ter sido enviado também para a Prefeitura e está de pleno acordo, pois isto tem que ser feito mesmo e pelo caráter da Prefeita, ela vai enviar este projeto para a Câmara para que os Vereadores o analisem e votem de acordo com sua decisão, pois cada um manda no seu voto. Disse que não manda no voto de ninguém e tem o direito de dizer o que quer, pois foi eleito para defender o direito do povo e dentro da legalidade, o Vereador tem mais é que cobrar e é um prazer ter os funcionários da Prefeitura na reunião para ouvir o que estão ouvindo, se tem gente à toa, não servindo, cabe a Prefeita mandar embora, seja de Ijaci ou de fora, porque ela não tem que ficar pagando servidor para dar prejuízo para o Município, não cabe à Prefeita saber de todos os problemas existentes no Município, cabe aos funcionários, não diz isso dos concursados que são pessoas que há quarenta e quatro anos tem prestado um grande serviço ao Município, mas se cargo de confiança não está servindo, que mande embora, servidor em estágio probatório que está fazendo coisa

errada, tem mais é que agir, isso é um direito da Prefeita. Disse que também fez parte do grupo e jamais a gente prometeu alguma coisa, pode pegar as fitas, disseram que iriam trabalhar com seriedade, com uma administração levada a sério e crê que isto está sendo feito, mas se está tendo alguma coisa, é papel do Vereador cobrar e cabe a Prefeita tomar decisão, doa em quem doer, pois não pode pagar por erro dos outros. Disse que a conhece a mais de cinco anos, convive dentro de sua casa e sabe do caráter dela e Ijaci não a veio conhecer agora como Prefeita, já conhece à muito tempo, reafirmando que ela enviará o projeto a respeito do nepotismo e se tem funcionário que não está servindo, tem mais é que mandar embora. Sobre os outros projetos, disse que tem de ser analisado, pois como alguém falou, a lei é como uma criança que é colocada no mundo ainda pequena, pode trazer benefício ou preocupação e prejuízo e os Vereadores estão no direito de criar, ler e votar as leis e que cada um faça a sua parte. Finalizou afirmando que confia na administração. Prosseguindo, a Vereadora Jussara cumprimentando a todos comunicou que naquela semana participou do auditório da Estadual Maurício Zákha pela comemoração dos seus setenta anos, atendendo hoje a um grupo de oitocentos e quarenta e sete alunos, atuando no ensino fundamental e ensino médio e assim parabenizou a direção, equipe pedagógica, professores e alunos pelo auditório que ficou muito bonito. Mencionou visita feita à Escola Municipal Maria Luiza da Paixão no Bairro da Serra, afirmando que ficou surpresa pela reforma que está atendendo o que a educação exige, esteve em todas salas e viu a preocupação com claridade, banheiro para atender deficiente, uma área coberta no fundo e assim parabenizou a administração por esta reforma que a muito tempo estava precisando, citando que as crianças não tinham outro lugar para brincar a não ser sob o sol, algumas salas de aulas eram dentro de outra e hoje tudo está bem estruturado e em breve os alunos já estarão de volta para a escola. Manifestou seu contentamento pelo envio do projeto de lei nº 13 que presta uma homenagem a uma pessoa que em Ijaci todos conheceram, a Sá Donana, uma mulher sábia que ajudou muito a população e na qualidade de parteira, ajudou trazer ao mundo muitas crianças, sendo bem merecido seu nome ser lembrado, citando ainda que noutra ocasião se deve fazer uma homenagem a outra parteira, a Dona Rita, pelo menos conhece estas duas. Falou também da retirada de um requerimento subscrito por ela que seria apresentado na reunião e tratava-se do desentupimento de uma rede de esgoto no Bairro Novo Horizonte, mas foi na Secretaria de Obras e tudo ficou resolvido. Sobre o projeto de lei para assinatura de convenio, disse que é um bom projeto, mas requer um estudo minucioso, porque tem muita coisa para ser analisada e espera que isto seja feito para que possa ser aprovado na próxima reunião. Prosseguindo, o Vereador Roosevelt cumprimentou a todos e mencionou comentários que ouve em relação à administração, citando que cada um tem o direito de falar e pensar o que acredita. Disse que tem algumas coisas que precisam ser feitas e por outro lado ela está realizando obras e a gente não pode deixar de agradecer, sendo que muitas pessoas estão satisfeitas e até mesmo agradecendo o trabalho. Sobre algumas ruas que faltam para serem pavimentadas, onde se comenta que é questão de promessas, disse que espera que tudo isto chegue a um bom senso e que a Prefeita dentro de suas possibilidades e orçamento, possa atender algumas questões e obras ainda dentro de seu plano de governo e tem certeza que ela vai fazer porque é uma pessoa honesta e sincera. Muitas pessoas dizem que estão insatisfeitas, mas se olhar bem a quatro anos atrás, acha que a pessoa esquece e não deveria reclamar tanto. Sobre os projetos em pauta, disse que a assinatura de convenio, como foi comentado que deve ter um estudo minucioso, está sendo enviado às comissões e pelo que consta, os tramites legais não permite que seja votado na reunião, mas acredita que é questão de prazo e nas próximas reuniões vai ser votado e se esperou até aqui, que aguarde mais um pouco, a Prefeita tem boa intenção em ajudar e acredita que as verbas serão destinadas para a associação que está cuidando da manutenção dos programas, citando ser uma equipe séria que correu atrás e trabalha com muita garra e o dinheiro a ser repassado vai ser bem usado em prol de todas as pessoas que serão beneficiadas. Finalizou solicitando que a Dra. Isis explicasse sobre a questão do impedimento da votação do projeto de lei nº 12 naquela reunião, tendo a Assessora citado o artigo 175 do Regimento Interno, onde determina que subvenção, doação e auxílio de qualquer natureza não pode ser votado em regime de urgência mesmo que algum Vereador faça o pedido e assim será enviado às Comissões Permanentes e posteriormente será votado. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte com a votação dos requerimentos contendo indicações, sendo todos aprovados pela unanimidade do Plenário em discussão única, determinando-se seus encaminhamentos. Em seguida procedeu-se a votação do projeto de resolução nº 01/2007 que “regulamenta o uso dos telefones da Câmara Municipal” sendo rejeitado após obter 03 (três) votos favoráveis, sendo das Vereadoras Catarina, Jussara e o Vereador Roosevelt e 05 (cinco) votos contrários, sendo dos Vereadores Fábio, João Carlos, Marleu, Rômulo e Sebastião, tendo este ultimo justificado seu voto contrário, pois segundo foi dito na reunião passada o valor das tarifas diminuiram, porém isto se deve ao fato da proibição do uso por algumas pessoas de Ijaci, um favor que a gente pode prestar para o povo. O Sr. Presidente disse que não foi proibido nada, falou com os servidores que qualquer pessoa que viesse a ligar, poderia usar o telefone, só teria que anotar a ligação, mas não foi proibido nada. Após foi decidido que em decorrência do feriado da Sexta Feira da Paixão, a reunião ordinária seguinte seria realizada na terça-feira, dia 03 de abril a partir das 18 horas. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária no dia e horário acima citados para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai

assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 03 (três) dias do mês de abril de 2007, terça-feira no salão de reuniões da Câmara a partir das 18h (dezoito horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 4ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura da mensagem de páscoa enviada a esta Câmara pela Professora Débora Maria Borges Girardelli, contendo ainda agradecimento pela acolhida e atenção a ela dispensada. Comunicados do Fundo Nacional de Saúde em número de 05 (cinco) e 1 (um) do Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação acerca de liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Ofício circular nº 080/07/3ª PJDPP, subscrito pelo Dr. Dimas Messias de Carvalho contendo cópia de recomendação elaborada por aquele órgão ministerial no que tange as Caixas Escolares não estarem dispensadas de licitar, conforme parecer exarado pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, Dr. Geraldo Ferreira da Silva. Requerimento nº 1 subscrito pelo Sr. Presidente solicitando aprovação do Plenário para envio de expediente para a Sra. Prefeita indicando alargamento das ruas do Bairro Ipiranga, bem como colocação de cascalho de serra e compactação, pois ao passar a patrol o cascalho acaba sendo retirado piorando a situação da mesma e ainda que neste período de estiagem, seja procedida a aguação periódica como meio de evitar poeira. Requerimento nº 2 subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita chamando-lhe a atenção para o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal que trata da publicidade no serviço público, o que, segundo o Vereador, vem sendo constantemente afrontado pela atual administração com práticas que caracterizam auto promoção, como matéria publicada no jornal “Tribuna de Lavras”, edição do dia 17/3/2007 na página 11 do 1º caderno, que faz menção a aquisição da patrol e um infeliz comparativo com as administrações passadas, utilizando-se para tal o termo “marcas memoráveis e jamais vistas na cidade”. Salieta que a arrecadação atual também jamais foi vista na cidade e não é exagero afirmar que com esta arrecadação, os administradores do passado também poderiam conquistar estas marcas ou até irem mais além e as citadas conquistas são obtidas com o dinheiro público e os administradores não fazem mais do que a obrigação quando adquirem algum bem ou realizam alguma obra, mesmo porque todos são bem remunerados para tal. Salieta ainda que quando se trata de matérias que ensejam autopromoção, estas são publicadas com vários destaques, enquanto ao se publicar um edital, como por exemplo, o do processo seletivo, este vem num canto de uma página do 2º caderno do referido jornal como que para passar despercebido pelos leitores e sendo assim, faz-se necessário lembrar a Sra. Prefeita sobre o preceito constitucional acima citado toda vez que se fizer uma publicação, seja no jornal, na internet ou qualquer outro meio de comunicação e que a administração sempre tenha em mente os princípios da publicidade e impessoalidade no serviço público. Requerimento nº 3 subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando seja estudado uma maneira para inibir a alta velocidade com a qual os carreteiros têm circulado no acesso a Avenida 31 de Dezembro nas proximidades da casa do Sr. Luizinho do Tó, o que está provocando muito barulho, poeira, além de ser um risco de acidentes. Para tal sugere a possibilidade de serem instalados dois redutores de velocidade desde que dentro das normas de trânsito vigentes. Em relação aos projetos, fez-se a leitura do ofício nº 63/07 do Gabinete da Sra. Prefeita solicitando a retirada do projeto de lei nº 12/2007, para que sejam feitas algumas alterações e melhorias na redação do projeto para futuramente ser reencaminhado a esta Casa. Leitura do projeto de lei nº 14 que “dispõe sobre a proibição da prática de nepotismo no âmbito do Poder Legislativo e dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal e dá outras providencias”. Projeto de lei nº 15 que “altera redação do inciso II do parágrafo único do artigo 1º da lei municipal nº 862 de 10 de abril de 2006”, ambos encaminhados através da mensagem nº 05/2007. Projeto de lei nº 16 que “Altera anexo III da Lei Municipal n.º 906 de 05 de março de 2007”. Foi mencionado ainda o projeto de resolução nº 01 em pauta para 2ª discussão e votação. Dando seqüência, o Sr. Presidente cumprimentou a todos e solicitou se fizesse uma indicação para a Sra. Prefeita visando a possibilidade de se instalar mais uma caixa d’água no bairro Ipiranga, vez que devido ao aumento das casas, em alguns lugares a água não está chegando. Franqueado o uso da palavra, o Vereador Sebastião cumprimentou a todos, pediu permissão para falar sentado e mencionou o projeto de lei nº 15 que trata da doação de bolsas, afirmando que não terá problemas, será aprovado, mas precisa seguir o tramite normal vez que pelo o artigo 175 do Regimento Interno, as doações não podem ser votadas em regime de urgência, sendo que já erraram na doação para o Estado. Mencionou pedido do Sr. Presidente acerca da caixa d’água do Bairro Ipiranga, afirmando que lá precisa ainda de telefone, a chegada do bairro não foi iluminada, estamos no século vinte e um e falta esgoto e asfalto, citando que na ultima reunião foi questionada a

situação do Bairro da Serra, pois se fala do calçadão, mas se não está enganado, este foi feito através de um convenio com o Governo do Estado que liberou a verba e a Prefeitura entrou com a contra-partida. Para ele, a obra não ficou “grandes coisas”, não tem serventia nenhuma e que temos mais este resto de ano para correr atrás daquilo que Ijaci está precisando. Disse que a Câmara está aqui para fiscalizar, mas está encontrando dificuldade, pois estamos trabalhando em cima de meio balancete, questionando se os demais presentes tinham conhecimento do fato da queda da arrecadação em mais de cento e cinquenta mil reais em nosso Município. Sobre o projeto do nepotismo, pediu que o mesmo fosse votado em regime de urgência, não que parente de político não precisa trabalhar, mas pelos maus políticos que querem inteirar a família e a pessoa às vezes não tem qualificação para trabalhar na área e queira ou não queira, esta lei terá que ser aprovada, pois não é pelo fato de ter ganhado que irá colocar seu irmão, fulano ou ciclano para trabalhar na Prefeitura. Disse que não é contra quem está trabalhando, mas por causa dos maus políticos, virou meio de vida e por isso chegou a esse ponto. Sobre sua saída das reuniões, disse que alguns Vereadores questionaram o Sr. Presidente sobre o fato de acabar de falar e sair tendo dito que se não estiver sentindo bem na reunião, ele sai a hora que quiser, nem Plenário, Presidente da Câmara ou Vereador não lhe mandam, a sua opinião é própria, sempre deixou isto bem claro, o Plenário serve é para aprovar leis, o Presidente da Câmara para representa-la e presidir reuniões e em sua palavra franca ele fala o que quiser, respeita somente a Lei Orgânica e o Regimento Interno e se alguém achar que ele está errado que faça uma resolução em cima disto, mas deve-se pensar bem e não fazer a resolução pela metade, senão o Vereador vai sentir mal ou desmaiar e no entanto terá que permanecer sentado, pois se sair terá sua reunião cortada. Disse que não tem que ficar pedindo nada, quando fala, deixa constado em ata, nunca foi de falar às escondidas e dirigindo-se ao Sr. Presidente disse que se teve algum Vereador que falou a este respeito, é preciso verificar se tem no Regimento, pois ele respeita o que ali está escrito, tendo o Sr. Presidente dito que não foi só Vereador quem lhe procurou, mas outras pessoas alegaram sobre isto e conforme o Vereador citou, na Lei Orgânica e no Regimento Interno não tem nada que proíba, é um direito do Vereador e ele não pode fazer nada, ao que o Vereador Sebastião disse que se alguém procurou o Presidente, deveria procurar seus direitos dentro do Regimento Interno, no resto ele não tem nada que dar satisfação para ninguém. Sobre o processo seletivo, disse que foi procurado pelo Toninho, pois saiu um boato e isto é o que mais sai em Ijaci, dando conta que ele iria xingar a filha do mesmo na reunião, mas isso ele não tem capacidade para fazer, nunca iria prestar a um papel destes e se o Toninho não viesse aqui, ele iria deixar constado para que este pegasse cópia da ata da reunião. Mencionou que o visitante veio de uma família que merece todo respeito, trabalhou fora e conquistou a vida por méritos próprios, sua filha estudou, formou e tem a mesma capacidade que os outros também têm e o que falou se restringe ao processo seletivo, da maneira escondida como foi realizado, publicaram num quadradinho numa das páginas internas do jornal Tribuna de Lavras, sendo que quando publicam algo do Executivo, isto é feito na primeira página, na internet poucos têm acesso e assim deveriam publicar aonde o povo vai. Disse que algumas pessoas falaram, não sendo só ele, dando conta que já sabiam quem iria ser aprovado e assim cada um deve correr atrás do seu direito, se vai haver posse ou não, isso é problema de quem passou, quem não passou, que corra atrás de seu direito. Dirigindo-se aos moradores da Serra presentes na reunião, disse que estamos no terceiro ano de política e não fizemos nada e acha que estes têm que reivindicar o direito e correr atrás. Prosseguindo, o Vereador João Carlos cumprimentou a todos, pediu permissão para falar sentado mencionando seu requerimento, pois às vezes tem observado em várias edições da Tribuna de Lavras que a administração está se autopromovendo através dos recursos públicos, citando o absurdo de uma página inteira destacando a festa do peão, festa que não traz benefício nenhum para a cidade, muito pelo contrário, traz desgaste, pois vai muito dinheiro público embora nestes quatro dias, ficando mal cheiro, além das regalias, o mesmo acontecendo com o carnaval. Disse que político nenhum tem que aparecer falando destes gastos porque isto se caracteriza autopromoção o que é proibido pela Constituição Federal. Disse que na página da internet tem várias fotos e uma coisa que o deixou revoltado na aquisição desta patrol foi a comparação feita, pois comparar esta administração com as outras é covardia, citando que a receita de hoje é totalmente diferente da passada e pela receita de hoje admira os administradores passados, porque pelo menos eles se preocupavam com uma casa para o pobre, por quem esta administração até hoje não tem nada feito, se fizer, vai ser pela Cohab coisa que não é conquista do político, a pessoa vai pagar por isto e assim tira o chapéu para os administradores que doaram, foram feitas várias casas para quem não tinha condições, embora algumas pessoas venderam a casa quando deveriam retornar para o município. Afirmou que se for levada em conta a arrecadação, esta é uma das piores administrações, a praça e as ruas estão acabando e ao invés de fazer a rede de esgoto no bairro da Serra, poço artesiano para proporcionar água para os moradores próximos ao Cal Andrezza, ficam fazendo coisas que não têm proveito e pensando em conforto, como é o caso desta Prefeitura, não sabendo porque construir isto agora, não vê nenhum destes carros trazendo benefício para a cidade, achando um absurdo não levarem uma pessoa num caso de sepultamento, quando diariamente os carros estão andando à toa com servidor sem fazer nada. A respeito do projeto sobre nepotismo, gostaria de também pedir votação em regime de urgência para o mesmo, porque apesar de tudo, saiu uma conversa fiada dentro da Prefeitura que ele estava questionando o salário de sua irmã, quando ele simplesmente mostrou o que é política, não está a favor desta administração que ele considera péssima, porque o que é necessário não está sendo feito e há vingança política nisso, não está aqui para defender interesse particular dele, nem de sua família e assim acha que deveria fazer

um projeto para acabar com estes cargos que ficam lá, onde as pessoas não fazem por merecer o salário que é recebido e este projeto resolve uma pequena parte, não resolve tudo porque tem muita gente lá por proteção política, pois se mandar embora, irá perder votos, isso é um absurdo, o dinheiro público não tem nada a ver com interesse político de cada um. Sobre o projeto das bolsas, foi comentado pelo Vereador Sebastião que o artigo 175 do Regimento Interno não permite que seja feita votação em regime de urgência e o Vereador fez o juramento e tem que seguir o que está redigido no Regimento, mas com certeza o projeto vai ser aprovado pois estas professoras fazem parte da educação de nossa cidade e estas têm mais é que se prepararem para passar para os alunos o que aprenderam. Sobre o pedido para instalação de mais uma caixa d'água no Bairro Ipiranga, deveria ser uma exigência e se não lhe falta a memória, isto já vem repercutindo há muito tempo e já deveria ter sido resolvido, pois ninguém sobrevive sem água. Dando seqüência, a Vereadora Jussara cumprimentou a todos e mencionou o projeto de lei nº 15 que trata da doação de bolsas para as professoras e acha muito justo que estas sejam beneficiadas para que tenham a oportunidade de continuarem investindo nos seus estudos e como vem sendo divulgado na televisão, com o Fundeb as professoras terão a prioridade de ter o processo continuado de seus estudos, o que também poderá ser pago com este dinheiro e assim a gente fica contente em ver que as professoras não estão paradas, mas sempre procurando atualizar o que trará benefícios para nossas crianças e para o nosso município que vai receber na sala de aula o que elas aprenderam ali diariamente. Assim ela está de pleno acordo com o projeto, elogiando a boa vontade das professoras em irem até Lavras todos os dias para estudar e não só as professoras, mas também nos outros serviços é preciso se atualizar. Sobre seu requerimento, disse que é para verificar a possibilidade de se colocar quebra-molas até que se tenha uma solução definitiva na entrada da cidade, pois está em péssimas condições e numa destas noites em menos de uma hora contou a passagem de oito carretas, o que traz muito barulho e poeira para quem mora ali perto. Assim pede que seja providenciada uma entrada definitiva, que sejam colocados quebra-molas para diminuir um pouco da velocidade destas carretas ou fazer com que elas passem pela outra rua. Finalizou agradecendo a presença de todos. Em seguida o Vereador Fábio cumprimentou os presentes afirmando ser um prazer muito grande receber as pessoas nesta casa que é do povo de Ijaci e daqueles que acharem por bem visitar e participar. Agradeceu a administração pela medida tomada, conforme citou na reunião anterior que a lei é uma criança que é colocada no mundo pequena, mas vai crescendo e pode trazer benefício ou prejuízo, foi o que aconteceu com o projeto para subvenção à Associação, onde a Prefeita resolveu e está solicitando a retirada do projeto, ao seu ver é uma coisa ótima, pois estava causando transtorno, vez que não existe só uma entidade, quisera cada bairro tivesse uma associação para estarem vindo na câmara para pedir recursos, citando que pescar em aquário é muito fácil, o difícil é brigar lá fora como ele foi várias vezes, onde conseguiu uma verba de trinta e cinco mil reais para construir o calçadão e bom ou ruim foi feito, tem ainda o asfalto da Vila Aparecida e não cabe apenas exigir, é preciso ajudar, a constituição é clara, tem direito e deveres e todos aqui foram eleitos pelo mesmo voto e por um mesmo objetivo que é defender, elaborar, criar leis e reivindicar. Acha que a Câmara está passando por um processo benigno para o Município, citando que os projetos de leis são passados para as comissões, mas seus presidentes não convocam reuniões para discutir e dar parecer sobre os projetos e acha que isto deveria ser feito, pois não adianta passar para as comissões, dali a pouco o projeto é votado, sabe lá se foi analisado e daí a pouco estaremos pagando por um erro que a gente cometeu. Sobre o projeto do nepotismo, disse que é uma coisa benigna para o Município, quem dera se todo país fizesse isto e para a gente é uma atitude de coragem o Município estar avançando na frente junto com outras cidades que já fizeram e com isto não quer dizer que parentes do Executivo e Legislativo não sirvam para trabalhar, servem sim, mas tem que ser bem analisado, a arrecadação está caindo e este projeto vai ajudar a administração, porque se não forem preenchidas estas vagas, vai sobrar um pouco mais para atender as reivindicações como o bairro da Serra que é uma coisa principal e precisa ser atendido, mas não podemos esquecer que o Município precisa de obras, lazer, saúde e principalmente educação. Disse que a Prefeita fez o que é certo, agora cabe a Câmara analisar e fazer aquilo que achar por bem, ele está de acordo com a votação em regime de urgência, conforme disse na última reunião, hoje pode até parecer que vai prejudicar, mas olhando a fundo, este projeto é ótimo. Disse que de acordo com o artigo 13 do Regimento Interno o Vereador pensa, fala e vota como quiser, foi eleito para isto, mas precisa fazer um esforço para conseguir o melhor para Ijaci, citando as pessoas que estão chegando através do concurso, que ao seu ver trouxe muito transtorno, pode até trazer benefício, mas até agora não está vendo nada e pelo seu voto não o teria feito. Afirmou que a questão ética tem que haver no Executivo e no Legislativo, onde devemos resolver os problemas e não aumentar mais assunto e criar mais problemas, pois temos ainda um ano e meio para findar esta Legislatura e temos que colocar Ijaci em primeiro lugar, os que chegarem não podem colocar a vida particular em primeiro lugar, porque Ijaci merece, pode e tem que ter mais, porém isto depende do esforço e empenho de todo mundo. Finalizou manifestando ser favorável ao projeto para concessão de bolsas de estudos para as professoras, elas que cuidam nossas crianças e por isso devem ter este incentivo, porém a votação do projeto precisa seguir o trâmite normal. Prosseguindo o Vereador Marleu reforçou palavras do Vereador Fábio e manifestou seu apoio ao projeto de lei para concessão de bolsas para as professoras. Finalizou, cumprimentando os presentes. Em seguida a Vereadora Catarina fez uso da palavra, pediu permissão para falar sentada, cumprimentou os visitantes e frisou em primeiro lugar a concessão de bolsas para as professoras, afirmando que foi uma conquista, vê o esforço delas em cuidar das crianças, ela mesmo tem uma e o que depender da Câmara, será feito. Reforçou

pedido da Vereadora Jussara em relação ao tráfego de carretas em nossa cidade, acrescentando que o número destas é muito mais que oito, uma atrás da outra e muitas vezes quando param, os motoristas deixam o motor ligado, sendo que tem muitas pessoas doentes ou idosas perto, estes pedem para tira-las da cidade, mas é difícil, já pedimos uma vez e não conseguimos e assim é preciso ver o que pode ser feito, colocar uma sinalização melhor para eles verem, são muitas carretas que trafegam dia e noite, na maioria das vezes em alta velocidade. Sobre o Bairro da Serra, disse que precisa de muita coisa, mas tem sido feito, citando que passou perto da escola e está muito bonita, o posto de saúde tem remédio e assim as pessoas têm que esperar um pouquinho e que conversou com a Prefeita, ela vai olhar esta questão, as pessoas podem até criticar e falar que ela não fez, mas acha que isto é uma injustiça porque ela está fazendo dentro do possível, citando o Bairro Serra Verde e a Vila Aparecida onde o pessoal está elogiando e então tem muita coisa e se a gente der tempo para a Prefeita, ela vai fazer. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte tendo o Vereador Roosevelt pedido vistas ao projeto de lei nº 14/2007, sendo-lhe concedido nos termos regimentais. Prosseguindo, a solicitação da Sra. Prefeita contida no ofício nº 63/07 para retirada do projeto de lei nº 12/2007 que “Autoriza assinatura de convênios para implantação e funcionamento de projetos sociais e dá outras providências” foi submetida à deliberação do Plenário nos termos do artigo 176 do Regimento Interno da Câmara Municipal com redação dada pela Resolução nº 464 de 21/12/05, sendo aprovada após obter 06 (seis) votos favoráveis e 02 (dois) contrários, vencido o Vereador Sebastião que justificou ser contra a retirada do projeto, pois é para benefício, não tem culpa se mandaram errado e assim é a favor que ele continuasse em pauta, questionando se tem justificativa para retirada ou é só porque tem alguns erros. Foi vencido ainda o Vereador João Carlos que disse ser a favor do projeto, pois ele beneficia muita gente principalmente as crianças e assim gostaria que ele permanecesse na pauta e fosse votado. Em seguida procedeu-se a votação dos requerimentos contendo indicações, sendo todos aprovados pela unanimidade do Plenário em discussão única, determinando-se seus encaminhamentos, aditando-se reforço feito pela Vereadora Catarina à indicação da Vereadora Jussara, bem como indicação subscrita pelo Sr. Presidente solicitando a instalação de mais uma caixa d’água no Bairro Ipiranga em um local mais elevado, como meio de solucionar o problema de residências nas quais a água não está chegando por estarem num nível superior em relação ao atual reservatório. Após fez-se a votação do projeto de lei nº 13/2007 que “dispõe sobre denominação de logradouros públicos” sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª discussão e votação. Os projetos de leis 15 e 16 foram enviados às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental. Em seguida o Sr. Presidente cedeu a direção dos trabalhos para o Vereador Roosevelt para votação do projeto de resolução nº 01/2007, alegando ser autor do mesmo. Posto em votação, o projeto de resolução nº 01/2007 que “regulamenta o uso dos telefones da Câmara Municipal” foi rejeitado em 2ª discussão e votação, após obter 03 (três) votos favoráveis, sendo das Vereadoras Catarina, Jussara e o Vereador Carlos e 05 (cinco) votos contrários, sendo dos Vereadores Fábio, João Carlos, Marleu, Rômulo e Sebastião, determinando-se seu arquivamento. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se dia 13 de abril a partir das 19h (dezenove horas) para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 13 (treze) dias do mês de abril de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara a partir das 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 5ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura de um comunicado do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Comunicado da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais acerca da realização de vários cursos destinados a Vereadores e Assessores do Legislativo das Câmaras Municipais de Minas Gerais. Ofício nº 96/07/3ª PJDP, subscrito pelo Dr. Dimas Messias de Carvalho comunicando a instauração do Inquérito Civil nº 03/2007 para apurar a ocorrência de candidatura ficta. Ofício nº 63/2007 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhando balancete mensal da receita e despesa da Prefeitura Municipal referente ao mês de março de 2007. Ofício nº 66/2007 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhando cópia de expedientes recebidos pela Administração, os quais estavam sendo compartilhado com os Vereadores, citando que é gratificante ter o trabalho reconhecido pelas autoridades que os enviaram, o Sr. Aristides Vieira Subsecretário de Assuntos Municipais do Governo do Estado e Vereador Marcos Possato da cidade de Lavras. Requerimento nº

1 subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita requisitando, nos termos do § 2º do art. 24 da Lei Orgânica Municipal, cópias dos processos licitatórios e contratos de prestação de serviços das obras de construção da Quadra poliesportiva da Serra em suas duas etapas; construção do prédio da Prefeitura Municipal em suas duas etapas, construção do prédio do Centro de Integração Educacional – anfiteatro; reforma do cemitério e reforma do prédio da Escola Municipal Maria Luiza da Paixão do Bairro da Serra. Requerimento nº 2 subscrito pelo mesmo Vereador e para o mesmo destinatário solicitando a conclusão das obras do calçadão da Avenida Luiz Gonzaga Vilas Boas que liga o centro da cidade ao Bairro da Serra, bem como seja feito contato com a empresa executora da obra para que esta refaça alguns trechos que ficaram mal feitos, como também a canaleta para escoamento da enxurrada e por último que sejam tapados os buracos da referida avenida que se encontra em péssimas condições para o tráfego. Requerimento nº 3 subscrito pelo mesmo Vereador e para o mesmo destinatário, com cópia para a Secretaria Municipal de Saúde, reclamando pelo fato de terem negado atendimento médico no Posto de Saúde para uma pessoa do distrito de Macaia, ao passo que para atendimento de uma outra pessoa do mesmo distrito foi condicionado o atendimento médico à apresentação do título eleitoral como comprovação que o mesmo é eleitor em nosso Município, solicitando que uma vez confirmado este fato, que isto não se repita, lembrando que pela Constituição a saúde é um direito de todos e dever do Estado e que a população de Ijaci constantemente é atendida no Município de Lavras, bem como noutros centros. Requerimento nº 4 subscrito pelo mesmo Vereador e para o mesmo destinatário, com cópia para a Secretaria Municipal de Assistência Social solicitando que seja informado aos Assessores sobre o pedido da administração para retirada do projeto de lei nº 12/2007 e não que o mesmo tenha sido rejeitado pelos Vereadores, conforme vem sendo propagado por um Assessor e que seja informado ainda que na votação para retirada do projeto, ele foi um dos Vereadores que emitiu voto contrário sendo, no entanto voto vencido. Requerimento nº 5 subscrito pelo Vereador Roosevelt Aparecido Gomes indicando envio de Expediente para a Sra. Prefeita solicitando que seja feito contato com a operadora “Tim”, visando reparos na torre da mesma para proporcionar à população de Ijaci os serviços de telefonia celular, vez que este se encontra fora de serviço há vários dias e ainda que sejam feitos contatos com outras operadoras, visando a instalação de uma torre definitiva para que tais serviços sejam contínuos de maneira qualificada e diante da notícia, dando conta que a Telemig Celular estará instalando uma torre para atender o Município, solicita por último que sejam envidados todos os esforços possíveis para a concretização deste fato, caso tal notícia seja procedente. Requerimento nº 6 subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende, indicando envio de expediente para a Telemar Norte Leste S.A. reiterando solicitação feita anteriormente para instalação de Telefone Público Comunitário na rua Esmeralda no Bairro Pedra Negra, bem como na Rua Sebastião Fernandes Vilas Boas, atrás da via Férrea, no Bairro Industrial, vez que em resposta aos pedidos anteriores, a Telemar informou que dependia de um tempo para se efetuar as instalações e desta forma é necessário verificar se atualmente existe tal possibilidade e requerimento nº 7 subscrito pelo Vereador Rômulo Elias indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano solicitando seja tapado um buraco existente na Rua Pedro de Oliveira nas proximidades do posto de gasolina, vez que o mesmo está tomando proporções enormes, comprometendo assim o tráfego que no local é bastante intenso, podendo até mesmo causar acidentes, pois para desviar do mesmo a maioria dos motoristas invadem a pista contrária e solicita que os serviços de tapa-buracos sejam estendidos às demais ruas pavimentadas da cidade, como meio de melhorar as condições de tráfego. Em relação aos Projetos de leis fez-se menção aos de nº 15 e 16 em pauta para 1ª discussão e votação e o de nº 13 em pauta para 2ª discussão e votação. Dando seqüência, o Sr. Presidente liberou o uso da palavra ao visitante Tarcísio Pereira Alvarenga, devidamente inscrito para falar sobre nepotismo. Cumprimentando a todos disse que esteve na última reunião quando constatou a entrada de um projeto neste sentido e gostaria de oferecer sua contribuição, citando que a sociedade tem cobrado muito a respeito do nepotismo, mas este deve ser tratado muita responsabilidade. Disse que numa cidade como Ijaci que tem cerca de seis a sete mil habitantes, se tirar os parentes em nível de primeiro, segundo e terceiro grau do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários pode levar a uma dificuldade administrativa e muitas vezes, devido ao grau de parentesco, quando se associa diversas famílias do Município, isso vai colocar o Poder Executivo à busca de funcionários de outras cidades e isso trará um problema maior para os Vereadores, pois futuramente irão reclamar de pessoas de Lavras estarem ocupando cargos em Ijaci. Neste sentido gostaria de chamar a atenção dos Vereadores para que olhassem isso com todo carinho para que não se cometa injustiça, citando que é a favor do nepotismo desde que tenha limites, não um nepotismo radical e parasita, porque muitas vezes se contrata parente que não é habilitado, que vai lá somente por questão de salário e não para prestar serviços, isto é um nepotismo parasita contrário ao interesse público, ao passo que muitas vezes o Prefeito tem que recorrer a um parente para exercer um cargo de confiança e responsabilidade, o mesmo podendo acontecer com os Vereadores e Secretários Municipais. Disse que não está aqui para impor idéias, simplesmente oferecer alguma contribuição e que os Vereadores não devem se julgar pressionados por um projeto que veio do promotor, porque se fosse da maneira que ele quer, o projeto teria vindo de cima para baixo, o Presidente da República teria aprovado direto condenando tudo. Disse que é preciso ver se no Município de Ijaci, este nepotismo está ultrapassando os limites, comprometendo a folha de pagamento e investimentos, o que acredita não deve estar ocorrendo e caso esteja, tem que haver uma maneira de se colocar limites e os Vereadores têm uma grande oportunidade de colocar

emendas neste projeto e não simplesmente votar em regime de urgência, pois toda decisão precipitada vai levar a erros, citando palavras do Vereador que disse que a lei é como uma criança que é colocada no mundo e se esta for mal colocada, será mal interpretada e vai criar problemas sérios, pois se vetar o prefeito de tomar estas decisões, vai acontecer dele ou colocar pessoas de fora, ou ele vai trabalhar com pessoas despreparadas. Disse que tomou conhecimento que a Secretária de Saúde procurou a Prefeita e disse que se esta lei for aprovada, que retire ela e deixe a sua irmã que exerce cargo na Secretaria de Fazenda e vem desenvolvendo um trabalho satisfatório, pois esta tem que manter a família, ao passo que a Secretária é uma funcionária concursada e foi transferida de uma função para ocupar um cargo de confiança e, no entanto terá que deixá-lo. Disse que o mesmo acontecerá na parte médica onde o Dr. Bruno que atende o pessoal de maneira satisfatória, tem um primo, o Dr. Álvaro que está no setor de advocacia da Prefeitura e que está passando por um momento difícil com a grave doença do filho. Desta forma, este projeto não pode ser aprovado a toque de caixa, isso será prejudicial e assim gostaria que os Vereadores refletissem sobre o que vão colocar neste projeto, se vão aprova-lo, reprova-lo ou colocar emendas e seu objetivo não é impor sua condição, mas somente chamar atenção para este fato, pois a decisão soberana é dos Vereadores. Finalizou agradecendo a oportunidade em fazer estas considerações. O Sr. Presidente disse que no seu ponto de vista, entende que o Sr. Tarcísio tem razão, afirmando não ter parente na Prefeitura em cargo comissionado e o esclarecimento do visitante faz sentido, pois em Ijaci todo mundo é parente e cabe a capacidade das pessoas que estão trabalhando, como também cabe aos Vereadores analisar este projeto com carinho. O Sr. Tarcísio disse que isto é simplesmente uma colaboração, pois é filho de Ijaci e tem interesse que os Vereadores reflitam no que seja o melhor para a cidade. O Sr. Presidente disse que também é contra, reafirmando que serve para falar isso, pois não tem parente na Prefeitura e se manifestou favorável ao pronunciamento do visitante, deixando os Vereadores à vontade para falar sobre o assunto. O Vereador João Carlos mencionou palavras do visitante acerca do Dr. Bruno e do Dr. Álvaro, afirmando que o projeto não os abrange porque nenhum deles é secretário e assim os dois ficam como estão. Quanto ao fato de trazer pessoas de fora, disse que discorda, porque não é só parente que tem capacidade de exercer estes cargos, tem muita gente de Ijaci que tem esta capacidade, vai depender da administração se quer ou não trazer gente de fora, reafirmando que aqui tem muita gente capaz de exercer os cargos que estão sendo preenchidos por pessoas que não fazem por merecê-los. O Vereador Fábio disse que fica grato com as palavras que foram ditas e como foi citado acerca de cargo parasita, onde a pessoa está lá às vezes somente pelo salário, isto tem que ser analisado e como já falou muitas vezes, as comissões estão aí para isto, mas volta a dizer que os presidentes destas não convidam, não marcam reuniões, o que é seu papel fazer e se tem cargo parasita, ele tem que ser retirado e citando palavras do Vereador João Carlos, em Ijaci tem muitas pessoas com capacidade, mas o projeto realmente tem que ser analisado. Prosseguindo, o Sr. Presidente cumprimentou e agradeceu a todos pela presença e franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador João Carlos mencionado seu primeiro requerimento onde está pedindo cópia dos processos licitatórios, pois não tem como olhar o que está acontecendo no município, os balancetes constam somente valores, mas não mostra como está sendo gasto o dinheiro público e assim gostaria de ter conhecimento dos processos licitatórios das obras ali citadas para ter acesso de como estas obras foram contratadas e como estão sendo executadas. Sobre o calçadão, disse que é uma coisa boa, porém deveria ter sido feito com maior responsabilidade, pois foi uma obra muito mal feita, pelo visto nem foi compactado direito e assim deveria ser feito um reparo urgente, alguns trechos estão precários e de nada adianta fazer o calçadão, se as canaletas por onde vai escorrer a água estragar do mesmo jeito e ainda que sejam tapados os buracos da Avenida que está intransitável, não só ela, mas a cidade inteira está assim, onde é difícil andar sem cair num buraco, tanto nas ruas, como nas calçadas. Reclamou sobre o fato de uma pessoa que esteve no Posto de Saúde e lhe foi negado atendimento por não residir no Município, o que é uma covardia, pois a Constituição diz que a saúde é um direito de todos e a gente sabe que muitas pessoas de Ijaci são atendidas em Lavras e se lá recusar atendimento, será um transtorno porque numa hora destas o Posto de Saúde daqui já está fechado e assim acha que deveria prestar atendimento independente do lugar onde mora. Mencionou outro caso, onde para ser atendida a pessoa teve que mostrar o título de eleitor, afirmando que isto é um absurdo, o dinheiro público não é só do Município, vem dinheiro do estado e ninguém está tirando nada do bolso para dar atendimento médico e as pessoas deveriam ser atendidas com mais respeito. Sobre o projeto de subvenção para a Amai, disse que o mesmo foi retirado pela administração e já estão distorcendo conversas, citando que deparou com crianças que estão mexendo nos computadores e um Assessor disse que iriam ter que aprender na marra, pois a Câmara não aprovou o projeto. Reafirmou que o projeto foi retirado e ele foi contra este procedimento, pois todos acharam que iam mandá-lo de volta remodelado, porém não sabiam que estes boatos apareceriam na tentativa de prejudicar os Vereadores que estão aqui para exercer o mandato com muita responsabilidade, buscando o que é melhor para a população. Afirmou que jamais iria impedir que uma criança tivesse acesso a computação e tem falado desde que assumiu que as pessoas deveriam ter um lugar de acesso à internet, porque é uma ajuda para pesquisas escolares sendo uma covardia usarem de má fé e tocarem a responsabilidade para cima dos Vereadores, pois estes não pediram para que este projeto fosse retirado. Assim gostaria que a Prefeita chamasse a atenção, porque conversa fiada sai demais, como o Secretário que disse que ele estava reivindicando salário para sua irmã, citando que gostaria de saber que dia esteve lá para reivindicar emprego, pois não defende que dê emprego para parente seu, como Vereador jamais vai fazer vista grossa no que está acontecendo no Município, jamais irá

acobertar o que está acontecendo, pois o seu interesse particular não tem nada a ver com o interesse público e político da sua cidade. Em seguida o Vereador Sebastião disse que quer deixar bem claro que pediu votação em regime de urgência no projeto sobre o nepotismo e vai continuar até que seja votado, pois é uma lei federal e como citou na ultima reunião, não que parente de político não precise de trabalho, mas simplesmente isto virou cartão postal e está defendendo o Regimento Interno e a Lei Orgânica. Afirmou que não é porque o Promotor mandou para cá, na legislatura passada, o Promotor acatava denuncia anônima, hoje ele mandou esta lei que é federal e ninguém precisa impedir e nem lhe ensinar o que tem que fazer. Irá votar a favor da lei, esse é o seu pensamento que tem desde o início e ninguém vai chegar perto dele e falar o tem que fazer, reafirmando que mantém seu pedido de votação em regime de urgência, não sabe se vai ter mais pedido de vista, isto é um direito do Vereador, mas uma hora ele vai ter que ser votado e cabe aos Vereadores analisar o que está dentro da lei, reafirmando ainda que vai respeitar o que está no Regimento Interno, na Lei Orgânica e na lei federal que está vindo e ninguém vai mudar a história de sua vida. Mencionou reclamação que lhe fizeram a respeito do cemitério, não sabendo o que foi, porque hoje o Vereador está pelo rumo e ele gosta de acompanhar e falar o que está dentro do papel, citando que em dezembro de 2006 a arrecadação do Município foi de R\$1.012.825,46 e hoje estamos com uma arrecadação de R\$737.285,53. Disse que pelo acompanhamento, estamos apertados pela situação e temos que ter planejamento, não temos uma nota fiscal e nem empenho, mas a gente está correndo atrás para ficar ciente da situação, hoje temos uma arrecadação com R\$300.000,00 de diferença para menos e quanto ao cemitério, começaram a construir com uma firma e hoje a reforma está sendo feita com pedreiros da Prefeitura e diante da reclamação, é preciso saber se fizeram a licitação e porque agora estão fazendo deste jeito, afirmando que deveria pedir esclarecimento, mas não adianta fazer requerimento, porque os seus não são respondidos. Mencionou reclamação quanto ao Posto de Saúde, citando palavras do Vereador João Carlos, afirmando que se o posto estiver aberto tem por obrigação que atender, não deve esperar morrer para depois atender. Sobre o projeto de lei nº 15, se tiver possibilidade no Regimento, irá pedir votação em regime de urgência, bem como o projeto de lei nº 16 que vai beneficiar pessoas, como é o caso da Warnete que está correndo atrás de seus direitos, cabe ao demais que acharem ter direito, virem até a Câmara e ele não vai negar isso para ninguém. Afirmou que ninguém está votando contra parente de Vereador e de Prefeito, simplesmente não foi ele e depois que ganha todo mundo encosta, o direito é livre, esta lei foi também para normalizar e como um Vereador falou na ultima reunião, vai até ajudar as pessoas, dando oportunidade para trabalhar. Este é o seu parecer e ele não muda. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte tendo o Sr. Presidente submetido ao Plenário o pedido de votação em regime de urgência do projeto de lei nº 16 feito pelo Vereador Sebastião com reforço da Vereadora Jussara, sendo aprovado pela sua unanimidade. Em seguida procedeu-se a votação dos requerimentos contendo indicações, sendo todos aprovados pela unanimidade do Plenário em discussão única, determinando-se seus encaminhamentos. Após fez-se a votação do projeto de lei nº 13/2007 que “dispõe sobre denominação de logradouros públicos” sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 2ª discussão e votação. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei nº 15/2007 que “Altera redação do inciso II do parágrafo único do artigo 1º da lei municipal nº 862 de 10 de abril de 2006” tendo sido aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª discussão e votação. Prosseguindo, fez-se a votação do projeto de lei nº 16/2007 que “Altera anexo III da Lei Municipal n.º 906 de 05 de março de 2007” sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se o envio da proposição de lei ao Executivo para fins de sanção. Após ficou decidido que o horário de início da reunião ordinária seguinte seria antecipada para as 18h (dezoito horas) em virtude da solenidade de inauguração do Centro de Integração Educacional deste Município. Desta forma, passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se dia 20 de abril a partir das 18h (dezoito horas) para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 20 (vinte) dias do mês de abril de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara a partir das 18h (dezoito horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 6ª reunião ordinária que, após correção a pedido do Sr. Presidente em sua palavra, foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura do convite para abertura oficial e solene do 24º Congresso Mineiro de Municípios que será realizado no dia 07 de maio em Belo Horizonte. Comunicado

do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca da liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Convite enviado pela Câmara Municipal de Lavras para a solenidade de entrega dos diplomas “Trabalhador Rural Destaque” que seria realizado dia 27 de abril. Convite para o 213º Encontro Nacional de Vereadores e demais Agentes Políticos a realizar-se em Belo Horizonte entre os dias 13 e 16 de junho. Ofício nº 72/07 do Gabinete da Sra. Prefeita informando acerca da assinatura do Termo de Adesão ao Programa FUNDOMIC do Governo Estadual que possibilitará a implantação de sinal de telefonia móvel no Município através da telemig Celular, acreditando-se que no máximo até janeiro de 2008 já se tenha cobertura celular em toda cidade, conforme cronograma de implantação do referido programa. Ofício nº 80/2007 subscrito pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Maria Isabel dos Santos Nepomuceno em resposta ao ofício nº 38 enviado por esta Câmara a partir de indicação do Vereador João Carlos. Em relação aos requerimentos contendo indicações e pedidos, fez-se a leitura do nº 1 subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito endereçado à Presidência da Câmara solicitando que sejam tomadas as devidas providencias, seja na esfera administrativa ou judicial, para que seus requerimentos contendo requisição de cópias de documentos sejam atendidos, considerando a insistência da Administração em não enviar as cópias de tais documentos por ele requisitadas na forma legal, caracterizando assim uma afronta à Lei Orgânica e considerando ainda que numa atitude de flagrante desrespeito, não se dignaram em dar nenhuma satisfação a tais pedidos. Nº 2 subscrito pelo mesmo Vereador indicando envio de expediente para Sra. Prefeita, com cópia para o Secretário Municipal de Educação e Cultura solicitando o fornecimento de vales transportes da empresa de ônibus São Cristóvão aos alunos de nosso Município que estudam na cidade de Lavras no turno da manhã, como meio de incentiva-los e ajuda-los na manutenção do curso que na maioria dos casos é bastante dispendioso. Nº 3 subscrito pelo mesmo Vereador solicitando envio de expediente para a Sra. Prefeita requisitando, nos termos do § 2º do art. 24 da Lei Orgânica Municipal, cópias folhas de pagamento dos últimos seis meses do pessoal que trabalha no Programa Saúde da Família deste Município. Nº 4 subscrito pelo mesmo Vereador indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita, com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG solicitando providencias para resolver o problema da falta de energia elétrica que constantemente vem acontecendo na Avenida Conceição do Rio Grande, em especial nas proximidades do nº 336, vez que a o fusível que comumente é conhecido por “banana” sempre se desprende, ocasionando desta maneira um apagão, salientando que segundo informações de alguns moradores, um técnico da CEMIG teria dito que a solução seria a troca do transformador existente na localidade identificado sob o nº 35.075. Em relação aos Projetos, fez-se a apresentação do projeto de lei nº 16/2007 que “dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providencias”. Leitura do projeto de lei nº 18/2007 que “declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Servidores Municipais de Ijaci/ MG” de autoria do Vereador João Carlos Espedito. Menção à redação final do projeto de lei nº 13, em pauta para 3ª discussão e votação e menção ao projeto de lei nº 14 que retorna à pauta após período de vistas solicitado pelo Vereador Roosevelt Aparecido Gomes e menção ao projeto de lei nº 15 em pauta para 2ª discussão e votação. Dando seqüência, o Sr. Presidente cumprimentou a todos e franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador Sebastião se referido ao pronunciamento do Sr. Tarcísio na última reunião, afirmando que ele deveria ter ido primeiro expor sua sugestão na Prefeitura já que ele faz muitas reuniões com a Prefeita. Disse que deveria ter chamado os Vereadores e chegado a um consenso antes, pois a Prefeita pegou a parte dela, lavou as mãos e em menos de dez dias mandou o projeto para a Câmara que agora está responsável por um ato que veio de lá para cá. Acredita que ela não está satisfeita com parte do secretariado que está ali, que é parente, ou alguma coisa está acontecendo porque se estava errado e mandou o projeto para Câmara, ele não tem como votar contra, questionando porque então ela não chamou os Vereadores, os cargos de confiança e a população, o que seria o jeito mais fácil. Questionou também porque o Tarcísio não procurou a Prefeita antes e não depois que o projeto já estava aqui na Câmara, quando ele veio reivindicar os direitos. Disse que as coisas têm que ser planejadas para depois serem discutidas, mas primeiro eles fazem a coisa errada e depois que está aqui, ele não tem como assumir erro. Afirmou que não vai assumir, mas vai acatar o que veio na lei, já deixou bem claro que vai votar a favor e acha que a reivindicação do Tarcísio em vir até a Câmara e falar não está errada, porém ele deveria ter feito uma reunião com a Prefeita antes de mandar o projeto para cá, mas já que veio, reafirmou que vai acatar e fazer o que está na lei. Sobre o requerimento do Vereador João Carlos, disse que passou pela mesma situação e não sabe porque não mandam as notas fiscais e os empenhos que os Vereadores pedem, questionando se estariam escondendo alguma coisa. Disse que a Câmara é um órgão fiscalizador, mas não tem acesso a essas notas e assim arruma muita briga, o balancete não serve para fiscalizar nada, parece um conto de fadas, fez pedidos de documentos e para ter acesso teve que ir à Prefeitura, questionando se existe lei que impede que estes documentos venham para a Câmara, pois mandam uma coisa global constando somente o valor, mas não se sabe com que foi gasto e desta forma o Vereador está servindo de bobo. Afirmou que o Presidente tem que mandar este requerimento, já que a Prefeita não está obedecendo nada, não sabe se é ela ou o secretariado, mas acaba sendo ela, porque ela é que é dona da caneta e assim tem que chamar a atenção, porque senão o Vereador virá aqui só no final do mês para receber. Reafirmou seu apoio ao requerimento do Vereador e se quiser, ele coloca seu nome junto, porque isto já está passando de vergonha e se o Vereador não puder ter acesso a uma nota fiscal ou empenho, pode largar de mão. Sobre os passeios das ruas de Ijaci, disse que algumas pessoas idosas, ou que não enxergam estão em tempo de ter que andar no meio

da rua e serem atropelados por um caminhão, ou talvez trocar, os caminhões passariam pelo passeio e as pessoas pelo asfalto e mesmo assim poderão cair em algum buraco, frisando que este já é o terceiro ano de mandato e a coisa está feia. Em seguida o Vereador João Carlos mencionou seu requerimento acerca da exibição de documentos conforme está previsto na Lei Orgânica Municipal, onde o prazo é de trinta dias prorrogáveis por mais trinta, desde que devidamente justificado e em nosso Município isto não acontece e como está aqui para fiscalizar, gostaria que esta casa tomasse uma providencia, seja administrativa ou judicial, para que tenha estes documentos em suas mãos, pois já deixou bem claro que não vai à Prefeitura, porque a lei não prevê isto, precisa ter estes documentos em suas mãos para ver o que está acontecendo. Citou que a partir do momento que detectou algumas irregularidades há dois anos, nunca mais teve acesso aos documentos e se sente inútil, pois a sua competência é fiscalizar e só encontra dificuldades por não ter acesso aos documentos que mostrem como está sendo gasto o dinheiro público. Disse que tem por obrigação correr atrás aqui ou na Promotoria mencionando que fica admirado pelo fato de até hoje não ter nenhuma cobrança da Promotoria, coisa que tanto foi feita na administração passada, mas que está deixando a desejar, pois não viu nenhuma providência do Promotor, mesmo em relação ao que foi feito pelas comissões onde foram achadas várias irregularidades e nada foi feito, deixando-o até indignado, reafirmando que na administração passada atuou tanto e nessa não fez nada. Sobre o pedido dos vales transportes, disse que tem muita gente que estuda de manhã ou de tarde e às vezes, mal tem condições de pagar o curso, sendo que eles ajudam os alunos que estudam durante a noite e deveriam ajudar os demais, pois às vezes o aluno tem que ir a Lavras duas vezes por dia e isto fica muito caro e difícil para a pessoa pagar sozinha. Sobre o requerimento acerca da falta de energia na Avenida Conceição do Rio Grande, disse que constantemente no horário entre 18 e 19 horas, está tendo interrupção de energia naquela rua e assim gostaria que a Prefeita e a Secretaria de Obras tomassem alguma providencia a respeito, pois a população já paga energia cara e por isso deveria ter um serviço prestado com mais responsabilidade, principalmente neste horário, aonde a maioria das pessoas chegam cansadas do trabalho e as vezes não tem nem o direito de tomar um banho por falta de energia elétrica, o que é um absurdo acontecer em pleno século vinte e um e desta forma deveriam trocar o transformador para dar mais suporte para os moradores daquela localidade. Sobre o projeto de lei nº 14, disse que não sabe se seria devolvido naquela reunião, mas se fosse, disse que iria pedir que o mesmo fosse votado em regime de urgência, pois deveria ser passado o mais rápido possível e como já falou, aqui tem várias pessoas capazes de exercer os cargos que estão sendo preenchidos às vezes somente para fazer política e que lá tem muita gente parada. Prosseguindo, o Vereador Fábio mencionou o projeto de lei nº 14 e o comentário do Vereador Sebastião acerca de que às vezes fazem coisas erradas para depois mandarem para a Câmara, mas no seu entender, esta foi a coisa mais certa que a Prefeita fez, cabendo agora a Câmara também fazer a coisa certa. Dando sequência, a Vereadora Catarina pediu vista no projeto de lei nº 14/2007, sendo-lhe concedida nos termos regimentais. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por cinco minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte com a votação dos requerimentos contendo indicações, sendo todos aprovados pela unanimidade do Plenário em discussão única, determinando-se seus encaminhamentos. Após fez-se a votação da redação final do projeto de lei nº 13/2007 que “dispõe sobre denominação de logradouros públicos” sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 3ª discussão e votação. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei nº 15/2007 que “Altera redação do inciso II do parágrafo único do artigo 1º da lei municipal nº 862 de 10 de abril de 2006” tendo sido aprovado pela unanimidade do Plenário em 2ª discussão e votação. A Vereadora Jussara solicitou que a redação final deste projeto fosse votada na reunião, sendo seu pedido aprovado pela unanimidade do Plenário. Desta forma, fez-se a votação da redação final do projeto de lei nº 15/2007, sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 3ª discussão e votação, determinando-se o envio das proposições de leis ao Executivo para fins de sanção. O projeto de lei nº 17/2007 foi enviado para a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, estipulando-se o prazo de vinte dias para que seja dado o parecer. O projeto de lei nº 18 foi enviado para as Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se dia 04 de maio a partir das 19h (dezenove horas) para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 04 (quatro) dias do mês de maio de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara as 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 7ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Em seguida

fez-se a leitura de 3 (três) Comunicados do Fundo Nacional de Saúde e 1 (um) comunicado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca da liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Apresentação de uma lista de assinaturas dos moradores da Rua Jose Alípio de Carvalho no Conjunto Habitacional Nossa Senhora da Conceição solicitando a pavimentação da referida via e que seja feita limpeza urbana no bairro e uma lista de assinaturas de moradores do Conjunto Habitacional Nossa Senhora da Conceição solicitando providencias quanto à poeira existente na Rua José de Bastos Neto, devido ao intenso tráfego de caminhões da empresa Química Minérios. Leitura do ofício Circular nº 138/07 encaminhando cópia de outro ofício circular, o de nº 06/2007 proveniente do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, referente às Caixas Escolares, tendo em vista o entendimento também de merecimento de atenção quanto à contratação direta de funcionários. Ofício nº 79/2007 do Gabinete da Sra. Prefeita contendo respostas aos ofícios 24, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 44, 48 e 49 enviados por esta Câmara, a partir de indicações de diversos Vereadores. Em relação aos requerimentos contendo indicações e pedidos, fez-se a leitura do nº 2 subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano questionando se existe veracidade na notícia que as placas contendo os nomes das ruas do Bairro Pedra Negra já foram entregues pelo Consórcio, encontrando-se assim na Prefeitura, sendo que em caso afirmativo, solicita que as mesmas sejam afixadas e caso a notícia não proceda, que sejam tomadas as providencias para que isto se concretize. Requerimento nº 3 subscrito pela Vereadora Catarina Gonçalves de Castro indicando envio de expediente para Sra. Prefeita, com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano solicitando, em nome dos moradores da Av. 31 de Dezembro no quarteirão compreendido entre a padaria do Robertinho e Bar do Antonio da Amélia, que seja verificada se a estrutura daquela via comporta o intenso tráfego de carretas como vem acontecendo ultimamente, em especial sobre as valetas onde passam os canos de água, pois ao passarem sobre as mesmas acontece intensa trepidação nas casas, tendo-se notícia que numa destas construída recentemente, já estão aparecendo rachaduras. Sendo assim, para que se evite maiores danos, que sejam adotadas as devidas providencias em relação ao tráfego destas carretas em nossas vias de circulação. Nº 4 subscrito pela mesma Vereadora para os mesmos destinatários reiterando pedido, em nome dos moradores do final da Rua Joaquim Antonio Ribeiro na Vila Aparecida, para roçagem e aplicação de herbicida nas calçadas do referido local, vez que se encontram muito sujas podendo ocasionar o aparecimento de animais nocivos. Nº 5 subscrito pela mesma Vereadora para os mesmos destinatários reiterando pedido, em nome do Sr. Rubens do Quinha, que seja feita a limpeza de um mata-burro na estrada próxima à sua propriedade, na localidade de Contendas. Nº 6 subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito requisitando, nos termos do § 2º do art. 24 da Lei Orgânica Municipal, cópias do processo licitatório e contrato, caso tenha sido firmado, para contratação do serviço de coquetel oferecido por ocasião da inauguração do Centro de Integração Educacional, ocorrido no último dia 20 de abril. Também requer que seja emitido um parecer pela Procuradoria Jurídica da Prefeitura acerca da legalidade deste procedimento, vez que tal recepção, não obstante ter sido custeada com recursos públicos, ficou restrita a um grupo seleto de pessoas, dentre estas diversas autoridades e políticos da região. Nº 7 subscrito pelo mesmo Vereador para a mesma destinatária solicitando informações sobre o motivo pelo qual não foi servido lanche para os alunos que se apresentaram por ocasião da inauguração do Centro de Integração Educacional, ao passo que após a solenidade foi oferecido um gigantesco coquetel para autoridades e políticos. O Requerimento nº 1 foi retirado pela autora, a Vereadora Jussara Alves Resende. Em relação aos Projetos de leis fez-se a leitura do nº 19/2007 que “altera o valor de repasse para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Lavras - CISLAV”. Para este projeto fez-se ainda a leitura da emenda modificativa de autoria do Vereador João Carlos Espedito. Também foi mencionado o projeto de lei nº 18/2007 em pauta para 1ª discussão e votação. Dando seqüência, o Sr. Presidente cumprimentou a todos e franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador Sebastião dito que algumas pessoas lhe procuraram para reclamar sobre a falta de energia elétrica na quadra, afirmando que não viu, mas isso não poderia estar acontecendo, citando pedido do Vereador João Carlos na ultima reunião em relação a Avenida Conceição do Rio Grande que no dia anterior estava sem energia e precisam tomar providencias porque se a pessoa paga energia e impostos tem que ser atendida com respeito e do jeito que merece. Solicitou fosse feito um requerimento para o Secretário da Prefeita visando agendar uma data para verificar algumas notas fiscais e empenhos, citando o pedido do Vereador João Carlos sobre a construção do poço artesiano reivindicada pelo pessoal residente próximo a empresa Cal Andreza e que até hoje só está no papel, sempre justificam que estão fazendo a licitação e nunca sai, no entanto para fazer uma festa desnecessária, a licitação sai na hora. Falou sobre a reclamação dos moradores citados, mas ele não irá mandar requerimento, pois estão respondendo com esta falta de educação, enfiando no meio outro mandato que não tem nada a ver, hoje a administração é esta, as anteriores ficaram para trás e o dia em que ele precisar de algum papel, ele mandará o pedido para agendar uma visita, afirmando que nossa Lei Orgânica não está servindo para nada, convidando o Vereador João Carlos para ir junto. Disse que também irá verificar a documentação da festa, citando que não foi e nem convidado foi e vieram autoridades de fora que não tem nada a ver com Ijaci e assim não está de acordo, sendo que muitas pessoas lhe perguntam sobre o valor desta festa, porém o vereador está aqui, mas não tem papel nenhum em mãos, está vivendo por rumo e reafirmou o convite para que o Vereador João Carlos vá junto com ele, pois não irá mandar mais requerimentos. Questionado sobre quais documentos pretendia verificar, para que

pudesse constar no ofício, o Vereador disse que são algumas notas fiscais, empenhos e processos de licitação. Em seguida o Vereador João Carlos mencionou os esclarecimentos da administração acerca de seus pedidos, alertando para o fato dos cinco processos de licitação de obras, todos vencidos pela empresa Promecom e por isso quer as cópias destes processos, porque está duvidando quanto a coincidência desta empresa ter ganhado todas as licitações que participou para ver o que realmente está acontecendo. Sobre seus requerimentos, disse que gostaria de saber se a lei permite esses coquetéis, pois é uma covardia convidar fulano e cicrano, ainda mais quando são autoridades que nem daqui fazem parte, enquanto as crianças que ficaram de castigo para se apresentarem não teve nada. Disse que isto é uma vergonha, deveriam ter feito alguma coisa para estas e pelo que observou e procurou se informar, com o dinheiro público não se pode fazer uma festa selecionando pessoas, pois no município, não se faz convite para pagar IPTU, todo mundo paga e assim todos devem ter direito a alguma coisa que é feita com o dinheiro público. Neste instante, o Sr. Presidente entrevistou junto a um assistente para que não houvesse perturbação no andamento da reunião. Prosseguindo, o Vereador João Carlos mencionou a emenda que está propondo ao projeto de lei do CISLAV, citando que pode se dizer que é uma coisa até inconstitucional, mas na administração estão acontecendo coisas inconstitucionais, se pede um documento, este é negado e se a emenda estiver inconstitucional, ele está fazendo em nome do povo, daquele que precisa de um exame, daquele que sofre por estes problemas da saúde, citando que naquele dia viu um monte de pedidos e neste caso eles pigam em gotinhas, mas o coquetel, eles despejam com litros e é um absurdo somente aumentarem só mil reais em exames, sendo que o coquetel ficou em mais de dez mil reais. Disse que deveriam ter respeito com a saúde de nosso povo, porque muita gente depende do exame e não tem condições de custear e acha que deveria ter o apoio desta Câmara, pois apesar de ser inconstitucional, é de interesse para ajudar o povo que precisa destes exames e se a administração não tem coragem de ampliar esse valor, que a gente faça o que seja melhor para nossos moradores. Naquele momento, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pedindo para o visitante permanecer em silêncio a fim de não atrapalhar o andamento da reunião, sendo atendido. Reiniciados os trabalhos a palavra foi franqueada para o Vereador Fábio que afirmou saber das dificuldades e da queda de arrecadação, mas não pode deixar de fazer alguns pedidos que é o caso de um abrigo de ônibus próximo à igreja de Contendas, aonde as crianças vêm sofrendo com chuva e calor e dentro das possibilidades, que possa ser atendido e construído o abrigo. Mencionou a canalização de águas pluviais da Rua José Luiz da Costa e Avenida 31 de Dezembro, afirmando que quando chove o fluxo de água nestes locais é muito grande e que esta obra também possa ser atendida, é uma obra de grande valia para o Município que atenderá as dificuldades de muitas pessoas pelas quais vêm passando em dias de chuva. Solicitou ainda, dentro das possibilidades, sejam instalados redutores de velocidade no encontro das ruas José Luiz da Costa e José de Bastos Neto, em frente à Igreja Assembléia de Deus, pois existe um grande fluxo de veículos e o abuso de alguns condutores passa a ser exagerado. Citou que é proibida a instalação de quebra-molas no Município, mas tem aqueles tipo ondulação e dentro das possibilidades, espera que estes pedidos sejam atendidos. Em seguida a Vereadora Jussara mencionou seu requerimento acerca da colocação de placas contendo os nomes das ruas do Bairro Pedra Negra, pois se torna difícil numa cidade um bairro sem nome das ruas dificultando assim o trabalho do carteiro, dos entregadores de mercadorias, citando que ficou sabendo que as placas já se encontram na Prefeitura, por isso estava apresentando o requerimento para saber se esta notícia procede e caso seja verdade que o Consórcio já tenha entregado as placas, que sejam tomadas as providências para instalação das mesmas. Quanto ao requerimento nº 1, disse que era um pedido para religação da energia na praça do Bairro Pedra Negra, mas esteve no local no dia anterior e verificou que as lâmpadas estavam acesas, não havendo, portanto a necessidade do envio do requerimento, vez que a situação já havia sido regularizada. Mencionou também a retirada do projeto de lei nº 20/2007 que seria apresentada por ela na reunião, justificando que seria para que se fizessem pequenas retificações e posteriormente iria reapresentá-lo. Prosseguindo, a Vereadora Catarina mencionou o pedido feito a ela pela Sra. Laurita Cândida para que se instalasse um quebra-molas próximo à sua casa na Rua Ernesto Viana da Costa, nas proximidades do local onde foi feita a indicação do Vereador Fábio, vez que ali existem muitas crianças e alguns carros transitam em alta velocidade. Reforçou o pedido do mesmo Vereador em relação ao problema da água na Avenida 31 de Dezembro e na Rua Jose Luiz da Costa, afirmando que não afeta somente um morador, mas a todos e ela empenha muito neste sentido, porque como moradora do local, sabe como é difícil e agradeceu ao Vereador pelo pedido. Sobre a questão das carretas, disse que os moradores do quarteirão da Avenida 31 de Dezembro que foi citado, inclusive o filho da Vereadora Jussara, conversaram com o Marcelo e teve mais gente que pediu, porque os locais de encanamento d'água rebaixam quando estas carretas passam, o mesmo acontecendo próximo à sua casa e com isto estão aparecendo trincas nas casas, justamente por estarem passando correndo e assim pede que seja verificada uma maneira para resolver esta situação, conforme pedido dos moradores. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, sendo registrado o pedido do Vereador Sebastião para votação do projeto de lei nº 18/2007 em regime de urgência, sendo que este pedido foi aprovado pela unanimidade do Plenário. Após, fez-se a votação dos requerimentos apresentados, sendo todos aprovados pela unanimidade do Plenário em discussão única, determinando-se seus encaminhamentos. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei nº 18/2007 que "Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Servidores Municipais de Ijaci/ MG" de autoria do Vereador João Carlos, tendo sido aprovado pela unanimidade do Plenário em

1, 2ª e 3ª discussão e votação, determinando-se o envio da proposição de lei ao Executivo para fins de sanção. O projeto de lei nº 19/2007, juntamente à emenda apresentada pelo Vereador João Carlos foi enviado para as Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se dia 11 de maio a partir das 19h (dezenove horas) para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 11 (onze) dias do mês de maio de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara a partir das 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 8ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura de um Comunicado do Fundo Nacional de Saúde acerca da liberação de recursos para manutenção de programa no Município. Comunicado da Comissão Mixta de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional acerca de recursos do orçamento da União destinado ao Município de Ijaci no período de janeiro a março de 2007. Convite enviado pela Câmara Municipal de Lavras para a solenidade comemorativa do 3º aniversário da TV Câmara que seria realizado no dia 17 de maio de 2007. Ofício nº 29/2007 subscrita pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo, Sra. Cássia de Oliveira Ferreira Camargo, contendo convite para a primeira reunião do Conselho Municipal de Turismo – Comtur – Ijaci que seria realizada no dia 17 de maio, bem como solicitação para que a Câmara Municipal indicasse um representante com o respectivo suplente para compor o referido Conselho. Ofício nº 002/2007 subscrita pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Sebastião Candido Marques contendo informações acerca dos requerimentos dos Vereadores João Carlos, Jussara, Carlos e Roosevelt. Ofício nº 52/2007 subscrito pela Diretora da Escola Municipal Padre Emílio Luiz Lunks, Sra. Maisa Aparecida de Aguiar Mendonça, contendo resposta ao ofício nº 53 desta Câmara, enviado a partir de indicação do Vereador João Carlos. A pedido do mesmo Vereador foi lido um manifesto por este apresentado à escola, elogiando a apresentação dos alunos por ocasião da inauguração do Centro de Integração Educacional, bem como do ofício nº 47/07 subscrito pela referida Diretora e, por conseguinte um expediente contendo resposta do Vereador ao ofício citado e ao de nº 52. Em relação aos requerimentos contendo indicações e pedidos, fez-se a leitura do nº 1 subscrito pelo Sr. Presidente Carlos Antonio Aparecido Babosa, Vereador Roosevelt Aparecido Gomes e Vereadora Catarina Gonçalves de Castro indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano solicitando, a partir de reclamações de moradores dos Bairros Ipiranga e Serra, que neste período de estiagem seja procedida a águação diária das ruas dos referidos bairros como meio de evitar poeira que causam ou agravam o quadro de doenças respiratórias, salientando que o serviço que vem sendo prestado por meio de trator não é suficiente para atender toda a demanda, sugerindo que seja utilizado caminhão pipa, se necessário até fretado, para maior qualidade e rapidez na prestação deste serviço. Nº 2 subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando que na qualidade de Chefe do Executivo, receba e responda às reclamações e pedidos feitos pelos Vereadores, sem precisar recorrer a membros dos escalões inferiores da Administração. Nº 3 subscrito pelo mesmo Vereador e para a mesma destinatária solicitando a indenização ou concessão da licença prêmio aos servidores da Prefeitura conforme dispõe o art. 115 da Lei Complementar 883/2006, Estatuto dos Servidores do Município e art. 130 da Lei Complementar nº 872/2006, Estatuto dos Servidores Públicos da Educação do Município de Ijaci. Solicita ainda a reposição da perda salarial dos servidores ocorrido devido ao não reajuste aos servidores no ano de 2001. Nº 4 subscrito pelo mesmo Vereador indicando envio de expediente para a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG solicitando a reposição de uma lâmpada queimada instalada no poste existente numa das vias da Praça Prefeito Elias Antonio Filho, entre os números 172 e 196, vez que segundo os moradores, o pedido já foi feito para aquela concessionária a aproximadamente dois meses, sem no entanto ter sido tomada nenhuma providencia. Em relação aos Projetos de leis, foi mencionado o de nº 14 que volta à pauta após período de vistas solicitado pela Vereadora Catarina e nº 19, que juntamente à emenda modificativa a este apresentada, está em pauta para 1ª discussão e votação. Dando seqüência, o Sr. Presidente cumprimentou a todos e franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador Fábio manifestado seus parabéns a todas as mães que se encontravam presentes, pedindo que Deus lhes abençoe e que estas

possam passar o dia a elas dedicadas, repleto de felicidades juntamente à suas famílias. Solicitou se fizesse uma indicação para a Sra. Prefeita, visando, dentro das possibilidades, a criação de uma lei para conceder uniformes para todos servidores e também um convenio para atender as necessidades dos mesmos, como médico, farmácia, dentista e tudo aquilo que possa beneficiar o servidor que ao seu ver é um patrimônio do Município e tem de ser muito bem respeitado e dentro do possível, espera que seja atendida sua solicitação. Prosseguindo, o Vereador Sebastião mencionou os expedientes enviados pela Diretora Maísa, afirmando que também não foi na inauguração devido ao horário e se tivesse ido também não iria sentar-se em lugar de destaque, porque não está aqui para se aparecer e quando vai a alguma solenidade, se coloca no meio do povo, pois quando precisa do voto, vai atrás do povo e assim faria a mesma coisa que o Vereador João Carlos. Sobre os requerimentos que os Vereadores estão fazendo para a Prefeita, disse que alguns estão sendo respondidos na maior falta de educação e assim precisam ter mais respeito, pois quando prestam informações não fazem mais que a obrigação, pois estão recebendo para isto e recebem muito. Disse que o pedido de informação é a única satisfação que o Vereador tem para explicar para o povo e assim precisa ser respondido dentro da normalidade da lei sem se aparecer a gostosão, fazendo o que querem. Sobre o pedido para aguar as ruas do Bairro da Serra, disse que sempre pediu, mas lá não está adiantando aguar, o que é preciso é estruturar a Serra, porque a partir da data que isto for feito, no ano que vem teremos coragem para ir lá e pedir votos, pois ficará difícil pedir votos na situação que hoje lá se encontra. Disse que os Vereadores estão aqui para ajudar e quanto às reivindicações, disse que é preciso acata-las e colocá-las no papel. Em seguida o Vereador João Carlos manifestou seus elogios a todas as mães presentes, afirmando que é muito justo homenageá-las neste dia especial votado para elas. Quando ao seu requerimento em relação ao fato de não terem servido lanche para as crianças na inauguração do anfiteatro, disse que perguntou porque está ciente de que nada foi feito e como as crianças ficaram de castigo trancados numa salinha, esperando por mais de duas horas enquanto as autoridades falavam, ele achou revoltante porque para elas não foi feito nada, a não ser a semana da alimentação que foi feito para todas, e como foi feito um coquetel para autoridades, deveriam ter feito alguma coisa para estas crianças que lá perderam tempo. Quanto ao elogio feito por ele em relação a apresentação das crianças, disse que o fez porque achou bonito o trabalho daquelas crianças tão pequenas, mas a Maísa entendeu como crítica e se sentiu ofendida. Disse que elogiou as crianças e as professoras e se ela não gosta de ser elogiada, é problema dela e como Diretora, ela deveria ter mais educação, porque além de não ter educação, não sabe escrever direito, citando que no ofício ela escreveu “no qual tivemos o prazer da sua participação no qual ficamos decepcionados por ser um representante do nosso Município” e assim o Vereador questionou se estava ou não estava. Disse que isto é uma coisa muito feia para uma diretora, pois ela precisa estar ciente do que escreve, principalmente um ofício dirigido à uma Câmara, não irá falar a um Vereador, porque não gosta de se engrandecer, mas ela precisa prestar bastante atenção antes de escrever, pois como diretora ela tem por obrigação redigir um ofício com palavras mais explicativas, já que o ofício citado está muito confuso, ela não sabe nem o que está falando. Outro fato é que a reclamação não foi feita para ela, mas pelo fato de não terem feito nada para as crianças e não sabe porque ela tomou as dores, ela tem que se pôr no seu lugar, já que em hora alguma ele citou o nome dela e assim ela não deveria tomar as dores e nem entrar onde não está sendo chamada. Em relação aos requerimentos, disse que podem achar que uma lâmpada queimada é uma coisa à toa, mas a lâmpada está localizada perto da casa de pessoas idosas que há dois meses vêm pedindo para a CEMIG, dizendo que isto é uma vergonha, porque a gente paga o custeio da iluminação pública tão caro e não tem o serviço adequado. Sobre o requerimento em relação aos servidores, disse que acha um absurdo que estes tenham férias-prêmio vencidas e até hoje não foram pagas e nada foi feito através disso. Disse que a perca salarial deles é uma coisa que ele vem lutando constantemente, mas que não teve resultado nenhum, foi uma perca ocorrida na administração passada, porém é um direito deles que deveria ser olhado com mais atenção, citando o ditado que diz que quem casa com a viúva, herda os filhos e desta forma deveriam olhar e repassar a eles esta perca, pois os servidores não tiveram culpa se um passado ignorou o reajuste e conforme pedido do Vereador Fábio, deveria fazer alguma coisa para eles, no caso de um auxílio doença, um plano de saúde, frisando que se lembra de também ter pedido uma cesta básica, o que ajudaria muito a estes servidores. Em seguida a Vereadora Jussara fez um relatório do curso de Planejamento e Orçamento Público promovido pela Escola do Legislativo em

Belo Horizonte dentre os dias oito e dez de maio do qual ela participou, afirmando que foi muito sério, rígido e com bons professores, onde teve a chance de aprender muitas coisas, sendo que lá foi estudado sobre Plano Plurianual de Ações, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Créditos adicionais especiais, suplementares e extraordinários. Falou também da tramitação do parlamento, reuniões das comissões permanentes, audiências públicas e do orçamento participativo. Alertou o Sr. Presidente quanto à necessidade das reuniões das Comissões Permanentes para que possa apresentar um relatório em Plenário da conclusão daquilo que foi estudado, porém vê que nesta Casa está precisando de mais reuniões destas comissões, sendo que os relatórios por estas apresentadas podem conter a assinatura da assessoria jurídica ou de um técnico que os Vereadores possam consultar para servir de base na votação em Plenário onde é dada nossa expressão política, o nosso entendimento, o que é de bem e de melhor na coletividade, sem olhar a particularidade. Finalizou afirmando que o parlamento é para conversas, debates, diálogo e estudo de projetos antes de vir para o Plenário e entregou o rascunho do relatório da viagem ao servidor da Câmara. Prosseguindo, a Vereadora Catarina pediu se fizesse um expediente acerca dos auditórios feitos em homenagem às mães na Escola Municipal que foram bem organizados, as mães elogiaram muito e dirigindo-se ao Vereador João Carlos disse que não tinha nada a ver com o problema acontecido com este, só está fazendo o elogio porque ficou muito bom, citando que antes as crianças ficavam sentadas no chão, não tinha lugar para as mães, mas agora ficou muito bem programado e assim gostaria de dar os parabéns para o pessoal da Educação, para as professoras que tiveram muita paciência e as mães elogiaram muito. O Vereador João Carlos disse que apenas ficou chateado, pois fez um elogio e pela diretora foi entendido como crítica, afirmando que as crianças fizeram um bom trabalho e têm todo o direito de serem elogiadas e não sabe porque a Diretora se ofendeu com isto. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, sendo registrado o pedido do Vereador Sebastião para votação do projeto de lei nº 19/2007 em regime de urgência, sendo que este pedido foi aprovado pela unanimidade do Plenário. Após o Sr. Presidente consultou o Vereador Fábio se ele poderia fazer parte do Conselho Municipal do Turismo, conforme solicitado, tendo este respondido que infelizmente ele não poderia fazer parte, e pelo seu conhecimento, ao Vereador é proibido participar de conselhos, pois este é fiscalizador, sugerindo que isto deveria ser olhado de maneira certa, tendo o Sr. Presidente dito que iria consultar a Assessora Jurídica sobre qual decisão seria tomada na reunião seguinte. Em seguida fez-se a votação dos requerimentos apresentados, sendo todos aprovados pela unanimidade do Plenário em discussão única, determinando-se seus encaminhamentos. Após fez-se a votação da emenda modificativa proposta ao projeto de lei nº 19/2007 pelo Vereador João Carlos, sendo aprovada pela unanimidade do Plenário, passando a ser parte integrante do referido projeto. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei nº 19/2007 que “altera valor do repasse para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Lavras - Cislav” tendo sido aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, determinando-se o envio da proposição de lei ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se dia 18 de maio a partir das 19h (dezenove horas) para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 18 (dezoito) dias do mês de maio de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara a partir das 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 9ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se

para os comunicados, fez-se a leitura de expediente enviado pela Associação Mineira dos Municípios contendo a carta do 24º Congresso Mineiro de Municípios. Comunicado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca da liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Do Gabinete da Sra. Prefeita foram lidos os seguintes ofícios: Nº 85 encaminhando balancete da receita e despesa da Prefeitura Municipal referente ao mês de abril de 2007. Nº 87 contendo resposta ao ofício nº 54 desta Câmara agendando a data de 5 de junho para que o Vereador João Carlos faça a verificação in locu de documentos no Departamento de Licitação. Nº 88 contendo reposta ao ofício nº 55 desta Câmara agendando a mesma data de 5 de junho para que o Vereador Sebastião faça a verificação in locu de documentos nos Departamentos de Licitação e Contabilidade. Nº 89/2007 encaminhando cópia do ofício nº 146/07 subscrito pelo titular da 3ª Promotoria de Justiça e Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Lavras, Dr. Dimas Messias de Carvalho, que por sua vez encaminhou à Prefeitura cópia da promoção de arquivamento dos autos do pedido de informações nº 2/2007 formulada por Viviane Lúcia Silva Santos acerca do processo seletivo nº 01/2007 realizado pela Prefeitura Municipal de Ijaci. Em relação aos requerimentos contendo indicações e pedidos, fez-se a leitura do nº 1 subscrito pelo Sr. Presidente indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano solicitando que sejam efetuados com a maior brevidade possível, serviços de patrol e colocação de cascalho na estrada de acesso às propriedades dos Srs. Joaquim Oliveira e Antonio Francisco na localidade da Faisqueira, vez que o local está péssimas condições para se transitar com veículos e como Vereador se sente até acanhado em visitar tais residências, devido a situação em se encontra a referida estrada. Nº 2 subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano solicitando a construção de rede de esgotos nas ruas do loteamento São Sebastião no Bairro Córrego Pintado, vez que na ausência desta, os moradores não encontram outra alternativa senão lançar o esgoto proveniente de pias e tanques nas ruas, causando intenso lamaçal. Nº 3 subscrito pelo mesmo Vereador e para os mesmos destinatários reiterando solicitação feita no dia 26/01/2007 para construção de rede de esgotos na Rua Claudino Hipólito de Miranda, por ser praticamente a única do centro da cidade a não contar com tal serviço. Em relação aos Projetos fez-se a leitura do ofício nº 87/2007 do Gabinete da Sra. Prefeita solicitando a retirada do projeto de lei nº 14/2007 que “dispõe sobre a proibição da prática de nepotismo no âmbito do Poder Legislativo e dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências” para que sejam feitas retificações em sua redação para posterior envio a esta Casa. Leitura dos seguintes projetos de leis: Nº 21/2007 que “concede revisão de vencimentos no plano de cargos e salários do Poder Executivo Municipal e dá outras providências”; nº 22/2007 que “concede revisão dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências”; nº 23/2007 que “concede recomposição de vencimentos aos servidores da Câmara Municipal de Ijaci”, sendo que para este projeto foi apresentada uma emenda modificativa subscrita pelos membros da Mesa Diretora, tendo o servidor Nelson explicado que se tratava de correção no anexo I do projeto, vez que na redação elaborada pelo Executivo faltava uma tabela e foram verificadas incorreções na aplicação do percentual nos valores das tabelas que foram elaboradas, necessitando assim da emenda para que o texto ficasse em conformidade com a lei complementar nº 888 de 23/10/2006 e por último o de nº 24/2007 que “autoriza o pagamento de indenização por acidente de veículo e dá outras providências”. Leitura do projeto de resolução nº 03/2007 que “concede revisão geral dos subsídios dos Vereadores do Município de Ijaci” e projeto de resolução nº 04/2007 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar em dotação da Câmara Municipal”. Dando seqüência, o Sr. Presidente cumprimentou a todos e franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador Sebastião dito que não entendeu nada em relação ao projeto de lei nº 14, porque foi mandado pela Prefeitura para ser votado e agora estava sendo pedida sua retirada, não sabendo se realmente está fora da lei ou está voltando atrás e desta forma ele está começando a ficar por rumo de novo, afirmando que isto tem que ser mais sério e a coisa tem que ser bem feita. Disse que manda um projeto de lei para a Câmara, este é travado por vistas que é um direito do Vereador e depois é pedida sua retirada, questionando o porque deste procedimento. Queria ter a resposta, frisando que o projeto foi enviado em cima daquilo que o Promotor pediu e assim o Vereador fica servindo de chacota para os outros na rua, não tendo como explicar para a população que está por rumo igual aos Vereadores. Disse que está servindo somente para vir receber no final do mês, pois não sabe o que está acontecendo dentro de Ijaci. Afirmou que fará um pedido sobre o que foi gasto na Câmara em 2006 com diárias de viagens de Vereadores, Prefeita, Vice-Prefeito e Secretários para ver se resolveu alguma coisa e faz este pedido não só como Vereador, mas como cidadão ijaciense e se tiver alguma coisa que trave, disse que vai correr dentro da justiça para ver se tem ou não este direito. Sobre os projetos em pauta, disse que está de acordo com o 21 e o 23 que concedem revisão dos vencimentos dos funcionários da Prefeitura e Câmara e o 24 que é o caso da batida do carro, afirmando que está aqui para fazer a coisa certa. Sobre o projeto de lei nº 22 que reajusta os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, questionou se o mesmo está certo, afirmando que este projeto não poderia ter vindo, pois a Prefeita não pode conceder aumento para ela mesma e se o mesmo fosse votado na reunião, gostaria de ver se está certo, pois este projeto não poderia nem entrar na pauta. Disse que não está chamando a atenção de ninguém, mas infelizmente nós temos que analisar, não participa vinte e quatro horas dentro da Câmara, mas pelo menos está por dentro das coisas e não vai fazer nada de errado. Sobre o reajuste dos subsídios dos Vereadores, disse que está ganhando o suficiente e com certeza absoluta irá votar contra este reajuste, bem como o reajuste do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, citando que estão vinte e quatro

horas dentro da Prefeitura e ainda mandam projeto errado e se não falar, iria ser votado, por isso precisa prestar mais atenção no que está acontecendo. Disse que estamos fazendo política em causa própria e como Vereador está aqui e quer terminar sua legislatura fazendo a coisa certa, com ele não tem meio termo e se um projeto é elaborado errado e torna-se vergonhoso os Vereadores não analisarem e cortarem um projeto destes, voltando a questionar se é correto criar o próprio salário, citando que é preciso olhar o salário de quem está trabalhando e finalizou reafirmando que votará contra o projeto de lei nº 22. Prosseguindo, o Vereador Fábio disse que cada um manda no seu próprio voto, ninguém manda no voto do outro e como veio escrito que o povo do município aprovou por seus representantes, afirmou que estamos aqui para representar e quer deixar bem claro que ele está contra o reajuste dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores. Disse que para o trabalhador é justo que se faça o aumento para ajuda-los e como disse na reunião passada, o que fizer a bem do servidor é de bom grado, porque o servidor satisfeito é sinal de melhoria para o Município, ele é um patrimônio e enquanto os agentes políticos estão de passagem, o servidor vai ficar e assim está de acordo com o reajuste para a classe. Sobre o pedido de retirada do projeto de lei nº 14, disse que conforme mencionado em reuniões passadas, pediu para que o projeto fosse enviado, deixando bem claro que tem conhecimento do caráter da Prefeita e uma vez enviado, é do conhecimento de todos que o projeto está a quarenta e cinco dias sob vistas e desta forma está de acordo que este projeto permaneça na Câmara, pois vai beneficiar o Município. Citando a justificativa apresentada no ofício, dando conta que foi acatado o parecer da Procuradoria Jurídica Municipal de que não existe parentesco por afinidade em 3º grau, o pronunciante disse que o projeto foi elaborado pelos jurídicos, o Município paga por isso, então temos que receber coisas boas, ninguém está trabalhando de graça e assim as coisas precisam ser feitas da maneira certa. Disse que esteve na Prefeitura por um ano e quatro meses, tem o relatório de tudo o que foi feito na sua gestão como Secretário e esteve lá para ajudar a Prefeita, como aqui está também para a ajudar o Executivo, o Legislativo e todo o Município, porque não foi eleito para fazer uso a seu bem próprio, foi eleito pelo povo e está aqui para representar o povo e fazer isso da maneira legal, então somente vota quando a matéria for legal, sendo este um direito que ele tem. Prosseguindo, o Vereador João Carlos mencionou o pedido de retirada do projeto, afirmando que lhe deixou decepcionado o fato de mandarem um projeto para regularizar estas questões de parentes na administração pública e como disse o Vereador Fábio, ele está em tramite nesta casa tem quarenta e cinco dias sob vistas e quando chegou na reunião, se deparou com o pedido de retirada pelo autor. Disse que se estivesse errado, que mandasse uma emenda, porque tem certeza que se este projeto voltar para lá, nunca mais ele será enviado para a Câmara, já que a pressão é muito grande. Reafirmou que deveriam fazer uma emenda e esta casa deveria ser mais respeitada, deste jeito está desacreditada, ele mesmo está desacreditando, pois as coisas estão indo para um caminho absurdo, entra um projeto e em seguida é retirado por interesse de terceiros, o que deixa a política mais vergonhosa. Sobre o aumento nos vencimentos do pessoal, disse que naquela semana teve que mandar um ofício reclamando porque ainda não tinham enviado o projeto de lei que dava este direito aos servidores que trabalham no dia a dia, aumento este que é repassado através do governo federal, sendo que logo em seguida o projeto foi enviado o que leva a crer que esta administração está igual a um carro velho que para pegar, a gente tem que dar tranco, o que é um absurdo, pois o mês já ia passar sem que tivessem mandado o projeto, quando tem tanta gente lá ganhando bem como pode ser visto na tabela, tem gente ganhando até quatro mil e trezentos reais e não tinha nenhuma pessoa para elaborar esse projeto, pois quem elabora estava de licença porque se casou e é vergonhoso não ter outra pessoa para elaborar um simples projeto que é para garantir o direito de cada servidor. Sobre o projeto para pagamento da indenização do veículo, disse que o mesmo tem seu apoio, pois é mais do que justo que a pessoa que foi afetada com este prejuízo receba e tenha seu carro como antes do acontecido. Sobre o projeto de aumento do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários, disse ser contra e pediu vistas no projeto de resolução nº 03/2007 que reajusta os subsídios dos Vereadores, pois está satisfeito com o que ganha e gostaria de estudar mais este projeto, pedindo vistas para o mesmo, já que corre tantas vistas dentro desta Câmara. Em seguida a Vereadora Jussara disse que o projeto de lei nº 21 que trata do aumento para os servidores deveria ser votado na reunião, pois está claro, já foi olhado pela Assessora e não restam dúvidas sobre o mesmo. Sobre o projeto que autoriza pagamento de indenização por acidente, disse que também acha certo, citando que o rapaz havia desembolsado e devia ser restituído rapidamente, sendo que demorou muito para que o projeto fosse enviado para resolver este problema. Quanto aos demais projetos, acha que também deveria ser estudado, inclusive o pedido para retirada do projeto que trata do nepotismo, precisa ver que emenda é esta e desta forma também é a favor que este projeto fique na Câmara para maiores estudos e para se ter uma clareza sobre onde ela vai colocar esta emenda, já que por mais inteligente que seja a pessoa, ela não consegue rapidamente analisar uma coisa de maneira certa e assim tudo corrido fica muito difícil. Mencionou emenda parlamentar ao orçamento da União de 2007 feita pelo Deputado Reginaldo Lopes do PT em favor do esporte de nosso Município no valor de vinte mil reais para implantação e infraestrutura do esporte recreativo e de lazer. Pediu que fosse registrado sobre o projeto que tinha sido doado pelo Deputado Virgílio Guimarães para implantação de um raio X, pois muitas pessoas pensam que ficou esquecido, mas o Ministério da Saúde fez um parecer e tendo em vista o objeto proposto, o Departamento de Atenção Básica não aprovou a proposição apresentada e assim o Deputado avisou que não foi culpa dele, foi o próprio Ministério da Saúde que impediu, pois para atenção básica não pode vir somente o raio X, afirmando que com a ajuda do Executivo, dos funcionários de lá e da Fabíola foi montado outro projeto substituindo por um laboratório de

análises clínicas no mesmo valor de oitenta e três mil reais e assim estamos aguardando, pois o único parecer dado pelo Ministério da Saúde dá conta que está adequado, mas ainda não liberou os recursos. Em seguida o Vereador Roosevelt solicitou um parecer da Assessora Jurídica sobre a legalidade do aumento de oito por cento para os servidores, Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários, tendo a Assessora dito que no seu entendimento, esse percentual é realmente devido. Na questão do projeto de lei nº 22, disse que a iniciativa deveria ser do Legislativo e não do Executivo o reajuste em relação ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, no entanto em relação ao aumento dos servidores, entende que está certo, pois é geral tanto para efetivos como para comissionados. Disse que o projeto de resolução está certo, é de autoria da Câmara. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, sendo registrado o pedido do Vereador Roosevelt para votação do projeto de lei nº 24 em regime de urgência, bem como o pedido do Vereador João Carlos para votação dos projetos de leis nº 21 e 23 em regime de urgência, sendo ambos aprovados pela unanimidade do Plenário. Em seguida fez-se a votação dos requerimentos apresentados, sendo todos aprovados pela unanimidade do Plenário em discussão única, determinando-se seus encaminhamentos. Após fez-se a votação da emenda modificativa proposta ao projeto de lei nº 23/2007 pelos Vereadores componentes da Mesa Diretora da Câmara, tendo sido aprovada pela unanimidade do Plenário, passando a ser parte integrante do referido projeto. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei nº 21/2007 que “concede revisão de vencimentos no plano de cargos e salários do Poder Executivo Municipal e dá outras providências”, tendo sido aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação. Após fez-se a votação do projeto de lei nº 23/2007 que “concede recomposição de vencimentos aos servidores da Câmara Municipal de Ijaci”, tendo sido aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação. Prosseguindo fez-se a votação do projeto de lei nº 24/2007 que “autoriza o pagamento de indenização por acidente de veículo e dá outras providências” tendo sido aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, determinando-se o envio das proposições de leis ao Executivo para fins de sanção. O projeto de lei nº 22 e o projeto de resolução nº 04 foram encaminhados para as comissões permanentes para parecer no prazo regimental. Em seguida passou-se a deliberar sobre o pedido de retirada do projeto de lei nº 14/2007, feito pela Sra. Prefeita através do ofício nº 87/2007, tendo o Vereador Roosevelt questionado da Assessora Jurídica se este pedido estava dentro da legalidade, tendo a Assessora dito que a Prefeita como autora do projeto pode fazer este pedido para fazer alguma modificação, ao que o Vereador falou sobre a questão de aguardar para a próxima reunião para votar o pedido de retirada do projeto, pois está um pouco confuso, tendo a Assessora respondido que não há na legislação da Câmara nada sobre isto e citou uma Resolução datada de 2005, onde o pedido para retirada tem que ser passado pelo Plenário quando o projeto já tiver sido enviado para as comissões, mas não fala que o pedido tem de chegar tantas horas antes, bem como não contém prazo para que seja apreciado. O Vereador Roosevelt disse que sendo assim gostaria de deixar o pedido para aguardar a próxima reunião para que se pense melhor sobre a questão, tendo o Sr. Presidente dito que iria consultar o Plenário colocando o pedido do Vereador em votação, tendo o Vereador Sebastião dito que queria que o projeto fosse votado na reunião, pois esta Câmara está igual a um parque, cada vez se descobre um brinquedo novo, citando que a Prefeita está pedindo a retirada do projeto em cima de uma vista de um Vereador e isto está ficando cada vez mais confuso, está vendo que vai ser pedida uma vista em cima da outra e desta forma irá pedir para sair da reunião pois não quer ficar servindo de chacota para mais ninguém, quer uma explicação se a Prefeita pode pedir a retirada de um projeto que está sob vistas de um Vereador, tendo a Assessora Jurídica dito que pode, ao que o Vereador disse que o projeto ficou quarenta e cinco dias sob vistas, questionando se vão fazer alguma emenda, pois se o projeto inteiro não está valendo nada, se puser emenda irá piorar e a obrigação do Presidente é por o requerimento em votação, ao que o Sr. Presidente disse que está consultando o Plenário e a maioria é que decide, tendo o Vereador Sebastião dito que vai colocar o pedido do Vereador e aí vem outro pedido e deste jeito a gente vai ficar com isto o resto do ano e aí precisa olhar a Lei Orgânica e o Regimento Interno para ver se está certo, tendo o Sr. presidente dito que, segundo a Assessora não tem nada que impeça, tendo a Dra. Isis afirmado que não tem nada que impeça o pedido de retirada, mas o que estava sendo cogitado na discussão é se este pedido seria votado naquela reunião ou na seguinte, cabendo ao Plenário decidir, ao que o Vereador Sebastião disse que não estava entendendo o pedido de retirada de um projeto sob vistas, tendo a assessora dito que o autor tem direito e como o projeto foi enviado às comissões, quem iria decidir é o Plenário. O debate prosseguiu com a participação de mais Vereadores, da Assessora Jurídica e do Servidor Nelson, tendo a intervenção do Sr. Presidente que pediu novamente para que os Vereadores que estivessem de acordo com o pedido feito pelo Vereador Roosevelt permanecessem sentados e os contrários que se levantassem e se manifestassem, tendo o Vereador Sebastião dito que era contra o pedido, queria que votasse na reunião para acabar com este jogo de empurra, senão vai virar o ano e estaremos agarrados ainda com este projeto, tendo o Vereador João Carlos dito que também era contrário. Diante do resultado de 6 (seis) votos favoráveis ao pedido do Vereador Roosevelt e 2 (dois) votos contrários, o pedido de retirada do projeto de lei nº 14/2007, feito pela Sra. Prefeita através do ofício nº 87 ficou para ser votado na reunião seguinte. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se dia 1º de junho a partir das 19h (dezenove horas) para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que

após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Ao 1º (primeiro) dia do mês de junho de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara a partir das 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 10ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura de 2 (dois) comunicados do Fundo Nacional de Saúde e 1 (um) Comunicado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca da liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Ofício nº 37/2007 subscrito pela Vice-Diretora da Escola Estadual Maurício Zákha, Sra. Neuzimar Aparecida Pinheiro, encaminhando um exemplar do jornal Mentos em Ação daquele educandário. Convite encaminhado pelo Comandante da Sexta Região da Polícia Militar, Coronel Márcio Martins Sant'Ana, para participação na solenidade de comemoração do 232º aniversário da Polícia Militar de Minas Gerais que seria realizada no dia 05 de junho de 2007 no Pátio da Guarnição Policial Militar de Lavras. Convite encaminhado pelo Prefeito Municipal e Secretária Municipal de Saúde de Itutinga, para participação na solenidade de inauguração da Unidade Básica de Saúde Maria Nazaré Ferreira, que será realizada naquela cidade no dia 15 de junho. Convite encaminhado pelo Deputado Federal Odair Cunha para participação no Fórum Sul Mineiro de Economia Solidária a realizar-se em Pouso Alegre entre os dias 13 e 15 de junho. Ofício nº 021217/2007 subscrito pelo Sr. Messias Salvador Chaves, Analista de Relacionamento de Clientes da Regional da CEMIG em Varginha contendo reposta ao ofício nº 47 enviado por esta Câmara a partir de indicação do Vereador João Carlos. Ofício nº 96/2007 do Gabinete da Sra. Prefeita solicitando o adiamento da inspeção in locu de processos licitatórios pelos Vereadores João Carlos e Sebastião, do dia 05 para o dia de 12 de junho. Em relação aos requerimentos contendo indicações e pedidos, fez-se a leitura do nº 1 subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando envio de expediente para o Cartório da 160ª Zona Eleitoral com sede em Lavras solicitando o cadastramento dos eleitores do Município de Ijaci, haja vista que a proporção dos mesmos em relação ao número de habitantes está muito elevada. Nº 2 subscrito pelo mesmo Vereador e endereçado a Presidência da Câmara solicitando, nos termos do inciso XVIII do art. 169 do Regimento Interno, a convocação do Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Sr. José Maria Aparecido, para comparecer na próxima reunião ordinária desta Câmara a fim de informar e prestar esclarecimentos sobre o andamento de reforma de casas de pessoas carentes em nosso Município. Nº 3 subscrito pelo mesmo Vereador indicando expediente para a Sra. Prefeita com cópia para o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano solicitando reparos na Rua José Alípio de Carvalho, no Conjunto Habitacional Nossa Senhora da Conceição, visando entupimento dos buracos e construção de uma canaleta para drenar a água que constantemente empossa no local causando transtornos e riscos para seus moradores. Em relação aos projetos fez-se a leitura do ofício nº 95/2007 do Gabinete da Sra. Prefeita comunicando o veto sobre a emenda modificativa proposta pelo Vereador João Carlos Espedito e aprovada pela Câmara ao projeto de lei nº 19/2007 que “altera valor de repasse para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Lavras – Cislav”. Leitura da emenda modificativa apresentada ao projeto de lei nº 17/2007 que “dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2008 e dá outras providências” subscrita pelos Vereadores Sebastião e João Carlos. Leitura das emendas modificativas apresentadas ao projeto de lei nº 22 que “concede revisão dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências” e projeto de resolução nº 03 que “concede revisão geral dos subsídios dos Vereadores do Município de Ijaci” subscritas pelo Vereador João Carlos. Leitura do projeto de lei nº 25/2007 que “autoriza concessão em regime de permissão de uso à telemig celular S/A e dá outras providências”. Projeto de lei nº 26/2007 que “dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências”. Nº 27/2007 que “dispõe sobre a função de conselheiro tutelar e dá outras providências” e nº 28/2007 que “Autoriza desapropriação de imóvel e dá outras providências”, encaminhados pela Mensagem nº 08/2007. Ainda fez-se menção ao projeto de Resolução nº 04/2007 e a solicitação de retirada do projeto de lei complementar nº 14/2007 contida no ofício nº 85 do Gabinete da Sra. Prefeita, ambos em pauta para deliberação na reunião. Dando seqüência, o Sr. Presidente cumprimentou a todos e franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador Fábio cumprimentado e dado boas-vindas a todos a esta Casa que é do povo e mencionou o projeto de lei nº 28 que é do seu conhecimento e solicitou que ao mesmo fosse emprestada votação em regime de urgência. Sobre o projeto de lei nº 25, disse que é um grande projeto que está sendo implantado pelo governo estadual juntamente aos municípios e pede que ao mesmo também seja emprestada votação em regime de urgência, agradecendo ao proprietário do terreno que está fazendo este ato importante para o Município que está precisando de gente que venha para ajudar e somar e a gente fica muito

grato por isso, pois estamos lutando para ter uma lja melhor para todos e por isso estamos aqui para criar e votar leis. Sobre o projeto de lei nº 14, disse que tinha certeza que ele seria enviado para a Câmara e deixa claro que não está contra nenhum servidor que faz parte do quadro comissionado na Prefeitura, mas é a favor de qualquer situação que diminua um pouco a folha de pagamento, principalmente do quadro comissionado, pois se gastarmos muito nesta área, vai faltar para gastar com obras, que a seu ver juntamente com a educação e saúde é o de mais importante no Município. Disse que se diminuir o gasto com a folha, cujo gasto está passando dos trezentos mil reais, crê que lja vai ter um futuro mais amplo, com mais obras concretizadas dentro ainda desta administração, pois todos sabem da capacidade de toda a administração, bem como a Câmara conta com pessoas que vêm dando seu esforço para uma lja melhor e deixa claro que o valor alto de uma folha de pagamento atrapalha o andamento das obras e benfeitorias que podem ser feitas em nosso Município que pelo seu tamanho, o valor da folha de pagamento está bastante elevado. Prosseguindo, o Vereador Sebastião disse que em relação ao projeto do nepotismo, deixou bem claro que não está contra nenhum servidor, simplesmente muitas pessoas que são colocadas são promessas de campanha e lja está sofrendo por isso, mas não foi ele que criou esta confusão, foi a Prefeitura que mandou este projeto de lei que precisa ser votado e depois fez o pedido para devolve-lo sem nenhuma justificativa. Disse que antes deveriam ter feito uma reunião com alguns Vereadores e alguns interessados para ver se podiam mandar o projeto, citando que não precisavam ter mandado, mas já que mandaram, a confusão sobra para a Câmara que tem que vota-lo e seu voto já está definido desde a primeira reunião e não volta atrás. Se vai tirar alguns servidores da Prefeitura ou vai ficar, para ele tanto faz com tanto fez, se vai ficar no cargo porque tem competência, então que fique, pois está simplesmente votando um projeto que veio da Prefeitura e vai cumprir uma lei que é federal. Sobre o aumento dos subsídios, disse que iria votar contra a emenda proposta pelo Vereador João Carlos, bem como contra o projeto, pois esta é sua decisão desde o princípio e não volta atrás. Solicitou fosse enviado um expediente para a Sra. Prefeita cancelando sua visita à Prefeitura para verificar documentos, já que no dia 12 de junho não poderá ir, pois já tinha marcado este compromisso para o dia 5 de junho e se o servidor não poderá estar nesta data e se não tem outro para recebe-lo, no dia 12 ele não pode comparecer, pois se na Prefeitura têm compromissos, ele também tem os seus, não estando voando às traças aqui em lja. Disse que já pegou uma parte e se lja está precisando economizar, tinha que ter economizado de maneira certa, pois pegou as diárias de Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito e isto é o cúmulo do absurdo, ao invés de estarmos empregando, estamos gastando e se inclui no meio, já que também faz parte da legislação. Disse que corre atrás e tenta fazer a coisa certa, mas infelizmente não depende dele. Já deixou bem claro sobre os projetos que têm de ser analisados, chegam muito em cima da hora e não adianta ler, é preciso entender o projeto, mas infelizmente chega de uma hora para outra e se algum Vereador pedir regime de urgência e ter o Plenário que aprova, ele vai ser um João-ninguém na história. Dando seqüência, o Vereador João Carlos disse que estava devolvendo o projeto que reajusta os subsídios dos Vereadores que estava sob sua vista e como deixou bem claro na reunião anterior, é contra o projeto, mas como tem certeza que ele será aprovado e como a vista deveria ser para estudar e apresentar sugestões e não para ser de interesse particular, está apresentando sua solução e ao invés de reajustar os subsídios no percentual de 8,57%, que aplicasse o percentual de 3,75% que é o índice da inflação, pois é do conhecimento de todos que o percentual de 8,57% é aplicável para as pessoas que ganham salário mínimo e acha justo que os servidores recebam este percentual conforme passado na reunião anterior, mas quanto aos políticos, a cada quatro anos, os subsídios vêm sendo aumentados, enquanto os servidores só têm o reajuste dado pelo governo e tem certeza que os políticos são muito bem remunerados e às vezes nem fazem por merecer o que recebem. Assim apresenta a emenda e como abordou o Vereador Fábio, este percentual não incha a folha de pagamento e os recursos deveriam ser destinados para as obras já que lja está voltando para trás no tempo de estrada de chão, porque buracos é que mais tem, poeira, nem se conta e daqui a pouco nem asfalto terão mais, sem falar no Bairro da Serra, onde não se tem nem como comentar, lá está intransitável e isto é um absurdo, já deveriam ter a solução porque dinheiro está entrando em demasia, sabemos que não é pouco e é um absurdo às vezes o povo ficar esperando um aumento de salário em cem reais e não vê onde o dinheiro público está sendo gasto, deveria ter uma fiscalização, mas o balancete que é enviado é vergonhoso, onde não se vê nada, nem sabe onde está sendo gasto o dinheiro. Sobre o veto à emenda proposta ao projeto do Cislav achou um absurdo, sabe que a emenda foi inconstitucional, mas é um absurdo não acharem uma solução para aumentar um pouco e assim dar um jeito de atender melhor os nossos moradores que dependem de um exame. Disse que é engraçado, pois ele aumentou o repasse para oito mil reais, enquanto eles acham dotação para gastar dezesseis mil reais com coquetéis e isso ele acha inconstitucional, pois deveriam dar mais suporte para o pessoal que precisa, sobretudo na área da saúde e educação, citando a quantidade de exames que está na fila para serem marcados, inclusive o caso de sua mãe que tinha uma consulta marcada para o mês de março e até hoje não saiu nada e por isso deveria ter mais dinheiro injetado nisto, porque sobra e não está falando por falar, mas tem como provar. Sobre a iniciativa do proprietário do terreno que está dando permissão para instalação da torre da Telemig Celular, é uma coisa que todos moradores estavam esperando, pois o sinal é muito ruim e isso é uma maneira de atender melhor a população. Sobre o projeto do nepotismo, disse que não é contra parente de ninguém, mas é contra aquelas pessoas que têm cobertura porque é parente de alguém que ocupa cargo político e acham que estão por cima da carne seca e ficam desfazendo dos outros porque tem alguém mais graduado que dá cobertura. Por isso afirmou ser contra esse ato de

empregar parentes, citando a sua irmã que em hora alguma tem a sua proteção, nunca pediu para que ela trabalhasse lá, se está lá é porque merece, pois é professora e muito mal remunerada por causa de questões políticas e como Vereador está aqui não para defender interesses particulares, mas o interesse público que vai prevalecer no seu dia a dia. Prosseguindo, a Vereadora Jussara destacou o projeto de lei nº 25 que é um projeto muito interessante, Ijaci está precisando a muito tempo de sinal para celular e felizmente foi legalizado pelo Executivo junto ao Programa Minas Comunica do Governo do Estado, os documentos foram agilizados e Ijaci vai ser beneficiada na primeira etapa, talvez tenha início em outubro, sendo uma felicidade para todos quando vêm um compromisso levado a sério, a papelada arrumada rapidamente e por isso Ijaci vai ficar no 1º lote. Disse que também iria reforçar o pedido de votação em regime de urgência, bem como ao projeto de lei nº 28, vez que se o prédio do posto de saúde entrou no terreno de outra pessoa, é justo que esta receba por isso. Esclareceu que quando entrou na Câmara, fez um juramento de votar naquilo que estaria certo e de acordo com a lei e até hoje sempre procurou estudar todos os projetos, pesquisar as leis de outras cidades, olhar os anseios da comunidade e ver o que realmente está precisando, já que não é dona do saber e assim sempre procurou trabalhar desta forma, estudando os projetos e sempre votou de acordo com a lei e agora também perante todos os projetos, poderiam estar cientes que iria votar de acordo com a lei. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, tendo o Sr. Presidente submetido ao Plenário os pedidos dos Vereadores Fábio e Jussara para votação dos projetos de leis 25 e 27 em regime de urgência, sendo aprovados à sua unanimidade. Em seguida fez-se a votação dos requerimentos apresentados, sendo todos aprovados pela unanimidade do Plenário em discussão única, determinando-se seus encaminhamentos. Após fez-se a votação da emenda modificativa proposta ao projeto de lei nº 17/2007 pelos Vereadores Sebastião e João Carlos, sendo aprovada pela unanimidade do Plenário, passando a ser parte integrante do referido projeto. Feita a votação do projeto de lei nº 17/2007 que “dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2008 e dá outras providências”, o mesmo foi aprovado em 1ª discussão e votação. Em seguida fez-se a votação da emenda proposta ao projeto de lei nº 22/2007 pelo Vereador João Carlos, tendo sido rejeitada após obter 03 votos favoráveis, sendo dos Vereadores Fábio, João Carlos e Rômulo e 05 (cinco) votos contrários, sendo dos Vereadores Marleu, Roosevelt e Sebastião e as Vereadoras Catarina e Jussara. Feita a votação do projeto de lei nº 22/2007 que “concede revisão dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências” o mesmo obteve 04 (quatro) votos favoráveis, sendo dos Vereadores Marleu e Roosevelt e Vereadoras Jussara e Catarina e 04 (quatro) votos contrários, sendo dos Vereadores Fábio, João Carlos, Rômulo e Sebastião. O Vereador Sebastião disse que estava contra a emenda e ao projeto, sendo a favor do aumento somente para os servidores, o Vereador Fábio disse que se alguém estivesse contra a emenda, teria de estar também contra o projeto. Diante do empate em Plenário o Sr. Presidente Carlos proferiu seu voto favorável ao projeto, pois senão a remuneração vai ficar defasada e se todos têm este direito, a gente também tem. Desta forma, o projeto de lei nº 22/2007 foi aprovado em 1ª discussão e votação em sua redação original. Prosseguindo fez-se a votação do projeto de lei nº 25/2007 que “autoriza concessão em regime de permissão de uso à telemig celular S/A e dá outras providências” sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação. Neste momento, o Sr. Presidente pediu às pessoas que estavam assistindo a reunião que fizessem silêncio, pois estavam atrapalhando os trabalhos. Em seguida o Vereador Roosevelt pediu votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 26/2007, tendo a Vereadora Jussara pedido vistas para o referido projeto, sendo-lhe concedido nos termos regimentais. Justificando, a Vereadora disse que é um projeto polêmico, de difícil entendimento, precisa de uma assessoria e assim os Vereadores precisam se reunir mais vezes para estudá-lo e debater-lo para que futuramente não venha a prejudicar ninguém. O Vereador Sebastião disse que estava de acordo com a Vereadora, pois existem projetos que precisam passar para serem discutidos e analisados para serem votados de maneira certa e fazer isto na correria, acaba é arrumando mais dificuldades das que estamos passando. Prosseguindo fez-se o envio do projeto de lei nº 27/2007 às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental. Após, fez-se a votação do projeto de lei nº 28/2007 que “Autoriza desapropriação de imóvel e dá outras providências” tendo sido aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, determinando-se o envio das proposições de leis para o Executivo para fins de sanção. Em seguida, fez-se a votação da emenda proposta pelo Vereador João Carlos ao projeto de resolução nº 03/2007 obtendo 04 (quatro) votos favoráveis, sendo dos Vereadores Fábio, João Carlos, Sebastião e Rômulo e 04 (quatro) votos contrários, sendo dos Vereadores Marleu e Roosevelt e Vereadoras Catarina e Jussara. Diante do empate em Plenário, O Sr. Presidente proferiu seu voto contrário à emenda sendo, portanto rejeitada. O Sr. Presidente pediu mais uma vez que a assistência fizesse silêncio, senão seria obrigado a pedir intervenção para que saíssem da reunião. Após fez-se a votação do projeto de resolução nº 03/2007 que “concede revisão geral dos subsídios dos Vereadores do Município de Ijaci” obtendo 04 (quatro) votos favoráveis, sendo dos Vereadores Marleu e Roosevelt e Vereadoras Catarina e Jussara e 04 (quatro) votos contrários sendo dos Vereadores Fábio, João Carlos, Sebastião e Rômulo. Diante do empate em Plenário, O Sr. Presidente proferiu seu voto favorável sendo, portanto aprovado em 1ª discussão e votação em sua redação original. Dando seqüência, fez-se a votação do projeto de resolução nº 04/2007 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar em dotação da Câmara Municipal”, sendo aprovada pela unanimidade do Plenário em 1ª discussão e

votação. Após o Sr. Presidente nomeou Os Vereadores Marleu e Roosevelt e a Vereadora Jussara para comporem a Comissão Especial, nos termos do art. 211 e 212 do Regimento Interno, para emitir parecer sobre as razões do veto à emenda proposta ao projeto de lei nº 19/2007 pelo Vereador João Carlos e aprovada pelo Plenário, estipulando-se para tal o prazo de oito dias. Após fez-se a votação do pedido da Sra. Prefeita, contido no ofício nº 87/2007, para retirada do projeto de lei complementar nº 14/2007 que “dispõe sobre a proibição da prática de nepotismo no âmbito do Poder Legislativo e dos órgãos da Administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências”, obtendo 04 (quatro) votos favoráveis, sendo dos Vereadores Marleu, Rômulo, Roosevelt e a Vereadora Catarina e 04 (quatro) votos contrários, sendo dos Vereadores Fábio, João Carlos e Sebastião e da Vereadora Jussara. O Vereador Fábio se manifestou dizendo que dentro da moralidade era de acordo que o projeto ficasse na Câmara. Diante do empate em Plenário, o Sr. Presidente disse que considerando que o projeto de lei era de autoria do Executivo e que o pedido veio de lá, era a favor de sua retirada. Desta forma, foi aprovado o pedido de retirada do projeto de lei complementar nº 14/2007. O Vereador Sebastião se manifestou solicitando fosse mandado um requerimento para que a Prefeita apresentasse uma justificativa sobre o porque de ter mandado esse projeto e depois ter pedido para retirá-lo, para pelo menos dar uma posição para o povo. Disse que não está contra ninguém na Prefeitura, simplesmente não foi ele que causou esta polêmica, não foi ele que pediu para enviar este projeto, simplesmente quer dar uma resposta para o povo. Disse que não está aqui para acobertar ninguém, estamos aqui para fazer uma legislação limpa e transparente para que o povo saiba o que está acontecendo dentro da Câmara e da Prefeitura, tendo o Sr. Presidente determinado ao servidor que fizesse o pedido. O Vereador Sebastião pediu licença e retirou-se da reunião o mesmo tendo sido feito pelo Vereador João Carlos, tendo o Sr. Presidente dito que é um direito deles e os demais que desculpem. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se na sexta-feira, dia 8 de junho a partir das 19h (dezenove horas) para deliberação dos projetos em trâmite e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Ao 08 (oito) dias do mês de junho de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara a partir das 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 11ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura de 1 (um) Comunicado do Fundo Nacional de Saúde acerca da liberação de recursos para manutenção de programa no Município. Convite encaminhado pela Administração do Município de Santo Antonio do Amparo para solenidades comemorativas do 68º aniversário de emancipação político-administrativa daquele Município que seria realizada entre os dias 7 a 13 de junho. Ofício nº 40/2007 subscrito pelo Sr. José Maria Aparecido, Secretário Municipal de Assistência Social, comunicando que devido a compromissos inadiáveis anteriormente assumidos não poderia estar presente na reunião, conforme convocação feita através do ofício nº 67/2007 desta Câmara, se colocando à disposição para esclarecimentos na Secretaria Municipal de Assistência Social. Em relação aos Projetos, fez-se a leitura do projeto de lei nº 29/2007 que “dispõe sobre transformação de sub unidade em unidade orçamentária e dá outras providências” e mencionados os projetos de leis nº 17 e 22 e projetos de resolução nº 03 e 04, todos em pauta para 2ª discussão e votação. Fez-se ainda a leitura do parecer da Comissão Especial nomeada para exarar parecer sobre veto aposto pelo Executivo à emenda modificativa ao projeto de lei nº 19/2007 que “altera valor de repasse para o Consorcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Lavras – Cislav”, entendendo à unanimidade que o referido veto deveria ser mantido por questões legais. Dando seqüência, o Sr. Presidente cumprimentou a todos e franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador Sebastião requerido em seu nome e não em nome da Câmara, cópia do projeto de lei complementar n.º 14/2007 envolvendo toda tramitação desde a sua entrada até sua retirada com todas as votações referentes ao mesmo, afirmando que precisa desses documentos para si próprio até a semana seguinte. Reiterou afirmações em que a política é feita durante os quatro anos e que as vezes o político em Ijací acha que está o deixando nervoso, mas na verdade é o povo que está sendo contrariado e que para voltar a sentar nessa cadeira precisa do voto do povo para os eleger, pois não vamos precisar de Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito e nem de Secretários, mas vamos depender da maioria do povo para nos colocar aqui de novo. Disse estar decepcionado com a política e que não fica sentado esperando ser chamado pelo prefeito para ir até a Prefeitura a fim de que os projetos já venham aprovados, sua obrigação é estar aqui dentro da Câmara, olhar os projetos que vêm, ler e entendê-los, pois a partir do momento que depender da Prefeita chamá-lo na Prefeitura para dizer que ele vai ter que votar nisso ou aquilo, sai da Câmara Municipal e vai fazer seu serviço que é fazer sua obrigação nos

trinta dias, conforme já trabalha em separado e não fica esperando ninguém lhe ensinar a votar projeto, reafirmando que a partir da data que alguém tiver que lhe ensinar a votar, ele sai e larga de ser Vereador e não mexe mais com isso. Afirmou que a pessoa tem que ter sua autonomia, se fizer sua campanha, com ou sem dinheiro, que faça dentro das normalidades e como já deixou bem claro não depende de política para viver e uma vez que o candidato é eleito, tem que cumprir com os eleitores. Em relação ao parecer sobre o veto ao projeto nº 19, disse que a comissão reuniu e achou que o veto à emenda do Vereador deve ser mantido e assim questionou por que aprovou a emenda no dia em que foi votada, afirmando que todos estavam cientes da situação que o Vereador pôs e que era inconstitucional. Gostaria que lhe dessem explicações, pois se já votou errado deveria continuar, questionando que no dia em que votaram estavam todos cientes de ser inconstitucional. Disse que não está aqui para forçar ninguém a votar no que ele está querendo, todos foram eleitos de maneira separada, cada um tem sua palavra e se vira na palavra que quiser, afirmando que esta mostrando o que é verdade, pois não temos que falar mentira. Questionou da Assessora Jurídica, se no dia estavam todos cientes que a emenda era inconstitucional e por que votaram a favor e depois iriam vetar arrumando cinco votos para isto. Assim acha que está vergonhoso e por isso temos que trabalhar em cima da verdade e vai sair da reunião a hora que quiser e disse para ver o que tem na Lei Orgânica e Regimento Interno para lhe punir, reafirmando que está vergonhoso. Prosseguindo, o Vereador João Carlos citou palavras do Vereador Sebastião acerca do parecer da Comissão e acha engraçado porque no veto cita mais na realidade da Câmara e deixa despercebido o inciso 18 do artigo 83 da Lei Orgânica Municipal onde fala que as respostas dos documentos pedidos na Prefeitura deveriam ser entregues no prazo de trinta dias, renovados por mais trinta desde que devidamente justificado, porém há mais de duzentos dias que os documentos foram pedidos e pediu para que esta Casa tomasse uma providência legal e tanto essa presidência quanto a passada, não tomou nenhuma providência. Disse ser um absurdo, pois a emenda era para beneficiar os moradores de nossa cidade, todos sabiam da inconstitucionalidade, mas se fosse para ser seguido, que fizesse isso desde o princípio e que a emenda é para o interesse da população e não seu interesse particular. Mencionou o parágrafo 5º do artigo 64, da Lei Orgânica Municipal, dizendo que o balancete da receita e despesa da Prefeitura deveria ser entregue até 15º dia útil de cada mês e, no entanto é enviado esse balancete onde não se entende nada. Percebeu que a administração passada era muito cobrada, citando o ex-vereador Marcelo que estava na reunião e não o deixava mentir, pois se atrasasse um dia em enviar os balancetes, os Vereadores cobravam, mas agora isto não acontece, não sabendo onde o dinheiro está sendo gasto e gostaria que tivesse uma providência em cima disso, pois está ficando vergonhoso. Mencionou que a Câmara estava vazia, pois muitas pessoas que vieram na reunião passada ficaram insatisfeitas porque acham que está virando uma vergonha e disse não discordar deles, já que o interesse particular está prevalecendo acima de tudo. Mencionou que deveria ter uma fiscalização mais eficaz, pois essa Câmara está deixando muito a desejar, tem muita coisa rolando sem que se tenha documento para verificar se está legal e por isso quer os documentos para ter certeza do que vai falar, mas como é negado, acha que deve ter algum problema, pois caso não tivesse, não teriam medo de mandar, afirmando o ditado que quando não deve, não teme e quando está caminhando certo, não tem que negar documentação que envolve os gastos do município. Disse que está simplesmente querendo fiscalizar o dinheiro público, dinheiro que é de interesse de uma comunidade inteira e não o interesse de meia dúzia. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte com a votação do projeto de lei nº 17/2007 que “dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2008 e dá outras providências”, sendo aprovado em 2ª discussão e votação juntamente à emenda proposta e acatada. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei nº 22/2007 obtendo 04 (quatro) votos favoráveis, sendo dos Vereadores Marleu e Roosevelt e Vereadoras Jussara e Catarina e 04 (quatro) votos contrários, sendo dos Vereadores Fábio, João Carlos, Rômulo e Sebastião, tendo este último dito que seu voto sempre foi contra. Diante do empate em Plenário o Sr. Presidente proferiu seu voto favorável ao projeto. Desta forma, o projeto de lei nº 22/2007 que “concede revisão dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências” foi aprovado em 2ª discussão e votação. Projeto de lei n.º 29/2007 foi enviado as comissões permanentes para parecer na forma regimental. Após fez-se a votação do projeto de resolução nº 03/2007 obtendo 04 (quatro) votos favoráveis, sendo dos Vereadores Marleu e Roosevelt e Vereadoras Catarina e Jussara e 04 (quatro) votos contrários sendo dos Vereadores Fábio, João Carlos, Sebastião e Rômulo. Diante do empate em Plenário, O Sr. Presidente proferiu seu voto favorável ao projeto. Desta forma, o projeto de resolução nº 03/2007 que “concede revisão geral dos subsídios dos Vereadores do Município de Ijaci” foi aprovado em 2ª discussão e votação. Dando seqüência, fez-se a votação do projeto de resolução nº 04/2007 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar em dotação da Câmara Municipal”, sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 2ª discussão e votação. O vereador Sebastião mencionou que o projeto de lei n.º 26/2007 precisa ser bem analisado, porque acrescenta um grau de estudo onde a maioria dos candidatos a Conselheiro Tutelar não vai chegar ao que está estabelecido no projeto. Assim tem de ser um projeto bem estudado para não prejudicar ninguém, questionando quem seria candidato com as exigências que estão no projeto e é preciso se reunir com a Assessora Jurídica e cortar algumas coisas para dar oportunidades para todos já que nessas condições não tem como. A Vereadora Jussara convidou todos os Vereadores para que se fizesse uma reunião com a Assessora Jurídica para estudar melhor o projeto, afirmando que o fato de estar em vista com ela, não significa que os demais não possam colocar emendas e assim quer a

opinião de todos. Disse que está aguardando da Secretária Margarida, conforme já lhe pediu, pois parece que é uma instrução do Promotor, para que fosse encaminhado à Câmara para que a gente possa sentar e estudar. Pediu opinião dos Vereadores sobre a data dessa reunião, se seria melhor na segunda ou terça-feira à noite, tendo o Vereador Sebastião dito que viria na reunião, pois tem propostas de emendas para este projeto. O Vereador Fábio disse que na terça-feira não poderia participar, pois iria viajar. A Assessora Jurídica, Dra. Isis disse que segundo a Sra. Margarida, existe uma recomendação enviada à Prefeitura pelo Promotor e sendo assim, seria prudente antes de se fazer a reunião, que essa Casa recebesse esta recomendação para que pudesse ajudar a discernir as dúvidas dos Vereadores sem o risco de analisar o projeto que foi enviado e posteriormente chegue alguma coisa, motivo pelo qual o projeto foi elaborado, pois segundo o que disse a Sra. Margarida, o Promotor fez essas exigências, então aconselha que primeiro seja enviado à Câmara essas exigências e que depois seja feita a reunião para análise. Após, o Sr. Presidente anunciou a votação do veto apostado pela Sra. Prefeita a emenda apresentada pelo Vereador João Carlos e aprovada pela Câmara ao Projeto de Lei n.º 19/2007 que altera o valor do repasse para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da microrregião de Lavras – CISLAV. Adotados os procedimentos para a votação secreta, conforme dispõe o artigo 195 do Regimento Interno, o Sr. Presidente nomeou a Vereadora Catarina e Vereador Fábio para atuarem como escrutinadores, os quais constataram que a urna receptora dos votos estava vazia. Em seguida foi explicado sobre o processo da votação, onde quem estivesse a favor do parecer da Comissão e das argumentações do Executivo, assinalasse na opção “mantém o veto” e quem estivesse a favor da emenda que assinalasse na opção “derruba o veto”. Em seguida os Vereadores foram chamados para votar de acordo com a assinatura no livro de presenças. Durante a votação, os Vereadores Fábio, Sebastião e João Carlos manifestaram seus votos pela rejeição do veto, tendo o que o Vereador João Carlos justificou seu voto, pois acha um desrespeito com a comunidade de Ijaci, pois eles acham tantas dotações orçamentárias para fazerem o que não é de interesse público e o que é de interesse público, eles não acham solução para os problemas das pessoas que precisam. Ainda durante a votação, as Vereadoras Jussara e Catarina, o Sr. Presidente Carlos e o Vereador Roosevelt manifestaram seus votos pela manutenção do veto. A Vereadora Jussara justificou seu voto, dizendo que votou a favor da emenda numa tentativa de o Executivo ver se estava de acordo com o orçamento, mas foi justificado pela Sra. Prefeita que não está e dessa forma entendeu que é inconstitucional, por isso votou pela manutenção do veto. Terminada a votação foi constatado que o número de cédulas coincidia com o número de votantes. Feita a apuração, computando-se os votos declarados em aberto, obteve-se 05 (cinco) votos pela manutenção do veto e 04 (quatro) votos pela sua rejeição. De acordo com a votação, o Sr. Presidente declarou que o veto à emenda proposta pelo Vereador João Carlos e aprovada pela Câmara foi mantido nos termos do § 2º do art. 59 da Lei Orgânica Municipal, determinando-se que se procedesse a comunicação do resultado ao Executivo. Passando-se para a Terceira Parte, o Sr. Presidente consultou o Plenário acerca da mudança da data da próxima reunião ordinária da sexta-feira, dia 15 para a segunda-feira, dia 18, vez que alguns Vereadores estariam viajando para cursos em Belo Horizonte, sendo da concordância do Plenário à sua unanimidade. Desta forma, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se dia 18 de junho a partir das 19h (dezenove horas) para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Ao 18 (dezoito) dias do mês de junho de 2007, segunda-feira no salão de reuniões da Câmara a partir das 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 12ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura de 4 (quatro) Comunicados do Fundo Nacional de Saúde e 1 (um) Comunicado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca da liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Convite encaminhado pela Comissão Pró-Fundação da APAE para uma reunião que seria realizada no dia 22 de junho. Convite encaminhado pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus Missões para o Culto em Ação de Graças pelo aniversário do Pastor Emerson Vicentino que seria realizado no dia 28 de junho. Convite para solenidade de inauguração do Conjunto habitacional Bairro Tiradentes na cidade de Ibituruna que seria realizado no dia 22 de junho. Expediente encaminhado pelo Sr. Ricardo de Souza Amaral, Chefe do Departamento de Promoção à Cidadania da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, informando que não poderia participar da reunião conforme convite feito pela presidência da Câmara, elencando as normas que serviram de base para a elaboração do projeto de lei nº 26/2007 disponibilizando-se para prestar

informações na Secretaria e por último convidando os Vereadores para participarem da V Conferencia Regional referente ao Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente que seria realizado no dia 21 de junho na cidade de Barbacena. Ofício nº 168/07, subscrito pelo Dr. Dimas Messias de Carvalho, Titular da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lavras e Defesa da Saúde, contendo convite para uma reunião que seria realizada no dia 26 de junho, ocasião em que seriam abordados os malefícios do abate clandestino de animais, além da discussão e debates sobre o consórcio do matadouro municipal. Requerimento nº 1, subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito, indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando informações sobre o motivo do não reencaminhamento da proposição que “Autoriza assinatura de convênios para implantação e funcionamento de projetos sociais e dá outras providências” que havia sido objeto do projeto de lei nº 12/2007, cuja retirada foi solicitada pelo ofício nº 63/07 daquele Gabinete, sob a alegação de que seriam feitas algumas alterações e melhorias na redação, entendendo que tal projeto é de grande valia para nossa população, notadamente a população jovem. Requerimento nº 2 subscrito pelo mesmo Vereador indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano solicitando seja feita uma reforma na residência do casal João Rodrigues Martins e Eliane Domingos da Silva Martins, situada na Rua José Olimpio de Carvalho nº 10, Bairro Serra, vez que as condições do imóvel são precárias e o casal tem 5 (cinco) filhos, sendo uma recém-nascida. Em relação aos Projetos, fez-se menção ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, Inquérito Civil nº 03/2005 assinado pelo Promotor de Justiça, Dr. Aécio Rabelo e a Prefeita Municipal Maria Horaci de Oliveira, acerca do funcionamento do Conselho Tutelar do Município. Foi mencionada ainda a solicitação do referido Promotor para comparecimento do Sr. Presidente naquela data para que fossem discutidos temas relativos aos projetos de leis que tratam do Conselho tutelar de Ijaci, sendo informado pelo servidor Nelson que tal reunião fora adiada para o dia 20 de junho. Foram mencionadas ainda, as redações finais dos projetos de leis 17 e 22 e dos projetos de resoluções 03 e 04. Também fez-se a leitura do projeto de lei nº 30/2007 que “dispõe sobre a permissão de uso de bem imóvel público municipal e dá outras providências” e projeto de lei nº 31/2007 que “declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Ijaci/MG”. Os projetos de leis 26, 27 e 29 constavam na pauta para deliberação na reunião. Dando seqüência, o Sr. Presidente cumprimentou a todos e liberou o uso da palavra para o Sr. Tarcísio Pereira Alvarenga, devidamente inscrito que disse representar a Associação dos Moradores do Bairro Pedra Negra em virtude do projeto que foi enviado para permissão de uso do imóvel para atender a rádio comunitária e como não foi enviada mensagem de encaminhamento do projeto, veio falar do que se trata esta rádio comunitária. Disse que o Município tem se desenvolvido em diversos setores, mas em relação à comunicação com a sociedade, existe um espaço vazio e assim a Associação resolveu pleitear junto ao Ministério das Comunicações a habilitação de um canal de radiodifusão de uma emissora de FM comunitária para atender o Município num raio de um quilômetro, o que dará um espaço para a população e para os poderes Executivo e Legislativo, as diversas Secretarias, a Polícia Militar de levarem comunicação ao povo. Disse que por ser comunitária, esta rádio não terá fins lucrativos, mas social, não estando ligada a religião, partido político, sexo, raça, mas terá ampla divulgação e sua atuação financeira virá através de apoio cultural. Com a implantação da rádio, espera que futuramente as sessões da Câmara venham ser transmitidas e neste sentido pediu a compreensão dos Vereadores para aprovarem o projeto que trata da cessão do imóvel, pois a Associação tem um prazo restrito de quarenta e cinco dias a partir do dia 18 de maio, quando saiu a habilitação, para apresentação da documentação inclusive o endereço. Disse que se futuramente o Município precisar do imóvel, poderá haver uma transferência das instalações para o centro cultural que é um espaço que está sendo reservado para a Associação. Agradeceu pelas palavras do Vereador Fábio na reunião passada acerca da transferência feita pelo seu pai ao poder público da área para instalação da torre da telefonia celular e conclama mais pessoas para que façam parte de ações em prol do Município e se colocou à disposição para esclarecimentos sobre a rádio, deixando claro que a responsabilidade é da Associação e que os locutores terão ampla liberdade, não serão censurados em suas programações, entretanto terão suas limitações ao fazerem seus programas e não havendo interesse da comunidade, esses serão advertidos a mudarem ou suspensos. O Vereador João Carlos disse estar de pleno acordo citando que tentou conseguir uma rádio, tem uma papelada imensa guardada e enalteceu a capacidade e interesse do Djair que se fazia presente na reunião, o apoio da Dona Assueli, afirmando que tentou realizar este sonho, mas precisa ter muito mais tempo para isso e através do Sr. Djair, a rádio será uma conquista muito boa. Disse que conforme citado pelo visitante, seria muito bom que as reuniões da Câmara fossem transmitidas pela rádio, pois o povo tem medo de freqüentar as reuniões, pois é até perseguido e se tiver a chance de ouvir a reunião em casa, pelo menos terá proteção e terá a noção de quem são as autoridades, o que elas defendem e quais são seus interesses. Disse que é uma conquista muito grande e por isso pediu que o projeto de lei nº 30/2007 fosse votado em regime de urgência, lembrando o recesso de quarenta dias, o que atrasaria o andamento deles. O Vereador Roosevelt enalteceu a presença do Sr. Tarcísio, da Dona Assueli e o Sr. Djair afirmando que eles têm se empenhado ao máximo para conseguir esta rádio, parabenizando-os e espera que o mais rápido possível, eles estejam instalando essa rádio que será muito importante para o nosso Município e para a população e assim manifestou seu apoio e o que estiver ao seu alcance. O Sr. Tarcísio agradeceu o apoio e mencionou que este tipo de rádio, quando bem administrada, presta um serviço muito grande para a sociedade, apresentando uma revista do Grupo da Camargo Correa que apóia a Rádio Favela de Belo Horizonte onde consta a conquista de premio internacional da ONU pelos trabalhos prestados e assim estão

tomando isso por base para fazer em Ijaci. Mencionou os passos para habilitação, desde o pedido, citando que os Vereadores à sua unanimidade assinaram a lista de apoio, a Sra. Prefeita também assinou e quer deixar claro que este é um trabalho sério, terá responsabilidades e limitações e o interesse é simplesmente dar ao Município um canal de comunicação, frisando que até então sempre foram bem recebidos. O Vereador Marleu disse que a atitude da instalação da rádio é muito boa e que poderia contar com seu apoio. A Vereadora Catarina parabenizou o Tarcísio, a Assueli pelo grande empenho e no que depender dos Vereadores, terão apoio e pediu que sempre participassem com os Vereadores nas reuniões. O Sr. Presidente agradeceu pelos esclarecimentos, manifestando seu apoio e em seguida franqueou o uso da palavra, tendo a Vereadora Jussara mencionado o projeto de lei da rádio, afirmando que vem acompanhando o trabalho de habilitação e fica contente em ver que está bem encaminhado, enaltecendo o empenho de todos para que este desejo seja realizado e que venha a servir toda comunidade. Reforçou pedido de votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 30/2007, citando palavras do Sr. Tarcísio dando conta que é um dos últimos documentos que precisa ser anexado para envio à Brasília e assim há necessidade que seja votado na reunião. Sobre o projeto de lei 26 para qual pediu vistas, afirmou que quando um Vereador pede vistas a um projeto de lei, este não é compreendido e que a vista é para estudar o projeto, procurar pessoas que realmente entendem do assunto e o resultado vai ser trazido para melhorar o projeto e todas as vezes que pediu vistas procurou estudar e nunca devolve puro ao Plenário, sempre acrescenta alguma coisa para melhoria do projeto. Em relação ao projeto de lei 26, procurou pessoas relacionadas que trabalham na área para mais explicações, mas surgiram comentários que ela iria reduzir a escolaridade exigida para Conselheiro Tutelar do ensino médio para oitava série, porém questionou como pode fazer esta redução, sendo ela uma educadora. Disse que não pode fazer isto, tem que puxar as pessoas para estudarem mais e assim não vai acrescentar isso, porque sabe que está dentro das normas, conforme pedido do Promotor. Disse que está propondo alteração no artigo 15, onde não está bem explicada a questão do curso, se seria dado antes, durante ou depois das eleições, questionando se depois de eleita a pessoa tem como ser eliminada. Assim está propondo que este curso seja feito antes da eleição e que fique sob a responsabilidade do Conselho e que seja feito uma propaganda para a população e como representante do povo, quer que todos fiquem sabendo das coisas que estão acontecendo e que para se candidatar a pessoa já esteja sabendo que precisa do curso, para isto precisa da ampla divulgação. Assim devolveu o projeto juntamente à emenda proposta, espera que os Vereadores analisem e vejam se está de acordo. Solicitou votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 31/2007 e registrou que juntamente aos Vereadores João Carlos e Rômulo, participou de um curso em Belo Horizonte, promovido pela União Nacional dos Vereadores, onde foi destacada a regionalização do SUS que está acontecendo também em nossa cidade e está percebendo que a área de saúde está trabalhando de acordo com o que está sendo proposto pelo SUS, manifestando seus parabéns para a Secretária de Saúde, aos funcionários, citando a Alessandra que se fazia presente, afirmando que estão trabalhando de acordo com a lei, seguindo o que está sendo pedido e orientado. Prosseguindo, o Vereador Fábio parabenizou esse ato de grande importância para o nosso Município, um ato comunitário que é necessário, pessoas que se integrem junto aos problemas e disse também que é muito importante os trabalhos que a Associação vem fazendo, foi de muito bom grado e bem aceito a chegada do Bairro Pedra Negra, cuja população está sendo bem satisfatória e crê que eles estejam gostando de morar em nosso Município como vem acontecendo há um bom tempo, dizendo que todos têm dado seu apoio e incentivo à administração, seja ela qual for. Deixou bem claro que é de grande importância esse projeto que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Ijaci e para ele é uma grande alegria, citando que no dia 05 de março deste ano, havia solicitado da Prefeita que elaborasse um projeto de lei de incentivo ao produtor rural. Agradeceu ao Sr. Tarcísio pelas palavras que a ele foram ditas, frisando o empenho da diretoria e da Sra. Prefeita e espera que continuem assim. Dando sequência o Vereador Sebastião parabenizou as pessoas que estão correndo atrás para conquista desta rádio, afirmando que aqui a gente aprova a coisa certa, não está aqui para fazer graça, aqui não tem ninguém contra ninguém e deixa claro que tudo que vem para melhoria do Município, a gente está de portas abertas para aceitar o que é certo. Sobre o projeto da Associação dos produtores rurais, disse que no orçamento que for enviado precisa constar um incentivo aos produtores rurais, porque aqui em Ijaci tudo ficou no esquecimento e que a gente está aqui para tentar ajudar e acaba não tendo força nenhuma. Citou que os projetos quando são enviados, precisam ser analisados, senão acontece como o projeto do nepotismo, onde a gente acaba ficando ruim, mas isto vem de cima para baixo e vai acabar chegando aqui, citando reportagem dando conta que em Belo Horizonte foram afastados irmãos e parentes de vereadores e assim não adianta querer fazer as coisas mal feitas e às escondidas. Finalizou reafirmando seu apoio aos projetos de leis 30 e 31 de 2007. Prosseguindo, o Vereador João Carlos mencionou o convite do Prefeito de Ibituruna que está entregando as casas através da Cohab e assim deixa sua indignação, porque todos municípios vizinhos estão entregando moradias para pessoas que não têm condições de pagar aluguel ou até mesmo construírem e só Ijaci que não conta com este serviço que já deveria ter sido feito, pois é uma coisa que favorece as pessoas que não têm condições de arcar com os custos de uma construção, que não fica barato e através da Cohab fica mais fácil. Sobre os requerimentos, mencionou a retirada do projeto de lei que iria ajudar de uma certa forma as crianças e a justificativa da retirada era para que fossem feitas melhorias no projeto, mas até agora não se ouve falar que ele irá voltar a esta Casa e isto é um absurdo, pois quando tem um projeto que vai beneficiar o povo, ele vem e volta, citando o projeto de lei do nepotismo, do qual tem certeza que

nunca mais voltará, mas se isto acontecer, ele tomará a iniciativa, pois sempre sai no jornal que parente de político é beneficiado, as vezes não faz nem por merecer o salário que é pago, mas por proteção política está lá pronto para receber. Mencionou que foi à casa de uma Senhora no Bairro da Serra que tem cinco crianças, sendo uma recém nascida e esta casa tem dois metros de altura, o telhado é de amianto onde o calor é insuportável, a casa foi construída em cima de um barranco e foi até lá através de um pedido feito, não dela, mas pela vizinhança que se comoveu com a situação. Disse que deveria ter tirado fotos, mas não teve tempo, citando que tem uma escada onde é preciso segurar na parede para subir e ouviu dizer que na Prefeitura alguém propôs fazer uma escada e assim o Vereador questionou o que fazer com o resto da casa. Disse que esta casa foi construída com pedaços de blocos, não tem portas e na frente da casa tem duas fossas. Afirmou que na Serra já deveria ter sido feita a rede de esgotos e se não foi feita é devido à má vontade, porque já entrou muito dinheiro e se desperdiçou muito na construção do prédio da Prefeitura. Acha que é um caso até de segurança, pois no Bairro da Serra não tem lugar para perfurar mais fossas e citou o Vereador Fábio que enquanto estava à frente da Secretaria de Obras, havia várias reformas e agora somente se vê pedreiros da Prefeitura trabalhando em casa de secretários, enquanto muitas pessoas precisam e dependem desta ajuda. Afirmou que nem no local eles vão e desta forma gostaria de solicitar que tomassem providências, porque a situação desta família é muito difícil. Sobre o projeto que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais, disse que tem de ser dado todo apoio, pois através desta Associação eles podem tem um suporte maior, pois sofrem com muitas conseqüências, como o preço do leite que é um absurdo e da roça é que vêm os alimentos que são vendidos na cidade. Sobre o projeto de lei nº 26, elogiou a emenda feita pela Vereadora Jussara, mas gostaria de pedir vistas, porque gostaria de ter seu tempo para estudar e não se envergonha de falar que ainda não o analisou e tem certeza que muita gente também não fez isso e é um projeto bastante polêmico e quer estudá-lo para depois emitir seu parecer. Prosseguindo, a Vereadora Catarina elogiou os trabalhos dos produtores rurais, afirmando que podem contar com o seu apoio, pois Ijaci está precisando e a Prefeita também está dando seu apoio em ter mandado o projeto. Em seguida, o Vereador Roosevelt solicitou votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 27, da mesma forma reforçou pedidos feitos para os projetos 30 e 31, afirmando que é muito importante que os produtores rurais tenham o incentivo da Prefeitura Municipal para que possa trazer melhorias para aqueles que forem beneficiados. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte com a votação dos requerimentos apresentados na reunião sendo aprovados pela unanimidade do Plenário, determinando-se seus encaminhamentos. O Vereador João Carlos solicitou que fosse requisitado da administração o envio, no menor espaço de tempo possível, da cópia do processo licitatório dos serviços de realização do coquetel, conforme compromisso assumido pelo Presidente da Comissão de Licitação, na verificação in locu, citando que notou algumas irregularidades onde foi pedida uma coisa e servida outra totalmente diferente e ainda que fosse marcado outro dia para que ele pudesse continuar a verificação dos outros processos licitatórios por ele selecionados. Após, o Sr. Presidente submeteu ao Plenário o pedido do Vereador Roosevelt para votação em regime de urgência do projeto de lei 27/2007, tendo o Vereador João Carlos pedido vistas do mesmo, sendo lhe concedido nos termos regimentais. Em seguida os pedidos de votação em regime de urgência do projeto de lei nº 30/2007 feito pelos Vereadores Jussara, João Carlos e Roosevelt e 31/2007 feito pelos Vereadores Catarina, Jussara e Roosevelt, foram aprovados pela unanimidade do Plenário. Em seguida fez-se a votação da redação final do projeto de lei nº 17/2007 que “dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2008 e dá outras providências”, sendo aprovada em 3ª discussão e votação. Após fez-se a votação da redação final do projeto de lei nº 22/2007 que “concede revisão dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências” obtendo 04 (quatro) votos favoráveis, sendo dos Vereadores Marleu e Roosevelt e Vereadoras Jussara e Catarina e 04 (quatro) votos contrários, sendo dos Vereadores Fábio, João Carlos, Rômulo e Sebastião. O Vereador Fábio justificou afirmando que é preciso tomar cuidado com a revisão do subsídio, se este percentual está de acordo com a lei e por isso é contrário para que faça uma inspeção melhor sobre esse subsídio. O Vereador Sebastião disse que o que está recebendo já é suficiente e não precisa aumentar mais nada para os agentes políticos. O Vereador João Carlos disse ser contrário, pois apresentou uma emenda que era justa, o percentual de 8,57% é aplicável somente ao salário mínimo e o que os agentes políticos ganham é suficiente e este percentual é muito elevado. Diante do empate em Plenário o Sr. Presidente Carlos proferiu seu voto favorável e desta forma, a redação final do projeto de lei nº 22/2007 foi aprovada em 3ª discussão e votação. Prosseguindo, o projeto de lei n.º 29/2007 que “dispõe sobre transformação de sub unidade em unidade orçamentária e dá outras providências” foi aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª discussão e votação. Dando seqüência fez-se a votação do projeto de lei nº 30/2007 que “dispõe sobre a permissão de uso de bem imóvel público municipal e dá outras providências” sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Da mesma forma o projeto de lei nº 31/2007 que “declara de utilidade pública a Associação dos produtores Rurais de Ijaci/MG” foi aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se o encaminhamento das proposições de leis ao Executivo para fins de sanção. Após fez-se a votação da redação final do projeto de resolução nº 03/2007 que “concede revisão geral dos subsídios dos Vereadores do Município de Ijaci” obtendo 04 (quatro) votos favoráveis, sendo dos Vereadores Marleu e Roosevelt e Vereadoras Catarina e Jussara e 04 (quatro) votos contrários sendo dos Vereadores Fábio,

João Carlos, Sebastião e Rômulo. O Vereador Sebastião disse que é preciso gastar em educação, saúde e na melhoria das ruas e devido a gastos que poderiam ser economizados para serem aplicados no lugar certo, é contrário ao projeto. O Vereador João Carlos disse que mantém a mesma opinião da votação do projeto de lei nº 22. Diante do empate em Plenário, O Sr. Presidente proferiu seu voto favorável, sendo, portanto aprovado em 3ª discussão e votação, transformando-se na Resolução Legislativa nº 475. Dando seqüência, fez-se a votação da redação final do projeto de resolução nº 04/2007 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar em dotação da Câmara Municipal”, sendo aprovada pela unanimidade do Plenário em 3ª discussão e votação, transformando-se na Resolução Legislativa nº 476. Em seguida foram nomeados os Vereadores Fábio, Jussara e Rômulo para comporem a Comissão Especial destinada a providenciar os procedimentos para o início da construção da sede da Câmara Municipal. O Sr. Presidente designou ainda os Vereadores Fábio, Marleu e Jussara, além do servidor Nelson para participarem da reunião com o Promotor de Justiça, Dr. Aécio Rabelo na quarta-feira, dia 20 de junho, ocasião em que seriam tratados temas relativos aos projetos de leis inerentes ao Conselho Tutelar. Pelo Sr. Presidente foi informado que havendo um consenso em relação aos referidos projetos seria convocada uma reunião extraordinária para que fossem deliberados. Passando-se para a Terceira Parte, o Sr. Presidente declarou encerrado o primeiro período da Sessão Legislativa de 2007, anunciando que a reunião ordinária seguinte será realizada na sexta-feira, dia 03 de agosto de 2007 a partir das 19 horas, ocasião em que se dará início ao segundo período da Sessão Legislativa. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 03 (três) dias do mês de julho de 2007, terça-feira no salão de reuniões da Câmara às 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva e Rômulo Elias. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de oito Vereadores, ausente o Sr. Sebastião dos Santos Neto. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com um minuto de silencio em homenagem póstuma aos falecidos no acidente automobilístico ocorrido no dia 1º de julho, José Porfírio de Oliveira, irmão da Sra. Maria Horaci de Oliveira, Prefeita Municipal, Djair Antonio da Silva e Aline Cristina da Silva. Após fez-se a leitura da ata da 13ª reunião ordinária tendo sido aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Prosseguindo, fez-se a leitura do ofício nº 102 do Gabinete da Sra. Prefeita solicitando convocação da reunião extraordinária para apreciação dos projetos de leis nº 32 e 33 de 2007. Em seguida, fez-se a leitura do edital de convocação feita pelo Sr. Presidente onde foram aditadas deliberações dos projetos de leis 26, 27 e 29 de 2007. Apresentação de um comunicado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca de liberação de recursos para manutenção de programas no Município e comunicado da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional contendo valores de repasse de recursos da União para o Município no período compreendido entre janeiro e maio de 2007. Apresentação dos balancetes das receitas e despesas da Câmara Municipal referente aos meses de abril e maio de 2007. Leitura do requerimento nº 1 subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para o Secretário Municipal de Educação e Cultura solicitando informações inerentes ao andamento dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, tais como o percentual de aplicação neste primeiro semestre, os projetos e atividades que estão sendo desenvolvidos pela administração e o planejamento para aplicação no exercício de 2007, como meio de prevenir gastos desordenados e desnecessários no final do ano, caso o percentual de aplicação não esteja sendo controlado desde já. Leitura do requerimento nº 2 subscrito pelo Sr. Presidente solicitando aprovação para envio de indicação ao Executivo a fim de que sejam feitos urgentes reparos nas grades que foram instaladas na subida da estrada de acesso ao Bairro Ipiranga, em frente ao Bar do Sr. Geraldo Inácio, vez que as condições atuais das referidas grades podem danificar os veículos que por ali trafegam. Em relação aos projetos em pauta, fez-se a leitura das emendas apresentadas ao projeto de lei nº 26/07, a saber: Emenda Modificativa nº 01 subscrita pela Vereadora Jussara. Emenda Aditiva, Modificativa e Supressiva nº 2 e Emenda Modificativa nº 3 apresentadas pelo Vereador João Carlos. Leitura da Emenda Modificativa e Supressiva ao projeto de lei nº 27/07, subscrita pelo Vereador João Carlos. Alusão ao projeto de lei nº 29/07 em pauta para 2ª discussão e votação. Leitura do projeto de lei nº 32/07 que “autoriza aquisição de terreno mediante permuta ou desapropriação e dá outras providencias e leitura do projeto de lei nº 33/07 que autoriza ampliação de cargos de Auxiliar de Serviços Gerais e dá outras providencias. Para este projeto foi apresentada uma emenda supressiva, subscrita pela Vereadora Jussara e pelo Vereador João Carlos. Dando seqüência, o Sr. Presidente cumprimentou a todos franqueou o uso da palavra, tendo a Vereadora Jussara mencionado o inicio dos trabalhos da APAE em Ijaci, enaltecendo essa bela iniciativa que está sendo apoiado pela comunidade inteira, pelo

Executivo e pelo Legislativo. Citou o projeto de lei nº 32 que autoriza aquisição mediante permuta de um terreno para a APAE em nossa cidade e assim se sente honrada em ver que isso facilitará a vida das crianças e adolescentes que necessitam de uma educação especial para eles e para os pais também. Disse que uma APAE em Ijaci fica muito mais fácil, é uma escola preparada com professores especialistas para tratar essas crianças que precisam de cuidados especiais e parabénizou a todos que iniciaram com muita garra e muita luta esse projeto para instalar a APAE em Ijaci. Como Vereadora, disse que poderiam contar com ela e deixou de publico seu apoio pessoal para trabalhar como voluntária, afirmando que a comunidade precisa estar consciente da necessidade de estar somando, unindo e trabalhando para que essa construção seja logo concretizada. Solicitou que o projeto de lei nº 32/07 fosse votado em regime de urgência para que seja liberado ao Executivo a fim de providenciar o local de construção. Sobre o projeto que autoriza ampliação de cargos de auxiliar de serviços gerais, disse que é ótimo, serviços gerais é um salário mínimo e é necessário seja na saúde, na rua ou em qualquer local, mas fez uma proposta de retirada do artigo 2º que é uma remuneração gratificada para um determinado funcionário trabalhar no agendamento do SUS, questionando se é justo no meio de cento e tantos funcionários escolher um para ser gratificado com trezentos reais. Disse que nunca viu gratificação neste valor, sendo que para um salário mínimo faltam apenas oitenta reais. Questionou porque não contratam um funcionário com dedicação integral para trabalhar junto com os demais, já que esse funcionário que vai ganhar trezentos reais a mais, ao que tudo indica, o seu serviço lá está ocioso. Questionou como ele precisa ganhar mais e como vai cumprir seu horário de serviço, se ele vai fazer outro serviço pelo SUS. Sendo assim, disse ser contra, porque acha errada essa gratificação, no seu modo de ver não existe gratificação de trezentos reais e também acha uma injustiça perante os outros funcionários e se ela fosse funcionaria, iria se sentir injustiçada, por que só foi escolhido um para ganhar trezentos reais a mais do que o salário. Reafirmou ser contra, está junto com os outros funcionários, aposta que os outros não estão sabendo disso e espera que os Vereadores entendam e que votem a favor dessa emenda, citando o Vereador Marleu que é um representante dos funcionários municipais, questionando se ele também vai concordar e se está contente com isso. Disse que é preciso votar é no coletivo, não sabe quem é este funcionário e nem quer saber, pois está votando no coletivo e não no individualismo. Finalizou convocando os Vereadores para analisarem as emendas e dar sequência nas votações. Prosseguindo o Vereador Fábio disse ser um prazer estar recebendo todos aqui por um motivo justo e mais justo ainda para o município, onde a população está se integrando e participando, o que é muito importante pra todos. Explicou sobre este terreno que é deixado como área institucional para o município, é uma reserva no bairro que foi aprovado noutra gestão e está sendo feita aqui uma negociação justa, pois o outro terreno é de melhor localização. Disse que todos devem se empenhar em ajudar, porque isso é muito importante e a gente fica honrado com isso, parabenizando a Vereadora Jussara pelas palavras e da mesma forma disse que podiam contar com o seu apoio. Solicitou votação da redação final do projeto de lei nº 29 em regime de urgência, porque é através dessas sub-unidades que vão acontecer os trabalhos sociais dos quais já fez parte e sabe como funciona e este projeto já deveria ter sido aprovado há um bom tempo, mas passou despercebido. Prosseguindo o Vereador Marleu cumprimentou a todos e disse que o pessoal da APAE podia contar com seu apoio no que precisassem. O Vereador João Carlos agradeceu as pessoas que estão se empenhando para arrecadar dinheiro a fim iniciar esse projeto da APAE num trabalho incansável. Disse que é uma conquista muito grande, pois é muito difícil se deslocarem daqui para Lavras e está perto de ter um resultado final através desse projeto para aquisição do terreno. Espera que em pouco espaço de tempo possa ser inaugurada essa grande obra que é para proveito dessas crianças que necessitam de tratamento especial. Citando a Vereadora Jussara, disse que é um absurdo dar uma gratificação para um funcionário que fez um concurso há pouco tempo, enquanto os funcionários que estão lá a vários anos não receberam as férias-prêmio, um direito adquirido por eles, enquanto uma pessoa com pouco tempo, vai receber uma gratificação de trezentos reais. Acha que tendo sido aprovada no concurso, a pessoa tem a obrigação de fazer o serviço seja lá qual for, desde que esteja na sua área e não acha justo destinar uma quantia desta para uma pessoa só, pois se tiver que fazer alguma coisa, que se faça para todos e não para uma pessoa de menos tempo de serviço. Disse que deveriam pagar as férias-prêmio daqueles que adquiriram pelo tempo de serviço, coisa que está ficando no esquecimento e solicitou o envio de requerimento perguntando porque ainda não foram pagas, que esclareçam o motivo do não pagamento disso que é um direito que ninguém vai tirar dos servidores e que sejam pagas o mais rápido possível. Sobre suas emendas, disse que acha absurdo o cadastramento dos eleitores para votarem em Conselheiro Tutelar, que sejam cadastrados somente os candidatos. Disse que é um absurdo uma pessoa se candidatar para Conselheiro Tutelar e não poder arrumar outro emprego, pois o salário é muito pouco para a pessoa ficar só por conta disso, com trezentos e oitenta reais não tem como dar sustento a uma família, ainda mais se paga aluguel e assim gostaria de ter o apoio dos Vereadores para que seja feito o melhor e esteja na realidade de nosso município para as pessoas participarem deste Conselho. Prosseguindo a Vereadora Catarina citou a visitante Cida e sabe o trabalho que ela tem com a filha que está crescendo e fica difícil para leva-la até Lavras, como também é o caso da Diva, onde vê sempre passando com sua filha, é um sacrifício que é do conhecimento de todos. Parabenizou a Terezinha por sair de Lavras, deixar seu trabalho e vir para Ijaci prestar sua ajuda. Sabe do esforço que todos estão fazendo e no que precisar dela, terão o seu apoio e quando precisarem de voluntários, mesmo que ela não possa ir, indicará uma pessoa para fazer o que teria que ser feito por ela. Finalizou reforçando pedido de votação em regime urgência para o projeto de lei n.º 32/07. Em seguida o

Vereador Roosevelt mencionou a desapropriação do terreno para construção da APAE e como já foi dito, é uma satisfação muito grande a atitude da Prefeita em ter a iniciativa desta obra que vai ser de grande utilidade para as pessoas de Ijaci, já que às vezes as pessoas têm que se deslocarem para outra cidade. Espera e reza para que esta obra possa estar pronta e possa atender as pessoas de nossa cidade o mais rápido possível. Sobre o projeto de lei nº 26, disse que em muito respeita a opinião do Vereador João Carlos com suas emendas, mas é contra a redução do ensino médio para fundamental, pois a pessoa precisa ter um pouco mais de conhecimento teórico. Outra emenda propõe que a pessoa possa trabalhar noutro serviço porque o salário é pouco, mas as vezes precisa do Conselheiro e ele está trabalhando e acha que a partir do momento que a pessoa quer se candidatar ao Conselho Tutelar, ele tem de estar disposto a trabalhar no Conselho e vai estar sabendo pelo o edital sobre o salário e se achar que não serve, deve procurar outro emprego e deixe para aqueles que aceitem esse valor, pois com certeza muita gente se interessa, mas em primeiro lugar a pessoa tem que ter mais um pouco de conhecimento teórico, conforme solicitado pelo Promotor. O Sr. Presidente disse que conforme já tinha conversado com a Cidinha, poderiam contar com seu apoio como voluntário. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte com a votação dos requerimentos, sendo ambos aprovados pela unanimidade do Plenário, determinando-se seus encaminhamentos. Após foi submetido ao Plenário o pedido de regime de urgência para o projeto de lei n.º 32 feito pelas Vereadoras Jussara e Catarina e para o projeto de lei n.º 26 e 27 feito pelo Vereador Roosevelt sendo todos aprovados à unanimidade. Após fez-se a votação do projeto de lei n.º 32/07 que “Autoriza aquisição de terreno mediante permuta ou desapropriação e dá outras providências” sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação. Após fez-se a votação da emenda modificativa n.º 01 apresentada pela Vereadora Jussara e emenda aditiva, modificativa e supressiva n.º 02 apresentada pelo Vereador João Carlos ao projeto de lei n.º 26, sendo aprovadas pela unanimidade do Plenário. A emenda modificativa n.º 03 apresentada pelo Vereador João Carlos ao mesmo projeto foi rejeitada após obter 03 (três) votos favoráveis sendo dos Vereadores Fábio, João Carlos e Rômulo, 01 (um) voto contrário, sendo do Vereador Roosevelt e 03 (três) votos em abstenção, sendo das Vereadoras Jussara e Catarina e do Vereador Marleu. Após fez-se a votação do projeto de lei n.º 26/07 que “Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências” tendo sido aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, consideradas as emendas. Em seguida, fez-se a Votação da emenda apresentada pelo Vereador João Carlos ao projeto de lei n.º 27 tendo sido aprovada após obter 04 (quatro) votos favoráveis, sendo dos Vereadores Fábio, João Carlos, Marleu e Rômulo e Vereadora Jussara e 02 (dois) votos contrários, sendo do Vereador Roosevelt e Vereadora Catarina. Feita a votação do projeto de lei n.º 27/2007 que “Dispõe sobre a função de Conselheiro Tutelar e dá outras providências” este foi aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, considerada a emenda. Após fez-se a votação do projeto de lei n.º 29/07 que “Dispõe sobre transformação de sub unidade em unidade orçamentária e dá outras providências”, tendo sido aprovado pela unanimidade do Plenário em 2ª discussão e votação, sendo em seguida da mesma forma aprovada sua redação final conforme solicitado pelo Vereador Fábio, o que contou com a concordância do Plenário à sua unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente enviou o projeto de lei n.º 33/07 às Comissões Permanentes, tendo os Vereadores João Carlos e Jussara pedido votação em regime de urgência ao referido projeto, sendo tal pedido aprovado pelo Plenário à sua unanimidade. Feita a votação da emenda modificativa apresentada pela Vereadora Jussara e Vereador João Carlos, a mesma foi rejeitada após obter 03(três) votos favoráveis, sendo dos Vereadores João Carlos, Rômulo e Vereadora Jussara, 03 (três) votos contrários, sendo do Vereadores Fábio e Roosevelt e Vereadora Catarina e 01(um) voto em abstenção do Vereador Marleu. O Vereador Fábio justificou seu voto contrário dizendo que já foram aprovadas aqui na Câmara três gratificações. A Vereadora Catarina disse que é contra a emenda, pois não sabe quem é o funcionário. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei n.º 33/07 que “Autoriza ampliação de cargos de auxiliar de serviços gerais e dá outras providências” sendo aprovado em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação original, após obter 6 (seis) votos favoráveis e 01(um) voto contrário, vencido o Vereador João Carlos que afirmou ser um absurdo dar gratificações para pessoas que mal entraram na Prefeitura, ao passo que os outros que trabalham há muito tempo não têm nenhuma gratificação, nem mesmo um muito obrigado. O Sr. Presidente Carlos determinou o envio das proposições de leis ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a ser realizada na sexta-feira, dia 03 de agosto de 2007, às 19h para deliberação de projetos e assuntos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos da 3ª reunião extraordinária desta Câmara na Sessão Legislativa de 2007. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Ao 03 (três) dias do mês de agosto de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara a partir das 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves

Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara e a Assessora Jurídica Dra. Isis. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com um minuto de silêncio em homenagem póstuma aos falecidos José Enio Jesus da Silva que residia no Bairro Ipiranga, Sra. Ilda Mendes Grilo, sogra do ex Presidente da Câmara Antonio Campidelli, Paulo Marcos Párraga – pai do engenheiro e servidor da Prefeitura Paulo Marcos Párraga Júnior, Dionízia de Lima Vilas Boas que era servidora da Prefeitura e Eloísa Mesquita Ramos, que era viúva do ex Presidente da Câmara Antonio Moreira Ramos. Após foi determinada a leitura da ata da 3ª reunião extraordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura de 4 (quatro) Comunicados do Fundo Nacional de Saúde e 3 (três) comunicados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca da liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Convite enviado pela empresa Calcário Santa Helena Indústria, Comércio e Transportes Ltda. para a 8ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho que seria realizada de 6 a 10 de agosto. Ofício nº 114/07 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhando o balancete da receita e despesa da Prefeitura referente ao mês de junho de 2007. Lista contendo assinatura de alguns dirigentes de empresas do comércio local propondo nova redação ao art. 115 da Lei Orgânica Municipal, vez que a atual regra impede que o Poder Público Municipal adquira bens e serviços destas empresas devido à ligação com autoridades e servidores municipais por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau. Requerimento nº 1, subscrito pelo Vereador Rômulo Elias indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento urbano solicitando providencias para sanar a poça de água que constantemente se forma na Rua José de Bastos Neto, nas proximidades do nº 145, salientando que na operação tapa-buracos este trecho não foi consertado e isto vem provocando lama e lodo, o que além de ruim para o visual, prejudica os moradores e pessoas que passam no local. Contém ainda solicitação para que seja sanada a poça d'água que da mesma forma atinge a Rua Vigilato Vilas Boas, nas proximidades da Igreja Evangélica Assembléia de Deus Cerâmica provocando muita lama, lodo e sujeira no local. Requerimento nº 2 subscrito conjuntamente pelas Vereadoras Jussara Alves Resende e Catarina Gonçalves de Castro indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano solicitando informações sobre quais providencias estão sendo tomadas no sentido de resolver a captação de águas pluviais e pavimentação das ruas da Vila Industrial, Rua José Pedro de Castro Filho, Rua Eduardo Carvalho de Oliveira e Rua Gil Ribeiro de Mendonça, que estão em péssimo estado, causando transtornos para os moradores e pessoas que por estas passam. Requerimento nº 3 subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura reiterando pedido de informações inerentes ao andamento dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, tais como o percentual de aplicação no primeiro semestre, os projetos e atividades que estão sendo desenvolvidos pela administração e o planejamento para aplicação no exercício de 2007, como meio de prevenir gastos desordenados e desnecessários no final do ano, caso o percentual de aplicação não esteja sendo controlado desde já. Requerimento nº 4 subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura solicitando informações acerca das providencias que estão sendo adotadas para melhorias no cardápio na merenda das escolas municipais. Requerimento nº 5, subscrito pelo Vereador Roosevelt Aparecido Gomes indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para o Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano solicitando serviços de tapa-buracos ao longo da Avenida Luiz Gonzaga Vilas Boas - Rodovia Ijaci a Serra - vez que a via encontra-se demasiadamente esburacada, o que vem dificultando o tráfego que por sua vez também é intenso, além do fato de obrigar os motoristas a efetuar manobras arriscadas. Em relação aos projetos fez-se a leitura do projeto de resolução nº 05/2007 que “dispõe sobre abertura de créditos suplementares em dotações da Câmara Municipal” e projeto de resolução nº 06/2007 que também “dispõe sobre abertura de créditos suplementares em dotações da Câmara Municipal”. Dando seqüência, o Sr. Presidente cumprimentou a todos e franqueou o uso da palavra, tendo a Vereadora Jussara falado sobre o Conselho de Alimentação Escolar da qual faz parte como representante do Legislativo e não poderia deixar de esclarecer que desde o ano passado vem dando sugestões para a melhoria da merenda das escolas municipais e no entanto não teve retorno e não sentiu boa vontade por parte do Secretário de Educação. Disse que neste ano começou a exigir mais um pouco sobre isto, fez uma pesquisa nas regiões e constatou que não se serve mais sopa e na nossa escola municipal só estão servindo sopa, que para ela é liquido e deu sugestão para introduzir refeição sólida composta de arroz temperado com tutu de feijão ou uma fruta, porém foi mal interpretada e estão chegando a dizer na escola que ela havia falado que a sopa é água, quando não é isso, está gravado em ata e ia repetir na Câmara que a merenda é bem preparada pelas serventes, como pôde constatar, pois foi lá só para tomar essa sopa e esta é bem feita pelas serventes, mas elas fazem a merenda com o que elas encontram lá, pois a gente cozinha com aquilo que temos armazenado. Reafirmou que fez a sugestão e foi mal interpretada e quer deixar bem claro que se os demais Vereadores não estiverem de acordo com ela como representante no Conselho de Alimentação Escolar, que podem falar que ela deixa a função para o seu suplente que é o Vereador João Carlos, mas que sua luta continua para melhoria desta merenda e isso ela não pensou e resolveu de um dia para

outro, pois vem dando esta sugestão a muito tempo e como pesquisou nas cidades vizinhas, vem sugerindo que aos poucos fosse colocando uma merenda sólida, mais forte para as crianças e sua intenção é ajudar, não é atrapalhar e nem fazer futrica lá na escola. Reafirmou que não existe sopa sólida, sempre soube que sopa é líquida e não sustenta direito e aos poucos podem melhorar. Reafirmou que sua intenção é essa e se os Vereadores não estiverem contentes com o que ela está pedindo, podem falar que ela pede demissão, mas se não tiver problema nenhum, vai continuar lutando para melhoria desse cardápio, pois esta é sua condição. Sobre o outro requerimento disse que se refere à informação sobre o planejamento para o segundo semestre com os gastos na manutenção do ensino, porque não foi realizada audiência pública e não está sabendo no que eles pretendem gastar e quando chega no final do ano não dá tempo, aí precisa correr para comprar qualquer coisa para não devolver. Porém se eles já têm o planejamento para aplicar esse dinheiro, ela não está sabendo e fala na área da educação porque conhece um pouco e é por isso que insiste. O outro requerimento diz respeito a água pluvial, pois segundo lhe disseram foi feita uma licitação, não sabe se é verdade ou não e quer saber qual planejamento existe para o asfalto que liga a Vila Industrial, descendo pela Rua Jose Pedro de Castro, Rua Eduardo Carvalho de Oliveira e Rua Gil Ribeiro de Mendonça. Voltou a falar sobre a merenda, disse que está muito indignada, pois fala uma coisa e é mal interpretada e que está à disposição dos Vereadores, se não estiverem de acordo que ela interfira neste cardápio, que ela até já se propôs a ajudar indo lá e fazendo outro cardápio não sabendo se vai ser cumprindo ou não, deixa à disposição e se retira do Conselho, porque sua condição para continuar é esta, do contrário não adianta continuar lá, a não ser para fazer papel de boba e só assinar a ata, sem poder sugerir nada. Entende que este Conselho é para as pessoas darem sugestões para melhoria da merenda ao passo que para assinar, qualquer um vai lá e assina. Prosseguindo o Vereador Sebastião mencionou o pedido para emenda na Lei Orgânica, afirmando que este artigo é uma coisa copiada e que antes de se tornar político, é preciso compreender as coisas, não basta ler, é preciso compreender, porque é uma Lei Orgânica copiada que está prejudicando Ijaci a vida inteira. Mencionou que no Plano Diretor tudo é copiado, não contempla as dificuldades do município, simplesmente copiam uma coisa, é aprovada e depois vêm as dificuldades. Disse que é boa coisa eliminar o artigo 115, citando que tem uma audiência marcada por causa dele, onde ele é o único que está sendo punido dentro de Ijaci neste artigo e não defende sua eliminação para se defender, pois não precisa disso, mas sendo político, os parentes não têm nada a ver. Deveria eliminar a contratação com o prefeito, vice-prefeito e vereadores, mas os parentes não deveriam se encaixar nesta proibição. Acha que isso é uma boa coisa, eles o procuraram na época e deu a sugestão, pois o Município deixa de comprar das pessoas de Ijaci, para estar empregando fora. Sobre as audiências públicas eles vão fazer o que quiserem, pois audiência pública não tem mais, faz pedido de documento e estes não são enviados e assim acha que os Vereadores deveriam ter se unido mais, o Plenário tinha que ter mais autonomia de cobrar, pois quando somente um Vereador fica cobrando, este não vai fazer frente para ninguém e fica nessa situação que está aqui. Audiência Pública é obrigatória e hoje fazem o que querem, nossa política virou uma situação que começa do Presidente da República, onde não se cumpre o que é prometido, citando que não fez promessas, pois na hora de se eleger a pessoa vem e fala que vai fazer e chega na hora não faz nada. Sobre esses dois projetos para suplementação, disse ser contra e só não pede vistas porque não vai adiantar, pois depois vai acabar sendo aprovado. Deixa claro que é contra esta dotação para construção da Câmara, sobre essa dotação para diária, também disse ser contra, afirmando que participar da reunião para ele não está resolvendo nada. O Vereador Fábio cumprimentou e parabenizou a atitude tomada pelos comerciantes, citando palavras do Vereador Sebastião, sendo que não está se está propondo extinguir o artigo, mas deixa claro sobre a questão do parentesco, pois o parente não está no lado político, então ele não pode ser prejudicado. Disse que ficou até bem explanado e acredita que todos Vereadores entenderam. Afirmou que não teve o prazer de participar na elaboração da Lei Orgânica e também do Plano Diretor, mas são falhas que as vezes acontecem e que devem ser corrigidas e fica até satisfeito com essas medidas. Prosseguindo o Sr. Presidente consultou o Plenário a respeito da continuidade dos trabalhos sem intervalo, em decorrência do convite feito para participação dos Vereadores na festa promovida pela Apae de Ijaci, sendo da concordância de todos. Desta forma, incontinenti, passou-se para a Segunda Parte com a apresentação aos Vereadores do croqui do prédio da Câmara para deliberação na reunião seguinte. Em seguida fez-se a votação dos requerimentos apresentados, sendo todos aprovados pela unanimidade do Plenário em discussão única, determinando-se seus encaminhamentos. Sobre a 4ª indicação da Vereadora Jussara, o Vereador Sebastião disse que é a favor que a merenda seja melhorada, mas que também dê condições para as serventes, porque o que manda é o Executivo dar condições para elas melhorarem a merenda, não é só cobrar delas, pois elas estão ali e não tem com o que fazer o cardápio. A Vereadora Jussara disse que as serventes fazem o que tem lá e sua intenção é de passar para uma comida sólida, mas lá foi entendida de maneira errada, ao que o Vereador Sebastião disse que foram eles que explicaram errado, tendo a Vereadora Jussara dito que é por isso que está deixando sua participação no Conselho de Alimentação Escolar à disposição dos Vereadores, que se quiserem mudar o representante, não tem problema. Após o Sr. Presidente fez o envio dos Projetos de Resolução 05 e 06 de 2007 que dispõem sobre a abertura de créditos suplementares em dotações da Câmara Municipal às Comissões Permanentes para parecer na forma regimental. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se dia 10 de agosto a partir das 19h (dezenove horas) para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final

e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 10 (dez) dias do mês de agosto de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara às 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 14ª reunião ordinária que, após um pedido de correção feito pela Vereadora Jussara em seu pronunciamento, foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura de 2 (dois) comunicados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e 01 (um) Comunicado do Fundo Nacional de Saúde acerca da liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Leitura do convite enviado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para inauguração das novas instalações do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Lavras que seria realizado no dia 17 de agosto de 2007. Em relação aos projetos fez-se a leitura do projeto de lei nº 34/2007 que “altera o § 5º do art. 22 da lei nº 925 de 06 de julho de 2007” de autoria do Vereador João Carlos Espedito e alusão aos projetos de resoluções nº 05 e 06 de 2007 em pauta para 1ª discussão e votação. Dando seqüência, o Sr. Presidente cumprimentou a todos e franqueou o uso da palavra, tendo a Vereadora Jussara comunicado sobre o andamento da questão do cardápio da merenda das escolas municipais, afirmando que foi convidada para participar de uma reunião na Prefeitura com a Prefeita, o Vice-Prefeito, o Secretário da Educação, a Diretora das escolas Municipais, o Controlador Geral, os responsáveis pela contabilidade, o Secretario de Administração, o Secretário de Finanças, a Secretária Executiva e o Procurador Geral do Município. Na ocasião pode expor o que estava acontecendo e disse que foi uma reunião produtiva porque ficou decidido que fariam uma pesquisa com os alunos nas escolas para saber qual merenda gostariam de ter para depois ser trocado o cardápio. Disse que foi um acordo em comum, achou produtiva a reunião e está aguardando, pois na segunda-feira iriam passar o resultado dessa pesquisa com as crianças para a melhoria deste cardápio. Prosseguindo, cumprimentou os pais que estavam presentes na reunião pela passagem de seu dia, citando que hoje é uma luta muito grande criar e educar os filhos e sabe que esses são responsáveis na família e por isso lhes deseja toda a felicidade e que continuem nessa luta com muita saúde, paz e alegria, deixando a todos o seu abraço. Prosseguindo a Vereadora Catarina cumprimentou a todos pelo dia dos pais, desejando muita força e saúde, mencionando que hoje está difícil criar os filhos, mas com a ajuda de Deus a gente vai dar uma educação boa para todos os filhos. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício passou-se para a Segunda Parte, tendo o Sr. Presidente questionado os demais Vereadores sobre o croqui do prédio da Câmara, se podia, ou não ser colocado em votação, sendo da concordância de todos. Desta forma fez-se a votação do croqui elaborado para construção do prédio da Câmara, sendo aprovado por todos os Vereadores presentes, sendo que naquele momento, os Vereadores João Carlos e Sebastião estavam ausentes. Em seguida fez-se a votação do projeto de Resolução nº 05/2007 que “dispõe sobre abertura de créditos suplementares em dotações da Câmara Municipal” sendo aprovado por todos Vereadores presentes no Plenário em 1ª discussão e votação. Após fez-se a votação do projeto de resolução nº 06/2007 que “dispõe sobre abertura de créditos suplementares em dotações da Câmara Municipal”, sendo aprovado em 1ª discussão e votação por todos Vereadores presentes ao Plenário, registrando-se naquele momento a presença do Vereador João Carlos. Após o Sr. Presidente fez o envio do Projeto de Lei 34/2007 às Comissões Permanentes para parecer na forma regimental. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se dia 17 de agosto a partir das 19h (dezenove horas) para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara às 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns

assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 15ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura de 2 (dois) comunicados do Fundo Nacional de Saúde acerca da liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Comunicado da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional acerca dos recursos da União liberados ao Município no período compreendido entre janeiro e julho de 2007. Convite subscrito pelo Pastor Emerson Vicentino da Igreja Evangélica Assembléia de Deus Missões para participação nas festividades do 67º aniversário da referida Igreja que seria realizado nos dias 17, 18 e 19 de agosto no Ginásio Poliesportivo. Ofício nº 124/2007 do Gabinete da Sra. Prefeita contendo encaminhamento do balancete da receita e despesa da Prefeitura Municipal referente ao mês de julho de 2007. Apresentação do balancete da receita e despesa da Câmara Municipal referente ao mês de julho de 2007. Requerimento subscrito pelo Sr. Presidente indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando informações acerca das providências que estão sendo tomadas para início das obras de construção da rede de esgotos e pavimentação das ruas do Bairro da Serra e qual o prazo estimado pela Administração para concretização de tais obras, pois caso ainda não esteja sendo adotada nenhuma medida neste sentido, solicita que seja agilizada, vez que o tempo deste mandato vem se encurtando a cada dia e levando-se em consideração o período eleitoral, a situação se agrava ainda mais. Em relação aos projetos foi mencionado o projeto de lei nº 34/2007 de autoria do Vereador João Carlos Espedito em pauta para 1ª discussão e votação e projetos de resoluções nº 05 e 06 de 2007 em pauta para 2ª discussão e votação. Dando seqüência, o Sr. Presidente cumprimentou a todos e liberou o uso da palavra ao visitante, Sr. Miguel Fonseca que solicitou dos Vereadores a denominação em duas ou três ruas no seu loteamento para que este pudesse passar escrituras para as pessoas que já residem no local. Disse que isto já foi passado uma vez pelos vereadores da legislatura passada e agora esteve com o engenheiro e este lhe falou que só a numeração da quadra servia, mas o Paulo lhe disse que era bom colocar nome nas ruas. Citou que no início o Antônio Luizinho disse que ele tinha que doar dois ou três lotes para Prefeitura, depois optou por abrir uma rua no seu terreno, tendo ficado acertado e agora só precisa colocar nomes nas ruas. O Sr. Presidente disse que iria olhar com o Paulo Parraga e propôs que ele sugerisse os nomes, tendo o visitante dito que isto poderia ficar por conta dos Vereadores, afirmando que a parte de baixo já é desmembrada, deve ser só uns vinte lotes e quase todos têm casas, sendo ele quem paga os impostos e passando as escrituras, os proprietários é que vão pagar e questionou se havia a possibilidade de colocar os nomes nas ruas, ao que o Sr. Presidente dito que teria, mas antes deveria ver qual é procedimento na Prefeitura. Questionado pela Vereadora Catarina, o Vereador Fábio disse que noutro projeto só foi regularizada a questão do nome da rua das Palmeiras e que este pedido não terá embaraço e vai dar certo. O Vereador Sebastião disse que depende da Prefeita mandar e se isto for feito, aqui não enrola, podendo o visitante ter a certeza absoluta que aquilo que fosse para beneficiar, seria feito, mas vai depender do envio dos papéis de lá pra cá e se o projeto estiver certo, tem certeza absoluta que não vai ter problema. O Vereador Fábio disse que isso não terá muito embaraço é só mandar um croqui, o que também pode ser solicitado pelos Vereadores. Após o Sr. Presidente consultou ao Plenário acerca da liberação da palavra para a Sra. Luciméia Maria Silva Souza, sendo da concordância de todos, tendo esta pedido uma ajuda, pois quando chove, molha as paredes de sua casa e esta fica toda mofada e já pediu na Prefeitura e eles falaram que iriam lhe ajudar, mas não foram e por isso veio pedir ajuda aos Vereadores naquilo que pudesse ser feito. O Sr. Presidente disse que da sua parte, ele poderia ajudar, tendo a visitante dito que esta ajuda é para trocar o telhado de amianto. Respondendo à Vereadora Catarina, disse que ela tinha quem fizesse o serviço, tendo a Vereadora dito que também poderia contar com sua ajuda, o mesmo sendo dito pelos Vereadores Rômulo e Sebastião, tendo o Sr. Presidente deixado a critério de cada Vereador. Prosseguindo, franqueou-se o uso da palavra, tendo o Vereador Fábio reforçado o convite feito pelo Pastor Emerson e que dentro das disponibilidades, todos comparecessem nas festividades que estavam acontecendo na quadra o que seria uma grande honra. Prosseguindo, o Vereador Sebastião solicitou fosse mandado um requerimento para a Sra. Prefeita, para que tomassem providências na rua do Laíde, dizendo que saiu o programa "luz para todos" mas ficou por isso mesmo e naquele local não se enxerga nada, a rua está escura dependendo de mais um poste. Sobre o pedido do visitante Miguel, disse que as vezes não compreende tanto o que está acontecendo e que depende do envio do projeto, pois se não for mandado, não se tem como votar, não adianta ficar tentando enrolar os outros, vai lá e eles mandam para cá, os que vêm aqui, são mandados para lá e assim o Vereador tem que falar a coisa certa, citando que nos outros mandatos aconteceu a mesma coisa. Disse que foi lhe pedido apoio para uma chapa de Presidente da Câmara e quer deixar bem claro que foi o único que lhe procurou e está de acordo com essa chapa que vai ser protocolada, assumiu o compromisso, já foi Presidente da Câmara e a oportunidade tem que ser para todos e tem mais é que agradecer o que foi feito aqui pela Jussara, pelo Carlos, ele também teve sua participação neste cargo e assim prometeu seu apoio para os componentes da chapa. Prosseguindo o Vereador João Carlos disse que ficou duas reuniões sem falar nada, mas aproveitando palavras da visitante, deixa seu protesto, porque várias pessoas que dependem de uma ajuda e procuram essa Ação Social, ela existe só no nome, citando que o Vereador Fábio está de prova, pois o engenheiro constatou que há risco para os moradores de algumas casas e já vai para mais de dois anos e eles não tomam nenhuma providência. Disse que eles estão pedindo uma coisa que é

de direito de todos, porque se eles não tem condições, o Município através da Secretaria de Ação Social deveria dar uma oportunidade e reformar as casas dessas pessoas, mas sabe que as vezes por questões políticas, as coisas não são resolvidas, tanto que fez um requerimento para o Secretário de Ação Social vir à Câmara prestar esclarecimentos, mas ele não teve nem a coragem de vir, questionando se este estaria com vergonha do serviço que ele está fazendo lá. Disse que iria lhe perguntar como está o andamento, mas pelo jeito, ele tem vergonha de mostrar o que está fazendo, porque até hoje não veio aqui, questionando ainda sobre as audiências públicas que não estão sendo realizadas. Disse que os Vereadores não sabem de mais nada que está acontecendo, foi na Prefeitura para ver documentos e foi barrado, afirmando que viu um documento do coquetel onde foi servida bebida alcoólica e lá constava refrigerante e para todos verem como são as coisas, o Vereador vê mas não tem acesso, vê irregularidade, mas o resto eles não mostram porque com certeza deve ter alguma coisa ilegal, senão lhe mostrariam e até então não marcaram a data para que ele fosse lá ver o resto da documentação. Sobre o requerimento do Sr. Presidente, disse que ele está certo em cobrar, pois é vergonhoso andar naquele bairro, citando que naquele dia foi lá e os moradores em certo tom de ironia lhe disseram que o asfalto havia chegado ao bairro e quando foi conferir, se tratava de uma raspada de máquina, o que pouco resolveu, pois lá existem ruas que são intransitáveis do mesmo jeito, o que dá vergonha, já que nos vários lugares que vai a trabalho, se depara com situações precárias no município. Acha que assim como os moradores pagam o imposto, deveriam ter mais um pouco de respeito, pois tem quase três anos, dinheiro entrou e muito, milhões e milhões e a não se sabe onde foram gastos, porque no balancete não vem nota fiscal, as vezes vem uma nota falando em dez mil, mas não sabe o que foi comprado e assim gostaria de ter acesso a documentação, porque isso é obrigação e dever de cada vereador e está se sentindo um inútil na Câmara, pois não tem acesso a nada. Após, o Sr. Presidente pediu que fosse enviado ofício para o Sr. Paulo Parraga para colher mais informações em relação ao pedido do Sr. Miguel, tendo o servidor Nelson dito que naquela semana, os servidores da Câmara o procuraram, mas devido a licitações, ele não foi encontrado disponível para prestar mais informações a respeito e que na segunda-feira seguinte voltariam a procurá-lo. Prosseguindo, o Sr. Presidente mencionou o requerimento feito em relação ao bairro da Serra, afirmando que tem conversado com a Sra. Prefeita e que ela está fazendo dentro do possível, mas está sendo muito cobrado pelo pessoal devido ao fato de ser Vereador do bairro da Serra. Disse que estão julgando mal a sua pessoa e os Vereadores aqui sempre têm lhe apoiado e tem que agradecer e a Prefeita que não tem medido esforço, pois na medida do possível ela está fazendo. Disse que ela deu sua palavra e este requerimento é para se ter um documento em mãos, pois o pessoal julga que por ele ser vereador de lá, não tem feito nada, no entanto está correndo atrás e acredita que dentro do possível o que ela puder, ela fará. Agradeceu a todos os Vereadores que sempre tem o apoiado na Serra, as vezes dizem que ele é o único Vereador do bairro da Serra, mas não é bem assim, pois todos os Vereadores representam o município, não só no seu local, por isso agradece a todos os vereadores e também a Sra. Prefeita pelo que ela tem feito e espera que ela ainda faça muito mais. O vereador Fábio disse que dentro do requerimento do Sr. Presidente e pelas palavras que foram ditas, deixa claro que vale levar em consideração o interesse em benefício do município, não quer dizer que é melhor que ninguém, pois aqui ninguém é melhor que o outro, mas existem os documentos e existem também condições, tudo isso tem de ser levado em consideração e muitas das coisas que não foram concretizadas, crê e confia na administração na qual ele fez e continua fazendo parte, porque é um legislador, mas faz parte da administração e se os Vereadores não cooperarem e não ajudar, o Município não vai sair ganhando e para certas coisas, deveria que fosse até lá e visse as condições e em que pé que estão, já que algumas coisas que as vezes já estão praticamente providenciadas e fala como líder da Prefeita, porque é o seu papel estar explicando isso para os Vereadores, muitas das coisas que estão sendo pedidas e citadas como o período eleitoral, ainda se tem até junho do ano que vem para dar início em qualquer obra. O Sr. Presidente disse que é exatamente por isso que quer ter documentos em mãos, mas tem conversado com ela e sabe como estão os andamentos, porem as vezes o pessoal lhe cobra. O vereador Fábio disse que confia primeiramente em Deus e que Ijaci ainda vai chegar aonde todos sonham, mas para isso acontecer, depende de esforço de todos e vê o empenho dos Vereadores, afirmando que devem continuar cobrando, pois o papel do Vereador é esse. O Sr. Presidente disse que tem mais é que agradecer a todos os vereadores, pois estão de acordo e como se diz, é Vereador do município, não só do local. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício passou-se para a Segunda Parte, tendo o Sr. Presidente colocado em votação o requerimento de sua autoria, tendo sido aprovado por todos Vereadores presentes no Plenário, estando ausente o Vereador Sebastião. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei n.º 34/07 que “Altera §5º do artigo 22 da Lei n.º 925 de 06 de julho de 2007”, sendo aprovado por todos Vereadores presentes no Plenário em 1ª discussão e votação, ausentes os Vereadores João Carlos e Sebastião. Em seguida fez-se a votação do projeto de Resolução n.º 05/2007 que “dispõe sobre abertura de créditos suplementares em dotações da Câmara Municipal” sendo aprovado por todos Vereadores presentes no Plenário em 2ª discussão e votação, ausentes os Vereadores João Carlos e Sebastião. Após fez-se a votação do projeto de resolução nº 06/2007 que “dispõe sobre abertura de créditos suplementares em dotações da Câmara Municipal, sendo aprovado em 2ª discussão e votação por todos Vereadores presentes no Plenário, ausentes os Vereadores João Carlos e Sebastião. Em seguida foi deliberado acerca da data para realização da reunião ordinária seguinte, em decorrência do feriado do Dia da Independência, sendo decidido pela sua antecipação para a quinta-feira, dia 06 de setembro a partir das 19 horas. Desta forma, passando-se

para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se na data e horário retro mencionados para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 06 (seis) dias do mês de setembro de 2007, quinta-feira no salão de reuniões da Câmara às 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva e Rômulo Elias. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de 08 (oito) Vereadores, ausente o Sr. Sebastião dos Santos Neto. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos, tendo o Sr. Presidente consultado os Vereadores sobre a possibilidade de inversão da ordem dos trabalhos para que um servidor da Prefeitura e a Secretária Municipal de Saúde fizessem uso da palavra, sendo tal proposta aprovada pela unanimidade do Plenário. Sendo assim, o Sr. Presidente liberou o uso da palavra ao Sr. Paulo Marcos Párraga Júnior que disse fazer parte do Departamento de Licitação da Prefeitura e é responsável pelas publicações na Imprensa Oficial, Tribuna de Lavras e Lavras News há mais de um ano e nunca teve nenhum problema, porém dia 19 de junho fez uma publicação de edital na Imprensa Oficial e só enviaram a nota fiscal dia 9 de agosto quando já havia passado o prazo para empenhar a despesa e desta forma precisa da autorização da Câmara para fazer o empenho e o pagamento, pois do contrário não tem jeito de publicar mais nada. O Sr. Presidente disse que poderia contar com seu apoio, pois não tem nada contra. O Sr. Paulo disse que tem como demonstrar, sendo esta a primeira vez que aconteceu isso com ele e que agora deverá sanar este problema, pois assim que pedir para publicar, no outro dia pedirá o valor, a página e a data da publicação para que seja feito o empenho antes do envio da nota. Questionando sobre a possibilidade de autorizar este pedido, foi informado que naquele dia foi protocolado um projeto de lei neste sentido que vai seguir os trâmites regimentais, tendo o Vereador Fábio dito que o visitante já está prestando contas antes e o Vereador Roosevelt disse que isso são coisas que acontecem e que de sua parte, não tem problema, tendo o visitante Paulo reafirmado que é a primeira vez que isto aconteceu e veio dar uma explicação, ao que o Sr. Presidente disse que esta explicação é ideal, pois às vezes chega um projeto e o Vereador fica sem entender. O Sr. Paulo finalizou apresentando os papéis aos Vereadores, explicando a questão das datas e a impossibilidade de empenhar as despesas da referida publicação. Após, a palavra foi liberada para a Sra. Maria Isabel dos Santos Nepomuceno, Secretária Municipal de Saúde que disse estar aqui mais uma vez para trazer a prestação de contas semestral de 2007, afirmando ter enviado o mesmo relatório para a Secretaria de Estado da Saúde em Belo Horizonte, à GRS de Varginha da qual pertence esta microrregião, outra para a Prefeitura e está ficando com uma cópia. Disse que não seria possível ler todos os itens e assim faria igual à vez passada, deixaria para os Vereadores e qualquer dúvida, estes poderiam lhe procurar ou consultar no Departamento de Contabilidade da Prefeitura, afirmando que os dados estão especificados no relatório, sendo que o total gasto de janeiro a junho foi de R\$1.009.628,90. O Sr. Presidente questionou que se transformando em percentual o gasto está dentro do que é exigido, sendo respondido que varia de 17 a 18% o que está além do limite que é de 15% e tem tido muito gasto no tratamento de câncer. O Sr. Presidente perguntou se algum Vereador queria algum esclarecimento, não havendo nenhuma manifestação, tendo o Sr. Presidente agradecido à Sra. Maria Isabel, afirmando que sempre é bem atendido na Secretaria e a parabenizou pelo trabalho. Prosseguindo fez-se a leitura da ata da 16ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura de 1 (um) comunicado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e 3 (três) comunicados do Fundo Nacional de Saúde acerca da liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Alusão ao relatório apresentado pela Emater/MG acerca das atividades realizadas em nosso Município no exercício de 2006. Convite subscrito pela Sra. Prefeita para participação na solenidade de inauguração das obras de reforma e ampliação da Escola Municipal Maria Luiza da Paixão no Bairro da Serra que seria realizada no dia 12 de setembro de 2007. Ofício nº 09/2007 subscrito pela Presidente da ONG Mãe dos Frutos, Sra. Débora Maria Borges Girardelli, solicitando patrocínio para realização do evento “Garota Cidade” no dia 15 de setembro. Convite para participação no curso sobre “simples nacional” a ser ministrado pelo Professor Luciano Adiel Lopes e a realizar-se na cidade de Eloi Mendes neste mês de setembro em duas edições. Convite para participação no 213º Encontro Nacional de Vereadores e demais agentes políticos e públicos a realizar-se em Belo Horizonte dentre os dias 03 e 06 de outubro. Leitura dos requerimentos apresentados pelo Vereador João Carlos Espedito indicando, após manifestação do Plenário, envio dos seguintes expedientes: O de nº 1 endereçado à Sra. Prefeita, solicita o pagamento das horas extras em sua integralidade, e não somente 60 horas mensais, para os motoristas que atuam na área saúde e educação, salientando que caso já estivesse sendo tomadas as devidas providências neste sentido, fosse informado, classificando ser uma covardia ficar iludindo estes servidores. O de nº 2 endereçado para a Sra. Prefeita, solicita

informações quanto ao real motivo de não ter sido expedido alvará para realização de um baile no Clube dos Cem no último dia 1º de setembro, frisando que tal atitude não sendo devidamente embasada, é uma afronta e causa de revolta para os jovens por não terem espaço e nem oportunidade de diversão na cidade. O de nº 3 endereçado para a Sra. Prefeita com cópia para a Cemig, solicita a substituição do transformador localizado na Rua José de Bastos Neto, altura do número 335, vez que constantemente o mesmo vem se desarmando deixando a região sem energia elétrica, salientando que um técnico da CEMIG informou aos moradores que seria necessário substituir tal transformador por outro de maior potência. Anexo ao requerimento, foi apresentada lista contendo assinaturas de moradores do local contendo tal reivindicação. O de nº 4 endereçado à Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, solicita reparos na pavimentação da Avenida Luiz Gonzaga Vilas Boas, Rodovia Ijaci-Serra, que se encontra em péssimo estado. O de nº 5 endereçado à Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, solicita adoção de medidas para sanar o problema da falta de abastecimento d'água que vem ocorrendo nas casas do Conjunto Habitacional Isabel Alvarenga Vilas Boas, na subida da Avenida Luiz Gonzaga Vilas Boas, em direção ao Bairro da Serra e o de nº 6 endereçado à Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, solicita reforma na pavimentação da Rua José Alípio de Carvalho e Rua do Milionários no Conjunto Habitacional Nossa Senhora da Conceição, vez que naquele local existem muitos buracos o que as tornam intransitáveis, sem contar o transtorno causado pela poeira ou pela lama em dias de chuvas, apresentando em anexo, lista contendo assinaturas de moradores das referidas ruas contendo a mesma reivindicação. Em relação aos projetos fez-se menção ao projeto de lei nº 34/2007 em pauta para 2ª discussão e votação e apresentação das redações finais dos projetos de resoluções nº 05 e 06 em pauta para 3ª discussão e votação. Leitura do projeto de lei nº 35/2007 que “autoriza acordo para encerramento de demanda judicial e dá outras providências”. Projeto de lei nº 36/2007 que “autoriza desapropriação de terreno e dá outras providências”. Projeto de lei nº 37/2007 que “autoriza empenho e pagamento de débito com a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais” e projeto de lei nº 38/2007 que “estima receita e fixa a despesa do Município de Ijaci para o exercício de 2008”. Em seguida o Sr. Presidente cumprimentando a todos, justificou a ausência do Vereador Sebastião que teve que ir a Lavras tratar da saúde do filho. Franqueado o uso da palavra, o Vereador João Carlos agradeceu aos dois jovens que se faziam presentes e pediu que passassem aos demais jovens que interessassem o convite para virem nas reuniões e conhecerem como que é o trabalho dos Vereadores. Sobre seus requerimentos disse que infelizmente o Município não está de acordo com a proporção e a esperança dos moradores. Citou que na Prefeitura eles vêm iludindo os motoristas da área da saúde e da educação prometendo solucionar os problemas deles, pois fazem mais de 120 horas-extras por mês e recebem apenas o valor de 60 horas e há meses que vêm empurrando os motoristas com a barriga, falando que eles iriam enviar um projeto que provavelmente não seria aprovado pela Câmara. Afirmou que isto é uma covardia porque eles ficam na esperança, trabalham e merecem receber pelas horas que realmente fazem e assim gostaria que fosse tomada uma providência o mais rápido possível, porque acham tantos meios de gratificar pessoas que às vezes não fazem nada e para as pessoas que merecem, eles não dão a solução que é de direito. Sobre o ocorrido no sábado anterior, citou que teve conhecimento por meio da diretoria do Clube dos Cem que foi negado o alvará para que fosse realizado um baile e afirmou que os jovens não têm opção nenhuma, na véspera de um feriado nada foi feito na praça e assim acha que deveria ter alguma coisa voltada para os jovens, já que a festa do peão é uma vez por ano e estes não podem contar somente com essa diversão, sendo, portanto uma covardia eles não terem dado esse alvará sem explicar o motivo, frisando que num dia destes, foi realizado um baile na propriedade da Prefeita, dia em que coincidiu com um velório e nem por esse motivo eles cancelaram o baile. Sobre o requerimento para Cemig, disse que o pessoal do conjunto habitacional vem sofrendo com a queda de energia devido a um transformador que não está sendo suficiente para abastecer as moradias daquele local, o que foi constatado pelos próprios técnicos da Cemig. Assim, fizeram uma lista de assinaturas e lhe procuraram para tomar as providências para troca desse transformador. Citou que os mesmos moradores também estão revoltados por causa da situação das ruas, pois embora não transitem muitos carros, tem pessoas idosas que não conseguem andar naquela rua, quando chove a água entra nas casas e assim deveria ser feita uma reforma nessas ruas e que sejam feitas canaletas para evitar que a água invada as casas. Sobre a rodovia para a Serra, disse que está horrível, tapam meia dúzia de buracos e depois somem e há muito tempo estes buracos estão causando transtorno aos moradores e motoristas e assim deveriam jogar nem que seja um concreto para tapar estes buracos. Citou que nesta rua também está faltando água quase que diariamente, não sabe o que está acontecendo, mas com isso o povo fica revoltado porque é impossível viver sem água. Sobre o projeto de lei que trata da desapropriação, gostaria que fosse feita uma avaliação, por no mínimo três imobiliárias, para ter consciência de fazer o que é certo. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício passou-se para a Segunda Parte, com a votação dos requerimentos. Colocado em votação o requerimento nº 1, o Vereador Roosevelt questionou a Assessora Jurídica acerca da legalidade do pagamento destas horas extras. A Assessora disse que no seu entendimento, é devido quando o serviço é esporádico, não podendo ser mensal ou continuado e que o máximo para remuneração é de 60 horas mensais, tendo o Vereador João Carlos dito que então deveriam ter colocado mais gente para trabalhar, ao que o Vereador Roosevelt disse que isso seria o ideal. A Vereadora Catarina disse que foi procurada pelos motoristas que disseram que na Prefeitura iriam mandar um projeto, mas não chegou ainda. O Vereador João

Carlos disse que eles iludem o pessoal, pois não mandam o projeto. A Assessora Jurídica reafirmou que no seu entendimento a hora extra é serviço excepcional e se a demanda do serviço está maior, deveria nomear mais motoristas, citando que está enfrentando igual situação na Prefeitura de Santana do Jacaré onde também trabalha, onde fizeram um Termo de Ajustamento de Conduta com o Promotor de Campo Belo, afirmando que hora extra naquela caracterização mensal e repetida não está sendo aceita e ainda que o Estatuto seja omissivo, precisa haver a simetria com o centro. Disse que se necessário, faz um parecer jurídico, vez que mais que 60 horas não cabe pagamento e nem é aconselhável ser repetida todo mês, sendo este seu entendimento. O Sr. Presidente questionou se no caso de ultrapassar as 60 horas, se pode ser colocado num banco de horas, tendo a Assessora respondido que isso é uma opção, como hora extra é uma coisa que está sendo muito glosada pelo tribunal, pode ser feito e depois o servidor teria direito a descansar alguns dias, isso é um acordo que pode ser feito, é uma questão administrativa. O Vereador Roosevelt disse ser uma situação complicada pois está direcionando somente aos motoristas da saúde e educação, só que existem os outros e quase todos têm horas extras e a maioria também deve estar ultrapassando. A vereadora Jussara disse que se isso for inconstitucional que nomeasse mais funcionários pela ordem do concurso. O vereador João Carlos disse que seu requerimento é para reclamar da covardia que estão fazendo, pois ficam iludindo os motoristas, dizendo que vão resolver o problema, pagar todas as horas que fazem, no entanto, não resolvem nada e trabalhar de graça também é uma covardia. O Vereador Marleu disse que já consultaram o advogado sobre esta questão dos motoristas e ele disse que não tem como arrumar, não pode passar de 60 horas extras e assim acha que eles deveriam chegar perto deles e dizer que não tem jeito de arrumar, pois assim fica melhor. A Assessora mencionou ainda a questão que o motorista precisa descansar, tendo a Vereadora Jussara sugerido ao Vereador João Carlos que mudasse a redação do requerimento, ao que a Vereadora Catarina propôs que fosse na Prefeitura para conversar direto com eles. O Vereador João Carlos disse que naquele dia foi procurado pelos motoristas que lhe afirmaram que o projeto já estava aqui na Câmara e se eles têm consciência que não é possível, não deveriam ficar iludindo os motoristas. O Vereador Fábio disse que no caso de compatibilização de horário não tem como e esse caso de trabalho excessivo que está havendo é um problema administrativo e a questão da indicação, eles também já estão ciente disso. Naquele momento, os trabalhos foram suspensos pelo Sr. Presidente para que se prestasse o devido socorro à Vereadora Jussara que passou mal e teve que se retirar para atendimento médico. Depois de aproximadamente vinte minutos, os trabalhos foram reiniciados com a votação do requerimento nº 1 que foi aprovado após obter 05 (cinco) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário, vencido o Vereador Roosevelt, tendo o autor pedido que aditasse ao ofício de encaminhamento que no caso de haver óbice constitucional para pagamento acima de 60 horas, que fossem adotadas as medidas para que os serviços extraordinários prestados pelos referidos motoristas não extrapolem as 60 horas. Feita a votação dos demais requerimentos, estes foram aprovados pela unanimidade do Plenário, conforme dispõe o § 1º do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei n.º 34/07 que “Altera § 5º do artigo 22 da Lei n.º 925 de 06 de julho de 2007”, sendo aprovado por todos Vereadores presentes no Plenário em 2ª discussão e votação. Em seguida fez-se a votação do projeto de Resolução n.º 05/2007 que “dispõe sobre abertura de créditos suplementares em dotações da Câmara Municipal” sendo aprovado por todos Vereadores presentes no Plenário em 3ª discussão e votação, transformando-se na Resolução Legislativa nº 477. Após fez-se a votação do projeto de resolução nº 06/2007 que “dispõe sobre abertura de créditos suplementares em dotações da Câmara Municipal”, sendo aprovado em 3ª discussão e votação por todos Vereadores presentes no Plenário, transformando-se na Resolução Legislativa nº 478. Após fez-se o envio dos projetos de leis 35, 36 e 37 de 2007 às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental, tendo o Vereador Fábio solicitado votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 36/2007, afirmando que sempre são enviados muitos requerimentos a respeito da Serra e essa é uma solução viável que está sendo encontrada e que serão observados todos os cuidados como questão de preços, avaliações, então isso deveria ter uma solução imediata para sanar alguns requerimentos, mesmo porque a situação do bairro tem que ser resolvida. O Vereador João Carlos pediu vistas ao referido projeto, sendo-lhe concedido nos termos regimentais. Justificando, este disse que não adianta só cobrar, tem que estar ciente do que está sendo feito e a avaliação é a melhor opção, pois na aquisição do terreno que seria para a Rodolatina, até hoje falam que fulano levou cinquenta mil, ciclano levou 30 mil e não está duvidando do preço, mas é bom ter um documento na mão para ter certeza de estar fazendo a coisa certa e se eles já têm essas avaliações, já deveriam ter encaminhado. O Vereador Fábio disse que não há dificuldade nisso ao que o Vereador João Carlos disse que já tiveram dois anos e meio e nada resolveram. Teve tempo e se não fez, é porque não quis. Após, fez-se o envio do projeto de lei 38/07 para a Comissão de Finanças, Orçamentos e Tomada de contas para parecer no prazo de vinte dias, conforme dispõe o § 2º do art. 153 do Regimento Interno. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se na sexta-feira, dia 14 de setembro a partir das 19 horas para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 14 (quatorze) dias do mês de setembro de 2007, sexta-feira no salão de reuniões da Câmara às 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 17ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura de 2 (dois) comunicados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca da liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Convite subscrito pela Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ijaci, Sra. Adriene Alvarenga, para comemorações do 1º aniversário de sua fundação que seria realizado dia 21 de setembro. Leitura do requerimento subscrito pelo Sr. Presidente conjuntamente à Vereadora Catarina Gonçalves de Castro indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita agradecendo pelo início das obras da rede de esgotos do Bairro da Serra, sendo tal obra de grande interesse público e alcance social que vinha sendo almejada por todos os moradores do Bairro, bem como seus visitantes e diante da importância desta obra, solicitam que sejam envidados todos os esforços para que a mesma seja concluída no mais breve espaço de tempo possível. Manifestam ainda sinceros agradecimentos aos Vereadores pelo apoio dispensado à realização desta obra e pelo interesse no desenvolvimento do Bairro. Em relação aos projetos, foi apresentada a redação final do projeto de lei nº 34/2007 em pauta para 3ª discussão e votação. Alusão aos projetos de leis nº 35 e 37/2007 em pauta para 1ª discussão e votação. Leitura da emenda à Lei Orgânica Municipal nº 1/2007 que “altera redação do art. 115 da Lei Orgânica do Município de Ijaci” e projeto de resolução nº 7/2007 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar em dotação da Câmara Municipal”. Prosseguindo, o Sr. Presidente cumpriu a todos e em relação aos motoristas da Prefeitura, conversou com um servidor e segundo este, a administração está estudando a possibilidade de dar uma gratificação a estes, pois seria a única forma de resolver o problema, vez que segundo este servidor, pagar as horas extras não é possível, sendo isto que lhe foi passado. A respeito da obra da Serra, disse estar muito satisfeito por terem começado, fez requerimento neste sentido, pois há muito tempo esta obra vinha sendo cobrada pelos moradores do bairro, inclusive ele e assim agradece ao Executivo e a todos os Vereadores tem lhe apoiado na Serra. Franqueada a palavra, a Vereadora Jussara pediu votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 35, mencionando a visitante Rosângela que era parte interessada na aprovação do mesmo, pois é uma demanda judicial de muito tempo e precisa acabar logo tanto em relação à Sra. Maria Aparecida de Souza, como em relação à Casa de Saúde Paulo Menicucci, que também depende desse dinheiro para dar continuidade ao atendimento. Sobre a emenda ao art. 115 da Lei Orgânica que deu entrada nessa Casa, acredita que ainda vai haver reunião para discutir sobre isso, porque mexer na Lei Orgânica é uma coisa muito complicada, essa é uma parte muito boa, mas precisa ser olhada com carinho porque tem muita gente no nosso município que vem sendo prejudicada, já que está sendo preciso comprar coisas em outros lugares, deixando Ijaci a desejar até mesmo no sentido de dar mais empregos para as pessoas e assim é uma questão que precisa ser feita com muita dedicação, consultar a assessoria jurídica para não haver falhas e que no futuro os Vereadores não venham se arrepender. Prosseguindo, o Vereador Sebastião disse que não vê complicação nenhuma em relação ao artigo 115, pois a Lei Orgânica e o Regimento Interno são alterados através dos Vereadores e se está prejudicando o povo de Ijaci, a obrigação era de ter sido feito antes, mas quando o projeto chega até a Câmara e vai beneficiar a maioria, fica esse jogo de empurra, quando já deveríamos ter chegado a um consenso e ter aprovado essa emenda na Lei Orgânica. Disse que quando a pessoa se elege vereador, a sua família não tem nada a ver e esta mudança já deveria ter sido aprovada, mas como não depende de um vereador, mas sim de uma de um Plenário, está se empurrando com a barriga, citando que quando vem alguma suplementação da Câmara para aprovar viagens, coisas para beneficiar os Vereadores, estes não estão olhando isso, estão aprovando e acabou. Assim é preciso olhar da mesma forma quando é para beneficiar a população, pois a redação do artigo força a Prefeitura comprar noutras cidades, sendo que o dinheiro poderia ser gasto dentro de Ijaci. Sobre a família do Wilson, disse que se tem que pagar a indenização e tem no orçamento, já deveria ter sido liberado e em relação aos motoristas, se estão trabalhando, têm mais é que receber, não podem trabalhar de graça. Sobre o projeto do conselho tutelar, disse que muita gente foi prejudicada, a emenda reduzindo a escolaridade para 8ª série não passou e até agora não entendeu esse projeto, como a emenda foi rejeitada Disse que para ser político, deveria ser feita uma prova para ver se tinha condições. Sobre o Bairro da serra, disse que não estão fazendo mais a que obrigação, afirmando que no caso do pedido de vistas, o Vereador deveria devolver o projeto para ser votado, a fim de começarem rapidamente essas obras, embora a Serra não esteja precisando somente da rede esgoto, está precisando de tudo, como disse, está numa situação de calamidade pública, não só lá, mas aqui dentro de Ijaci tem muitas pendências e estamos precisando de melhorias, porque o ano que vem é ano de eleição e quer ver quem terá cara de pau para subir num palanque e repetir as mesmas mentiras. Sobre a Avenida Conceição do Rio Grande na Vila Aparecida, disse ter reclamado varias vezes acerca do apagão que sempre vem ocorrendo, citando que a Igreja Assembléia de Deus fez todo o planejamento de sua festa e

na hora não deu em nada, questionando de quem é a culpa neste caso, afirmando que com certeza não foi de quem planejou a festa, a culpa é nossa porque é preciso exigir mais, foram enviados requerimentos para a Prefeita, para a Cemig e as coisas não são resolvidas, afirmando que ficou muito decepcionado com o acontecido, classificando que não são todos, mas a maior parte dos políticos é farinha da mesma sacaria. Sobre essas publicações, não deveriam falar que é a primeira vez que isto acontece, porque é mentira, aqui já se acostumou a fazer desta maneira, afirmando que noutras atas consta isso, eles erram e os Vereadores estão indo juntos. Se uma coisa não começar bem, não termina bem, pois os Vereadores foram eleitos para fazer o que é certo, mas estão errando de maneira consciente. Prosseguindo o Vereador Fábio disse que em relação às horas extras dos servidores, é de seu conhecimento que realmente estão sendo feitas além da conta e que foi informado por um motorista que já estão achando uma solução viável e estão corretos por estarem cobrando e tem certeza que será achada uma solução para esse problema, pois não se pode trabalhar excessivamente sem receber por isto. Sobre o projeto de lei nº 35, parabenizou a Vereadora Jussara pelo pedido de votação em regime de urgência, pois é de grande importância esse encerramento de demanda judicial que envolve a família da visitante e crê que os vereadores não vão encontrar dificuldades nisso. A respeito da alteração do artigo 115 da lei Orgânica, disse que deve haver um esforço, pois é uma questão que realmente vem prejudicando todo o Município, parabenizou pela emenda e disse que são coisas que acontecem não porque querem, mas por causa da consequência, porém existe solução e conforme disse o Vereador Sebastião, se a lei do conselho tutelar foi aprovada ou não foi aprovada, tem que haver solução, pois se os Vereadores aprovaram a lei ela tem que prevalecer. Pedeu que a Assessora Jurídica desse uma olhada nesta questão, pois se dentro da reunião foi aprovada a lei, esta tem que permanecer, não pode ir por água abaixo, precisa haver uma solução para que mais tarde não venha prejudicar nenhum cidadão ijaciense. O Sr. Presidente solicitou um parecer da Assessora Jurídica, tendo antes o servidor Nelson lhe relatado que no mês de julho o Vereador João Carlos propôs uma emenda reduzindo a exigência do ensino médio para ensino fundamental na função de conselheiro tutelar. Tal emenda obteve três votos favoráveis, um voto contrário e três abstenções, sendo na oportunidade declarada rejeitada, porém surgiram questionamentos de que teria sido aprovada. Outro complicador é que a redação final desconsiderou a emenda e as inscrições para a função de conselheiro tutelar já foram realizadas, constando a exigência do ensino médio no edital. Disse ainda que se a matéria exigia maioria absoluta para aprovação, a emenda realmente foi rejeitada, porém se exigia maioria simples, a emenda foi aprovada e isto passou despercebido, tendo a Assessora Jurídica afirmado que a princípio, exigia maioria simples, tendo o servidor dito que neste caso deferia ter sido impetrado um recurso antes da votação da redação final. O Vereador Fábio disse que se criou uma situação constrangedora tanto para a Câmara, como para o Executivo. O Vereador Sebastião disse que a abstenção não conta nem a favor, nem contra, citando que ele não veio à reunião, o presidente não vota, o projeto teve três votos favoráveis, um contra e três abstenções e questionou como pode estar valendo, afirmando que o Vereador tem que fazer o que é certo, mas tanto errou aqui na Câmara como no Executivo, tendo a Assessora Jurídica e o servidor Nelson afirmado que neste caso, o Executivo não teve acesso à emenda porque na ocasião ela foi considerada rejeitada pelo Plenário, tendo o Vereador Sebastião afirmado que muitas pessoas poderiam ter feito inscrições e mesmo se ele estivesse na reunião, de nada adiantaria, porque as coisas estão sendo aprovadas pelo voto de um Vereador e é por isso que as vezes só assina e sai da reunião, porque aqui parece que as coisas são olhadas só de um lado. A Assessora Jurídica reafirmou que a princípio a aprovação seria por maioria simples, havendo discussão da matéria entre o Vereador Sebastião e a Vereadora Catarina. O Sr. Presidente disse que isto passou despercebido, era a favor da redução da escolaridade, iria entrar com a emenda, porém o Vereador João Carlos o fez, tendo a Assessora Jurídica mencionado a hipótese do Executivo vetar a emenda caso fosse considerada, tendo o Vereador Fábio dito que passou despercebido, o resultado da votação está constado em ata e o caso é sanável, quem faz as leis são os Vereadores, tendo o Vereador Sebastião dito que então tinha que revogar porque foi considerado apenas um voto e quem está sendo prejudicado é a população, tendo a Vereadora Catarina questionado o que fazer agora, pois as inscrições já foram realizadas, ao que o Vereador Sebastião afirmou que o seu questionamento é em cima de fazer uma lei errada e ela ter valor como certa. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício passou-se para a Segunda Parte, com a votação do requerimento subscrito pelo Sr. Presidente e Vereadora Catarina, sendo aprovado pela unanimidade do Plenário conforme dispõe o § 5º do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seu encaminhamento. Em seguida, o Vereador João Carlos devolveu o projeto de lei nº 36/2007 para qual havia pedido vistas na reunião anterior, afirmando que assim fazia por consideração ao pessoal da Serra que vem sonhando com essa obra que está para lá de atrasada, apesar de que, vão tapar o sol com a peneira, porque vão fazer só uma rua, enquanto a precariedade da situação da Serra é total, porém está chegando o tempo político e assim vão tentar tapear eles mais um pouco. O Vereador Roosevelt solicitou votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 37/2007. Desta forma, o Sr. Presidente submeteu os pedidos de votação em regime de urgência para os projetos, sendo para o de nº 35, efetuado pela Vereadora Jussara, nº 36, pelo Vereador Fábio na reunião anterior e 37 pelo Vereador Roosevelt, sendo todos aprovados pela unanimidade do Plenário. O Vereador Sebastião pediu votação em regime de urgência para a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal nº 1/2007, pois o projeto já havia sido passado para as comissões e os vereadores que quisessem questionar, que pusessem emenda, senão este projeto iria ficar a vida inteira aqui na Câmara, tendo o Vereador

Fabio dito que está sendo baseado na Constituição Federal, está tirando somente os parentes, os agentes políticos permanecem. A Vereadora Catarina disse que foi marcada uma reunião para estudar esta emenda e não apareceu ninguém ao que o Vereador Sebastião disse que o projeto já estava aqui e pelo prazo, já tinha que ter entrado em votação e deveria estar na pauta da reunião, havendo discussão sobre o assunto, tendo o Servidor Nelson informado que antes o que havia era um pedido subscrito por alguns comerciantes e que a redação estava pronta só dependendo da assinatura de um Vereador, o que somente foi feito no dia anterior pelos Vereadores João Carlos e Rômulo. Citou ainda que emenda a Lei Orgânica é votada em dois turnos com interstício de dez dias e que oficialmente a proposta de emenda estava dando entrada naquela reunião. O Vereador Fábio disse no seu entender o pedido regime de urgência não precisaria ser votado naquela reunião. A Assessora Jurídica disse que o máximo que poderia fazer era dar a primeira votação. O Vereador Roosevelt mencionou a respeito de que os Vereadores precisam ter conhecimento do projeto 24 horas antes para votação em regime de urgência, ao que o Vereador Sebastião lhe respondeu que aqui já foi votado projeto sem observar estas 24 horas e que o Vereador está aqui para fazer a lei e até hoje não cumpriu o papel, citando vários projetos para os quais o Vereador Roosevelt pediu votação em regime de urgência sem observar estas 24 horas, perguntando se o Vereador se lembra que em reuniões passadas, questionou em cima disto, afirmando que ou faz tudo certo ou continua tudo errado. Prosseguindo, fez-se a votação do projeto de lei nº 34/2007 de autoria do Vereador João Carlos que “altera o § 5º do art. 22 da Lei nº 925 de 06 de julho de 2007, sendo aprovada pela unanimidade do Plenário em 3ª discussão e votação. Dando seqüência, fez-se a votação o projeto de lei n.º 35/07 “Autoriza acordo para encerramento de demanda judicial e dá outras providências”, sendo aprovado em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação pela unanimidade do Plenário. Após fez-se a votação o projeto de lei n.º 36/07 “Autoriza desapropriação de terreno e dá outras providências”, sendo aprovado em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação pela unanimidade do Plenário. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei n.º 37/07 “Autoriza empenho e pagamento de débito com a imprensa oficial do Estado de Minas Gerais”, sendo aprovado em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação pela unanimidade do Plenário, determinando-se o encaminhamento das proposições de leis para fins de sanção. O Vereador Sebastião questionou a respeito do projeto de desapropriação, se para o mesmo não era necessário observar as 24 horas, sendo lhe informado que o Vereador Fábio pediu urgência, porém o Vereador João Carlos pediu vistas. O Servidor Nelson disse que na ocasião havia comentado com a Assessora Jurídica acerca do art. 140 do Regimento Interno que dispõe sobre estas 24 horas e quando iam falar para o Sr. Presidente, o Vereador João Carlos pediu vistas. O Vereador Sebastião disse que sobre a emenda à Lei Orgânica, o Vereador Roosevelt comentou acerca das 24 horas e quanto ao projeto de desapropriação, ele ficou quieto. O vereador Roosevelt lhe disse que não se manifestou sobre isso, mas não seria a favor daquele projeto ser votado desse jeito, ao que Vereador Sebastião perguntou se ele estava obedecendo, por que então pediu regime de urgência noutros projetos. Intervindo, o Sr. Presidente fez o envio da proposta de emenda à Lei Orgânica n.º 1/2007 e o Projeto de Resolução n.º 7/2007 às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental, tendo o Vereador Sebastião pedido licença e se retirado da reunião. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se na sexta-feira, dia 21 de setembro a partir das 19 horas para deliberação dos projetos em pauta e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 21 (vinte e um) dias do mês de setembro de 2007, sexta-feira, no salão de reuniões da Câmara às 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva e Rômulo Elias. Presentes os servidores da Câmara e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 18ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Passando-se para os comunicados, fez-se a leitura do atestado médico de impossibilidade de trabalho apresentado pela Assessora Jurídica Dra. Isis, assinado pelo Dr. Dílson Arlenio Correia, CRM nº 12.428. Leitura de 3 (três) comunicados do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Leitura do comunicado da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional acerca de liberação de recursos da União ao Município de Ijaci no período compreendido entre janeiro a julho de 2007. Convite para a 3ª Semana da Saúde de Ijaci que seria realizada de 24 a 28 de setembro com programação variada. Convite para festividades que seriam realizadas na Igreja Evangélica Assembléia de Deus Cerâmica nos dias 28 a 30 de setembro. Ofício nº 143/07 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhando balancete da receita e despesa da Prefeitura Municipal referente ao mês de agosto de 2007. Apresentação do balancete de receita e despesa da Câmara Municipal referente ao mês de agosto de 2007. O Sr. Presidente determinou a leitura do ofício nº 143/2007 desta Câmara que foi enviado para a

Prefeitura contendo solicitação para que protocolem os projetos de leis até às doze horas das quintas-feiras como meio de confeccionar avulsos para distribuição aos Vereadores, considerando o art. 140 do Regimento Interno. Ainda contém solicitação para que sejam levadas em conta as exceções previstas no § 6º do art. 175 do Regimento Interno nos projetos com pedido de votação em regime de urgência, como meio de se evitarem transtornos e repercussões negativas na tramitação dos projetos. Em relação aos projetos foi mencionada a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal nº 01/2007 em pauta para votação em 1º turno e projeto de resolução nº 7/2007 em pauta para 1ª discussão e votação. Prosseguindo, o Sr. Presidente cumprimentando a todos, franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador Sebastião mencionando a cobrança da taxa de água e IPTU, afirmando que primeiro deveriam ter chamado a população e os vereadores para, pelo menos, ver o que poderia ser feito quanto a essas cobranças indevidas. Disse que se não cobrou os antigos, não deveria cobrar hoje sem colocar a população à par, mas fazem as coisas e resolvem do jeito que querem. Acha que antes de mandar essas cobranças, deveriam ter chamado uma parte dos vereadores, aqueles que quisessem participar, pois várias pessoas lhe reclamaram sobre isto, mas ele também está por rumo, já que não o puseram à par de nada e estão mandando cobranças até para quem já morreu, citando que mandaram uma cobrança para o seu pai e assim tem que ver um dia que ele estiver disponível para resolver esta situação na Prefeitura. Após mencionou que os jovens precisam de diversão e de emprego, só que aqui em Ijaci não tem isso, afirmando que de governo federal, estadual e municipal o povo está a pé, só prestando para os elegerem. Citou reportagem no dia anterior, onde na hora em que presidente Lula estava precisando de voto, ele estava pegando na mão de todo mundo e quando um cidadão queria conversar com o Presidente, foi retirado à força de dentro do Palácio do Planalto em Brasília. Disse que na eleição, o povo põe o sujeito para ganhar salário durante quatro anos, só que o político brasileiro tem de botar na cabeça que a partir da data em que foi eleito, ele só tem quatro anos de mandato, ou ele aprende a trabalhar ou aprende a viver de política, senão depois dos quatro anos ele vai passar fome e no Brasil está superlotado de políticos dessa marca. Reafirmou que na época da campanha, os políticos pegam crianças no braço e se for preciso fazem de tudo, mas na hora que o cidadão precisa do político, meia dúzia de seguranças joga esse mesmo cidadão para fora. Disse que fica indignado com política brasileira dentro da câmara dos deputados e do senado, afirmando que é uma vergonha, pois só existem políticos para beneficiar a si próprio e não somente lá, mas a nível estadual e municipal fazem parte da mesma sacaria e se for para vender, não acha nem dez centavos por tonelada pelos políticos que o país tem hoje. Sobre o artigo 115 da Lei Orgânica, disse que está dentro da Câmara, todo mundo já teve ciência da situação que prejudica o cidadão ijaciense, sendo que vereador, vice-prefeito e prefeito não devem contratar com o município, mas a família não se encaixa nessa situação, porque todo mundo precisa trabalhar e ganhar seu pão de cada dia. Disse que a gente vive aqui e vê muito sofrimento com o alto índice de droga e de álcool, questionando o que fazer se o jovem não tem nenhuma diversão, a opção de esportes é fraca, se liga um som na rua, tem uma lei que proíbe e assim o Município tem que investir em saúde, educação e lazer. Além da diversão, os jovens precisam de emprego que tanto foi falado em cima de palanque, mas até hoje a única coisa que prestou foi para inchar a Prefeitura, o que não é o caminho certo, o correto seria trazer empresas, qualificar os jovens e incentivá-los a estudarem para terem um futuro melhor. Disse que foi procurado por muitas pessoas que lhe pediu a respeito de ligação de esgoto em pequenos lugares, afirmando que estamos no século vinte e um e ainda fazendo fossas e quando o terreno é pequeno, não sobra espaço para perfurá-las e para fazer as necessidades, só se fizerem na porta da Prefeitura ou na praça. São poucos lugares para ligarem a rede de esgoto, gasta-se muito dinheiro à toa, contamos com uma arrecadação de quase novecentos mil reais pelo que viu nesse meio balancete que foi enviado para a Câmara, citando que estamos todos por rumo, não temos mais as audiências públicas, sendo que tem a lei, mas esta não é cumprida, somos nove vereadores e teríamos que ter um Plenário para que fizesse cumprir a realização da audiência pública, porém está passando batido e questionou quem é que vai punir, se os Vereadores, o Ministério Público, a população que não participa, sendo que neste ano ainda não teve nenhuma audiência, tendo sido informado que o Arnaldo pediu para marcar uma data que será definida ainda nesta reunião ao que o Vereador perguntou pelas outras, tendo o Sr. Presidente lhe dito que fez requerimento neste sentido. Retornando à questão das redes de esgotos, o pronunciante disse que são coisas mínimas, no loteamento do Miguelzinho no Córrego Pintado tem pessoas que estão pedindo pelo amor de Deus para fazer uma rede de esgoto, manda um requerimento e parece que rasgam antes de ler, não respondem nada, há três anos que fez um requerimento para colocarem proteção lateral nas pontes do Passa Três e nem resposta obteve, o povo está servindo de bobo no Brasil e principalmente em Ijaci onde é pior, pois nesse mês entraram oitocentos e trinta e oito mil reais. Ainda sobre a cobrança de IPTU, disse que deveriam ter chamado a população e os Vereadores para acharem um meio de parcelar, pois não adianta chamar as pessoas se estes não tiverem condições de pagar de uma só vez, assim as coisas precisam ser feitas com planejamento, se começa certo, termina certo. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, tendo o Sr. Presidente consultado o Plenário acerca das datas das reuniões do mês de outubro, em decorrência da viagem de alguns Vereadores para o Encontro Nacional de Vereadores em Belo Horizonte na primeira semana e do feriado na segunda semana, ficando decidido que as reuniões seriam realizadas nas terças-feiras, dias 02 e 09 de outubro e na sexta-feira, dia 19 de outubro. Em seguida fez-se a votação da proposta de emenda n.º 01/2007 que “altera o artigo 115 da Lei Orgânica do Município de Ijaci”, subscrita pelos Vereadores João Carlos Espedito e

Rômulo Elias, sendo aprovada pela unanimidade do Plenário em 1º turno de votação. O Vereador Fábio questionou se estava prevalecendo o pedido de urgência do Vereador Sebastião, sendo respondido que as votações de emendas à Lei Orgânica são feitas em dois turnos com intervalo de dez dias entre as votações. O Vereador Sebastião disse que se for bem analisado, o artigo teria de ser mais amplo, pois no caso de licitação, o valor da contratação precisa atingir mais de oito mil reais e quando não atinge tem que ser feito um apanhado de preço, e assim essa mudança também fica no escuro, pois para contratação de valor inferior a oito mil reais não é feita licitação e assim vai ficar do mesmo jeito. Houve discussão em torno do assunto, tendo o servidor Nelson dito que nada impede que seja feita licitação para o ano todo, tendo o Vereador Sebastião dito que também é complicado, pois isto impede que a Prefeitura adquira produtos que as vezes entram em promoção, citando o caso dos supermercados e assim deveria ter sido previsto não só a licitação, mas um apanhado de preços. O servidor Nelson disse que se prever a cotação de preços no artigo, não existirá um documento que prove a igualdade para todos, já que na licitação as propostas são fechadas, tendo o Vereador Sebastião dito que a própria população e os vereadores podem cobrar, o problema é que não vem um balancete certo para a Câmara, pois se mandassem, teria jeito de olhar o valor cobrado e comparar os preços. O Vereador Fábio disse que as cotações também podem ser fechadas, ao que o Vereador Sebastião disse que não tem nada a ver uma coisa com a outra e que cotação é aberta, a própria palavra fala. Após fez-se a votação do projeto de resolução n.º 07/2007 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar em dotação da Câmara municipal”, sendo aprovado pela unanimidade do plenário em 1ª discussão e votação. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a ser realizada no dia 02 de outubro, terça-feira a partir das 19 horas para deliberação dos projetos em trâmite e demais assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Foi determinado ainda que fosse comunicado ao Departamento de Contabilidade e Gestão da Prefeitura Municipal que nesta reunião será aberto espaço para a realização da audiência pública conforme dispõe o § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme solicitado pelo Chefe do referido Departamento. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 02 (dois) dias do mês de outubro de 2007, terça-feira, no salão de reuniões da Câmara às 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes o servidor da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 19ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Após, fez-se a leitura de 3 (três) comunicados do Fundo Nacional de Saúde e 1 (um) comunicado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca de liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Convite enviado pela Direção, Professores e Alunos da Escola Estadual Maurício Zákchia para participação na III Feira Cultural 2007 que seria realizada dia 06 de outubro. Requerimento subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano solicitando o aproveitamento do abrigo de ônibus que foi retirado do ponto em frente à Caixa d'água para instalação no ponto em frente à propriedade do Sr. Cláudio Macieira de Pádua, como meio de proporcionar mais conforto e segurança para os usuários daquela região. Em relação aos projetos, foi mencionada a Proposta de Emenda à Lei orgânica Municipal nº 1/2007 em pauta para votação em 2º turno, projeto de resolução nº 7/2007 em pauta para 2ª discussão e votação e apresentação do projeto de resolução nº 8/2007 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar em dotação da Câmara Municipal”. Prosseguindo, foi aberto espaço para realização da audiência pública para avaliação do cumprimento das metas do 2º quadrimestre de 2007, tendo o Sr. Presidente convidado o Chefe do Departamento de Contabilidade e Gestão, Sr. Arnaldo Messias Mesquita e o Controlador Geral, Sr. Jorge Gonçalves Diniz para tomarem assento junto ao Plenário para que fizessem as respectivas explanações. Cumprimentando a todos, o Sr. Arnaldo disse estar na Câmara para o cumprimento da lei de responsabilidade fiscal para esclarecimentos do segundo quadrimestre de 2007, afirmando que a audiência pública em cidades com menos de vinte mil habitantes está ficando enjoativa, pois as metas de um município deste porte são metas básicas como educação, saúde e índice de pessoal. No caso de município com mais de cinquenta mil habitantes, existem as metas por bairros que são construção de escolas, de hospitais e varias outras coisas, sendo que já existe proposta de modificação deste artigo para evitar essa mesmice nas reuniões e alguns municípios menores estão inovando e mostrando vídeos sobre obras realizadas, mas como em Ijaci é pouca coisa, acham que isto é desnecessário. Sobre a arrecadação, disse que caiu muito nestes últimos meses, está tendo queda com o FUNDEB que começou a receber em março, provavelmente queda com a implantação do ICMS solidário que em Ijaci deve diminuir em torno de 70 mil reais,

conforme cálculo e estão tentando inverter esse projeto. No gasto com educação o percentual foi de 23,04% , mas a meta é atingir 28%, pois nunca deve se limitar aos 25%, vez que alguns gastos podem ser glosados pelo Tribunal de Contas, daí a necessidade de se trabalhar com um índice maior, e o valor destas despesas foi em torno de R\$1.500.000,00. Na área de saúde, foi aplicado o percentual de 17,70%, o que perfaz o valor de R\$ 1.139.000,00 e durante o ano deve ser gastar em torno de 23% a 25%, sendo que na saúde o espaço para gastos é mais amplo ao contrário da educação, onde nem todas as despesas se enquadram dentro dos 25%. Outra parte importante é o índice de gasto com pessoal, onde o limite a ser atingido é de 54% sendo gasto 40,85% devendo fechar o ano entre 45 a 48%, porém havendo queda na arrecadação o percentual deve ficar em torno de 51% até por causa do 13º salário e mais algumas outras despesas que a Prefeitura está verificando nesta parte de pessoal, onde até então foram gastos R\$2.085.000,00. O patrimônio adquirido até agora foi de R\$99.000,00 com computadores, armários, impressoras, equipamentos de saúde. As obras são a continuação de algumas que começaram ano passado e mais algumas obras que foram iniciadas neste ano perfazendo o valor de R\$ 385.000,00. Disse que isto era o resumo e falará com a Sra. Prefeita para pedir sugestões aos Vereadores, visando melhorar as audiências públicas para que possam ser fornecidas mais informações, salientando que a documentação está sempre a disposição na Prefeitura não só para Vereadores, mas para qualquer pessoa que tiver interesse em verificar. Citou que estão sendo entregues duas pastas com toda documentação e o resumo dos balancetes com os quadros que a lei determina que sejam enviados, inclusive os referentes ao exercício de 2006, pois foi preciso fazer uma alteração que o Tribunal de Contas determinou para que os relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal ficassem compatíveis com a prestação de contas do exercício, porém o resultado não alterou nem para mais e nem para menos. Disponibilizando-se para perguntas, a Vereadora Jussara questionou sobre o planejamento para cobrir o déficit que tem na área de educação, pois conforme dito, o percentual está na casa dos 23% e quais seriam as medidas para aplicar o restante, tendo o Arnaldo respondido que sempre deixa uma reserva para o décimo terceiro salário dos professores e como está havendo queda de arrecadação, estão com medo desta reserva não ser suficiente para pagar o décimo terceiro salário dos professores e assim ser necessário utilizar recursos próprios, pois o valor caiu demais com o FUNDEB e como a arrecadação caiu mais em outros setores, está havendo dificuldades, as despesas da Prefeitura estão sendo contidas e tem sempre um fundo de reserva para não haver problemas de pagamento. A Vereadora questionou se essa reserva é exclusivamente para pagar o décimo terceiro salário dos professores, sendo respondida que sim. O Controlador Jorge Diniz disse que com a passagem do FUNDEF para o FUNDEB, houve queda acentuada e inclusive a folha de pagamento está sendo complementada com recursos próprios, antes este recurso era suficiente para pagar a folha e ainda sobrava um pouco para o décimo salário no final do ano e com a queda a Prefeitura está suplementando a folha de pagamento dos professores. Disse que também existe um projeto bastante abrangente para construção de um prédio para escola no campo do Milionários, faltando somente concluir o mesmo para a abertura de licitação que deverá ser em duas etapas. O Sr. Arnaldo disse que este projeto deve custar em torno de R\$1.800.000,00, só que a Prefeitura não tem este recurso todo e assim está estudando com o engenheiro a divisão em mais fases para não parar a obra no meio do caminho, tendo o Sr. Jorge dito que seria licitada por etapas para não comprometer o orçamento. A Vereadora Jussara mencionou o cardápio sugerido pelos alunos, informando que foi acatado e agradeceu ao Jorge pelo apoio, sendo que já está tudo normalizado para mudar aos poucos, com frutas uma vez por semana, iogurte e assim deixou à disposição para os vereadores que quisessem verificar. O Vereador Sebastião questionou qual o valor da folha de pagamento da Prefeitura, tendo o Sr Arnaldo respondido que é torno de R\$340.000,00 com os encargos sociais. O Vereador Sebastião disse que vai chegar ao final do ano e um mês de receita ficará para pagar funcionários e o décimo terceiro salário e essa audiência publica por enquanto é obrigatória conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas os Vereadores ficam numa situação difícil, questionando se algum sabe resumir o que vem nos balancetes, afirmando que está por rumo, porém pôde notar algumas coisas, questionando quantas assessorias de advocacia a Prefeitura tem no momento, sendo respondido pelo Jorge que são três advogados, sendo um chefe de licitação. Perguntado se não havia mais, o Sr. Jorge disse que existem assessoria e consultoria por meio de contratos, ao que o Vereador Sebastião mencionou que a Câmara aprovou um convenio com a AMM e encontrou no balancete o pagamento a Sérgio Bassi Consultoria e Assessoria no valor de R\$ 3.332,50 e Willian Eduardo no valor de R\$5.500,00. Acha que deveriam enviar os empenhos e as notas fiscais, pois as vezes se diz que é fácil verifica-los na Prefeitura, porém lá se encontram as mesmas dificuldades e neste balancete se tem o conhecimento do valor, mas não se sabe o que está sendo comprado e assim, essas audiências públicas deveriam ser mais amplas e com o balancete completo ficaria mais fácil. Reafirmou que aqui está tudo por rumo e acha até enojativo vir numa audiência pública, pois temos que fazer três por ano e essa é a primeira que está sendo feita, não sabendo se é por falta de pessoal e assim acha mais fácil não realizar estas audiências públicas. O Sr. Arnaldo reafirmou que as notas fiscais e todos relatórios estão na Prefeitura e se for enviar tudo para a Câmara, teria que trazer um caminhão cheio de papéis, além do que existe aquela dificuldade com o Tribunal de Contas que proíbe a saída de documentos da Prefeitura e da Câmara quando for o caso. O Vereador Sebastião disse que isso não existe, pois no caso da Câmara, é direito do cidadão ter acesso a uma ata, ao gasto de viagem de Vereador e esta é obrigada a fornecer. Afirmou que não vive somente de política e às vezes não tem como ser atendido quando estiver disponível, citando que isto já aconteceu com ele e o Vereador João Carlos. Assim, ficaria mais fácil se estes balancetes viessem completos e facilitaria

ainda essa audiência pública que para ele de nada está adiantando, sendo que os servidores Arnaldo e Jorge não são culpados, pois a gente trabalha com o que tem nas mãos. O Vereador João Carlos mencionou que foi marcado um dia para ele e o Vereador Sebastião verificarem os balancetes e depois cancelaram por motivos de doença e remarcada outra data, ele foi e viu cópias de documentos onde constava a licitação do coquetel que, segundo ele, estava totalmente errada, pois na festa foi servida bebida alcoólica que não estava na registrada na nota fiscal, lá só tinha refrigerantes e salgados e requisitada cópia desse documento, até hoje não foi enviada. Disse que a partir da hora que ele achou irregularidades nos primeiros balancetes desta administração que ficou comprovada provada pela comissão, nunca mais mandaram balancetes. No seu ponto de vista, eles devem ter medo, porque senão mostravam os documentos e assim está se sentindo inútil, porque mesmo se for na Prefeitura, não pode ver documento nenhum. O Sr. Arnaldo disse que é para fazer o requerimento da nota fiscal de que precisa, ao que o Vereador João Carlos disse que está cansado de fazer requerimento e nunca mandam nada, já foi lá e ficaram de marcar outra visita, mas ficou só na promessa. O Sr. Arnaldo disse que neste caso não tem como lhe responder, mas se ele for à contabilidade, será atendido, afirmando que fazem uma pasta Câmara Municipal, uma para o Tribunal de Contas e a pasta original fica na Prefeitura, pois as empresas mandam duas ou três vias de notas, só que a gente não pode retirar essa documentação de lá por causa do Tribunal de Contas que proíbe a saída de documentação sem requerimento. O Vereador João Carlos pediu que agendassem uma data para que ele tenha acesso à documentação, pois faz questão de estar olhando, pois é sua obrigação, como dos demais Vereadores, tendo o Arnaldo dito que é só ligar e marcar que estarão à disposição dos Vereadores e demais cidadãos, pois isto até os ajudam. O Vereador Fabio disse que pensa o contrário das realizações destas audiências públicas, pois são necessárias e se puder melhorar que melhore independente do número de habitantes, está dentro das medidas do PAC que são os investimentos públicos, assim é importante ter audiência pública, o orçamento participativo é importante para o município, pois gera transparência na administração na qual confia, os Vereadores têm total direito de estar fazendo suas requisições, dando suas opiniões e as audiências públicas são importantes e teriam que divulgar mais no município, pois isso gera transparência na administração. O Vereador Roosevelt mencionou sobre as obras de saneamento de Ijaci e Serra e questionou quais obras estão em andamento e se há previsão para esse ano ou para o ano que vem, tendo o Jorge lhe respondido que está em andamento o projeto de captação de água pluvial e de esgoto do Bairro da Serra, já está sendo adquirido um terreno para ser construída a ETE e até o final desse mês deverá sair o processo licitatório que será por etapas, pois é uma obra muito grande e de custo muito elevado, estando orçada em torno de R\$1.600.000,00, devendo ser iniciada nesse ano para terminar o ano que vem. O Arnaldo disse que tentaram fazer um financiamento junto ao BDMG para essa obra, só que não foi aprovado devido às dívidas com a CEMIG e INSS. Disse que estão tentando com outra empresa a custo zero para a Prefeitura, onde a empresa só recebe se sair o recurso e se isso acontecer terão condições de zerar a CEMIG e INSS, citando que existe um recurso que o INSS cobrou irregularmente e em Ijaci daria em torno de R\$1.800.000,00 e até em junho deverão estar com este recurso em mãos e será utilizado para quitar as dívidas e assim, abrir espaço para investimentos. O Sr. Jorge disse que existe em torno de R\$100.000,00 só em dívidas de mandatos anteriores, que não foram contraídas por esta administração, sendo que a dívida é do município e não da administração. A Vereadora Jussara perguntou ao Jorge como estava o andamento do asfalto da Vila Industrial e Rua Jose Pedro de Castro Filho, pois parece que seria pelo projeto Soma, sendo respondida que o financiamento não foi aprovado e como houve queda na arrecadação, este projeto estava suspenso, pois se trata de uma obra complicada, pois tem a captação das águas pluviais, esgoto e asfaltamento, tendo a Vereadora Jussara dito que já tinha a rede de esgotos, ao que o Controlador Jorge disse que precisam perfurar valetas bem profundas com tubulação de maior capacidade e neste caso o custo seria muito elevado, o que compromete o orçamento, enquanto a obra do bairro da Serra não vai comprometer, porque será licitada por etapas. O Vereador Roosevelt perguntou se alguns lugares de Ijaci que ainda não contam pavimentação estão incluídos neste orçamento de R\$1.600.000,00, tendo Jorge lhe respondido que a princípio seria somente a Serra, porque lá não tem captação de água e esgotos. A vereadora Catarina perguntou se a obra se estende ao Bairro Ipiranga, sendo respondida que é na Serra em sua grande parte e que ainda não tinha visto todo o projeto que está em fase de conclusão e será composto de guias, sarjetas e pavimentação completa. A Vereadora Catarina perguntou se é para o ano vem, sendo respondida que a obra seria iniciada agora e terminada o ano que vem. A Dra. Isis questionou ao Arnaldo acerca da empresa que está sendo contratada para reaver recursos pagos indevidamente, sendo respondida que é uma empresa que fez contatos com a Amalg em Lavras e que ele não sabe o nome, sendo um contrato de risco para esta empresa que só receberá se conseguir os recursos, tendo a Assessora questionado como ficaria a licitação se o valor a ser pago à empresa for acima de oito mil reais, ao que o Arnaldo disse que não sabe explicar direito como foi esse processo e que no caso pode solicitar a assessoria jurídica da Amalg para dar mais explicações, o que sabe é que essa empresa é uma organização não governamental criada para captação desse recurso e vários municípios de Minas Gerais já receberam, Lavras já recebeu uma parte desse recurso, que além dessas cobranças também abrange ISS de bancos, correios, vários recursos que estão pendentes. A Dra. Isis questionou se por tratar de organização não governamental, esta empresa estaria dispensada da licitação, tendo o Arnaldo dito que o percentual é de oito a dez por cento e a Prefeitura não paga nada se não receber os recursos e para quem está perdendo esse recurso e só pagar depois que receber é uma vantagem muito grande. A assessora

perguntou se é processo administrativo ou judicial, sendo lhe respondida que existe as duas possibilidades. O Sr. Presidente agradeceu a presença dos servidores e o relatório por estes apresentados. O Sr. Arnaldo agradeceu a todos pela compreensão e quanto aos balancetes, disse que para até quem é contador, tem hora que passa sufoco, pois toda hora existem mudanças. O Sr. Jorge agradeceu a compreensão, afirmando que tentaram passar os pontos principais que mais interessam, existem coisas complexas, são muitos contratos e convênios principalmente na parte da educação onde muitos alunos do município que estudam fora recebem bolsa integral, outros recebem meia-bolsa, tem a questão do transporte, então tem muita coisa que poderia ser citada, mas gastaria muito mais tempo e documentação. A Vereadora Jussara questionou se para este ano existe previsão para a pavimentação da Vila Industrial e Rua Jose Pedro de Castro, sendo respondida pelo Jorge que a princípio o projeto está suspenso e tem que conversar com a Prefeita, que está em viagem e ainda com o Secretario de Obras para ver se pode ser licitada uma parte ou se realmente não vai ser concretizada. A Vereadora Jussara reafirmou que está deixando o cardápio da merenda escolar para conhecimento e agradeceu ao Jorge pelo seu apoio nesta questão que foi resolvida em pouco tempo. A Vereadora Catarina questionou ao Jorge se tem alguma coisa prevista para a Avenida 31 de Dezembro, sendo respondida é uma obra incluída na pavimentação da Vila Industrial e estavam contando com o recurso do Soma e como não foi aprovado, esse projeto teve que ser suspenso. O Vereador Marleu perguntou sobre a questão do saneamento básico do Bairro São Mateus, sendo lhe respondido pelo Jorge que ainda não viu os nomes das ruas que estão incluídas no projeto e se prontificou a verificar para depois informar. O Vereador Fabio mencionou o curso sobre simples nacional do qual participou, afirmando que foi muito bom, foram passadas muitas coisas de interesse envolvendo as três esferas e que é muito importante estar aprendendo e se atualizando. O Sr. Presidente agradeceu mais uma vez pela participação dos servidores e franqueou o uso da palavra, não havendo nenhum pronunciamento. Desta forma, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte com a votação do requerimento apresentado na reunião, sendo aprovado pela unanimidade do Plenário, determinando-se seu encaminhamento. Em seguida fez-se a votação da proposta de emenda n.º 01/2007 que “altera o artigo 115 da Lei Orgânica”, sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 2º turno de votação e promulgada pela Mesa da Câmara como a emenda nº 6 à Lei Orgânica Municipal nos termos do § 2º do art. 48 do mesmo diploma. Após fez-se a votação do projeto de resolução n.º 07/2007 que dispõe sobre abertura de credito suplementar em dotação da Câmara municipal, sendo aprovado por unanimidade do Plenário em 2ª discussão e votação. O projeto de Resolução nº 8/2007 foi encaminhado para as Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária seguinte que será realizada na terça-feira, dia 09 de outubro de 2007 a partir das 19 horas para deliberação dos projetos em trâmite e deliberação sobre assuntos e ou projetos que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus, foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 09 (nove) dias do mês de outubro de 2007, terça-feira, no salão de reuniões da Câmara às 19h (dezenove horas) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da 20ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Vereadores. Após, fez-se a leitura de 2 (dois) comunicados do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Leitura do Comunicado da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional acerca dos recursos do Orçamento da União destinados ao Município no período compreendido entre janeiro a agosto de 2007. Requerimento subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando, após manifestação do Plenário, envio de expediente para a Sra. Prefeita solicitando informações sobre o real motivo pelo qual ainda não foi dado andamento nas negociações para aquisição do terreno, objeto do projeto de lei nº 36 aprovado no dia 14/09/2007, para construção da estação de tratamento de esgotos do Bairro da Serra, segundo o que foi lhe foi repassado pela proprietária em conversa no dia anterior, salientando que alguns membros componentes da administração estão espalhando a notícia que ainda não haviam sido feitas as negociações, devido à vista por ele pedida na tramitação no referido projeto de lei, o que não é verdade, pois a pedido de alguns Vereadores, o projeto foi devolvido na semana seguinte não atrasando de modo algum a sua tramitação, mesmo porque não poderia ser votado no mesmo dia em que foi protocolado na Câmara sem que os vereadores tivessem conhecimento de seu inteiro teor. Contém ainda solicitação para que seja desmentida esta informação que tem como objetivo denegrir sua imagem e imputar-lhe uma responsabilidade que não lhe é devida, mas que ao que tudo indica, está sendo usada para justificar a negligencia da administração. Prosseguindo, o Sr. Presidente cumprimentou a todos e franqueou o uso da palavra tendo o

Vereador João Carlos falou que é um absurdo o povo da Serra estar sofrendo por falta da rede de esgoto e não sabe se é para tapear, mas começaram fazer a obra e depois pararam dizendo que é por sua culpa, o que não é verdade, pois sempre está pedindo em favor daquele bairro e em conversa com a proprietária do terreno, ela lhe disse que até então ninguém da administração lhe havia procurado, embora o projeto tenha sido aprovado há alguns dias. Desta forma, gostaria que dessem continuidade, pois devido ao estado do bairro, as obras deveriam ser concluídas por inteiro e não adianta fazer só uma rua, citando que aquele bairro já deveria estar em boas condições, não só ele, mas vários, ao invés de gastar o dinheiro com a obra desnecessária do novo prédio da Prefeitura, pensando somente no bem estar dos funcionários, principalmente os comissionados, uns que às vezes ficam bajulando e adulando para obterem benefícios. Disse que os benefícios deveriam ser em favor da população que paga imposto e não conta com um serviço digno, pois a gente sabe que tem dinheiro, mas não sabe onde está sendo gasto e uma de suas brigas é não ter acesso a estas informações, citando que existem cidades pequenas com menos receita e estão caminhando as mil maravilhas como o exemplo Ibituruna que há algum tempo inaugurou uma clínica, sendo que em Ijaci antes das sete horas, o prédio do posto de saúde está todo apagado e isto é uma falta de consideração com a população. Finalizou reafirmando que o povo da Serra vem sofrendo com a poeira insuportável e esgoto correndo a céu aberto. Prosseguindo, o Vereador Sebastião pediu vistas ao projeto de resolução nº 8 que trata da suplementação em dotação da câmara, afirmando que isto precisa ser bem estudado e a partir do próximo ano, o Presidente que assumir a casa deveria determinar um limite de diária para cada Vereador, pois deste jeito, antes de acabar de votar uma suplementação, é preciso fazer outra e assim está ficando uma coisa do outro mundo. Sobre o comentário do Vereador João Carlos, disse que estamos construindo um prédio para a Prefeitura que não tem serventia para nada, pois o atual vem servindo em todos estes mandatos e assim é um prédio desnecessário e fora do padrão e se uma pessoa idosa ou deficiente precisar, vai se perder no meio do caminho, pois o prédio não está dentro das normas e não tem benefício nenhum, sendo que este dinheiro poderia ter reformado todo o Bairro da Serra e no entanto a dona do terreno não recebeu nada e se já está começando errado, a tendência é terminar errado. Em seguida, o Vereador Fábio parabenizou a solicitação do Vereador, pois foi feita de maneira eficaz e ética, porque não adianta ficar com brigas, acha que tem que procurar uma solução, citando que no dia seguinte, juntamente com membros do Executivo, estaria se reunindo com o Secretário de Estado de Governo em busca de recursos para o município. Após indicou que se fizesse um requerimento para a Sra. Prefeita solicitando a construção de galpões para incentivar empresas conforme a lei que foi aprovada nesta casa, um incentivo tanto para as pequenas como também para as maiores empresas que se interessarem em se instalar em nosso município e se houver necessidade de projeto, que enviem para a câmara, pedindo de antemão a compreensão dos vereadores para que possa ser apreciado, pois sabemos dos vários problemas existentes no município, mas a solução precisa ser buscada, todos sabem da arrecadação, pois está na internet e se olharmos, está instável em todas as situações, sendo que noutros municípios se vê muita beleza, mas a sobrevivência depende muito da saúde e emprego e acha que deveríamos buscar mais empregos, porque se a gente for atender todos os projetos dentro do município, o valor de dez milhões seria pouco para atender todas as necessidades. Disse ser de acordo com as reclamações e reivindicações dos vereadores, pois o papel é esse mesmo, mas é preciso se unir em prol disto, porque ficar de longe correndo do rastro da onça é complicado, temos que encarar a onça e não o rastro e se é um problema do município, é um problema do legislativo, se a administração for bem, a Câmara irá bem e não adianta querer sair fora do papel que é do Vereador, que no seu entender está sendo feito. Sobre o prédio da Prefeitura, foi iniciado na sua gestão como Secretário e quer deixar bem claro que dizer que não é para benefício, é mentira, porque tudo que se constrói dentro do município e que vai ficar para o município, vai ficar para nossos filhos ou netos, se há superfaturamento, se há irregularidade, cabe aos Vereadores fiscalizar, mas pode afirmar de antemão que não teve superfaturamento nenhum, acompanhou a obra de perto e deixa bem claro que foi até uma obra barata e reafirmou que os Vereadores estão aqui para ajudar. Prosseguindo, a Vereadora Catarina disse que, juntamente a alguns Vereadores, esteve na inauguração da escola da Serra, citando que ficou muito bonita, e o pessoal da Serra gostou, pois todo mundo ficava na chuva, não tinha lugar para as crianças brincarem, agora a escola ficou ótima e acha que, dentro do limite, a Prefeita está fazendo aquilo pode, tem que dar um tempo, pois ainda tem mais um ano e tem certeza que se Deus quiser ela vai deixar a Serra do jeito que os moradores merecem. Em seguida, a Vereadora Jussara mencionou o encontro dos Vereadores em Belo Horizonte do qual participou e para ela, estes encontros acrescentam muito em sua carreira, citando que lá foi discutido sobre modos e procedimentos para CPI, liberação de verbas federais, pregão, funções legislativa, representativa e de fiscalização dos vereadores, INSS e os agentes públicos e caso algum Vereador se interessar, disse que o CD com material está à disposição na Secretaria. Após cumprimentou a direção da Escola Estadual Mauricio Zakhia, os professores, supervisores e alunos pela feira de ciência que foi excelente, demonstrando a união da comunidade entre pais, alunos e professores proporcionando coisas interessantíssimas que ela não sabia, como o caso de Contendas, onde estão sendo fabricados melado e doce ensacado dentro dos padrões de higiene e assim mais uma vez parabeniza a todos da escola e pede que no ano que vem eles continuem, pois embora dê muito trabalho para montar e desmontar, vale a pena. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte tendo o Sr. Presidente anunciado a votação do requerimento apresentado na reunião, ao que o Vereador Fábio solicitou que o Vereador João Carlos, que estava sentado no

local da assistência, compusesse o Plenário, vez que o mesmo era o autor da proposição tendo este tomado assento em sua cadeira. O Vereador Sebastião continuou na assistência afirmando que não participaria da votação. Feita a votação, o requerimento foi aprovado por todos Vereadores presentes no Plenário, ausente o Vereador Sebastião dos Santos Neto que indagou se os Vereadores haviam lido e prestado atenção na Lei Orgânica e no Regimento Interno, afirmando que estava passando da hora de aprenderem. Após fez-se a votação da redação final do projeto de resolução n.º 07/2007 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar em dotação da Câmara municipal”, sendo aprovado por todos Vereadores presentes ao Plenário em 3ª discussão e votação, ausentes os Vereadores João Carlos e Sebastião, transformando-se na Resolução Legislativa nº 479. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária seguinte que será realizada na sexta-feira, dia 19 de outubro de 2007 e em decorrência do horário brasileiro de verão, será a partir das 19h30, nos termos do § 5º do art. 83 do Regimento Interno, ocasião em que serão deliberados projetos e assuntos em tramitação ou que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus, foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro de 2007, sexta-feira, no salão de reuniões da Câmara, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva e Rômulo Elias. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos os Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos, com a leitura da ata da 21ª reunião ordinária que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Prosseguindo, fez-se a leitura de 02 (dois) comunicados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e 03 (três) comunicados do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Leitura do ofício nº DL/VR-110659/2007 da Cemig contendo resposta ao ofício nº 93/2007 enviado por esta Câmara a partir de indicação do Vereador João Carlos Espedito. Convite subscrito pela Presidente da Organização mãe dos Frutos para participação no evento “um dia com os jovens” que seria realizado no dia 28 de outubro, bem como o envio de um representante para dirigir um pronunciamento aos jovens incentivando-os para o mercado de trabalho. Apresentação do balancete da receita e despesa da Câmara referente ao mês de setembro de 2007. Requerimento nº 1 subscrito pela Vereadora Jussara Alves Resende indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita parabenizando-a pela ampliação e reforma do prédio da Escola Municipal Maria Luiza da Paixão no Bairro da Serra, onde foi incluída também a sala de informática para os alunos, conforme pode verificar in locu e por oportuno sugerindo que fosse acrescida no banheiro da sala do pré-escolar a instalação de um lavatório com altura compatível aos alunos da faixa de seis anos como meio de ensiná-los e incentivá-los a fazerem a respectiva higiene pessoal, além de uma pequena janela para propiciar ventilação. Requerimento nº 2 subscrito pela mesma Vereadora indicando envio de expediente para a Telemar Norte Leste S.A. reiterando solicitações anteriores para instalação de um telefone público comunitário na Rua Sebastião Fernandes Vilas Boas, localizada atrás da linha férrea na Vila Industrial, ressaltando que tal rua é composta por diversas casas, sendo que os moradores têm que deslocar a uma considerável distância para utilizar o telefone público mais próximo. Requerimento nº 3 subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito solicitando que fosse agendada, no mais breve espaço de tempo possível, uma reunião para receber os moradores da localidade próxima à Indústria de Cal Santa Helena, sendo oportuna as presenças de representantes do Legislativo, do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, do Presidente da Comissão Permanente de Licitação e demais servidores que a Prefeita julgar conveniente para que seja discutida uma solução no sentido de viabilizar a perfuração de um poço artesiano para abastecer as residências de tais moradores conforme combinado há dois anos, sem que nada tenha sido providenciado até a presente data. Cita que tal reunião é uma reivindicação dos moradores que assinaram um requerimento e lhe repassaram, pedindo ainda que seja marcada para o período noturno, pois a maioria trabalha em período integral e devido ao número de pessoas interessadas em participar da reunião, solicita que seja num local mais espaçoso, sugerindo para tal, o salão de reuniões desta Câmara. Em relação aos projetos, fez-se a leitura do projeto de lei nº 39/2007 que “cria o Conselho Municipal antidrogas e dá outras providências” e projeto de lei nº 40/2007 que “altera a lei municipal nº 867 de 06 de junho de 2006”, ambos encaminhados pela Mensagem do Executivo nº 13/2007. Prosseguindo o Sr. Presidente cumprimentou a todos e mencionou sobre uma ligação telefônica feita ao banco SICOOB usando seu nome dando conta que solicitava empréstimo e passasse sete mil reais para a sua conta para pagar um funcionário da Câmara que teria sido demitido e ganhado a causa na justiça. Disse que naquela data foi procurado pela gerente da agência e acionaram a polícia para fazer um Boletim de ocorrência e até então tudo estava normal. Franqueado o uso da palavra, a Vereadora Jussara mencionou indicação feita para a TELEMAR, pois já tem dois anos que vem pedindo a

instalação desse telefone público na rua atrás da linha e vamos ver o que eles responderão desta vez. Sobre o outro requerimento, disse que no dia da inauguração da reforma da escola Municipal Maria Luiza da Paixão não estava presente na cidade, mas depois teve a oportunidade de visitar a escola, onde já tinha ido durante a construção e ficou encantada de ver as melhorias e como professora que lá havia trabalhado, sabia da situação que era muito precária, não tinha lugar para as crianças brincarem, elas ficavam na chuva ou no sol e agora fez uma cobertura ótima. Citou que as salas de aulas e de informática ficaram perfeitas, a cobertura ficou muito bonita, enfim tudo ficou muito interessante, por isso está cumprimentando o Executivo e os que trabalharam nesta obra. Prosseguindo, o Vereador Sebastião mencionou sobre o terreno na ida para Lavras, afirmando que foi uma compra ruim para o município, pois conforme falou em atas passadas, a obrigação era ter trazido pequenas empresas para dar oportunidade de emprego para o pessoal de Ijaci e se isso tivesse sido feito, teria sido uma compra boa, no entanto comprar um terreno e largar jogado as traças, foi um dinheiro empregado de maneira errada e para ele não tem nenhuma serventia, sendo que agora não tem como voltar atrás, deixando claro que esta é sua palavra, cada vereador tem sua palavra e o direito de se expressar. Disse que na última reunião quando falou sobre a construção do prédio da Prefeitura, um vereador afirmou que é uma boa coisa para Ijaci, mas esta é uma palavra dele e a gente tem que respeitar, pois se ele acha que é bom, é sua palavra, mas na sua opinião é uma das piores coisas que se fez, se vai dar oportunidade ou não para Ijaci, para seus filhos ou quem for, para ele não tem serventia para nada, porque os outros mandatos viveram dentro daquele prédio e o dinheiro que ali foi empregado poderia beneficiar outras áreas que estão com pendências grandiosas, como construção de casas próprias, poderia ter feito muita coisa para o Bairro da Serra, empregar no esporte, na educação ou em várias coisas aqui dentro de Ijaci, reafirmando que não está se metendo em palavra de Vereador, só que sua opinião é essa. Sobre o requerimento do Vereador, a partir da data que fizer um requerimento para a Prefeita, deixou de saber o que está escrito ou não, pois não estão respondendo, nunca lhe respondeu e o Plenário está aí para aprovar e reprovar na hora que quiser, mas se reprovar algum requerimento seu, ele manda em seu nome, o seu direito ninguém vai tirar, é Vereador e foi eleito para isso, e vai fazer o que estiver dentro da lei e ninguém vai lhe proibir por isso. Sobre os projetos 39 e 40, disse que é mais um conselho que vai criar aqui em Ijaci para ir por água abaixo, afirmando que não é contra, porém muitos conselhos e secretarias que foram criadas dentro da Prefeitura estão jogadas às traças, servindo somente para botar mais empregados, mais despesas e não resolver nada. Disse que este conselho antidrogas é coisa excelente para Ijaci, mas junto com ele teria que ter pessoas qualificadas e com boa vontade de estar vivendo a situação que Ijaci está vivendo hoje. O que precisa ser feito é levar a pessoa para internar, mas na hora que chegasse, tinha de dar oportunidades de diversões, de esportes, de empregos, é para isso que deveria ser criado o conselho, para por pessoas qualificadas e resolver os problemas, não é só para sentar atrás da mesa e ficar jogado as traças. Sobre o requerimento acerca dos moradores próximos a Indústria de Cal Santa Helena, acha que o povo deveria ter uma resposta, se tem condições de fazer, que faça, se não tem, é só chegar e falar, não é ficar se escondendo atrás de cortina, igual acabou de explicar, se cria uma coisa, é para fazer e não para esconder, do contrário, fica difícil está se vivendo no escuro e sem oportunidade. Voltando a mencionar a compra do terreno, quando o Vereador Fábio pediu que se viesse um projeto, este era para ser aprovado, disse que não falta união e aqui nesta casa não foi reprovado nenhum projeto, ainda mais quando é para oferecer empregos, pode ter certeza absoluta que ninguém vai ser contra. Sobre a receita da educação de hoje, isso não vai julgar na educação antiga, temos 25% que é destinado para a educação e atualmente o Município arrecada dez milhões e nas gestões passadas arrecadavam dois milhões e assim se não fizer uma educação de primeiro mundo dentro de Ijaci, nós podemos também largar disso, as coisas têm que ser bem feitas e nunca estará contra um benefício para Ijaci, mas nunca ficará de acordo com erros. Dando sequência, o Vereador João Carlos falou sobre seu requerimento em favor dos moradores próximos à Indústria de Cal Santa Helena que vêm sofrendo com a constante falta de água, uma coisa que foi prometida pela Sra. Prefeita, estando ele na reunião, onde eles falaram que eram necessários três orçamentos para a construção do posto artesiano, sendo que a administração não se deu ao trabalho de correr atrás desses orçamentos, o próprio proprietário trouxe cópia destes orçamentos na esperança de que esse problema fosse solucionado o mais breve possível. Porém como tudo na política, mesmo tendo sido prometido numa reunião, onde também estava presente o advogado, Dr. Edmilson, só ficou na promessa e já tem dois anos e os moradores vêm sofrendo a cada dia que passa, o que é um absurdo, pois estão reivindicando água potável, não é água para lavar carros, é água simplesmente para a sobrevivência seu dia-a-dia. Disse que é uma obrigação do Município e não tendo a Copasa, temos de dar suporte e mesmo a Copasa é uma coisa que fica longe da realidade da cidade, sabemos que o povo é carente e nunca vai ter condições de ter esse serviço em nossa cidade, pois é uma água cara e nem assim é de boa qualidade, podendo ser boa para a saúde, mas acha que está longe da realidade dos ijacienses, onde muitos jamais terão condições de pagar por este serviço prestado. Sobre palavras do Vereador Sebastião sobre o terreno, ele fica até envergonhado porque infelizmente participou na negociação daquele terreno, achando que seria de bom resultado para o município, mas vê que é desnecessário, foram 230 mil reais desperdiçados, já que está lá parado, tiveram despesas com tratores numa coisa que está inutilizada, deveriam ter empregado em outra área, mais infelizmente foi gasto e as vezes escuta conversas que teve gente que levou vantagem nessa negociação, coisa que ele não sabe se é verdade, mas fica bem chateado por que seu interesse é que fosse aproveitado pelo município dando suporte às indústrias para dar emprego aos moradores de nossa cidade, coisa que só ficou e infelizmente não teve progresso. Mencionou que estamos caminhando para o período eleitoral, acha que muitas obras

vão aparecer no intuito de conseguir votos para a próxima eleição, citando a praça onde em dois anos e meio nunca fizeram nada e agora parece que vão dar uma reforma, justamente porque está chegando a época. Disse que Ijaci tinha tudo para estar um brinco e se não está é por incompetência, por falta de administração e por falta de pessoas competentes para desenvolverem um trabalho mais digno. Não está desmerecendo a administração, mas acha muito fraca, pois as pessoas que necessitam nunca são ajudadas e pessoas que às vezes têm suporte são ajudadas, algumas onde a casa está em tempo de cair, ninguém vai lá para dar uma solução, no entanto vê ajuda para pessoas que tem condições porque têm influência, sendo que as pessoas que realmente precisam, sempre são deixados no canto, citando uma senhora que lhe procurou e falou da reforma da casa de seus pais que está horrível, com trincas para todos os lados, um banheiro que nem privada tem, essa pessoa é idosa e a administração vem enrolando, nunca dando solução e esta senhora reclamou que tem empregados de Prefeitura arrumando casas de pessoas que as vezes tem condição e por ter prestígio e a bendita da política que sempre fica em primeiro lugar, enquanto esses coitados que não têm influência, caem no esquecimento, como no caso desse poço artesiano que vai ficar no meio do mato e ninguém vai ver e assim acha um absurdo que essas pessoas sejam prejudicadas. Finalizando, pediu licença da reunião, pois teve uma torção no pé e iria ao Pronto Atendimento na cidade de Lavras para tirar uma radiografia, citando que não foi antes, porque precisava defender os moradores que necessitam que seja marcada esta reunião com urgência, pois precisam de água. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte com a votação dos requerimentos segundo a ordem, sendo todos aprovados pela unanimidade do Plenário em discussão única. Conforme determina o § 1º do artigo 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos. Em seguida do Sr. Presidente fez envio do projeto 39 e 40 as Comissões Permanentes, ficando decidido que consultassem o Executivo acerca de um erro constante no projeto de lei nº 40/2007, onde em um dos artigos consta a expressão “Ministério Público Municipal”. Após o Sr. Presidente consultou o Plenário sobre as datas das reuniões ordinárias do mês de novembro em decorrência dos feriados, ficando decidido que seriam realizadas nas segundas-feiras, dias 5, 12 e 19. Desta forma, passando-se para a Terceira Parte, os srs. vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se dia 05 de novembro, segunda-feira a partir das dezenove horas e trinta minutos para deliberação acerca dos projetos e assuntos em tramitação ou que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus, foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 05 (cinco) dias do mês de novembro de 2007, segunda-feira, no salão de reuniões da Câmara, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes o servidor da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos Vereadores. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da reunião anterior que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Em seguida fez-se a leitura dos seguintes expedientes: Comunicado do Cartório Eleitoral a respeito da revisão dos títulos eleitorais no Município no período compreendido entre 05 de novembro e 04 de dezembro na Escola Estadual Maurício Zákhaia. Comunicado da Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional acerca de liberação de recursos do orçamento da União destinados ao Município de Ijaci no período de janeiro a setembro de 2007. Ofícios nº 0033, 0034 e 0035 do CMDCA de Ijaci contendo respectivamente comunicado acerca dos candidatos concorrentes à função de Conselheiro Tutelar no Município, comunicado acerca das datas das reuniões mensais do referido conselho e comunicado acerca das datas onde está acontecendo a capacitação para a função de Conselheiro Tutelar, bem como convite para participação nas reuniões e encontros de capacitação. Ofício Circular nº 282 subscrito pelo Promotor de Justiça, Dr. Dimas Messias de Carvalho contendo orientação do Centro de Apoio às Promotorias de Defesa do Patrimônio Público acerca de contratações por prazo determinado no serviço público. Ofício nº 156/2007 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhando balancete de receita e despesa da Prefeitura referente ao mês de setembro de 2007. Leitura do Requerimento nº 1 subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social solicitando reforma da casa do Sr. Júlio Mesquita na Rua das Palmeiras no Córrego Pintado, uma vez que em decorrência das últimas chuvas fortes, existe iminente risco da mesma cair, além do que nela não existe banheiro e o proprietário é uma pessoa idosa que não tem como arcar com os custos da reforma. Requerimento nº 2 subscrito pela Vereadora Catarina Gonçalves de Castro endossado pelo Vereador Marleu Ribeiro da Silva indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita agradecendo e parabenizando-a pela reforma no cemitério que ficou muito bonito, sendo alvo de diversos elogios

da parte de pessoas que conversaram com a Vereadora, dando conta que as obras foram bem realizadas. Em relação aos projetos fez-se a leitura do projeto de lei nº 41/2007 que “declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ijaci” de autoria da Vereadora Jussara Alves de Resende. Leitura da emenda modificativa proposta ao projeto de lei nº 40/2007, subscrita pelo Vereador Fábio Mesquita de Almeida. Também foram mencionados o projeto de lei nº 39/2007 e o projeto de resolução nº 8/2007, ambos em pauta para 1ª discussão e votação. Prosseguindo, o Sr. Presidente cumprimentou a todos e franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador Fábio mencionado a emenda por ele apresentada, afirmando que não existe ministério público municipal e que a mudança é apenas nesse sentido. Sobre o projeto da APAE apresentado pela vereadora Jussara, solicitou, dentro das possibilidades, que fosse votado em regime de urgência, pois é um projeto de utilidade e de extrema necessidade para o Município de Ijaci. Em seguida, a Vereadora Jussara disse que representou a Câmara num encontro de jovens no anfiteatro, tendo havido uma boa participação, tudo estava muito bem organizado e ficou satisfeita de ver o interesse dos jovens em participar e ver a Associação Mãe dos Frutos providenciando coisas boas para nossos jovens, ocasião em que foi falado sobre emprego. Sobre o projeto que reconhece a APAE como sendo de utilidade pública, disse que todos da comunidade já sabem da importância da construção desse prédio, pois observa o trabalho das mães e de outras pessoas que colaboram, sendo que para funcionar rapidamente, espera que este projeto seja aprovado para que eles tomem providências em nível de Estado, como também em nível Federal. Prosseguindo, a Vereadora Catarina falou que estava de acordo com o projeto da APAE, afirmando que estamos juntos desde o início e se Deus quiser vamos terminar. Sobre o requerimento parabenizando a Prefeita, disse que por morar no centro, várias pessoas lhe procuraram e elogiaram o cemitério e por isso está propondo o requerimento agradecendo e ao mesmo tempo elogiando a Sra. Prefeita por esta obra. Mencionou outro requerimento que fez diretamente para o Executivo, citando que o ex Vereador Cypriano sempre pediu em favor do Bairro Novo Horizonte, onde os moradores estão em dificuldades, pois tem um cano de 100 milímetros que foi instalado na época do Prefeito Clébel, porém hoje já existem várias casas no local e uma vez que os lotes são pequenos e as fossas estão enchendo, os moradores assinaram um requerimento para a Sra. Prefeita, ela foi ao local e viu que realmente existe a dificuldade, pois estão jogando água diretamente para a rua, chegando até o asfalto. Disse que não precisa fazer a rede de esgotos, somente a perfuração de uma fossa num local aonde um caminhão possa chegar para fazer a limpeza. Disse que se os Vereadores quiserem, poderão ver no local e reforçar o pedido, pois o esgoto está correndo a céu aberto. Disse ainda que conversou com o Carlinhos e o Sebastião e vamos esperar se eles conseguem fazer isso para a gente. Finalizando pediu que o servidor Nelson lesse o requerimento dos moradores e o seu requerimento encaminhando e reforçando a reivindicação feita por eles. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte com a votação dos requerimentos, sendo aprovados pela unanimidade do Plenário em discussão única conforme disposto no § 1º do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos. Em seguida o Sr. Presidente consultou o Plenário acerca do pedido de votação em regime de urgência do projeto de lei nº 41/2007, sendo aprovado à unanimidade. Após, fez-se a votação do projeto de lei nº 39/2007 que “cria o Conselho Municipal antidrogas e dá outras providências” sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª discussão e votação. Em seguida fez-se a votação da emenda proposta pelo Vereador Fábio ao projeto de lei nº 40, sendo aprovada pela unanimidade do Plenário. Feita a votação do projeto de lei nº 40/2007 que “altera a lei municipal nº 867 de 6 de junho de 2006”, o mesmo foi aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª discussão e votação, considerada a emenda proposta e acatada. Dando sequência, fez-se a votação do projeto de lei nº 41/2007 que “declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ijaci” tendo sido aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se o envio da proposição de lei ao Executivo para fins de sanção. Em seguida o Vereador João Carlos pediu vistas ao projeto de resolução nº 08/2007, sendo-lhe concedido nos termos regimentais. Passando-se para a Terceira Parte, os srs. vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se dia 12 de novembro, segunda-feira, a partir das dezenove horas e trinta minutos para deliberação acerca dos projetos e assuntos em tramitação ou que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus, foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 12 (doze) dias do mês de novembro de 2007, segunda-feira, no salão de reuniões da Câmara, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva e Rômulo Elias. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de 08 (oito) Vereadores, ausente o Sr. Sebastião dos Santos Neto. Havendo número regimental, sob a

proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos com a leitura da ata da reunião anterior que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Em seguida fez-se a leitura dos seguintes expedientes: 03 (três) comunicados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca de liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Também foram lidos alguns tópicos da ata do julgamento das propostas referentes ao processo licitatório nº 001/2007, modalidade Convite 001/2007, que tem como objeto a contratação de empresa para execução da 1ª etapa das obras de construção com fornecimento de materiais do prédio sede da Câmara, cuja vencedora foi a empresa Bragança Engenharia Ltda. da cidade de Lavras/MG no valor de R\$73.956,81 (setenta e três mil novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos). Em relação aos projetos foram mencionados os projetos de leis nº 39 e 40 de 2007 em pauta para 2ª discussão e votação. Prosseguindo, o Sr. Presidente cumprimentando a todos disse que antes da reunião o Vereador Sebastião lhe comunicou por telefone que não seria possível participar da reunião por problemas de saúde. Após franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador Fábio parabenizado o servidor Nelson pelo seu aniversário ocorrido no dia anterior, afirmando que é um prazer trabalhar com ele. Em seguida a Vereadora Jussara parabenizou a Assessora Jurídica que muito bem soube conduzir o processo de licitação conforme mencionado na leitura dos expedientes, sendo vencedora a empresa Bragança Engenharia Ltda no valor de R\$ 73.951,80 para construção da 1ª etapa que vai até a cobertura. Agradeceu também ao Vereador Fábio e Rômulo que estavam com ela na comissão de acompanhamento da construção da sede da Câmara, bem como aos membros da Comissão Permanente de Licitação Magali e Nelson. Disse que é um motivo de alegria para todos, principalmente para ela que sempre teve esta intenção e com apoio e ajuda de todos foi dado o segundo passo, pois o primeiro foi a compra do terreno, para a construção da sede da Câmara e espera que no ano que vem esta Legislatura ainda passe para a nova sede, sendo nossa vontade entregarmos um prédio para a comunidade que esteja a altura de recebê-los. Não havendo outros pronunciamentos, incontinenti, passou-se para a Segunda Parte com a votação do projeto de lei nº 39/2007 que “cria o Conselho Municipal Antidrogas e dá outras providências” sendo aprovado pela unanimidade do Plenário em 2ª discussão e votação. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei nº 40/2007 que “altera a lei municipal nº 867 de 6 de junho de 2006”, que foi aprovado pela unanimidade do Plenário em 2ª discussão e votação, considerada a emenda proposta e acatada. Passando-se para a Terceira Parte, os srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se dia 19 de novembro, segunda-feira, a partir das dezenove horas e trinta minutos para deliberação acerca dos projetos e assuntos em tramitação ou que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus, foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 19 (dezenove) dias do mês de novembro de 2007, segunda-feira, no salão de reuniões da Câmara, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes o servidor da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos, tendo sido feito um minuto de silêncio como homenagem póstuma aos jovens Sidney Magalhães Silva e Everson Matias de Oliveira que tragicamente faleceram dia 16 de novembro, vítimas de afogamento no lago do Funil, bem como homenagem à cunhada da Vereadora Jussara Alves Resende, Sra. Judi Ferreira Coelho, falecida dia 17 de novembro em Juiz de Fora. A pedido do Vereador João Carlos também fez-se um minuto de silêncio como homenagem póstuma ao Sr. Jose Gonçalo da Silva, falecido dia 14 de novembro. Após fez-se a leitura da ata da reunião anterior que após correção foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Em seguida fez-se a leitura dos seguintes expedientes: Convite para participação na Festa de Nossa Senhora da Conceição em dias variados nos meses de novembro e dezembro de 2007. Ofício nº 55, subscrito pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Sr. José Maria Aparecido, contendo esclarecimentos ao ofício 113/07 enviado por esta Câmara a partir de indicação do Vereador João Carlos Espedito. Apresentação do balancete da receita e despesa da Câmara Municipal referente ao mês de outubro de 2007. Para ciência do Plenário foram lidos os requerimentos subscritos pelo Sr. Presidente enviando expedientes para a Sra. Prefeita extensivo aos demais membros componentes da Administração, para a Secretária de Saúde extensivo aos demais profissionais da área de saúde, ao Chefe de Transportes da Prefeitura extensivo aos motoristas, ao Sr. Joel Vítor da Silva e ao Policial Civil, Sr. Wladimir do Sacramento, contendo agradecimento pela valiosa assistência que estes dispensaram aos familiares e amigos dos jovens Sydney Magalhães Silva e Everson Matias de Oliveira, ocasião em que não mediram esforços para que todas providências fossem tomadas num momento muito doloroso não só para os familiares, mas para a população em geral. Em relação aos projetos, fez-se a apresentação das redações finais dos projetos de leis 39 e 40 de 2007, em pauta para 3ª discussão e votação. Leitura do projeto de lei nº 42/2007 que “amplia o número de funções de confiança a que se refere o anexo I da lei municipal nº

851 de 29 de dezembro de 2005 e dá outras providências". Leitura do projeto de lei nº 43/2007 que "dispõe sobre alterações nas leis complementares 872/2006 (Estatuto do Magistério) e 883/2006 (Estatuto dos Servidores Municipais) e dá outras providências", ambos encaminhados pela mensagem nº 14/2007. Foi lido por último o projeto de resolução nº 9/2007 que "dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar e anulações em dotações orçamentárias consignadas para a Câmara Municipal". Prosseguindo, o Sr. Presidente liberou o uso da palavra para a Srta. Fabiana Fernandes da Silva que se fazia acompanhar pela Sra. Alaíde Maria de Souza Sena que vieram explicar acerca do projeto de lei nº 42/2007. A Srta. Fabiana disse ser a psicóloga e a Sra. Alaíde é a pedagoga do CEMSO - Centro de Medidas Sócio-Educativas e vieram representar a coordenadora do referido programa, Sra. Flávia da Silva Andrade, afirmando que o propósito era falar um pouco deste programa e mostrar a importância da permanência desta coordenadora, cujo contrato encerrou-se dia 31 de outubro e daí a necessidade de ser criado o cargo comissionado para que ela possa dar continuidade ao trabalho que tem reflexo positivo. Disse que o CENSO foi criado através de um convenio entre as Prefeituras de Ijaci, Luminárias, Ribeirão Vermelho e Lavras para atender os adolescentes autores de ato infracional e o objetivo é acompanhá-los, coisa que antes não existia. Disse que são encaminhados para prestar serviços para a comunidade, nas escolas onde existem contratos, além disso existe assistência feita por ela que é a psicóloga, pela pedagoga e a assistente social, sendo um trabalho que tem repercutido. Disse que ministrou duas capacitações para os futuros conselheiros tutelares, apresentando índices e a grande preocupação a respeito da drogadicção entre os menores. Além disto, é dado amparo familiar, chamam os pais e definem ações e desta forma é um programa de grande importância, sendo assinado entre os municípios juntamente com a Juíza Dra. Zilda, o Promotor Dr. Aécio e a coordenadora Flávia, que foi a mentora e sempre esteve à frente, citando a dificuldade de se desenvolver projetos para atender menores infratores, mas este programa tem conseguido isto. Disse que os Conselheiros Tutelares de Ijaci levam os adolescentes para serem atendidos no CENSO e o importante é que nestes casos não houve reincidência, porém quando não existia este programa, eles saíam de lá e voltavam a fazer a mesma coisa, pois não tinham quem os acompanhassem e nem os acolhessem. Disse que o contrato deste Município com a Flávia que foi a mentora e é a coordenadora do programa juntamente com o Promotor Aécio venceu dia 31 de outubro e para mantê-lo, é preciso que a coordenadora continue, informando que o CENSO já está no orçamento de Ijaci para 2008 para estar ampliando um pouco mais as atividades profissionais para os adolescente de Ijaci. Prosseguindo a Sra. Alaíde se apresentou e falou de sua experiência nesta área, sendo que no CENSO, é contratada pela Prefeitura de Luminárias. Disse que a Flávia não mede esforços para qualquer atividade e que o Dr. Aécio e a Dra. Zilda são pessoas especiais que abraçaram o projeto da Comarca com muito carinho, citando caso concreto acontecido com um menino de Ribeirão Vermelho que recebeu o maior apoio e desta forma a Flávia precisa do apoio dos membros dessa Casa para não deixar a peteca cair. Aberto espaço para considerações, o Vereador Sebastião disse não ter como negar que o programa é uma boa coisa, só que para ajustar algumas coisas, teria que ter começo e fim, citando convenio com Esquadrão da Vida, onde muitos jovens foram para lá e ao voltarem estão pior, porque no município não têm apoio e assim repetem o mesmo fato por causa de uma administração ruim, onde ele se põe no meio, pois é Vereador junto com o Prefeito e os demais vereadores. Disse que no programa dão conselho, acertam tudo, mas na volta para Ijaci vão encontrar dificuldade, porque não se tem diversão para nossos jovens, não se tem lugar para qualificar, trazer emprego e desta forma não vai adiantar, tem que fazer o trabalho no programa, mas resolver aqui dentro. Como foi dito do programa, não tem como negar que é boa coisa, porém questiona onde levar os jovens, pois no programa vão fazer o trabalho, mas quando chegar aqui, teríamos que juntar e resolver o problema. A visitante Fabiana disse que essa é uma de suas preocupações, citando que tinham dois meninos e o juiz dá um prazo de seis meses para que haja assistência e terminado o prazo, viu que esses meninos tinham necessidade de acompanhamento psicológico, sendo que para isto, com muito custo entrou em contato com a psicóloga daqui e pediu uma vaga, mas estava lotado, pois é somente uma psicóloga para atender o município todo, porém esses meninos não poderiam continuar o atendimento psicológico lá no programa, tendo a psicóloga daqui dito que iria dar um jeito para encaixar estes meninos no atendimento. O Vereador João Carlos questionou qual valor é pago por outras prefeituras, tendo a Fabiana respondido que o contrato seria de acordo com a porcentagem de participação de cada cidade, sendo que Lavras ficou responsável em contratar a psicóloga, a assistente social e os serviços gerais, Luminárias ficou responsável pela pedagoga e mais uma estagiária e Ijaci assumiu a coordenadora, tudo isso foi de acordo com o contrato e seu salário em Lavras é de acordo com o que é pago para o cargo de psicóloga. No caso da Coordenadora, o valor foi estabelecido por Ijaci. Prosseguindo, o Vereador comentou que o programa é uma boa idéia, mas não poderia deixar de comentar que em Ijaci há um grande abuso em cargos comissionados, sendo que vários estão abertos e já que querem fazer alguma coisa de bom para o Município, deveriam tirar alguns cargos e incluir esse, mas está chegando o período eleitoral e esses cargos às vezes são preenchidos por pessoas não qualificadas, mas simplesmente por questões políticas. Citou que a folha de pagamento do Município hoje está bastante inchada, o que impossibilita gastar dinheiro na área de saúde, referindo-se a reclamação de uma senhora visitante, porque seu irmão faleceu por falta de primeiros socorros, vez que não tinha médico e por isso a gente vem atravessando várias dificuldades. Afirmou que o programa é bom, mas Ijaci tem muita carência em vários lugares, principalmente na área de saúde, citando que o posto naquele horário já se encontrava fechado, coisa que na administração passada não acontecia, são feitas muitas críticas,

mas pelo menos o Posto permanecia aberto e por ruim que fosse, tinha médico. Disse que Ijaci precisa dar suporte para os jovens, conforme palavras do Vereador Sebastião, porque não adianta as visitantes fazerem seus trabalhos e quando chegam em Ijaci, encontram aquelas mesmas perdições que tiveram e que os levaram a cometerem as mesmas ações. A Fabiana disse que está mostrando para os Vereadores que antes, o menor não tinha este acompanhamento, a Juíza é quem falava se ia para escola, se ia cumprir tantas horas de serviço comunitário e pronto, então o menor comparecia se quisesse, pois não tinha fiscalização. Com a criação do CENSO, elas acompanham esses menores semanalmente, ligam para a escola diariamente, onde têm uma lista que assinam o nome e demonstra a atividade feita e depois que atingir 32 horas, a diretora da escola vai mandar-lhe um ofício para que ela libere esse menor, sendo que depois que começou o acompanhamento, não tivemos reincidências. A Vereadora Jussara disse que conhece o projeto, qualificando-o de excelente, mas para ela e outros Vereadores, o questionamento é sobre a ampliação de cargos, quando é preciso um controle, porque a folha de pagamento está bem alta e não é bom para o município nesta época abrir vagas. Pelo que ficou sabendo, existem vagas abertas, sendo que a Flávia não aceitou devido ao salário, coisa que a Vereadora não pode afirmar ao certo e que diante da necessidade, acha que precisaria de uma conversa e um entendimento maior sobre esse assunto pessoalmente com ela. A Sra. Alaíde disse que todo processo foi feito entre os quatro prefeitos e a Comarca de Lavras e toda esta divisão foi de comum acordo e acha mais que sensato que chamassem aqui os quatro Prefeitos, o Promotor e a Juíza para que se discutisse, porque não acha justo cortar o projeto, tendo a Vereadora Jussara dito que ninguém falou em corte, não está se referindo se vale a pena ou não, disse que é um projeto muito bom, mas se referiu sobre a ampliação de cargo, tendo a Fabiana dito que é uma troca de função, ela vai passar a ser comissionada. A Vereadora Jussara pediu que a Dra Isis explicasse o projeto, tendo esta dito que conforme pôde entender, a preocupação da Vereadora é que existem cargos de confiança que já foram aprovados pelo Legislativo que estão vagos e poderiam ser aproveitados para esta nomeação ao invés de se criar mais um cargo, registrando ainda que esse projeto deveria estar acompanhado de uma estimativa de impacto financeiro, conforme está claro na lei de responsabilidade fiscal, pois para votarem um projeto dessa natureza, os Vereadores tinham que ter os dados e a consciência do impacto que o valor desta despesa irá criar no orçamento e na despesa com pessoal, sugerindo que seria interessante fazer um requerimento para a Sra. Prefeita pedir ao Contador que enviasse esse impacto orçamentário e financeiro para que os vereadores tenham em mãos notícias da parte orçamentária e percentual do gasto com pessoal para votarem o projeto dentro da legalidade, porque se o aprovarem ultrapassando o limite prudencial que é de 51%, a responsabilidade da aprovação seria totalmente do Legislativo. Questionada pela Fabiana sobre tal demonstrativo, a Dra. Isis disse que seria requisitado junto à Prefeitura, citando que a Promotoria não tem aceitado contrato temporário e por isso o contrato da Flávia não pôde ser renovado, daí a tentativa de transforma-lo em cargo comissionado, sendo que a Vereadora está falando que existe cargo vago que poderia ser aproveitado para acobertar essa nomeação, pois seu medo é estar criando mais um cargo, aumentando mais despesa que não esteja em sintonia com o percentual permitido por lei. O Vereador Fabio disse que o trabalho do CENSO é muito importante, a explicação ficou muito clara, os Vereadores sabem da qualificação e o cuidado que vêm sendo dispensados, é um trabalho feito dentro da humanização, pedindo uma relação de menores de Ijaci que já passaram pelo CENSO, dizendo que é preciso estar cuidando lá e cuidando aqui também, no qual nós temos uma Secretaria de Ação Social, citando a presença do Assistente Social Rogério e afirmando que o trabalho familiar é muito importante, pois não adianta cuidar de um menor se os pais vivem em brigas e desavenças. Disse que fez parte da fundação da assistência social de Ijaci e parabeniza os Vereadores pelo cuidado quanto aos percentuais, existem vagas no quadro do Município com valores menores, não sabendo da formação e qualificação da Sra. Flávia e se existem pessoas dentro do Município que possam ocupar o cargo dela, mas como foi falado, é uma excelente funcionária que implantou o trabalho, vale a pena estar analisando e o que estiver dentro das possibilidades não será dispensado. O Vereador Roosevelt disse que já foram feitos vários comentários, o projeto chega a ser um pouco assustador aos olhos de todos, tem a questão do valor do pagamento da coordenadora que ficou a cargo do Município, é um projeto excelente, entende que isso foi um acordo feito entre Prefeitos, Promotor e Juiz, o projeto vem e pode ser aprovado ou reprovado, mas depois muita gente não entende e acaba cobrando do Vereador essa situação. Disse que o projeto será avaliado e espera que seja aprovado, pois este acordo vai dar muita firmeza e sustentação e como foi dito, menores infratores é um caso assustador, tem a questão das drogas e espera que esse o trabalho dê certo, mas fica essa dúvida que será discutida. A Vereadora Catarina disse que o projeto será analisado, este impacto que pode dificultar será avaliado, se vai ser ou não dentro desta função, mas poderia ainda pedir para a Flávia vir pessoalmente na Câmara, tendo a Sra. Alaíde dito que ela não veio por causa de seu casamento, ao que a Vereadora afirmou que dia 07 de dezembro terá nova reunião e os Vereadores vão analisar e terão uma posição para elas. O Sr. Presidente pediu às visitantes para aguardarem a resposta da Sra. Prefeita e assim os Vereadores decidirão. A sra. Alaíde agradeceu a atenção de todos, afirmando que é preciso ter o perfil para aquela situação e conta com o apoio de todos. A Srta. Fabiana disse que estão no fórum à disposição de todos para mostrar os trabalhos com os meninos e ressaltou aqui o que falou para os futuros conselheiros, que a sua preocupação com os adolescentes de Ijaci, como profissional, são as questões de drogadição e furto e que este programa não pode parar. Prosseguindo, o Sr. Presidente consultou o Plenário acerca da liberação do uso da palavra pela visitante Sra. Elza Aparecida Salgado, sendo da concordância de todos. A Sra. Elza

disse que estava muito revoltada porque seu irmão morreu na porta do hospital sem assistência médica e assim acha que deveriam ser contratados mais médicos para que o atendimento seja feito 24 horas por dia, porque a doença não tem hora para vir. Disse que seu irmão foi levado para Lavras, ela perguntava na Serra e aqui no Posto de Saúde e ninguém dava notícia e assim pegou um carro e quando chegou na porta do hospital, ele já estava morto e sem nenhuma explicação do médico daqui, porque quando a gente chega em Lavras, eles perguntam pelo médico de Ijaci, porque somos daqui e neste caso, seu irmão morreu à míngua. O Sr. Presidente lhe perguntou se o médico do Posto atendeu seu irmão, sendo respondido que não, pois ligaram para o médico que estava atendendo na Serra e ele não quis vir, sendo que quem deu socorro para seu irmão ficou revoltado, quando chegou no Posto foi passado para a ambulância e o médico disse que ele poderia ir direto para Lavras, porém acha que ele poderia ter vindo e caso seu irmão já tivesse realmente morto, o médico daria o laudo sem precisar ter ido para Lavras, o que aumentou mais o sofrimento. O Sr. Presidente disse que iria mandar um ofício pedindo esclarecimentos e prosseguindo consultou o Plenário acerca da liberação do uso da palavra ao Sr. Elvis Ferreira Batista, sendo da mesma forma da concordância de todos. O Sr. Elvis disse que aproveitando palavras da Dona Elza, a ambulância nova não puxa doente, vai buscar e levar enfermeiro e de sua parte reclamou que o caminhão da Prefeitura está fazendo serviço particular e não deixa a gente trabalhar, o microônibus pelo jeito foi doado para o Floriano, porque só fica na porta da casa do mesmo transportando os crentes e a Prefeitura deve estar com muito dinheiro, pois leva e ao invés de ficar lá esperando, volta e depois vai buscar de novo. Disse que o caminhão e a retro do Evaldo estavam trabalhando na FAEPE, o Flávio dispensou, pois estava apertado e no outro dia o caminhão e a retro da Prefeitura estavam trabalhando para a FAEPE e isso é uma vergonha. Disse que o microônibus deveria ser cedido uma vez por mês para cada Igreja e que o caminhão da Prefeitura busca areia para a pessoa e depois a pessoa vende esta areia e assim está trocando o material e o caminhão por voto porque a coisa está feia para o lado da Prefeita e está feia mesmo. Citou que outra coisa errada é quando há um doente, os carros não podem rodar, sendo que o doente pode ser transportado até de trator, ao passo que pode ceder o carro para buscar seu tio em Belo Horizonte para vir andar a toa aqui, buscar e levar e isso é uma vergonha. Franqueado o uso da palavra, o Vereador Sebastião disse que vem falando que essa política começa errada e termina errada, não é o primeiro caso de morte por falta de atendimento, talvez não é do profissional, pois ele também está lotado, mas por falta de colocar mais profissionais, estamos jogando muito dinheiro fora ao invés de estarmos empregando na saúde e educação. Em relação ao Elvis, disse que é a terceira reclamação que vem, sendo que a Prefeita já deveria ter tomado providências, pois no mandato passado eles ficavam igual cachorro vigiando os veículos da Prefeitura, alguns Vereadores no mandato passado só ficaram para fazer coisas que não prestaram, ficaram no pé e a administração passada mesmo que tenha sido ruim e foi ruim, a atual está pior. Disse que no mandato passado foi Vereador, questionando para que prestou o vereador, afirmando que para nada. Nesta Legislatura, o Vereador não está fazendo nada, o Prefeito não está fazendo nada e quando vem uma reclamação na Câmara, ele toma as dores porque faz parte do Legislativo que não está fazendo nada também e de nada adiantará ele ficar falando sozinho e servindo de bobo. Disse que as coisas já deveriam ter sido amenizadas e não ficar gastando todo este dinheiro de maneira errada quando poderia ter dois a três médicos a mais. Se havia plantão 24 horas no mandato passado, questionou o porque de não ter nesta se estamos com uma arrecadação de quase 900 mil reais. No ano que vem os eleitores deveriam prestar atenção e jogar o político para fora de sua casa para ver se ele aprende a criar vergonha e não viver de política, porque hoje você não consegue conversar com o político depois que ele está eleito. O Sr. Presidente entrevistou pedindo a um assistente para fazer silêncio. Prosseguindo, o pronunciante disse que é político, mas não depende desta para viver, sempre dependeu de seu trabalho, ninguém é perfeito, mas é obrigação da pessoa fazer as coisas e o povo é que tem de cobrar de quem foi eleito para ver se os políticos criam vergonha, citando o Posto de Saúde que fecha antes das 19 horas. Nas reuniões só estão as cadeiras e assim a pessoa vai fazer o que quer, mas vindo na Câmara, o eleitor vai prestar atenção e ver se o fulano serve, ou não, para ir na sua casa pedir voto, ou vai lhe dizer se ele não tem vergonha de voltar depois de quatro anos e tornar a fazer a mesma promessa, sendo que uma coisa boa já foi feita, pois no palanque não vai ter dupla caipira, agora vão ter que chamar é na garganta. Em seguida, o Vereador Fábio disse que fica até lisonjeado de ver o que foi exposto pelos visitantes, é papel que os Vereadores precisam fazer seja para quem for, no país todos dependem dos políticos, mas esta política precisa ser mudada, se está prejudicando, tem que cortar o mal pela raiz e se tem funcionário que não está servindo, como disse varias vezes, tem que ser trocado, por que não adianta dispor dinheiro, dispor de tudo se o funcionário não valer o seu salário. Disse que procurar salário pra funcionário fica difícil, temos que procurar funcionários para os salários existentes. Deixa bem claro que não está do lado de administração, não está do lado de oposição, está aqui do lado do povo e para fazer o que é certo e se está morrendo gente na porta do Posto de Saúde, isso tem que acabar, se esta morrendo gente na porta de hospital seja lá onde for, é preciso pelo menos tentar amenizar o problema e não deixar que continue. Sobre a questão que o visitante disse a respeito dos crentes, porque é evangélico, não está aqui para defender, mas varias vezes vê os veículos sendo usados não só pelos crentes, mas por varias pessoas do Município e se tem que cobrar, vamos cobrar, mas é certo que tem alguém solicitando e alguém autorizando, então são medidas que vem prejudicando, porque a pessoa paga o IPVA, paga seu imposto, prejudica o seu emprego, mas é um caso que não foi criado nessa gestão, não foi criado só em Ijaci, é uma situação constrangedora, às vezes pecam em não atender pessoas

necessitadas, para atender pessoas que realmente têm condições, mas só quem viveu situações sabe que as pessoas que mais têm condições são as que mais tentam brigar por querer coisas do Município. Mais uma vez o Sr. Presidente pediu silêncio ao visitante Elvis, afirmando que este já teve seu tempo para falar. Prosseguindo, o Vereador João Carlos disse que vem falando e não tem resultado nenhum, pois é sabido que esta administração está deixando muito a desejar, porque tem pessoas que não são capacitadas, mas que por interesse político nela estão trabalhando. Na questão do Posto de Saúde, disse que é uma vergonha, pois tem funcionários capacitados, só que tem uma deficiência no jeito de coordenar os trabalhos, existe falta de médico, mas às vezes põem pessoas lá para defender questões políticas e não têm capacidade de levar a frente como deve ser levado, não sabe nem distribuir os horários, não sabe exigir que precisa de médico principalmente no horário noturno que é o período que precisa mais de médico. A esta altura os trabalhos foram interrompidos para troca do disco de gravação da filmadora e em seguida suspensos por dez minutos. Neste intervalo adentraram duas pessoas embriagadas no recinto da Câmara Municipal, não sendo possível reiniciar os trabalhos, sendo que depois de algum tempo, verificada a falta de segurança para que fosse dada continuidade, foi decidido e determinado o encerramento da reunião, convocando-se os Srs. Vereadores para a reunião ordinária a realizar-se dia 07 de dezembro, sexta-feira, a partir das dezenove horas e trinta minutos para deliberação acerca dos projetos e assuntos em tramitação ou que adentrarem na pauta. Para constar lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro de 2007, sexta-feira, no salão de reuniões da Câmara, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos, tendo sido respeitado um minuto de silêncio como homenagem póstuma ao Sr. Júlio Bernardo Mesquita, pai do servidor municipal Francisco Bernardo Mesquita, falecido no último dia 05 de dezembro. Após fez-se a leitura da ata da reunião anterior que foi aprovada e assinada pelos Srs. Vereadores. Em seguida fez-se a leitura dos seguintes expedientes: 10 (dez) comunicados do Fundo Nacional de Saúde e 01 (um) comunicado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca de liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Comunicado da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional acerca de liberação de recursos do orçamento da União destinados ao Município no período compreendido entre janeiro e novembro de 2007. Convites para as seguintes formaturas: 3º período do pré escolar das Escolas Municipais Pe. Emílio Lunks e Maria Luiza da Paixão; 4ª série do ensino fundamental das escolas acima citadas. Curso Normal Superior da Unilavras enviado pela Srta. Lídia Liriam Resende, filha da Vereadora Jussara Alves Resende; Ciências Contábeis da Fadminas enviado pela servidora Magali de Fátima Santos. Medicina da Unifeso de Teresópolis/RJ enviado pela Srta. Lílian Valéria Vilas Boas, neta do Sr. Benedito Vilas Boas. Ofício nº 050 subscrito pela Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Ijací, Sra. Adriene Alvarenga, solicitando o direito ao uso da palavra durante a reunião. Ofício nº 268/07 subscrito pela Secretária Municipal de Saúde. Sra. Maria Isabel dos Santos Nepomuceno, contendo resposta ao ofício nº 118 enviado por esta Câmara a partir de reclamação feita pela Sra. Elza Aparecida Salgado Reis. Ofício nº 170/07 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhando balancete da receita e despesa da Prefeitura Municipal referente ao mês de outubro de 2007. Requerimento nº 1 subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito indicando envio de Expediente para a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER e ao Consórcio AHE Funil solicitando a instalação de proteção lateral ao longo de toda margem da represa do Funil na Rodovia MG 335, nas imediações da ponte que divide o Município de Ijací com o distrito de Macaia, pois se trata de um apelo de toda população e usuários da referida rodovia, face às quedas de veículos no lago, conforme acontecido por duas vezes neste ano, ceifando no total a vida de 05 pessoas. Requer ainda, envio de expediente para a Prefeitura e Câmara do Município de Bom Sucesso e Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM que acompanhou e fiscalizou os procedimentos de instalação da Usina UHE Funil, no sentido de mobilizar apoio à esta reivindicação. Requerimento nº 2 subscrito pelo mesmo Vereador indicando envio de expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, solicitando medidas para facilitar o tráfego na ponte sobre o Ribeirão Piampum, na saída para Macaia, vez que a curva acentuada da rodovia tem dificultado a manobra de veículos longos, o que vem colocando em risco a segurança de todos, notadamente dos ocupantes de veículos leves que as vezes se deparam sobre a referida ponte com os caminhões invadindo a pista contrária. Requerimento nº 3 subscrito pelo Vereador Rômulo Elias indicando envio expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano solicitando melhorias na iluminação da Praça Joaquim Correia Peniche, vez que o local encontra-se muito escuro, com apenas duas lâmpadas em funcionamento o que vem ameaçando a segurança dos moradores adjacentes e

transeuntes, sendo inclusive ponto de consumo de drogas e outros atos devassos. Em relação aos projetos, foi apresentado o projeto de lei nº 20/2007 que “Proíbe práticas de comercialização e promoções no âmbito nas escolas municipais e dá outras providências” de autoria da Vereadora Jussara Alves Resende. Leitura da emenda modificativa subscrita pelo Vereador João Carlos ao projeto de lei nº 38/2007. Alusão às redações finais dos projetos de leis nº 39 e 40 de 2007 em pauta para 3ª discussão e votação. Alusão aos projetos de leis nº 42 e 43 de 2007 em pauta para 1ª discussão e votação. Leitura do projeto de resolução nº 10/2007 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar em dotação da Câmara Municipal” e alusão aos projetos de resoluções nº 08 e 09 de 2007 em pauta para 1ª discussão e votação. Dando seqüência, o Sr. Presidente liberou o uso da palavra para a visitante Flávia da Silva Andrade que se fazia acompanhar pela Srta. Fabiana Fernandes da Silva. A Sra. Flávia disse que na última reunião não pode estar presente e conforme ouviu a leitura da ata, a questão foi bem explanada pela Fabiana e pela Alaíde, mas gostaria de esclarecer que este programa está sendo imposto pelo Estado, assim como foi o Conselho Tutelar, sendo já existente em várias cidades, mas como isso iria ficar muito oneroso, o Dr. Aécio juntamente com a Dra. Zilda resolveram criar a figura do consórcio entre os Municípios que compõem a Comarca, uma idéia pioneira aceita pelo Secretário de Estado. Disse que existe hoje no Estado uma superintendência para medidas sócio educativas em meio aberto e uma para medidas sócio educativas em meio fechado, sendo as medidas em meio aberto, mantidas pelos municípios e as fechadas, mantidas pelo Estado. Disse que este programa consta no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo que existe um modo para aplicar as medidas, citando que os adolescentes são encaminhados exclusivamente pela Vara da Infância e da Juventude. Disse que trabalhou durante um ano através de contrato temporário com este Município e com o término do contrato foi feita a prorrogação, mas agora não pode haver renovação e por isso veio para a Câmara a proposta de criação desse cargo em Comissão. Afirmou que quando a Fabiana e a Alaíde lhe falaram sobre a questão de haver vagas abertas, disse que não sabia, pois não entende das questões administrativas dentro da Prefeitura e não sabia da existência de outras vagas e não quer interromper esse trabalho que já vem sendo desenvolvido durante cinco anos, obtendo ótimos resultados. Disse que concorda com o que foi lido na ata, mas é preciso lidar com o fato de que os adolescentes, por serem menores, estão cometendo abusos, citando assassinato praticado por um menino de dezesseis anos em Luminárias. Afirmou que o programa é para a ressocialização desses meninos, pois eles cometem um ato infracional e já acham que são criminosos e é preciso provar o contrário para eles, já que podem ser ressocializados, por isso a infância e a adolescência têm prioridade absoluta e se a gente não colocar um basta nesses adolescentes agora, o futuro será muito pior. Disse que para fazer este trabalho é preciso ter experiência, pois dentro do regimento interno deste programa é necessário que o coordenador seja advogado ou assistente social com experiência na área da infância e juventude e por mais que possa parecer, não é fácil, afirmando que trabalhava nesta área no fórum e quando foi chamada para coordenar este programa, já o fazia indiretamente, mas não tinha muito recurso para isso. Concluindo, colocou-se à disposição para esclarecer alguma dúvida, tendo o Vereador Sebastião dito que na reunião anterior, a questão foi explanada e o que saem falando pela rua é totalmente diferente, conforme puderam acompanhar pela leitura da ata, pois seu questionamento é que existem mais de vinte vagas em aberto e se eles informaram para a visitante que não havia, falaram mentira. Disse que não foi contra, como pode ser visto em suas palavras, o questionamento é fazerem o serviço no Fórum e depois o jovem chegar aqui e não ter condições de nada, citando convênio com o Esquadrão da Vida que se tornou em nada, pois aqui os jovens ficam jogados às traças sem diversão, sem saúde, sem esporte, a educação poderia ser de primeiro mundo, pois temos dinheiro para isto, mas sem planejamento, no final do ano compra-se um ônibus, lota-se o pátio e os recursos não são empregados naquilo que é preciso. Disse que não falou nada da Flávia, nem do Promotor, sendo boa coisa dar continuidade a este trabalho, mas temos que fazer a nossa parte e se a administração quisesse mais rapidez, deveriam ter eliminado dois ou três cargos comissionados para compensar o que está sendo criado, mas acendem a bomba e jogam para a Câmara ajudar a estourar, sendo que o correto era conversar antes e assim evitar a situação a que se chegou. Disse ser preciso aprovar este cargo, porém é preciso resolver outros problemas, citando o caso da morte do irmão da Dona Elza na porta do pronto atendimento e diante da boa arrecadação, o município não precisava estar passando por estas dificuldades. Em seguida o Vereador Fábio disse que na época de sua gestão como Secretário, houve um acordo entre os quatro Prefeitos da Comarca, havia em Ijaci uma cadeia que abrigava vários menores e pelo seu entendimento, esse programa foi criado para evitar aquela situação que era vergonhosa e decidiram criar esse centro que é uma coisa viável. Sobre a questão de contratação ou nomeação desse cargo fica por conta do Município e no seu ponto de vista, não queria nem para um cachorro o que se passava naquela cadeia, sendo achada esta solução e fica grato por isso. O Vereador João Carlos disse que critica os cargos comissionados pela deficiência das pessoas que os ocupam, não fazem por merecer o salário que é pago, mas por proteção política ficam nesses cargos recebendo altos salários. Concorde com o que foi falado pelos Vereadores Fábio e Sebastião, pois os jovens precisam ter acompanhamento e o que deixa a desejar é que o programa dá suporte, mas falta continuidade que é obrigação do Município, já que a administração poderia desenvolver um trabalho voltado para os jovens terem uma carreira, mas só vê desperdício, poderia ser implantado uma reciclagem citando exemplo de várias cidades, mas fica decepcionado porque Ijaci poderia desenvolver esses trabalhos para se ter um acompanhamento proveitoso no programa, mas os adolescentes acabam por fazer as mesmas coisas, pois aqui não tem diversão, não tem um clube, citando que é revoltante ver

os meninos que saem daqui para jogar bola com merenda regradada, sendo um copo de refrigerante e um pãozinho, o que é um absurdo. Assim deveriam dar um estímulo e um incentivo a mais, pois trata-se do futuro de nossa cidade e reafirmou não ser contra este cargo, mas certas nomeações. A Sra. Flávia disse concordar com a questão dos jovens, pois é preciso a interação do município e como em Ijaci tem curso de informática, encaminha os adolescentes para que sejam atendidos em horários diferentes para se sentirem ressocializados ao conviverem com outras pessoas que não cometeram iguais atos, para não serem olhados como marginais. Finalizou dizendo que está sempre em contato com o Rogério e o Ricardo para saberem da criação de projetos para estar inserindo estes adolescentes, pois não se preocupam com eles somente durante os seis meses no programa, mas também depois deste prazo, onde é necessário o acompanhamento. Em seguida o Sr. Presidente consultou o Plenário acerca da liberação da palavra para a Sra. Adriene Alvarenga, sendo da concordância dos Vereadores. A visitante disse que vinha em nome do sindicato para falar a respeito do projeto de lei nº 43 e a princípio agradeceu ao Executivo por terem melhorado alguns pontos, mas gostaria de mencionar que faltaram algumas questões para serem colocadas e naquele dia havia conversado na Prefeitura e concorda com os Vereadores quando estes por varias vezes falam que primeiro deveriam se reunir para entrar em acordo para depois enviar o projeto para Câmara. Disse que na questão das licenças-prêmio, gostaria que fosse inserida a palavra vencida, pois os que entraram em 1997 já contam com dois períodos e os que entraram em 2002 com um período e neste caso o parcelamento seria somente em relação a estes períodos não alcançando os períodos que estão por vir. Outra questão abordada é quanto ao prazo para este pagamento que não foi estabelecido e propõe fazer uma reunião para entrar em acordo e estipular um prazo, porque lhe disseram que ainda não tinham prazo fixado, porque a Câmara não havia aprovado o orçamento. Disse que representa não só os servidores que estão em efetivo exercício, mas uma família que representa em torno de 1000 a 1200 pessoas e se o servidor trabalha feliz, toda comunidade é beneficiada e desta forma pede a possibilidade de negociar, sabendo que os Vereadores não podem legislar em cima de questões financeiras. Informou que o sindicato foi filiado à Federação dos Servidores Municipais das Prefeituras de Minas Gerais, e que no dia 30 de novembro ela foi nomeada Secretaria Adjunta de Divulgação e Comunicação da União Geral dos Trabalhadores de Minas Gerais. Aberto espaço para considerações, o Vereador Marleu disse que esteve conversando com a Sra. Prefeita e lhe foi informado que a partir de janeiro vão ser pagas as licenças-prêmio, tendo a Sra. Adriene dito que foi informada que não sabe quando vão ser pagas, pois os Vereadores não aprovaram o orçamento e que o Sindicato está pedindo que seja feita uma reunião e haja um acordo escrito com uma previsão para que os servidores tenham idéia de quando e quais critérios serão adotados para este pagamento. Sr. Presidente disse que estas condições têm que ser proposta pela Sra. Prefeita e se marcarem uma reunião, fica a critério dos Vereadores, se quiserem participar. Após consultou o Plenário sobre a liberação da palavra aos jovens Douglas, Tiago e Felipe, sendo da concordância de todos. Um dos jovens disse que fizeram uma prova para conseguir uma bolsa no colégio Nossa Senhora de Lourdes de Lavras e os três conseguiram bolsas na ordem de oitenta e sessenta por cento das mensalidades, mas mesmo assim não vai ficar barato para eles, pois têm de pagar o restante não atingido pela bolsa, a condução para transporte, livros e uniformes e por isso vieram pedir a ajuda dos Vereadores naquilo que puderem, principalmente em relação aos livros que no todo são nove e custam caros. Disse que querem ter um ensino melhor, não que o de Ijaci seja ruim, mas para entrar numa faculdade seria bom estudar neste colégio. O Vereador Fábio disse que particularmente está a disposição para ajudar no que for possível e que esse é um assunto que também poderia ser tratado dentro da educação para ver o que pode ser feito, parabenizando os jovens pelo êxito que tiveram. O Vereador João Carlos parabenizou os jovens pela conquista, mencionando que pediu que fosse feito um projeto no sentido de ajudar pessoas de Ijaci que estudam fora, o que foi prometido pela Administração, mas ficou só na conversa e esta falta de incentivo é revoltante, pois a área da educação tem bastante dinheiro. A Vereadora Jussara disse que na qualidade de educadora gostaria de parabenizar os jovens e que fica muito alegre por terem conseguindo essa bolsa no colégio Nossa Senhora de Lourdes, pois estudam em escola pública e tiveram coragem e audácia para enfrentar alunos de fora e isso eleva o nome do nosso Município e acredita que o Executivo não vai fechar as portas para eles. O Vereador Marleu disse estar muito satisfeito por eles terem chegado aonde chegaram, estão se esforçando para estudar e podem contar com sua ajuda e acredita que a Prefeita também não vai sair fora, pois seu coração é bom. O Sr. Presidente também parabenizou os jovens afirmando que dentro do possível, poderiam contar com sua ajuda, oferecendo-se para irem juntos ao Secretário de Educação. A Vereadora Catarina disse que naquilo que fosse resolvido, também poderiam contar com sua ajuda e os parabenizou. Após o Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador Sebastião parabenizado os jovens e pediu que fosse enviado expediente para o Secretário de Educação para ver o que o Município poderia fazer em cima das necessidades daqueles jovens para não perderem o incentivo, pois ao invés de estarem jogados nas drogas, estão se esforçando para estudar e ser alguém na vida e como sempre fala, o que falta em Ijaci é estudo e uma religião, seja ela qual for e como Vereador, a ajuda que tiver no seu alcance, não vai negá-la. Em relação às palavras da Adriene, disse ser falta de comunicação, pois antes de mandarem os projetos não chamam nenhum Vereador e nem os próprios empregados da Prefeitura que têm seus direitos adquiridos e quando alguém tenta fazer uma revisão no projeto, este sai como ruim. Afirmou que o Legislativo existe para fiscalizar e que hoje não estão fazendo nada, estamos com uns balancetes onde não se sabe o que foi comprado e sobre as denúncias feitas pelo Sr. Elvis, o Presidente tinha que acatar, montar e apurar o caso e no entanto não

fizeram nada e que os Vereadores estão aqui, só para receber no final do mês e se algum Vereador quiser, poderá questionar, pois isso está passando de vergonha e se as denúncias vêm até esta Casa, a nossa obrigação é verificar se estão certas ou erradas, apontar o erro e punir o responsável, seja quem for. Disse que ele toma o nome de ruim e falador aqui dentro da Câmara, mas é por isso que acontece esse monte de coisinhas que poderiam ser resolvidas entre Prefeito e Vereador, mas primeiro armam toda a confusão para depois não dar em nada. Finalizou abordando o requerimento do Vereador João Carlos acerca destes acidentes que vem acontecendo na ponte de Macaia, dizendo que tinham que ter feito uma proteção melhor, iria fazer este pedido, mas como o Vereador já o havia feito, manifesta seu apoio. Prosseguindo, a Vereadora Jussara disse que em relação ao projeto de lei nº 42, no mês passado foi enviado sem o impacto financeiro e assim a Câmara não poderia aprovar sem saber como estava no Executivo e que essa semana este relatório foi enviado. Disse também que estava retornando um projeto de sua autoria e que este estava aberto para sugestões, mencionando que no princípio do ano houve problema com ela na área da educação, onde ela não concorda com este negócio de vender coisas para alunos dentro da escola, primeiro porque atrapalha o bom andamento dos trabalhos, segundo porque entra uma pessoa estranha na escola que você não sabe de onde veio, além do que o material é de péssima qualidade. Disse que na época foi na Prefeitura, conversou e tudo ficou tudo resolvido, colocaram inclusive um cartaz na escola, mas não sabe porque razão, na semana passada veio um senhor vender coisas na escola Padre Emílio e assim está passando o projeto, pedindo a cooperação dos Vereadores para que seja aprovado e proibida a prática de comercialização ou promoções, pois existem famílias que não têm condições, questionando onde os pais vão tirar dinheiro de um dia para o outro e que situação fica aquela criança vendo meia dúzia comprar e ela não ter como. Acha que a escola é lugar de uniformidade, o que dá para um tem de dar para todos ou então não dá para nenhum. Assim está passando o projeto e tem certeza que o Executivo vai aceitar, pois quando esteve com a Prefeita para falar sobre este novo caso, ela não sabia, sendo que das outras vezes ela tomou providências. Disse que está sendo excetuada a turma da noite, pois o adulto é capaz de resolver se vai comprar ou não e este projeto vai defender nossas crianças e o bolso dos pais, pois não é fácil. Em seguida, o Vereador João Carlos disse que o falecimento do Sr. José Gonçalo Salgado por falta de assistência médica está comprovado pela certidão de óbito, sendo que não está criticando pela atitude de alguns servidores, mas pelo fato de ter um médico no bairro da Serra, que foi chamado e não quis prestar nenhum socorro a este paciente que estava entrando em óbito. Parabenizou o motorista da ambulância que foi muito correto, agradeceu as enfermeiras pelo acompanhamento, mas fica revoltado com um medico que é para salvar vidas e numa questão desta não pôde se deslocar de tão perto para socorrer uma pessoa, simplesmente ignorando e mandando levar para outro lugar ao invés de prestar os primeiros socorros. Sobre as férias-prêmio, disse que na administração existem pessoas que são incapazes, pois é um direito adquirido dos servidores e se não pagaram foi porque não tiveram competência de planejar, sendo uma coisa que ele sempre vem pedindo e acompanhando, pois já faz bastante tempo que venceu. Fazem coisas desnecessárias e o que é direito do servidor eles deixam de lado e neste caso a incompetência de não ter pagado é da administração, porque se quisessem e tivessem planejado já teriam resolvido essa questão, mas ficam tapando o sol com a peneira e jogando a culpa nos Vereadores, porém nesse orçamento não consta nada a respeito de férias-prêmio. Em seguida, o Vereador Roosevelt disse que em relação aos comentários, as vezes estes mexem com os sentimentos das pessoas, sobre a questão dos jovens, as vezes se critica a administração, porém não é fácil administrar uma Prefeitura, para quem está de fora, é fácil falar, mas existem leis a cumprir aqui e dentro da Prefeitura. Disse que a Prefeita, dentro do seu orçamento trabalha com seriedade, tem feito grandes esforços tanto na área da saúde, quanto na educação, citando reportagem de duas cidades da região, onde a situação está precária e neste caso deveríamos levantar as mãos para o céu. Sobre a questão dos jovens infratores, muitos estão falando, mas a maior recuperação para educar um filho é dentro de sua casa, se cada pai e mãe não cooperarem e ajudarem o filho, se dessem um tapa a mais ou falassem um não a mais, às vezes evitaria que ele optasse por estes caminhos, pois os filhos se espelham nos pais. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte com a votação dos requerimentos, sendo aprovados pela unanimidade do Plenário, tendo o Sr. Presidente informado que também já havia enviado ofício para o DER e Consórcio do Funil a respeito da instalação de proteção lateral na ponte de Macaia. O Vereador Roosevelt solicitou que o projeto de lei nº 42/2007 fosse votado em regime de urgência. O Vereador João Carlos pediu vistas no projeto de lei nº 43/2007 para que se procedesse a apresentação de emendas. Prosseguindo, o Sr. Presidente consultou o Plenário acerca do pedido de votação em regime para do projeto de lei nº 42/2007, sendo aprovado à sua unanimidade. Em seguida procedeu-se a votação da emenda modificativa ao projeto de lei nº 38/2007, subscrita pelo Vereador João Carlos, sendo aprovada pela unanimidade do Plenário, passando a ser parte integrante do referido projeto. Feita a votação do projeto de lei nº 38/2007 que “Estima a receita e fixa a despesa do Município de Ijaci para o exercício de 2008”, o mesmo foi aprovado pela unanimidade do Plenário em 1ª discussão e votação, considerada a emenda proposta. Após, fez-se a votação da redação final do projeto de lei nº 39/2007 que “cria o Conselho Municipal antidrogas e dá outras providencias” sendo aprovada pela unanimidade do Plenário em 3ª discussão e votação. Da mesma forma, a redação final do projeto de lei nº 40/2007 que “altera a lei municipal nº 867 de 6 de junho de 2006”, foi aprovada pela unanimidade do Plenário em 3ª discussão e votação. Após, fez-se a votação do projeto de lei nº 42/2007 que “amplia o número de funções de confiança a que se refere o anexo I da lei municipal nº 851 de 29 de dezembro de

2005 e dá outras providências” sendo aprovada pela unanimidade do Plenário em 1, 2 e 3 discussão e votação, em sua redação final, determinando-se o envio das proposições de leis ao Executivo para fins de sanção. Passando-se para a discussão e votação dos projetos de resoluções, o Vereador Sebastião pediu vistas ao projeto nº 09/2007, sendo-lhe concedido nos termos regimentais. Em seguida o Vereador Fábio solicitou votação em regime de urgência para os projetos de resoluções nº 8 e 10 de 2007, tendo o Sr. Presidente consultado o Plenário acerca somente do nº 8/2007, sendo aprovado à unanimidade, ficando o de nº 10/2007 para consulta na reunião seguinte, vez que o mesmo havia sido apresentado naquele dia. Após, fez-se a votação projeto de resolução nº 08/2007 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar em dotação da Câmara Municipal” que após obter 07 (sete) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário, vencido o Vereador Sebastião, foi aprovado em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, transformando-se na Resolução Legislativa nº 480. Dando seqüência, o Sr. Presidente enviou o projeto de lei nº 20/2007 e o projeto de resolução nº 10/2007 às Comissões Permanentes para parecer no prazo regimental. Consultado o Plenário acerca das reuniões ordinárias seguintes, tendo em vista várias formaturas e o final do período legal da Sessão Legislativa, as reuniões foram marcadas para a quarta-feira, dia 12 de dezembro e quinta-feira, dia 20 de dezembro. Desta forma, passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a reunião ordinária a realizar-se dia 12 de dezembro, quarta-feira, a partir das dezenove horas e trinta minutos para deliberação acerca dos projetos e assuntos em tramitação ou que adentrarem na pauta. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus, foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro de 2007, sexta-feira, no salão de reuniões da Câmara, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, João Carlos Espedito, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e alguns assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de todos. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos, sendo determinada a leitura dos seguintes expedientes: 02 (dois) comunicados do Fundo Nacional de Saúde e 02 (dois) comunicados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acerca da liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Ofício nº 273/07 subscrito pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Maria Isabel dos Santos Nepomuceno, conjuntamente a Enfermeira Michele Reis Santos, ao Médico, Dr. Márcio Luiz Carvalho de Souza, as Enfermeiras Vilma Fátima Souza e Vanilha Aparecida Santos manifestando-se acerca do falecimento do Sr. José Gonzalo Salgado. Ofício nº 89/2007 subscrito pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, contendo manifestação acerca do ofício nº 123/07 enviado por esta Câmara a partir de indicação verbal do Vereador Sebastião dos Santos Neto. Ofício nº 184/07 do Gabinete da Sra. Prefeita encaminhando balancete da receita e despesa da Prefeitura Municipal referente ao mês de novembro de 2007. Requerimento nº 1 Subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito endereçado à Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano solicitando reparos na pavimentação da rua em frente ao prédio sede da Prefeitura, vez que para se desviarem dos buracos, os veículos quase chegam a atropelar os pedestres que atravessam a referida via. Requerimento nº 2, subscrito pelo mesmo Vereador para os mesmos destinatários solicitando instalação de rede de água e esgotos no Beco Sá Donana. Requerimento nº 3 subscrito pelo mesmo Vereador e endereçado à Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, parabeniza-os pela atenção que dispensaram ao Sr. Júlio Bernardo Mesquita, que faleceu sem ter assistido a efetivação do controle social do Município, não obstante a constatação da precariedade e situação de risco por péssimas condições de moradia, verificada através da visita domiciliar feita no dia 14 de março de 2007, conforme consta do ofício nº 55 da referida Secretaria. Requerimento nº 4 subscrito pelo mesmo Vereador endereçado à Sra. Prefeita solicitando que o edital do Processo Seletivo Público nº 03/2007 – Programa Saúde da Família - seja mais divulgado, sugerindo a afixação do edital nos estabelecimentos comerciais, bancários, templos e outros onde há grande fluxo de pessoas, além da divulgação por meio de carros de som e requerimento nº 5 subscrito pelo mesmo Vereador, endereçado à Sra. Prefeita solicitando, nos termos do § 2º do art. 24 da Lei Orgânica Municipal, cópia dos processos licitatórios referente à contratação da Empresa Exame Auditores e Consultores, para conhecimento e análise, vez que a referida empresa sempre vem sobressaindo na realização de concursos e processos seletivos. Em relação aos projetos, fez-se menção ao projeto de lei nº 20/2007 de autoria da Vereadora Jussara, em pauta para 1ª discussão e votação. Menção ao projeto de lei nº 38/2007 em pauta para 2ª discussão e votação e projeto de resolução nº 10/2007, para o Vereador Fábio pediu votação em regime de urgência na reunião anterior. Dando seqüência, o Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, tendo o Vereador Sebastião dito que pediu vistas no projeto de resolução nº 09/2007, mas infelizmente por devidas obrigações, vai devolve-lo para votação,

deixando bem claro que é contra e que está devolvendo por uma consideração muito grande que tem por uma pessoa e até pediu para o Vereador João Carlos não pedir vistas. Em relação ao requerimento para a Secretaria de Ação Social, pediu que fizesse um pedido acerca dos salários desta Secretaria e o que esta trouxe de retorno para o Município, pois não adianta criar uma Secretaria para viver como parasita, não sabendo dizer se é uma coisa boa para o município, porque é preciso somar os pagamentos e comparar com o que por ela foi recebido. Disse que está cansado de ficar falando aqui na Câmara para nada resolver, citando que pediu alguns documentos e até hoje não foram enviados e teve que perder dia de serviço para ir até lá verificar alguns documentos, coisa que deveria ser mandado com os balancetes. Acha que estão pagando muita gente a toa, pois ninguém assume a responsabilidade que tem com o município, pagam altos salários e não está resolvendo nada e nem trazendo benefícios para Ijaci. Disse que alguns servidores da Prefeitura pediram para o Vereador João Carlos não devolver o projeto de lei nº 43, para o qual pediu vistas e afirmou que poderiam ter chamado os Vereadores juntamente aos servidores que têm direitos adquiridos, mas o que querem é arrumar confusão e a vida inteira vai ficar desse jeito. Disse que antes da política fazem promessas falsas, achando que o povo é bobo e no ano que vem quando acabar a política, quem aprendeu, vai trabalhar, quem não aprendeu vai morrer de fome, pois o povo está enxergando quem é político e está trabalhando. Disse que não precisava deste projeto, era só preverem no orçamento, mas deixam festa do peão e não assumem o compromisso com o Município, questionando o porque de mandar para Câmara este projeto para pagar férias-prêmio, se sabiam que os funcionários tinham os direitos adquiridos. Disse que as horas extras de muitos cargos foram retiradas por perseguição política, citando que haviam muitos profissionais que trabalhavam na ambulância e foram tirados, sendo que alguém questionou que no mandato passado tiravam porque tinha perseguição política, mas hoje temos na nossa cara e a turma não cria vergonha de estar administrando um dinheiro do município, dinheiro não é nosso, pois tudo o que é recebido é para dar respaldo para mais de sete mil habitantes e isto não está acontecendo, acha vergonhoso, mas não adianta falar e gastar garganta a toa. Mencionou que na última reunião teve questionamento sobre a área de saúde, onde foi dito que estava acompanhando outros municípios e assim questiona se esqueceram da arrecadação de Ijaci em relação a Itumirim e Ribeirão Vermelho. Disse que não está questionando se Vereador está a favor de Prefeito, quem quiser ficar a favor de Prefeito, que fique, mas ele vai questionar seu lado, pois não tem medo, já deixou claro que em sua palavra ninguém manda. Disse que se a saúde está boa para outros Vereadores, para ele não está, se em Itumirim está ruim, nós não temos uma arrecadação de duzentos mil, nós temos uma arrecadação de um milhão, questionando se não estão prestando atenção neste meio balancete que é enviado para a Câmara. Disse que quando questiona alguma coisa, questiona sabendo e que não faz as coisas por rumo, voltando a questionar se não podiam pagar as férias-prêmio sem precisar mandar este projeto de lei. Disse que gastam o dinheiro de maneira errada, porque se estivessem gastando certo não precisaria deste projeto, era só fazer um orçamento igual ao da Câmara, um órgão para o qual ele tira o chapéu, que apesar de poucos funcionários, os trabalhos aqui não deixam nada a desejar, conversa com os servidores e aqui deixam em aberto o que esta acontecendo, enquanto fica um grupo de oitenta funcionários de cargos comissionados na Prefeitura e questiona se esses débitos vão ficar. Acha que para tudo tem que ter determinação e inteligência, sendo o que falta lá dentro e quando questiona, é sua palavra, se falar que a nossa saúde está ruim, Vereador não tem que falar de outros Municípios, voltando a comparar a arrecadação de Itumirim em relação ao que Ijaci recebe. Em seguida o Vereador João Carlos mencionou seus requerimentos, falando que é uma vergonha o buraco existente em frente ao prédio da Prefeitura, numa área escolar que compromete a segurança dos pedestres, podendo até causar acidentes e gostaria que fosse tampado o mais rápido possível. A respeito da instalação da rede de esgoto no Beco Sá Donana, pediram que o projeto fosse aprovado com urgência, mas como sempre, os projetos ficam engavetados, eles falaram para o pessoal que iriam arrumar a rede de esgoto e a rede de água, mas isso ficou só na promessa de político e acha uma covardia porque falaram que dependia da Câmara por causa do nome, no entanto, o projeto foi aprovado e nenhuma medida foi tomada, demonstrando que é falta de competência, tem varias pessoas trabalhando lá, mas como sempre fala, são pessoas que não merecem o salário que estão recebendo. Em relação a casa do Sr. Julio, eles comprometeram de arrumar, no mês de março foi feita uma visita e constataram a precariedade da casa e por se tratar de uma pessoa idosa, eles asseguraram que fariam uma reforma, mas como já disse antes, aqui tudo fica no papel, o coitado veio a falecer e acha um absurdo, porque no hospital ele pedia para suas filhas perguntarem quando a Prefeita iria reformar a casa, pois ele queria voltar para casa e vê-la em melhores condições, mas ficou só na promessa, pois não têm um pingão de consideração com as pessoas que ajudaram a colocar ela na Prefeitura e assim não poderia deixar de manifestar sua revolta. Sobre esse processo seletivo do PSF, vai repetir o que sempre acontece, tudo por baixo dos panos, não vê ninguém ter acesso ao edital e se tem é porque alguém o copiou e mostrou para os outros. Disse que foi publicado na Tribuna de Lavras, mas são poucas pessoas que tem acesso ao jornal e acha que deveria ser utilizado carro de som para divulgação e também colocarem cartazes em padarias, praças e aqui na Câmara que é um órgão público, sendo que até parece que eles querem que o povo de fora venha participar, pois a Tribuna de Lavras tem circulação em Lavras e acha que quem tem direito de saber o que está acontecendo e participar é o pessoal daqui e assim gostaria que fosse divulgado. Sobre o pedido para envio do processo de licitação, se deve ao fato de que somente a empresa Exame ganha, citando o concurso público e o outro processo seletivo. Disse que é curioso e até suspeito pois existem muitas firmas que prestam esse serviço e acha que há favorecimento na

licitação, mas é impedido de ver o processo, pois o Presidente da Licitação é um tratante que prometeu lhe mostrar outros processos e até agora só lhe enrolou e se uma empresa tem a possibilidade de ganhar cinco concorrências em seguida, acha que tem alguma coisa errada e eles comprovam que deve ter, pois não lhe dão acesso a isso, citando o caso do coquetel de inauguração do anfiteatro, onde na nota fiscal estava escrito salgado e refrigerante e lá foi servido até bebida alcoólica, o que é proibido ser pago com o dinheiro público e ainda o Presidente da Comissão de Licitação deu a entender que ele estava mentido, sendo que ele não fala nada, se não tiver confirmação. Sobre os serviços de saúde, disse que no dia anterior um senhor lhe falou que estava sentado por uma hora e vinte minutos no banco da praça, enquanto o médico estava batendo papo, o que é um absurdo, pois o médico ganha bem, mas isso é para atender o paciente e não ficar conversando no horário de expediente e se fazem isto, é porque não têm fiscalização, falta competência e pulso firme da Secretária de Saúde que deveria estar cobrando, mas deixa as coisas correrem soltas. Mencionou também sobre um rapaz que estava esperando para tomar uma injeção antitetânica e acha que deveriam ter mais um pouco de consideração, pois são cidadãos que pagam seus impostos e deveriam ter no mínimo um pouco de respeito, sendo uma covardia ficarem fazendo hora e deixar o povo na espera. Prosseguindo, a Vereadora Jussara comunicou a todos o recebimento de intimação que recebeu naquele dia do Fórum onde lhe foi pedido o cargo de Vereador pelo Partido dos Trabalhadores no TRE/MG no dia 29 de novembro, tendo como testemunha o Sr. Sebastião Vicente de Paula Pereira, e assinado pelo Presidente do partido, Antônio Cláudio da Fonseca. Comunicou ainda que está preparando a defesa e será encaminhado ao TRE para apreciação e julgamento e isso aconteceu devido à sua desfiliação do PT e ingresso no PDT e que dentro de sessenta dias terá o resultado se continua no cargo ou se vai ser empossada outra pessoa. Mencionou o projeto de lei de sua autoria que proíbe prática de comercialização e promoção no âmbito das escolas municipais, dizendo que é aquela questão de vendedor chegar e entrar na sala, mandar papelzinho para os pais e depois virem com aqueles brinquedos que não têm valor. Disse que isto atrapalha a aula, pois a pessoa não tem como dar continuidade, perdendo uns vinte minutos e em casa também isto aborrece os pais, pois quem tem mais filhos, não tem como arrumar dinheiro para pagar para todos de imediato e assim espera que entendam e façam a justiça. A Vereadora Catarina questionou se neste projeto estão incluídas as fotos, sendo respondida que as fotos já estão sendo doadas pela Prefeitura aos alunos que terminam o ensino infantil, ao que a Vereadora Catarina disse que no meio do ano, eles levam, tendo a Vereadora Jussara dito que está sendo proibido também, pois isso é julgado como comércio. A Vereadora Catarina disse que as mães gostam dessas fotos, tendo a Vereadora Jussara dito que se eles quiserem, devem abrir uma loja e quem quiser vai até a loja, pois na escola é muito triste e já assistiu isso várias vezes, crianças que não têm condições de comprar uma foto bonita e enfeitada, pois quando chegam em casa, os pais não têm dinheiro, volta para a escola e a criança sabe que a foto vai ser rasgada. A Vereadora Catarina disse que as mães lhe perguntaram sobre isso, concorda que realmente não devem vender coisas dentro da escola, mas sobre as fotos, algumas mães lhe perguntaram, não sabendo como tiveram conhecimento. O Vereador Sebastião questionou se não poderiam ter mandado um requerimento para a Secretaria de Educação ou feita uma reunião entre as partes envolvidas para ver qual é a melhor decisão, ao que a Vereadora Jussara disse que quando propôs o projeto pela primeira vez, esteve na Secretaria de Educação e na escola, onde foi conversado e até afixado um cartaz proibindo comercialização, mas voltou a repetir e corre até um risco, pois estas pessoas que não se sabe de onde são têm permissão para entrar dentro da sala de aula, tendo o Vereador Sebastião dito que a Secretaria de Educação tinha que estar a par da situação, pois a Câmara aprova essa lei e aí vem a responsabilidade, dizendo que não vai optar em nada nesse projeto, pois como sempre vem falando, a culpa vai cair em cima dos Vereadores, já que tem muita gente que não quer, mas tem muita gente que quer e nisso a Secretaria de Educação teria que ter tomado providência para depois a culpa não recair somente em cima dos Vereadores. A Vereadora Catarina disse que deveria por uma emenda excluindo as fotos da proibição, tendo a Vereadora Jussara dito que excluiu o período da noite, já que os alunos são adultos e capazes de decidir. A Vereadora Catarina disse que está falando, pois sempre vai buscar sua filha e tem gente lhe perguntando se vão impedir de tirar foto, sendo que as mães lhe disseram que querem uma recordação da escola. A Vereadora Jussara disse que elas têm quando o aluno está saindo da fase infantil e na 4ª série, mas não deve permitir que retratistas entrem em todas as salas, tendo o Vereador Sebastião dito que tem de perguntar se as crianças querem tirar fotos, ao que a Vereadora Jussara disse que todas crianças vão querer. O Vereador Sebastião disse que aí a Secretaria de Educação teria de perguntar que dia querem tirar as fotos e depois comunicar aos pais para saberem se as crianças estão autorizadas, tendo a Vereadora Catarina dito que eles mandam comunicados através das crianças e cada mãe autoriza. O Sr. Presidente disse que trouxe uns brinquedos para a Vereadora Jussara verificar e que sua filha disse que uma criança chorou pois queria o brinquedinho e a professora não tinha o dinheiro para lhe dar e tem pais que tem de quatro a cinco filhos na escola. Disse que cada caso é um caso e mesmo se porem emendas no projeto, se falar que vão tirar fotos, eles tiram mesmo. A Vereadora Jussara disse para a Vereadora Catarina que se ela quisesse colocar emendas, desde a ultima reunião, deu liberdade para todos. A Vereadora Catarina disse que não iria mexer e o Vereador Sebastião falou que já tinha chegado a sua conclusão. A Vereadora Catarina disse que a ultima reunião estava muito tumultuada e naquele dia não quis entrar nesse detalhe, mas sempre houve comentários das mães sobre as fotos, mas os brinquedos não valem de nada mesmo. A Vereadora Jussara disse que vai deixar a critério dos Vereadores e na votação eles decidirão, mas se quiserem colocar emenda, será bem

vinda, como já disse. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para a Segunda Parte, tendo o Sr. Presidente falado sobre os três jovens que vieram na reunião passada, a Vereadora Jussara e ele estiveram com estes na Secretaria de Educação, sendo que o Secretário disse que não teria como ajudar, pois em Ijaci tem até o ensino médio e se ajudar a estes, vão aparecer outros. O Sr. Presidente afirmou que neste caso, temos que lutar para fortalecer o estudo daqui, se está fraco, nós temos que melhorar e propôs para os jovens passarem uma lista na Câmara para ter ajuda dos Vereadores que estivessem dispostos. Em seguida, fez-se a votação dos requerimentos, sendo aprovados pela unanimidade do Plenário em discussão única conforme disposto no § 1º do art. 175 do Regimento Interno, determinando-se seus encaminhamentos. Naquele instante, os Vereadores João Carlos e Sebastião pediram licença e se retiraram do Plenário. Após, o Sr. Presidente consultou o Plenário sobre o pedido do Vereador Fábio, acerca da votação em regime de urgência do projeto de resolução nº 10/2007, sendo aprovado por todos Vereadores presentes. Na sequência, a Vereadora Catarina pediu vistas ao projeto de lei nº 20/2007, sendo-lhe concedido nos termos regimentais. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei nº 38/2007 que “estima a receita e fixa a despesa do Município de Ijaci para o exercício de 2008” sendo aprovado por todos Vereadores presentes, em 2ª discussão e votação, considerada a emenda proposta. Após fez-se a votação do projeto de resolução nº 09/2007 que “dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar e anulações em dotações orçamentárias consignadas para a Câmara Municipal” sendo aprovada por todos Vereadores presentes em 1ª discussão e votação. Após, fez-se a votação do projeto de resolução nº 10/2007 que “dispõe sobre abertura de crédito suplementar em dotação da Câmara Municipal” sendo aprovado por todos Vereadores presentes em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação, transformando-se na Resolução nº 481. Passando-se para a Terceira Parte, os Srs. Vereadores foram convocados para a última reunião ordinária da Sessão Legislativa de 2007, a realizar-se dia 20 de dezembro, quinta-feira, a partir das dezenove horas e trinta minutos para deliberação acerca dos projetos e assuntos em tramitação ou que adentrarem na pauta, de maneira especial, a votação para composição da Mesa Diretora desta Câmara para a Sessão Legislativa de 2008. Nada mais havendo a tratar, fez-se a oração final e sob a proteção de Deus, foram encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se a presente ata que após lida, se aprovada, vai assinada pelos Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAMARA MUNICIPAL DE IJACI NA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2007. Aos 20 (vinte) dias do mês de dezembro de 2007, quinta-feira, no salão de reuniões da Câmara, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) reuniram-se os Srs. Vereadores Carlos Antônio Aparecido Barbosa – Presidente, Roosevelt Aparecido Gomes – Vice Presidente, Jussara Alves Resende - Secretária, Catarina Gonçalves de Castro, Fábio Mesquita de Almeida, Marleu Ribeiro da Silva, Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto. Presentes os servidores da Câmara, a Assessora Jurídica, Dra. Isis e vários assistentes. Após a oração inicial, o Sr. Presidente determinou à Vereadora Secretária que procedesse a chamada nominal, tendo esta comunicado a presença de 08 (oito) Vereadores, ausente o Sr. João Carlos Espedito. Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, foi declarada a abertura dos trabalhos, tendo sido respeitado um minuto de silêncio como homenagem póstuma ao Sr. Pedro de Oliveira Filho, Ex-Vereador e Ex-Presidente da Câmara, falecido no último dia 15 de dezembro. Após fez-se a leitura da ata da 26ª reunião ordinária e ata da 27ª reunião ordinária, sendo ambas aprovadas e assinadas pelos Vereadores presentes. Em seguida fez-se a leitura dos seguintes expedientes: 03 (três) comunicados do Fundo Nacional de Saúde acerca de liberação de recursos para manutenção de programas no Município. Ofício 1.721/07 da operadora de telefonia fixa “OI” contendo resposta ao ofício nº 109 desta Câmara, enviada a partir de indicação da Vereadora Jussara. Ofício nº 81 do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente informando resultado do pleito eleitoral de Conselheiro Tutelar no Município, realizado no último dia 16 de dezembro. Apresentação do balancete da receita e despesa da Câmara referente ao mês de novembro de 2007. Requerimento nº 1 subscrito pelo Vereador João Carlos Espedito, indicando envio expediente para a Sra. Prefeita com cópia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, solicitando que seja negociada com a CEMIG a instalação de um ou mais postes de energia elétrica para atender os moradores da Rua Francisco Andrade de Carvalho, no trecho compreendido entre a Rua Ernesto Viana da Costa e Rua São João, vez que o local é muito escuro, o que coloca em risco a segurança dos moradores e transeuntes. Requerimento nº 2, subscrito pelo mesmo Vereador e endereçado ao motorista da ambulância, Helton e enfermeira Vilma agradecendo pela dedicação que estes dispensaram no socorro prestado ao Sr. José Gonçalo Salgado, que se veio a falecer, não foi por culpa dos mesmos que com muita ética e profissionalismo fizeram a parte que lhes eram devidas, afirmando que Oxalá, os responsáveis pela administração dos serviços de saúde tivessem a mesma conduta. Em relação aos projetos, fez-se a leitura do projeto de lei nº 44/2007 que “autoriza o Município de Ijaci a participar de consórcios públicos e dá outras providências”. Leitura do projeto de lei nº 45/2007 que “autoriza assinatura de convênio com a APAE – Associação de pais e amigos dos excepcionais de Ijaci/MG”. Leitura do projeto de lei nº 46/2007 que “inclui inciso VI ao art. 2º da Lei 663 de 10 de junho de 1997 e dá outras providências”, respectivamente encaminhados pelas Mensagens 15, 16 e 17 de 2007. Leitura da emenda substitutiva nº 1 ao projeto de lei nº 43/2007, subscrita pelo Vereador Sebastião dos Santos

Neto, conforme requerimento subscrito pela Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Ijaci, Sra. Adriene Alvarenga e leitura da emenda aditiva nº 2 ao projeto de lei nº 43/2007, subscrita pelo Vereador João Carlos Espedito. Apresentação da redação final do projeto de lei nº 38/2007 em pauta para 3ª discussão e votação e menção ao projeto de resolução nº 09/2007, em pauta para 2ª discussão e votação. Prosseguindo, o Sr. Presidente liberou o uso da palavra à Sra. Terezinha do Carmo de Carvalho Vida que leu um histórico da atuação da APAE, afirmando que em Ijaci a APAE estará oferecendo a partir de 2008, serviços terapêuticos e educacional que antes eram realizados em Lavras e juntamente com as famílias, espera que seja aprovada o auxílio do Município. O Sr. Presidente disse que este projeto deveria ser aprovado em três votações conforme consta no regimento, mas como os serviços de Lavras serão cortados e por ser a ultima reunião, os Vereadores decidirão e espera que seja aprovado nesta reunião. Em seguida, o Sr. Presidente consultou o Plenário acerca da liberação da palavra para a Sra. Margarida Augusta do Nascimento, sendo da concordância de todos Vereadores presentes. A visitante disse que falava como cidadã e não como Secretária da Prefeita, afirmando que alguns Vereadores não reconhecem ou fingem não reconhecer os trabalhos da atual administração, citando diversos débitos recebidos da administração passada, situação precária de funcionamento do posto de saúde, veículos sucateados e hoje o Município conta com veículos novos e mesmo a oposição reconhece as obras de pavimentação em algumas ruas, serviços de fisioterapia, farmácia farta de medicamentos, PSF, apoio a portadores de câncer, plano de cargos e salários e estatuto que foram antes mostrados aos Vereadores e servidores, inauguração do Centro de Integração Educacional, reforma das escolas do Município, ampliação do prédio da Prefeitura e Vereadores que acham obras desnecessárias permite que seus nomes constem nas placas. Parabenizou os Vereadores que votam a favor do Município, tendo neste ponto o Sr. Presidente advertido um assistente quanto a gestos que fazia. Concluindo, a visitante desejou felicidades a todos. Aberto espaço para considerações, o Vereador Rooseelt parabenizou a visitante pelas palavras e espera que seja reconhecida. A Vereadora Catarina agradeceu e elogiou palavras da visitante, ela também faz estes elogios e foi uma surpresa. O Vereador Marleu agradeceu e elogiou palavras da visitante. O Sr. Presidente disse que sendo a ultima reunião que preside, agradeceu a todos, citando os servidores e os Vereadores. Franqueada a palavra, o Vereador Sebastião manifestou seu apoio ao projeto da APAE, mencionou emenda que está sendo pedida pela Adriene e em 2008 vai ver o que acontece, se as promessas de palanque serão cumpridas, sendo que ele não subiu em palanque e sobre palavras da servidora da Prefeitura, cita que na atual administração o gasto com servidores comissionados tem sido alto e espera que não só ela, mas outros cargos sejam dispensados e quando esta administração assumiu, sabia das dívidas e quem casa com a viúva, herda os filhos e que vai continuar cobrando e não está aqui para escutar conversa de secretária de Prefeita e Vereador que fizer uso da palavra não deve lhe atingir, pois não basta ver só o que está certo, mas é preciso cobrar o que está errado e está falando para responder a secretária da Prefeita. Em seguida a Vereadora Jussara parabenizou a servidora Magali pela colação de grau, manifestou apoio e elogiou trabalhos da APAE, pedindo votação em regime de urgência para o projeto de lei nº 45, bem como para o de nº 46, para que seja dado andamento nas doações de lotes para famílias carentes. Finalizou agradecendo os servidores e Vereadores, desejando felicidades a todos. A Vereadora Catarina manifestou apoio ao projeto da APAE, elogiou trabalho dos responsáveis, citando o Orlando, elogiou o Sr. Presidente que se saiu muito bem no cargo e manifestou seu apoio ao projeto de lei nº 46. concluindo desejou felicidades e agradeceu a todos. Da mesma forma, o Vereador Marleu parabenizou a todos, citando os servidores e manifestou seu apoio ao projeto da APAE. O Vereador Roosevelt parabenizou a administração pelo envio do projeto da APAE que é uma grande conquista e parabenizou o Sr. Presidente por este ano que passou no cargo e que nas divergências que sempre tem, o Município sai ganhando e finalizou desejando felicidades a todos. A Assessora Jurídica, Dra. Isis elogiou os trabalhos realizados pelo Presidente Carlos, feitos com muita paciência e humildade, agradeceu a oportunidade que lhe deu em trabalhar como Assessora, elogiou os trabalhos da Câmara, os servidores, todos Vereadores e se colocou à disposição do próximo Presidente. Não havendo outros pronunciamentos, os trabalhos foram suspensos por dez minutos. No reinício, passou-se para Segunda Parte com a votação dos requerimentos, sendo aprovados pelos Vereadores presentes em discussão única, determinando-se seus encaminhamentos. Foi registrada a decisão de todos Vereadores presentes que os projetos de leis 43, 45 e 46 seriam votados em regime de urgência, por ser esta a ultima reunião ordinária do ano. Após fez-se a votação da redação final do projeto de lei nº 38/2007 que “estima a receita e fixa a despesa do Município de Ijaci para o exercício de 2008” sendo aprovado por todos Vereadores presentes, em 3ª discussão e votação. Em seguida, fez-se a votação da emenda substitutiva nº 1 ao projeto de lei nº 43/2007, sendo aprovada pelos Vereadores presentes. Da mesma forma a emenda aditiva nº 2 ao projeto de lei nº 43/2007 foi aprovada por todos Vereadores presentes. Em seguida fez-se a votação do projeto de lei nº 43/2007 que “dispõe sobre alterações nas leis complementares 872/2006 (Estatuto do Magistério) e 883/2006 (Estatuto dos Servidores Municipais) e dá outras providencias”, sendo aprovado por todos Vereadores presentes em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, consideradas as emendas propostas. O projeto de lei nº 44/2007 que “autoriza o Município de Ijaci a participar de consórcios públicos e dá outras providencias” foi enviado às Comissões Permanentes para parecer nos termos regimentais. Prosseguindo, o projeto de lei nº 45/2007 que “autoriza assinatura de convênio com a APAE – Associação de pais e amigos dos excepcionais de Ijaci/MG” foi aprovado por todos Vereadores presentes em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final. Da mesma forma o projeto de lei nº 46/2007 que “inclui

inciso VI ao art. 2º da Lei 663 de 10 de junho de 1997 e dá outras providências” foi aprovado por todos Vereadores presentes em 1ª, 2ª e 3ª discussão e votação em sua redação final, determinando-se os encaminhamentos das proposições de leis ao Executivo para fins de sanção. Após fez-se a votação do projeto de resolução nº 09/2007 que “dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar e anulações em dotações orçamentárias consignadas para a Câmara Municipal” sendo aprovada em 2ª e 3ª discussão e votação, obtendo 06 (seis) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário, vencido o Vereador Sebastião dos Santos Neto, transformando-se na Resolução Legislativa nº 482. Em seguida, procedeu-se a eleição para composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal para a Sessão Legislativa de 2008, cujos procedimentos e resultado vão transcritos em ata própria. Após, fez-se a oração final e com votos mútuos de um feliz Natal e próspero ano novo, foram encerrados os trabalhos e determinada a lavratura da ata da presente reunião e da eleição para composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal que após lidas, se aprovadas, serão assinadas pelos Vereadores e demais que desejarem.

ATA DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IJACI PARA A SESSÃO LEGISLATIVA DE 2008. Aos 20 (vinte) dias do mês de dezembro de 2007, durante a realização da 28ª reunião ordinária desta Câmara, procedeu-se a votação para eleição dos membros que irão compor a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ijaci na Sessão Legislativa de 2008. Inicialmente, fez-se a leitura do requerimento para registro da única chapa apresentada, sendo composta da seguinte maneira: Presidente – Fábio Mesquita de Almeida, Vice Presidente – Jussara Alves Resende, Secretário – Marleu Ribeiro da Silva e 2º Secretário – Rômulo Elias. Inicialmente o Sr. Presidente nomeou os Vereadores Rômulo Elias e Sebastião dos Santos Neto para atuarem como escrutinadores para os quais foi apresentada a urna, verificando-se estar vazia. Nos termos do artigo 195 do Regimento Interno, pela ordem de assinatura no livro de presenças, os Vereadores foram convidados a votar. Durante a votação, os Sr. Presidente Carlos, a Vereadora Catarina, os Vereadores Rômulo, Roosevelt e Sebastião manifestaram seus votos favoráveis à eleição da chapa única, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno. Findada a votação, fez-se a apuração obtendo-se o seguinte resultado: 08 (oito) votos favoráveis, somando-se os votos secretos aos declarados em aberto. Diante do resultado, o Sr. Presidente Carlos Antonio Aparecido Barbosa declarou eleita a chapa única apresentada, conforme composição acima descrita, desejando felicidades e um bom trabalho aos eleitos. Informou que nos termos do artigo 36 da Lei Orgânica Municipal, os membros eleitos tomarão posse no primeiro dia útil do mês de janeiro. Encerrado o rito de eleição dos membros para composição da Mesa Diretora da Câmara para a Sessão Legislativa de 2008, a reunião teve sua continuidade, conforme descrito na ata da 28ª reunião ordinária. Para constar lavrou-se a ata desta eleição que após lida, se aprovada, vai assinado pelos Srs. Vereadores e demais que desejarem.